



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - N° 42 - QUINTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2007 - BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL	3º Secretário César Borges – PFL-BA
1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC	4º Secretário Magno Malta – PR-ES
2º Vice-Presidente Álvaro Dias – PSDB-PR	Suplentes de Secretário
1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB	1º - Papaléo Paes – PSD-AP
2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES	2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE 3º - João Vicente Claudino – PTB-PI 4º - Flexa Ribeiro – PSD-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) – 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Lúcia Vânia
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp	Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER DO PFL – 17 José Agripino
	LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti	VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves
	VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns	LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio
	LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira	VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	
	LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá
VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias		VICE-LÍDERES DO GOVERNO

EXPEDIENTE

Agaciol da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 42ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE ABRIL DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 39/2007-CN (nº 206/2007, na origem), do Presidente da República, encaminhando ao Congresso Nacional, a relação das operações de crédito incluídas na Lei Orçamentária de 2007 pendentes de contratação.

08705

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 289, de 2007, de autoria do Senador Joaquim Roriz, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário brasiliense José Ferreira Pedrosa Filho.

08705

Nº 290, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Federação Nacional dos Engenheiros, pela posse de sua nova diretoria no dia 4 do corrente.

08705

Nº 291, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 11, de 2003; 8 e 42, de 2004, por versarem sobre o mesmo assunto.

08705

1.2.3 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2007 (nº 2.278/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Interior FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Clara D'Oeste, Estado de São Paulo.

08706

Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2007 (nº 2.285/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nobres FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nobres, Estado de Mato Grosso.

08714

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo determinado de quarenta e cinco dias para tramitação, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos

de Decreto Legislativo nºs 53 e 54, de 2007, lidos anteriormente.

08722

Recebimento do Aviso nº 239/2007, na origem, de 13 de março último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC-003.655/2003-0, referente ao Relatório de Auditoria no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). ..

08722

1.2.5 – Ofício

Nº 79, de 2007, de 2 do corrente, da Liderança do PCdoB no Senado Federal, de indicação de membro para compor o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. *A Presidência designa o Senador Inácio Arruda para integrar o referido Conselho, conforme indicação da Liderança.....*

08722

1.2.6 – Aviso do Ministro de Estado dos Transportes

Nº 64/2007, de 29 de março último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 923, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

08722

1.2.7 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 324/2007, de 15 de março último, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 94, de 2006, do Senador Alvaro Dias.....

08722

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPILCY – A importância dos estudos sobre como erradicar a pobreza e tornar mais justa a distribuição de renda no país, de autoria dos pesquisadores Samir Cury, Ricardo Paes de Barros e Gabriel Ulyssea, do IPEA e da FGV, e do Dr. Sérgio Luiz de Moraes Pinto.....

08722

SENADOR ADELMIR SANTANA – Manifestação sobre reivindicação do setor produtivo do Distrito Federal, representado pelas federações da indústria, comércio e CDL, pela desfederalização da Junta Comercial.....

08752

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE – Proposta de criação de um Fundo Mundial de Proteção do Meio-Ambiente. Registro da intenção de convidar o ex-Vice-Presidente dos EUA, Al Gore, para vir ao Senado, a fim de debater o efeito estufa.

08754

SENADOR GERSON CAMATA – Comentário sobre pesquisa do Instituto Data Folha, segundo o

qual, a violência se destaca como a maior preocupação dos brasileiros.....	08759	mas nacionais. Conclamação à juventude a romper com perplexidade e acomodação.....	08789
SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, como Líder – Comentários a respeito do encaminhamento da crise do setor aéreo nacional.	08760	SENADOR RENATO CASAGRANDE – Saúda a Marcha Nacional dos Prefeitos, a ser realizada na próxima semana em Brasília. Anuncia intenção de colocar seu mandato a serviço da revisão do pacto federativo em prol do fortalecimento dos municípios.	08790
SENADOR ALMEIDA LIMA – Críticas ao Supremo Tribunal Federal, por acolher entendimento recebido do Tribunal Superior Eleitoral, acerca da titularidade do mandato eletivo.....	08761	SENADOR JOSÉ AGRI/PINO, como Líder – Reflexão sobre atuação do Presidente Lula diante dos fatos ocorridos nos últimos dias nos aeroportos brasileiros. Defesa da urgente instalação da CPI do apagão aéreo.....	08792
SENADOR SIBÁ MACHADO – Registro dos avanços e melhorias em programas sociais do Governo Federal. Apela pela aprovação, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição nº 438, de 2004, que permite a expropriação das terras onde encontrar a prática do trabalho escravo.	08764	SENADOR EDISON LOBÃO – Recebimento da publicação da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente, intitulada “Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade”, que analisa o clima brasileiro e as variações até hoje nele ocorridas e prever as possíveis alterações para o nosso continente, decorrentes do aquecimento global ao longo do século.	08795
SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Homenagem ao IBGE que fará o 10º censo agropecuário e o censo de contagem da população do país.....	08765	SENADORA MARISA SERRANO, como Líder – Inconformismo com os vetos opostos à recriação da Sudam e da Sudene, sinalizando o mesmo encaminhamento em relação à criação da Sudeco, um pleito histórico do Centro-Oeste brasileiro.....	09799
SENADOR CÍCERO LUCENA – Reflexão sobre a questão da educação e sua importância para a redução da injustiça social. Apelo em favor da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2007, de autoria de S. Exa., que propõe a extensão da obrigatoriedade da adoção de uniforme estudantil em toda a educação básica pública.	08766	SENADORA ROSALBA CIARLINI – Reafirma o compromisso com o municipalismo brasileiro, por ocasião da 10ª Marcha dos Prefeitos à Brasília....	08801
SENADOR PEDRO SIMON – Apela pela regulamentação da Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, que institui o cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, destinado a conter o número único de Registro Civil, acompanhados dados de identificação de cada cidadão.	08768	SENADOR GILVAM BORGES – Referências ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque. Defesa da Reforma Política.	08803
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Defesa da conclusão do gasoduto Coari-Manaus. Comentários sobre a reportagem veiculada na revista Veja , de autoria do articulista Duda Teixeira, a respeito dos entraves ambientais para a construção de usinas hidroelétricas situadas no rio Madeira. .	08771	SENADORA ROSALBA CIARLINI – Apelo para a correção das falhas no recadastramento que causaram prejuízos aos pescadores do Estado do Rio Grande do Norte.	08805
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem pelos 50 anos de ação da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara), órgão da Força Aérea Brasileira, de vital importância para a Amazônia.....	08778	SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Cobranças de uma solução para a crise na saúde pública do Estado da Paraíba.....	08805
SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Participação de S.Exa. na solenidade de posse da Diretoria da Federação Nacional dos Engenheiros, quando ressaltou os dados publicados pela Gazeta Mercantil , sobre o aumento de investimento realizado pelo Governo Federal, no primeiro trimestre.	08786	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Defesa da preservação da Biblioteca Arthur Reis, que funciona mediante comodato em prédios do Instituto de Resseguros do Brasil.....	08807
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR. – Comentários sobre a audiência que S. Exa. teve ontem, com o Ministro da Educação.	08787	SENADOR PAULO PAIM – Aprovação do projeto apresentado por S.Exa. que transfere 30% dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST para a educação. .	08809
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Preocupação com a perplexidade e acomodação do povo brasileiro diante dos vários proble-		SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Comentários sobre a reportagem publicada na Revista Veja , do dia 4 de abril de 2007, com relação ao estudo de licença ambiental prévia para a construção de hidroelétricas no Rio Madeira.....	08812
		1.3 – ORDEM DO DIA	
		Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
		Medida Provisória nº 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Minis-	

térios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as lideranças partidárias.....**

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 338, de 2006, que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinqüenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinqüenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.....**

Item 3 (Proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006), que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. **Apreciação sobrestada.....**

Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de novecentos e cinqüenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.....**

Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 344, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.....**

Item 6 (Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

08813

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública. **Apreciação sobrestada.....**

08814

Item 7 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.....**

08814

Item 8 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 346, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quatrocentos e cinqüenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada....**

08815

Item 9 (Proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007), que altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.....**

08815

Item 10 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica). **Apreciação sobrestada.....**

08815

08814

08814

08814

08814

Item 11 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator **ad hoc**: Senador Delcídio Amaral, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007. **Apreciação sobrestada.**

08815

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios. **Apreciação sobrestada.**

08815

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea “d” do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente). **Apreciação sobrestada....**

08815

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. **Apreciação sobrestada.**

08816

Item 15

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito. **Apreciação sobrestada.**

08816

Item 16

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família. **Apreciação sobrestada.**

08816

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. **Apreciação sobrestada.**

08816

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego. **Apreciação sobrestada.**

08816

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. **Apreciação sobrestada.**

08816

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea “b” do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Apreciação sobrestada.

08816

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao **caput** do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória. **Apreciação sobrestada.**

08817

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica. **Apreciação sobrestada**

08817

Item 23

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997. **Apreciação sobrestada...**

08817

Item 24

Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle. **Apreciação sobrestada.**

08817

Item 25 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29

de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral. **Apreciação sobrestada** 08818

Item 26 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”. **Apreciação sobrestada** 08818

1.3.1 – Discursos encaminhado à publicação

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Registro da matéria intitulada “*HPS de Venda Nova terá R\$50 milhões*”, publicada no jornal **Estado de Minas**, edição de 03 de abril corrente. 08818

SENADOR JOAQUIM RORIZ – Justificação pelo encaminhamento de voto de pesar pelo falecimento do empresário brasiliense José Ferreira Pedrosa Filho..... 08820

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro do artigo intitulado “*Vitamina C*”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 5 de março último.. 08820

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo intitulado “*A democracia americana*”, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Brasiliense**, edição de 1º do corrente. 08821

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “*Alckmin retorna em maio de olho em 2008*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 26 de março último..... 08822

SENADOR MARCONI PERILLO – Registro da matéria intitulada “*Eles vibram, nós pagamos*”, publicada na revista **Veja**, edição de 14 de março último. 08823

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “*Controle do governo sobre o Bolsa Família é precário*”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 28 de fevereiro último. 08826

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “*Governo estuda acabar com me-*

tas para assentamentos”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 26 de fevereiro último..... 08827

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Felicitações aos integrantes do “Coletivo Madeirista”, grupo de jovens e artistas de Porto Velho, vencedor do “Digital Art Awards 2007, premiação internacional promovida pela Unesco em associação com a 8ª Bienal de Sharjah, nos Emirados Árabes. 08828

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 4-4-2007

3 – EMENDAS

Nºs 1 a 6, apresentadas à Medida Provisória nº 360, de 2007. 08830

Nºs 1 a 16, apresentadas à Medida Provisória nº 361, de 2007. 08839

4 – ATA DA MESA DO SENADO FEDERAL

1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 28 de março de 2007. 08859

5 – GRUPO BRASILEIRO DA ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO

Ata da reunião plenária, realizada no dia 20 de março de 2007, para eleição do Conselho e de sua Comissão Executiva (2007-2011)..... 08862

6 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 3.082, de 2007. 08864

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 42^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 4 de abril de 2007

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Gerson Camata, Almeida Lima, Sibá Machado, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges e da Sra. Rosalba Ciarlini

*ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:*

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 4/4/2007 07:48:28 até 4/4/2007 19:58:14

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	MG	ELISEU RESENDE	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
PMDB	DF	JOAQUIM RORIZ	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUÇÁ	X	
PFL	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAŚI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		
PSDB	PR	WILSON MATOS	X	

Compareceram: 48 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 48 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidencia comunica ao Plenário o recebimento da Mensagem nº 39/2007-CN (nº 206/2007, na origem), do Presidente da República, encaminhando ao Congresso Nacional, a relação das operações de crédito incluídas na Lei Orçamentária de 2007 pendentes de contratação.

A mensagem vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 289, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do empresário brasiliense José Ferreira Pedrosa Filho e, nos termos do inciso I do art. 221, a apresentação de condolências à família do falecido.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2007. – Senador **Joaquim Roriz**.

REQUERIMENTO Nº 290, DE 2007

Requer Voto de Aplauso à Federação Nacional dos Engenheiros, pela posse de sua nova Diretoria no dia 4 de abril de 2007.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado,

nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Federação Nacional dos Engenheiros, no dia 4 de abril de 2007, em Brasília.

Requeiro, também, que esse Voto seja levado ao conhecimento do Presidente da entidade, Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro, e, por seu intermédio, a todos os integrantes da nova Diretoria da FNE.

Justificação

A Federação Nacional dos Engenheiros dá posse, hoje, dia 4 de abril de 2007, a sua nova Diretoria para o período 2007/2010, pelo que proponho aos futuros dirigentes este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 291, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 11, de 2003 e 8 e 42, de 2004, por tratarem da mesma matéria.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2007. – Senador **José Maranhão**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Requerimento que acaba de ser lido será publicado e encaminhado à Mesa, para decisão.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 53, DE 2007

(nº 2.278/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO INTERIOR FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Clara D'Oeste, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 564, de 18 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Interior FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Clara D'Oeste, Estado de São Paulo.

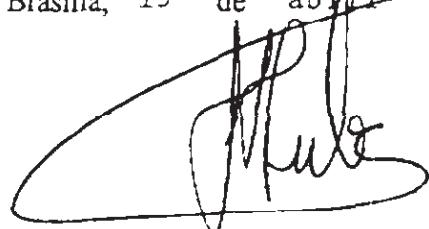
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 263, de 2006.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 564, de 18 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Interior FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Clara D'Oeste, Estado de São Paulo.

Brasília, 19 de abril de 2006.



MC 00363 EM

Brasília, 6 de dezembro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação e Movimento Comunitário Interior FM, no Município de Santa Clara D'Oeste, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53830.002006/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Hélio Calixto da Costa

PORTRARIA Nº 564

DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.002006/98 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1749 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação e Movimento Comunitário Interior FM, com sede na Avenida Antonio Pacheco Sobrinho, nº 163 - Centro, no município de Santa Clara D'Oeste, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20°05'37"S e longitude em 50°55'44"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM
CONCORRENTES**

RELATÓRIO Nº 0220/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53830.002006/1998.
protocolizado em 04/09/98.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO
COMUNITÁRIO INTERIOR FM,
município de Santa Clara D'Oeste.
~~Estado de São Paulo;~~

I - INTRODUÇÃO

1. A ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO INTERIOR FM, inscrita no CNPJ sob o número 01.206.072/0001-52, no Estado de São Paulo, com sede na Av. Antônio Pacheco Sobrinho, nº 163 - Centro, município de Santa Clara D'Oeste, dirigi-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 31 de agosto de 1998 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do 4º Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 18/03/99 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II - RELATÓRIO

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Av. Antônio Sindeaux de Lima, nº 147, no município de Santa Clara D'Oeste, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 20° 05' 30"S de latitude e 50° 55' 33"W de longitude. Estas coordenadas foram alteradas (20°,05' 38"S e 50° 55' 35"W) antes mesmo da primeira análise mediante solicitação datada de 14/04/1999.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas , denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação

em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados (20° 05' 37" S e 50° 55' 44"W).

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que ~~foi~~ encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "l", "m", "n", "o" e "p" da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 08/44, 63/99, 101/172, 188/249 e 255/267).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 165, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 163/172. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 08/44, 63/99, 101/172, 188/249 e 255/267, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- nome

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO INTERIOR FM,

- quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
JOSÉ BARBOSA DO NASCIMENTO	DIR. PRESIDENTE
JOSÉ EDEGAR DA SILVA	DIR. VICE-PRESIDENTE
ABADIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	DIR. 1º TESOUREIRO
ANTÔNIO ROBERTO BRITO	DIR. 2º TESOUREIRO
ELIFÁZ BARBOSA DO NASCIMENTO	DIR. 1º SECRETÁRIO
RAQUEL SILVA NASCIMENTO	DIR. 2º TESOUREIRA

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO INTERIOR FM, município de Santa Clara D'Oeste, Estado de São Paulo.

- **coordenadas geográficas**

20° 05' 37" de latitude e 50° 55' 44" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 249/50, bem como "Formulário de Informações Técnicas" –fls. 165 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO INTERIOR FM, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53830.002006/98, de 04 de setembro de 1998.

Brasília, 28 de setembro de 2005.

Alexandra Luciana Costa
Coordenadora
Relator da conclusão Jurídica
SENGR/CORAC/DECC/SC

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

Brasília, 28 de setembro de 2005.

ALEXANDRA LUCIANA COSTA
Coordenadora

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 01/10/2005

Lúcia

De acordo.

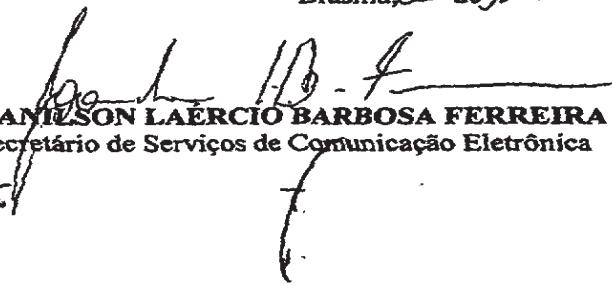
À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de _____ de 2005.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0220/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 29 de setembro de 2005.


JOANIELSON LAÉRCIO BARBOSA FERREIRA
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 2007 (nº 2.285/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO NOBRES FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nobres, Estado de Mato Grosso.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 691, de 29 de dezembro de 2005, que outorga permissão à Rádio Nobres FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nobres, Estado de Mato Grosso.

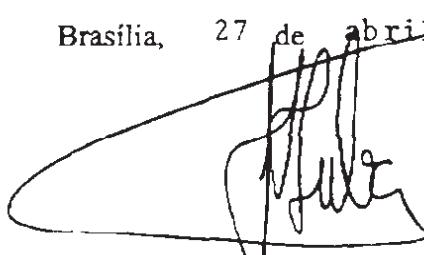
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 287, de 2006.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 691, de 29 de dezembro de 2005, que outorga permissão à RÁDIO NOBRES FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada no município de Nobres, Estado de Mato Grosso.

Brasília, 27 de abril de 2006.



MC 00023 EM

Brasília, 11 de janeiro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 020/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência, modulada, no Município de Nobres, Estado de Mato Grosso.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a **RÁDIO NOBRES FM LTDA.** (Processo nº 53670.000974/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o §3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Tito Cardoso de Oliveira Neto

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA N° 691 , DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995; tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.000974/2000, Concorrência nº 020/2000-SSR/MC e do PARECER CONJUR/MC/MGT Nº 1204-2.29/2005, de 18 de outubro de 2005, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à **RÁDIO NOBRES FM LTDA.**, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nobres, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE
POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

QUALIFICAÇÃO DOS SÓCIOS, PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL E GERÊNCIA

KÁTIA REGINA ZENI

24.08.75

Nome do Sócio (por extenso)	BRASILEIRA	Estado Civil	DIVORCIADA	Profissão	COMERCIANTE	Data de Nascimento	MT
Nacionalidade	654.434.541-53	CPF	Endereço Completo	AV MARECHAL RONDON 312	CENTRO	NOBRES - MT.	
				CEP			98.460.000
N.º de Cotas	10.000		Capital Subscrito	10.000,00		Capital Integralizado	10.000,00 CEP
Capital a Integralizar							

EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS, NO ATO DA ASSINATURA

TATIANE ZENI

21.07.80

Nome do Sócio (por extenso)	BRASILEIRA	Estado Civil	SOLTEIRA	Profissão	COMERCIANTE	Data de Nascimento	MT
Nacionalidade	902.396.441-15	CPF	Endereço Completo	AV MARECHAL RONDON 312	CENTRO	NOBRES - MT.	
				CEP			98.460.000
N.º de Cotas	10.000		Capital Subscrito	10.000,00		Capital Integralizado	10.000,00 CEP
Capital a Integralizar							

EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS, NO ATO DA ASSINATURA

EM CONJUNTO -TATIANE ZENI

Gerência e Uso do Nome Comercial

Nome do Sócio (por extenso)

Nacionalidade

Estado Civil

Profissão

FEDERACAO DO MUNICACAO DE NOBRES

UF

CPF

Endereço Completo

SERVICO DE COMUNICACAO

CEP

N.º de Cotas

Capital Subscrito

Capital Integralizado

Capital a Integralizar

Forma e Prazo da Integralização

MINISTERIO PÚBLICO DE NOBRES

CEP

Kátia Zeni

Gerência e Uso do Nome Comercial

Formulário para o b
2.º OFICIO NOTARIAL
CIDADE E COMARCA DE NOBRES - M.

Telefone: 66 378-1003

Rua Bahia n.º 498 - Bairro São José

AUTENTICAÇÃO

ESTA CÓPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL
QUAL ME REPORTO E DOU FE

Nobres - 08/01/2000

Ervindo Cândido de Almeida - Tabelião

Notariais Net 11853-2

CLÁUSULA 1º - NOME COMERCIAL, SEDE E FORO

RÁDIO NOBRES FM LTDA

Nome Comercial

AV MARECHAL RONDON 312 CENTRO NOBRES - MT

Sede (Município) Comunica: Rua, Praça, Av., Barra, N.º e complemento/Município

UF MT 78.460.000
CEPNOBRES - MT

Fora (Município, UF)

CLÁUSULA 2º - CAPITAL SOCIAL

<u>20.000</u>	<u>1,00</u>	<u>20.000,00</u>
Nº de Cotas	Votor Unitário/Cota R\$	Capital Integrado R\$
	<u>20.000,00</u>	<u>VINTE MIL REAIS</u>
Capital a Integrar	Total do Capital R\$	Capital Total (por extenso)
<u>20.000,00</u>		
Em Moeda	Em Bens Móveis	Em Bens Imóveis
<u>EM MOEDA CORRENTE DESTE PAÍS, NO ATO DA ASSINATURA</u>		
		Ouros

Forma e Prazo da Integração

CLÁUSULA 3º - PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE E TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL

09 / 07 / 99 Indeterminado Determinado até: / / / / De redação

Início de Atividade Término de Exercício Social

CLÁUSULA 4º - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade de cada sócio nas obrigações assumidas pela sociedade está limitada ao total do capital social.

CLÁUSULA 5º - OBJETO SOCIAL

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RÁDIO/FUSÃO GERADORA DE TV, ONDAS MÉDIAS E FREQUÊNCIA MODULADA, PRODUÇÃO DE PROGRAMAS PARA TELEVISÃO E RÁDIO.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFIRA CONS. 3 ORIGINAL

Enviado

27/07/03

Formativo elaborado pela IN/DHIC N.º 27 de 5/1987

Ref.31853-2

2.º OFÍCIO NOTARIAL DE NOTAS
CIDADE E COMARCA DE NOBRES - MT.
Telefone: 65 278-1001
Rua Bela n.º 498 - Bairro São José
AUTENTICAÇÃO
ESTA CÓPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL AD
QUAL QUE REPORTO, E DOU EF
Nobres, d. 1º MAIO 2000 de

Evaldo Cândido de Almeida - Tabelião

CLÁUSULA 6º – GERÊNCIA E USO DO NOME COMERCIAL

A gerência da sociedade e o uso do nome comercial serão exercidos pelo(s) sócio(s) indicado(s) na forma deste instrumento, vedado o uso do nome comercial em assuntos alheios aos interesses da sociedade.

CLÁUSULA 7º – RETIRADA "PRO-LABORE"

Os sócios poderão, de comum acordo e a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal pelo exercício da gerência, a título de "pro-labore", respeitadas as limitações legais vigentes.

CLÁUSULA 8º – LUCROS E/OU PREJUÍZOS

Os lucros e/ou prejuízos apurados em balanço a ser realizado após o término do exercício social serão repartidos entre os sócios, proporcionalmente às cotas de cada um no capital social, podendo os sócios, todavia, optarem pelo aumento de capital, utilizando os lucros, e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros.

CLÁUSULA 9º – DELIBERAÇÕES SOCIAIS

As deliberações sociais de qualquer natureza, inclusive para a exclusão de sócio, serão tomadas pelos sócios cotistas que detenham a maioria do capital social.

CLÁUSULA 10 – FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS

A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir filiais e outros estabelecimentos, no país ou fora dele, por ato de sua gerência ou por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA 11 – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

O falecimento, a interdição, a inabilitação e qualquer outra situação que implique em dissolução da sociedade permitirão ao(s) sócio(s) remanescente(s) admitir(em) novo(s) sócio(s) para a continuidade da empresa, na forma abaixo:

No caso de morte de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida continuando com o sócio sobrevivente e os Herdeiros do "DE CUIOS" caso não haja acordo entre o sócio remanescente e os herdeiros de sócio falecido para a continuidade da sociedade com estes, os herdeiros do sócio extinto serão apurados mediante Balanço Especialmente elaborado à época do evento e serão pagos aos seus herdeiros em 12 parcelas mensais e sucessivas nunca ultrapassando o número de 12 (Doze)

2.º OFÍCIO NOTARIAL DE NOTAS
CIDADE E COMARCA DE NOBRES - MT.
Telefone: 65 378-1001
Rua Bahia n.º 498 - Bairro São José
AUTENTICAÇÃO
ESTA COPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL AO
QUAL ME REPORTO (ARQUIFO)
Nobres, _____ de _____ de _____

Evaldo Cândido de Almeida - Tabelião

SEGURO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em: _____

Ref. 11853-2

Os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incursos em quaisquer dos crimes previstos em Lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis.

E, estando os sócios justos e contratados assinam este instrumento em **03 (Três)** vias, de igual teor e para o mesmo efeito, na presença das testemunhas abaixo:

Nobres CIDADE **MT** UF **09** de **Julho** de **2007**

ASSINATURAS/NOMES DOS SÓCIOS

Ass.: Katia Regina Ferri
Nome: Katia Regina Ferri

Ass.: Tatiane Ferri
Nome: Tatiane Ferri

Ass.: _____
Nome: _____

Ass.: _____
Nome: _____

ARTIGUO DO 2º USF
Av. Marechal Rondon 628 - Nobres - MT
Reconheço ser verdadeira a firma
Katia Regina Ferri
dou fá. Nobres, dia 10/07/2007
Em test. _____ da verdade

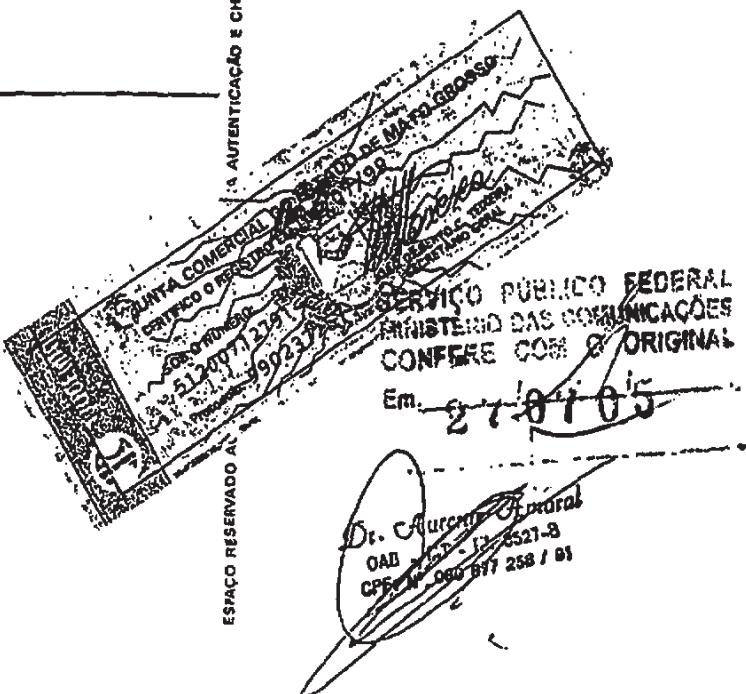
Evaldo Cândido de Almeida
Tabellão

TESTEMUNHAS:

Ass.: Flávio Rogerio Martihago
Nome: Flávio Rogerio Martihago
CPF 224.166.179-15 RG 1414950 SSP-PR.

Ass.: Flávio Rogerio Martihago
Nome: Flávio Rogerio Martihago
CPF 224.166.179-15 RG 618.274 SSP-MT
Portador do documento N° 22 de Tabellão

ESPAÇO RESERVADO A AUTENTICAÇÃO E CHANTELÉ



2.º OFÍCIO NOTARIAL DE NOTAS
CIDADE E COMARCA DE NOBRES - MT.
Telefone: 65 376-1802
Rua Bahia n.º 488 - Bairro São José
AUTENTICAÇÃO
ESTA CÓPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL AO
DUAL NE REPORTER & COFFEE
Nobres - MT 17/04/2007
Evaldo Cândido de Almeida - Tabellão

Anexo II

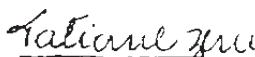


(Subitens 5.2.3, 5.2.7 e 5.5.5)

O(S) abaixo assinado(s), dirigente(s) da *Rádio Nobres FM Ltda.*, declara(m) que:

- a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de *Nobres*, Estado de *Mato Grosso*, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;
- b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da administração direta ou indireta da união, dos estados, do dos municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;
- c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na administração Pública, do qual decorra foro especial;
- e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Nobres, 15 de Maio de 2000


Tatiane Zeni
CPF:902396441-15


Kátia Regina Zeni
CPF:654434541-53

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 53 e 54, de 2007, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, e da Resolução nº 1, 2007, do Senado Federal, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 239, de 2007**, na origem, de 13 de março último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC-003.655/2003-0, referente ao Relatório de Auditoria no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício IA nº 79/2007

Brasília, 2 de abril de 2007

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que ocuparei a partir desta data, a vaga deste Partido no Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Atenciosamente, – Senador **Inácio Arruda**, Líder do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência designa o Sr. Senador Inácio Arruda para integrar o **Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz**, de acordo com o expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES

– Nº 64/2007, de 29 de março último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 923, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

AVISO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Nº 324/2007, de 15 de março último encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 94, de 2006, do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

O Requerimento nº 923, de 2006, vai ao Arquivo.

O Requerimento nº 94, de 2007, permanecerá na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as informações relativas à respectiva auditoria solicitada ao Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Há oradores inscritos.

Inscreveram-se para uma comunicação inadiável os Srs. Senadores Gerson Camata e Adelmir Santana.

O primeiro orador inscrito é o Senador Eduardo Suplicy, representante do Estado de São Paulo.

Senador Suplicy, V. Ex^a tem a palavra, pelo tempo de dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Gerson Camata, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente foram elaborados dois estudos importantes sobre como erradicar a pobreza e tornar mais justa a distribuição de renda em nosso País, cujos resultados merecem ser conhecidos por nós Senadores e por todos aqueles que se interessam pelo tema. Um feito pelos pesquisadores Samir Cury, Ricardo Paes de Barros e Gabriel Ulyssea, do IPEA e da FGV, e o outro pelo Dr. Sérgio Luiz de Moraes Pinto.

Ricardo Paes de Barros e Gabriel Ulyssea são do IPEA. Samir Cury é pesquisador que colabora com o IPEA, mas também é meu colega como professor na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV. O outro estudo foi feito pelo Dr. Sérgio Luiz de Moraes Pinto, que completou, no ano passado, sua tese de doutoramento sobre uma política para combater a desigualdade, denominada *Sociedade dos Participantes*.

Pesquisas domiciliares com cobertura nacional representam a melhor fonte de informação para medir o grau de desigualdade de um país. No caso do Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, constitui a principal fonte de informação disponível, sendo internacionalmente reconhecida. Nada obstante, assim como ocorre em todas as pesquisas domiciliares, a PNAD apresenta limitações.

Nesse sentido e com o objetivo de aferir a real desigualdade de renda na sociedade brasileira, os pesquisadores Samir Cury, Ricardo Paes de Barros e Gabriel Ulyssea, do IPEA, confeccionaram um estudo fundamentado na PNAD, na Pesquisa de Orçamento Familiar – POF, e nos números do Sistema de Contas Nacionais – SCN, denominado *A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas Contas Nacionais*. Cabe lembrar que todos esses dados são produzidos pelo IBGE.

Uma das conclusões apresentadas por Cury, Paes de Barros e Ulyssea é que a renda das famílias brasileiras é 26% maior do que a apurada pela PNAD, pesquisa mais utilizada no País para se medir rendimentos. Na prática, isso significa que há mais R\$219 bilhões disponíveis para o consumo do que se imagina.

Além de a renda ser maior do que a divulgada pela PNAD, essa discrepância em relação aos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar não ocorre apenas devido ao fato de a primeira não captar de maneira fiel os rendimentos de ativos. Os pesquisadores concluíram que a principal contribuição para essa diferença de 26% é justamente a da renda do trabalho, que também é mal captada pela PNAD.

Os cálculos mostraram que apesar da renda das famílias ser maior do que aquela com a qual trabalham Governo, consultorias e especialistas, esse diferencial não altera a desigualdade social medida pelo coeficiente de Gini. Pela PNAD, esse coeficiente estaria em 0,583, enquanto que com os dados da POF, ela ficaria em 0,582.

Um outro cálculo realizado pelos pesquisadores mostra que o nível de desigualdade no Brasil pode ser menor do que 0,58. Eles analisaram a renda das famílias de uma maneira diferente. Partiram do princípio de que alguns gastos do Governo, tais como educação, saúde, entre outros, devem ser contabilizados como renda para as famílias. “A família que não paga escola a seus filhos ou seguro-saúde, por pior que possam ser esses serviços públicos, economiza dinheiro e acaba tendo uma renda maior do que a declarada”, explica Samir Cury. E, ao mesmo tempo, os cálculos do estudo deduziram os gastos familiares com impostos.

O resultado é um coeficiente de Gini de 0,503 pela PNAD (antes considerado 0,583), supondo que 75% dos gastos do Governo são efetivamente transferidos para as famílias. Isso significa que o índice utilizado hoje para medir a desigualdade está 16% acima dos números encontrados pelo estudo. Ou seja, esse cálculo alternativo demonstra que a desigualdade de renda no Brasil é menor do que a mensurada pela PNAD.

As duas formas de cálculo demonstram que a distribuição de renda no Brasil continua com extrema desigualdade e que se faz necessário continuar o trabalho para reduzi-la.

É importante que o Governo do Presidente Lula tenha iniciado ou enfatizado como política diversos instrumentos que estão colaborando para reduzir gradativamente o grau de desigualdade no País.

Gostaria, agora, de mencionar as conclusões do estudo de Sérgio Luiz de Moraes Pinto, que defendeu, no ano passado, uma tese de doutoramento em administração pública e governo, na área de finanças públicas, sob a orientação do professor George Avelino Filho, justamente na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV, onde também sou professor, denominada Proposta de Avaliação de uma Política Pública contra a Desigualdade Econômica no Brasil – A Sociedade dos Participantes. Refere-se à proposição feita pelos professores Bruce Ackerman e Anne Alstott, no livro *The Stakeholder Society*, que pode ser traduzida para a sociedade dos participantes.

Pois bem, em diálogo comigo, Sérgio Luiz de Moraes Pinto salientou que a proposta de se pagar a todos, numa sociedade, um capital básico é equivalente ao pagamento de uma renda básica. E teve Sérgio Luiz de Moraes Pinto a gentileza de fazer uma simulação, enviando-me um trabalho que considero de grande relevância e que, inclusive, entreguei, ontem à noite, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Quero aproveitar a oportunidade, Presidente Gerson Camata, para agradecer a gentileza do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, com o Ministro Tarso Genro, compareceu ontem à minha residência, para uma reunião com a Bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado. Nós somos hoje doze Senadores, com a chegada de João Pedro, que substituiu o Ministro Alfredo Nascimento. Apenas o nosso Augusto, Senador por Roraima, que foi acometido de uma gripe, não pôde estar presente.

Foi um diálogo extremamente positivo, construtivo e que certamente colaborará muito para o melhor relacionamento entre o Senado Federal, o Congresso Nacional, a nossa Bancada, o Governo e também as demais bancadas. O Presidente Lula deseja ter encontros dessa natureza com todos os partidos; já teve com o partido de V. Ex^a, Sr. Presidente. Sua Excelência vai dar continuidade a procedimentos dessa natureza e aos diálogos intensos com as principais lideranças, não apenas da base de Governo, mas também da Oposição. Ele próprio mencionou que, hoje pela manhã, teria um diálogo com o Senador Antonio Carlos Magalhães, que o visitaria no Palácio do Planalto.

Diz Sérgio Luiz de Moraes Pinto:

Este breve trabalho avalia os efeitos da implantação da Lei da Renda Básica de Cidadania, de autoria do Senador Eduardo M. Suplicy e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva [em 8 de janeiro de 2004].

Por meio de uma técnica matemática, denominada microssimulação, mediu-se os resultados da adoção deste programa, usando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005, a última divulgada pelo IBGE. Os resultados [Presidente Gerson Camata, que também votou favorável a essa medida] são surpreendentemente positivos. O índice de Gini, que mede desigualdade econômica, seria reduzido em 4,77%, de 0,552 para 0,525, [pela aplicação, apenas em um ano, de uma Renda Básica de Cidadania modesta, de R\$40,00 por mês, para todos os brasileiros e brasileiras]. Para avaliar a força deste resultado, basta lembrar que este índice [o coeficiente Gini] diminuiu de 2,59% entre 2003 e 2005; e 6,16% entre 1993 e 2003 [em dez anos, portanto]. Outro dado que mostra a eficácia do programa de Renda Básica é o aumento de quase 50% da participação na renda nacional dos 10% dos brasileiros mais pobres, de 0,88% para 1,31%.

Para se chegar a estes valores, simulamos na PNAD de 2005 a proposta do Senador Suplicy, exposta em seu livro “Renda Básica de Cidadania: A Resposta dada pelo Vento”, na qual cada cidadão brasileiro receberá R\$40 por mês [como uma hipótese para começar].

A ferramenta usada, a microssimulação, ou simulação microanalítica, é a técnica de modelagem econômica que permite alterar os atributos das unidades individuais que compõem um banco de dados, e analisar os resultados agregados destas alterações. A partir de modelos econométricos, simulam-se alterações nos indivíduos, e mede-se o efeito destas na distribuição da renda e nos índices de desigualdade da população.

A implantação do programa de Renda Básica impõe um dispêndio significativo de R\$88,8 bilhões, que é o resultado de 12 parcelas mensais de R\$40,00 pagas a 185 milhões de brasileiros [a nossa população em 2005, atualmente, de 188,3 milhões]. [...] Este trabalho não busca enumerar as fontes de financiamento para o programa, o que está feito no livro já citado do senador Suplicy. Também não simulamos nenhuma redução na renda

dos mais ricos, o que ocorreria no caso da adoção de um sistema tributário mais progressivo, que reduziria ainda mais a desigualdade aqui calculada. Na verdade, como o programa proposto é um direito de cidadania, a renda dos ricos é acrescida dos mesmos R\$40,00 mensais do que a dos pobres.

Este estudo desenvolve uma simulação estática, i.e., o efeito da implantação do programa de Renda Básica está sendo medido somente para o ano de 2005, sem analisar sua progressão no tempo [que, obviamente, se for em 10 anos, a redução na desigualdade será extraordinariamente maior]. A injeção de recursos da ordem de R\$88,8 bilhões na economia aumentará o consumo, estimulará o setor produtivo e gerará mais empregos. Desta forma, os resultados quanto à redução da pobreza e da desigualdade nos anos seguintes devem ser maiores do que os aqui apontados.

No entanto, seria necessário desenvolver modelos econométricos, avaliando o impacto no comportamento da população e nos diferentes setores da economia, para poder mensurar todos os benefícios do programa ao longo do tempo.

A simulação aqui desenvolvida supõe a implantação da Renda Básica sem a suspensão da Bolsa Família [em 2005, ela aconteceu]. Assim, todos os brasileiros irão ter sua renda acrescida de R\$40,00; e os que recebem a Bolsa Família não perderão este benefício. No entanto, o resultado medido de redução de 4,77% na desigualdade brasileira deve-se tão-somente à adoção do programa de Renda Básica, visto o efeito da Bolsa Família já estar computado na redução de 2,59%, medida entre 2003 e 2005. Em outras palavras, a PNAD de 2005 traz embutida a renda total recebida pelos brasileiros, inclusive os valores referentes ao programa Bolsa Família. A simulação realizada acresce a esta renda a proposta do Senador Suplicy [da Renda Básica], cujos efeitos são medidos pela diferença entre a PNAD real e a simulada.

As Tabelas 1 e 2 [...] [anexas] apresentam, respectivamente, a desigualdade no Brasil medida pelo índice de Gini e sua variação, por estado e por região. Os valores da Tabela 1 representam, de 1993 a 2005, a desigualdade real, medida, e na coluna R.B. [Renda Básica] a simulação da adoção da política de Renda Básica. Nestas tabelas podemos ver

que a maior redução do índice de Gini devendo a esta política ocorre na região Nordeste, de 0,551 para 0,509, ou seja, 7,59%. Todas as regiões e todos os estados, sem exceção, melhoraram sua distribuição de renda. Mesmo onde o programa Bolsa Família não foi tão eficaz para reduzir a desigualdade, o Renda Básica apresenta bons resultados.

Por exemplo, a região Centro-Oeste reduziu sua desigualdade entre 2003 e 2005 em 0,71%. Com a adoção do Programa Renda Básica, a redução passaria a ser de 4,15% nessa região.

No Rio Grande do Norte, Paraíba e Goiás, onde a desigualdade aumentou nesse período, mesmo com o Bolsa Família, haveria uma redução com a adoção do Renda Básica. Cabe ressaltar que a comparação dos resultados da Região Norte, entre 2003 e 2005, não é tão acurado como os das demais, pois o IBGE ampliou a área de pesquisa dos domicílios em 2004, e preferimos manter os resultados de 2005 integrais, sem harmonizar com a área de 2003.

Finalmente, a Tabela 3 mostra como a renda nacional se distribui entre cada decil da população brasileira. Conforme afirmamos atrás, os 10% da população mais pobre aumenta sua participação na renda de 0,88% para 1,31%, quase 50%. A metade mais pobre dos brasileiros, i.e., os cinco primeiros decils, aumentam sua participação na renda nacional de 15,79% (a soma dos cinco primeiros grupos) para 17,42%, ou seja, um aumento superior a 10%.

Quanto à redução da pobreza, a PNAD de 2005 mostra que aproximadamente 4,5% da população brasileira, após a adoção do Bolsa Família, continuava abaixo do nível de pobreza extrema, ganhando menos do que um dólar por dia. Enquanto isso, cerca de 10,5% ganhavam menos do que dois dólares por dia, o nível de pobreza. Com a adoção do programa de Renda Básica, concomitante ao do Bolsa Família, a porcentagem da população ganhando menos do que um dólar por dia seria reduzida para menos de 2%, e menos de 8% estariam recebendo até dois dólares diários. Isto significa tirar mais de 4,6 milhões de brasileiros da miséria, e outros 4,6 milhões da linha de pobreza, além dos que já foram beneficiados pelo programa Bolsa Família.

Quando falo em miséria, digo aqui os que estão vivendo com menos de US\$1 por dia, e condições de pobreza os que estão vivendo com menos de US\$2 por dia.

Assim, os dois programas estudados reduzem a pobreza. No entanto, o de Renda Básica mostra-se mais eficiente na redução da desigualdade. Sabemos que o Brasil não é um país pobre, mas é um dos países com pior distribuição de renda do mundo. Os estudos mostram que a pobreza não gera violência, enquanto esta grande desigualdade econômica diminui a coesão social, gerando a violência e a criminalidade, apontada pelas pesquisas como o problema que mais incomoda os brasileiros hoje. Além disto, esta má distribuição de renda dificulta o crescimento econômico do país, aumenta o número dos que vivem na pobreza, retarda a redução dos pobres quando o país cresce, aumenta a exclusão social e traz um enorme custo de oportunidade pelo não aproveitamento do potencial de trabalho de milhões de desempregos, principalmente jovens.

Ou seja, a pobreza, ao lado da pobreza, ela não induz tanto à violência, mas quando a pobreza está ao lado da disparidade de renda e riqueza, tal como no Brasil em muitos lugares, nas grandes metrópoles se observa, então é aí que a violência aumenta muito mais.

Quero aqui então registrar estes dois trabalhos. Peço que eles sejam transcritos na íntegra, tanto o trabalho de Ricardo Paes de Barros, de Samir Cury e Gabriel Ulyssea.

Eu gostaria até de registrar que, ontem, no jantar com a Bancada do PT, o Presidente Lula recomendou que eu assistisse a entrevista de Ricardo Paes de Barros que mostrou a natureza da distribuição da renda e como esses estudos mostram que a população mais pobre está melhor do que antes estava sendo considerada. Gostaria também de informar que encaminhei ao Presidente esse estudo da renda básica, que mostra como ela pode se tornar um instrumento muito eficaz na batalha do atual Governo e de toda a sociedade brasileira para diminuirmos a desigualdade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente Gerson Camata e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPlicy EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RENDA BÁSICA DE CIDADANIA: EFEITOS DE SUA IMPLANTAÇÃO NA SOCIEDADE E NA DESIGUALDADE

Sergio Luiz de Moraes Pinto

Este breve trabalho avalia os efeitos da implantação da Lei da Renda Básica de Cidadania, de autoria do Senador Eduardo M. Suplicy e sancionada pelo Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Por meio de uma técnica matemática, denominada microssimulação, mediu-se os resultados da adoção deste programa usando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005, a última divulgada pelo IBGE. Os resultados são surpreendentemente positivos. O índice de Gini, que mede desigualdade econômica, seria reduzido em 4,77%, de 0,552 para 0,525. Para avaliar a força deste resultado, basta lembrar que este índice diminuiu 2,59% entre 2003 e 2005; e 6,16% entre 1993 e 2003. Outro dado que mostra a eficácia do programa de Renda Básica é o aumento de quase 50% da participação na renda nacional dos 10% dos brasileiros mais pobres, de 0,88% para 1,31%.

Para se chegar a estes valores, simulamos na PNAD de 2005 a proposta do Senador Suplicy, exposta em seu livro “Renda Básica de Cidadania: A Resposta dada pelo Vento”, na qual cada cidadão brasileiro receberá R\$ 40,00 por mês. A ferramenta usada, a microssimulação, ou simulação microanalítica, é a técnica de modelagem econômica que permite alterar os atributos das unidades individuais que compõem um banco de dados, e analisar os resultados agregados destas alterações. A partir de modelos econométricos simulam-se alterações nos indivíduos e mede-se o efeito destas na distribuição de renda e nos índices de desigualdade da população.

A implantação do programa de Renda Básica impõe um dispêndio de R\$ 88,8 bilhões, que é o resultado de 12 parcelas mensais de R\$ 40,00 pagas a 185 milhões de brasileiros. Este valor equivale a pouco mais de 4% do PIB corrigido de 2005, de R\$ 2.147 bilhões. Este trabalho não busca enumerar as fontes de financiamento para o programa, o que está feito no livro já citado do senador Suplicy. Também não simulamos nenhuma redução na renda dos mais ricos, o que ocorreria no caso da adoção de um sistema tributário mais progressivo, que reduziria ainda mais a desigualdade aqui calculada. Na

verdade, como o programa proposto é um direito de cidadania, a renda dos ricos é acrescida dos mesmos R\$ 40,00 mensais que a dos pobres.

Este estudo desenvolve uma simulação estática, i.e., o efeito da implantação do programa de Renda Básica está sendo medido somente para o ano de 2005, sem analisar sua progressão no tempo. A injeção de recursos da ordem de R\$ 88,8 bilhões na economia aumentará o consumo, estimulará o setor produtivo e gerará mais empregos. Desta forma, os resultados quanto à redução da pobreza e da desigualdade nos anos seguintes devem ser maiores do que os aqui apontados. No entanto, seria necessário desenvolver modelos econométricos avaliando o impacto no comportamento da população e nos diferentes setores da economia para poder mensurar todos os benefícios do programa ao longo do tempo.

A simulação aqui desenvolvida supõe a implantação da Renda Básica sem a suspensão da Bolsa Família. Assim, todos os brasileiros irão ter sua renda acrescida de R\$ 40,00; e os que recebem a Bolsa Família não perderão este benefício. No entanto, o resultado medido de redução de 4,77% na desigualdade brasileira deve-se tão somente à adoção do programa de Renda Básica, visto o efeito da Bolsa Família já estar computado na redução de 2,59%, medida entre 2003 e 2005. Em outras palavras, a PNAD de 2005 traz embutida a renda total recebida pelos brasileiros, inclusive os valores referentes ao programa Bolsa Família. A simulação realizada acresce a esta renda a proposta do Senador Suplicy, cujos efeitos são medidos pela diferença entre a PNAD real e a simulada.

As Tabelas 1 e 2, colocadas no final do trabalho, apresentam, respectivamente, a desigualdade no Brasil medida pelo índice de Gini e sua variação, por estado e por região. Os valores na Tabela 1 representam, de 1993 a 2005, a desigualdade real, medida, e na coluna R.B. a simulação da adoção da política de Renda Básica. Nestas tabelas podemos ver que a maior redução do índice de Gini devido a esta política ocorre na região Nordeste, de 0,551 para 0,509, ou seja 7,59%. Todas as regiões e todos os estados, sem exceção, melhoraram sua distribuição de renda. Mesmo onde o programa Bolsa Família não foi tão eficaz para reduzir a desigualdade, o Renda Básica apresenta bons resultados. Por exemplo, a região Centro-Oeste reduziu sua desigualdade entre 2003 e 2005 em 0,71%. Com a adoção do programa do Senador Suplicy, a redução será de 4,15% nesta região. Alguns estados, como o Rio Grande do Norte, Paraíba e Goiás, onde a desigualdade aumentou

neste período, mesmo com o Bolsa Família, terão uma redução com a adoção da Renda Básica. Cabe ressalvar que a comparação dos resultados na região Norte entre 2003 e 2005 não é tão acurado como os das demais, pois o IBGE ampliou a área de pesquisa dos domicílios em 2004, e preferimos manter os resultados de 2005 integrais, sem harmonizar com a área de 2003.

Finalmente, a Tabela 3 mostra como a renda nacional se distribui entre cada decil da população brasileira. Conforme afirmamos atrás, os 10% da população mais pobre aumenta sua participação na renda de 0,88% para 1,31%, quase 50%. A metade mais pobre dos brasileiros, i.e., os cinco primeiros decils, aumentam sua participação na renda nacional de 15,79% (a soma dos cinco primeiros grupos) para 17,42%, ou seja, um aumento superior a 10%.

Quanto à redução da pobreza, a PNAD de 2005 mostra que aproximadamente 4,5% da população brasileira, após a adoção da Bolsa Família, continuava abaixo do nível de pobreza extrema, ganhando menos do que um dólar por dia. Enquanto isto, cerca de 10,5% ganhava menos do que dois dólares por dia, o nível de pobreza. Com a adoção do programa de Renda Básica, concomitante ao da Bolsa Família, a porcentagem da população ganhando menos do que um dólar por dia seria reduzida para menos de 2%, e menos de 8% estariam recebendo até dois dólares diários. Isto significa tirar mais de 4,6 milhões de brasileiros da miséria, e outros 4,6 milhões da linha de pobreza, além dos que já foram beneficiados pelo programa Bolsa Família.

Assim, os dois programas estudados reduzem a pobreza. No entanto, o de Renda Básica mostra-se mais eficiente na redução da desigualdade. Sabemos que o Brasil não é um país pobre, mas é um dos países com pior distribuição de renda do mundo. Os estudos mostram que a pobreza não gera violência, enquanto esta grande desigualdade econômica diminui a coesão social, gerando a violência e a criminalidade, apontada pela pesquisas como o problema que mais incomoda os brasileiros hoje. Além disto, esta má distribuição de renda dificulta o crescimento econômico do país, aumenta o número dos que vivem na pobreza, retarda a redução dos pobres quando o país cresce, aumenta a exclusão social e traz um enorme custo de oportunidade pelo não aproveitamento do potencial de trabalho de milhões de desempregados, principalmente jovens.

Tabela 1 - Índice de Gini - Indivíduos

Região									
Un. da Federação	R.B. *	2005	2004	2003	2002	1999	1996	1993	
Norte	0.47839	0.50909	0.52500	0.53409	0.55103	0.55314	0.56834	0.58538	
RO	0.52048	0.54726	0.51945	0.51169	0.54826	0.55691	0.53460	0.55985	
AC	0.51488	0.54672	0.57427	0.59503	0.61877	0.58774	0.62264	0.55682	
AM	0.43344	0.45942	0.48255	0.50464	0.51802	0.50149	0.53483	0.54203	
RR	0.47800	0.51014	0.51244	0.54055	0.47279	0.50538	0.44005	0.53497	
PA	0.46925	0.50184	0.53027	0.52364	0.55317	0.56118	0.57925	0.60974	
AP	0.48898	0.51414	0.53679	0.55245	0.52502	0.50428	0.51752	0.63691	
TO	0.51159	0.54993	0.55316	0.57136	0.56833	0.55188	0.57900	0.54875	
Nordeste	0.50913	0.55095	0.57061	0.57021	0.57552	0.57519	0.59043	0.61917	
MA	0.46396	0.51139	0.60887	0.55224	0.56119	0.56710	0.60250	0.63844	
PI	0.54055	0.58910	0.60588	0.62677	0.61541	0.56945	0.55833	0.58378	
CE	0.52047	0.56575	0.56833	0.56974	0.58164	0.58074	0.59294	0.61056	
RN	0.54849	0.58533	0.56624	0.55064	0.57769	0.57439	0.58613	0.57902	
PB	0.52873	0.56921	0.58900	0.56088	0.58762	0.63096	0.59035	0.63834	
PE	0.52121	0.56047	0.58757	0.56244	0.57938	0.57729	0.57416	0.60816	
AL	0.48188	0.52366	0.53904	0.58108	0.56032	0.53407	0.60576	0.59149	
SE	0.50306	0.54063	0.55225	0.56766	0.55729	0.60075	0.59726	0.63958	
BA	0.48756	0.52740	0.53604	0.57008	0.56335	0.55093	0.58977	0.62586	
Sudeste	0.51231	0.53385	0.53322	0.54317	0.55199	0.55126	0.56908	0.58131	
MG	0.50016	0.52843	0.54201	0.54264	0.55517	0.55886	0.57089	0.58869	
ES	0.51462	0.54027	0.54605	0.54795	0.57759	0.56264	0.57792	0.57550	
RJ	0.51209	0.53215	0.53557	0.53903	0.53449	0.54709	0.57433	0.57709	
SP	0.50518	0.52433	0.51580	0.53100	0.54239	0.53288	0.54744	0.56616	
Sul	0.49728	0.51928	0.53011	0.53505	0.53640	0.55868	0.56662	0.57702	
PR	0.51518	0.53841	0.55929	0.55279	0.54742	0.57477	0.58286	0.59261	
SC	0.46407	0.48338	0.47474	0.50056	0.49167	0.52034	0.52826	0.53463	
RS	0.49739	0.51977	0.53059	0.53583	0.54791	0.56170	0.56974	0.58109	
Centro-Oeste	0.54090	0.56431	0.57049	0.56837	0.59089	0.59141	0.59881	0.61699	
MS	0.49953	0.52526	0.53088	0.54398	0.57106	0.55547	0.58510	0.58068	
MT	0.47406	0.49763	0.52461	0.52666	0.55750	0.54488	0.56814	0.57896	
GO	0.52039	0.54692	0.54301	0.52795	0.55630	0.56172	0.58778	0.61063	
DF	0.57752	0.59247	0.60509	0.59921	0.60703	0.61835	0.58037	0.62059	

* R.B. - Renda Básica (adotado valor de R\$ 40,00, e simulado na PNAD/05)

Fonte: Cálculo do autor com base nas PNADs do IBGE.

Tabela 2 - Variação do Índice de Gini - Indivíduos

Região	R.B./2005*	2005/2003	2003/1993	R.B./2003
Un. da Federação				
Norte	-6,03%	-4,68%	-8,76%	-10,43%
RO	-4,89%	6,95%	-8,60%	1,72%
AC	-5,82%	-8,12%	6,86%	-13,47%
AM	-5,65%	-8,96%	-6,90%	-14,11%
RR	-6,30%	-5,63%	1,04%	-11,57%
PA	-6,49%	-4,16%	-14,12%	-10,39%
AP	-4,89%	-6,93%	-13,26%	-11,49%
TO	-6,97%	-3,75%	4,12%	-10,46%
Nordeste	-7,59%	-3,38%	-7,91%	-10,71%
MA	-9,27%	-7,40%	-13,50%	-15,99%
PI	-8,24%	-6,01%	7,36%	-13,76%
CE	-8,00%	-0,70%	-6,69%	-8,65%
RN	-6,29%	6,30%	-4,90%	-0,39%
PB	-7,11%	1,49%	-12,13%	-5,73%
PE	-7,00%	-0,35%	-7,52%	-7,33%
AL	-7,98%	-9,88%	-1,76%	-17,07%
SE	-6,95%	-4,76%	-11,24%	-11,38%
BA	-7,55%	-7,49%	-8,91%	-14,48%
Sudeste	-4,03%	-1,72%	-6,56%	-5,68%
MG	-5,35%	-2,62%	-7,82%	-7,83%
ES	-4,75%	-1,40%	-4,79%	-6,08%
RJ	-3,77%	-1,28%	-6,60%	-5,00%
SP	-3,65%	-1,26%	-6,21%	-4,86%
Sul	-4,24%	-2,95%	-7,27%	-7,06%
PR	-4,31%	-2,60%	-6,72%	-6,80%
SC	-3,99%	-3,43%	-6,37%	-7,29%
RS	-4,31%	-3,00%	-7,79%	-7,17%
Centro-Oeste	-4,15%	-0,71%	-7,88%	-4,83%
MS	-4,90%	-3,44%	-6,32%	-8,17%
MT	-4,74%	-5,51%	-9,03%	-9,99%
GO	-4,85%	3,59%	-13,54%	-1,43%
DF	-2,52%	-1,12%	-3,45%	-3,62%

* R.B.-Renda Básica(adoptado valor de R\$40,00, e simulado na PNAD/05)

Fonte: Cálculo do autor com base nas PNADs do IBGE.

Tabela 3 - Participação dos Grupos na Renda

Decil	PNAD 2005	Renda Básica
1	0,88%	1,31%
2	2,61%	2,97%
3	3,75%	4,05%
4	3,80%	4,09%
5	4,75%	5,00%
6	5,95%	6,14%
7	7,50%	7,62%
8	10,06%	10,05%
9	15,38%	15,13%
10	45,32%	43,64%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Cálculo do autor com base nas PNADs do IBGE.

Pronunciamento Sobre a evolução recente da desigualdade de renda no Brasil

Recentemente foram elaborados dois estudos importantes sobre como erradicar a pobreza e tornar mais justa a distribuição de renda em nosso país, cujos resultados merecem ser conhecidos por nós senadores e por todos que se interessam pelo tema. Um feito pelos pesquisadores Samir Cury, Ricardo Paes de Barros e Gabriel Ulyssea do Ipea e da FGV e o outro pelo Dr. Sérgio Luiz de Moraes Pinto.

Pesquisas domiciliares com cobertura nacional representam a melhor fonte de informação para medir o grau de desigualdade de um país. No caso do Brasil, a Pnad constitui a principal fonte de informação disponível, sendo internacionalmente reconhecida. Não obstante, assim como ocorre em todas as pesquisas domiciliares, a Pnad apresenta limitações.

Nesse sentido e com o objetivo de aferir a real desigualdade de renda na sociedade brasileira, os pesquisadores Samir Cury, Ricardo Paes de Barros e Gabriel Ulyssea, do Ipea, confeccionaram um estudo fundamentado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e nos números do Sistema de Contas Nacionais (SCN) denominado *A desigualdade de Renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas Contas Nacionais*. Cabe lembrar que todos esses dados são produzidos pelo IBGE.

Uma das conclusões apresentadas por Cury, Paes de Barros e Ulyssea é que a renda das famílias brasileiras é 26% maior do que a apurada pela pesquisa mais utilizada no país para se medir rendimentos, a PNAD. Na prática, isso significa que há mais R\$ 219 bilhões disponíveis para o consumo do que se imagina.

Além da renda ser maior do que a divulgada pela PNAD, essa discrepância em relação aos dados da POF não ocorre apenas devido ao fato de a primeira pesquisa não captar de maneira fiel os rendimentos de ativos. Os pesquisadores concluem que a principal contribuição para essa diferença de 26% é justamente a da renda do trabalho, que também é mal captada pela PNAD.

Os cálculos mostraram que apesar da renda das famílias ser maior do que aquela com a qual trabalham governo, consultorias e especialistas, esse diferencial não altera a desigualdade social medida pelo coeficiente de Gini. Pela PNAD, esse coeficiente estaria em 0,583, enquanto que com os dados da POF, ele ficaria em 0,582.

Um outro cálculo realizado pelos pesquisadores mostra que o nível de desigualdade no Brasil pode ser menor do que 0,58. Eles analisaram a renda das famílias de uma maneira diferente. Partiram do princípio de que alguns gastos do governo, tais com educação, saúde, entre outros devem ser contabilizados como renda para as famílias. "A família que não paga escola a seus filhos ou seguro-saúde, por pior que possam ser esses serviços público, economiza dinheiro e acaba tendo uma renda maior do que a declarada" explica Samir Cury. E ao mesmo tempo, os cálculos do estudo deduziram os gastos familiares com impostos.

O resultado é um coeficiente de Gini de 0,503 pela PNAD (antes 0,583), supondo que 75% dos gastos do governo são efetivamente transferidos para as famílias. Isso significa que o índice utilizado hoje para medir a desigualdade está 16% acima dos números encontrados pelo estudo. Ou seja, esse cálculo alternativo demonstra que a desigualdade de renda no Brasil é menor do que a mensurada pela PNAD.

As duas formas de cálculo demonstram que a distribuição de renda no Brasil continua muito grande sendo necessário que continuemos a trabalhar para reduzi-la. Nesse sentido desejo registrar as conclusões do estudo do Dr. Moraes Pinto.

Este trabalho avalia os efeitos da implantação da Lei da Renda Básica de Cidadania, por meio de uma técnica matemática, denominada *microssimulação*, que mediou os resultados da adoção deste programa usando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005, a última divulgada pelo IBGE. Os resultados são surpreendentemente positivos. O índice de Gini, que mede desigualdade econômica, seria reduzido em 4,77%, de 0,552 para 0,525. Para avaliar a força deste resultado, basta lembrar que este índice diminuiu 2,59% entre 2003 e 2005; e 6,16% entre 1993 e 2003. Outro dado que mostra a eficácia do programa de Renda Básica é o aumento de quase 50% da participação na renda nacional dos 10% dos brasileiros mais pobres, de 0,88% para 1,31%.

Para se chegar a estes valores, foi simulado na PNAD de 2005 a proposta exposta meu livro "Renda Básica de Cidadania: A Resposta dada pelo Vento", na qual cada cidadão brasileiro receberá R\$ 40,00 por mês. A implantação do programa de Renda Básica impõe um dispêndio de R\$ 88,8 bilhões, que é o resultado de 12 parcelas mensais de R\$ 40,00 pagas a 185 milhões de brasileiros. Este valor equivale a pouco mais de 4% do PIB corrigido de 2005, de R\$ 2.147 bilhões.

Este estudo desenvolve uma simulação estática, i.e., o efeito da implantação do programa de Renda Básica está sendo medido somente para o ano de 2005, sem analisar sua progressão no tempo. A injeção de recursos da ordem de R\$ 88,8 bilhões na economia aumentará o consumo, estimulará o setor produtivo e gerará mais empregos. Desta forma, os resultados quanto à redução da pobreza e da desigualdade nos anos seguintes devem ser maiores do que os aqui apontados.

Segundo os cálculos do estudo, a desigualdade no Brasil medida pelo índice de Gini e sua variação, por estado e por região demonstram que a maior redução do índice de Gini devido a esta política ocorrerá na região Nordeste, de 0,551 para 0,509, ou seja 7,59%. Todas as regiões e todos os estados, sem exceção, melhoraram sua distribuição de renda. Mesmo onde o programa Bolsa Família não foi tão eficaz para reduzir a desigualdade, o Renda Básica apresenta bons resultados. Por exemplo, a região Centro-Oeste reduziu sua desigualdade entre 2003 e 2005 em 0,71%. Com a adoção do programa do Senador Suplicy, a redução será de 4,15% nesta região. Alguns estados, como o Rio Grande do Norte, Paraíba e Goiás, onde a desigualdade aumentou neste período, mesmo com o Bolsa Família, terão uma redução com a adoção da Renda Básica.

Cabe ressaltar que a comparação dos resultados na região Norte entre 2003 e 2005 não é tão acurado como os das demais, pois o IBGE ampliou a área de pesquisa dos domicílios em 2004, e preferimos manter os resultados de 2005 integrais, sem harmonizar com a área de 2003.

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1263

A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL ENCONTRA-SE SUBESTIMADA? UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM BASE NA PNAD, NA POF E NAS CONTAS NACIONAIS

**Ricardo Paes de Barros
Samir Cury
Gabriel Ulyssea**

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1263

A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL ENCONTRA-SE SUBESTIMADA? UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM BASE NA PNAD, NA POF E NAS CONTAS NACIONAIS*

Ricardo Paes de Barros
Samir Cury***
Gabriel Ulyssea******

Rio de Janeiro, março de 2007

* Este artigo é um dos capítulos de Barros, Foguel e Ulyssea (2007), no prelo. Os autores são extremamente gratos a Samuel Franco e Amélio Melgaço, que contribuíram enormemente para as análises com base nos dados da Pnad e da POF e para a realização das simulações. Agradecem ainda à Diretoria de Pesquisa do IBGE e, em particular, aos integrantes da Coordenação de Contas Nacionais pelos inúmeros esclarecimentos prestados. Os erros remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

** Coordenador de Avaliação de Políticas Públicas, da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea.

*** Professor da Fundação Getulio Vargas – SP.

**** Pesquisador da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea.

SINOPSE

O objetivo deste artigo é investigar a magnitude da subestimação da renda das famílias obtida a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e seu potencial impacto sobre a aferição do nível e da evolução da desigualdade de renda brasileira. Para tanto, é feita uma análise comparativa das informações da Pnad com as da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e do Sistema de Contas Nacionais (SCN). A análise é feita em três etapas. Primeiro, avaliamos o grau de subestimação da renda total das famílias por parte da Pnad. Segundo, simulamos os impactos dessa subestimação sobre a aferição do grau de desigualdade de renda. Por fim, analisamos em que medida a subestimação do nível de desigualdade afeta a estimativa da variação no grau de desigualdade entre 2001 e 2003. Entre os resultados obtidos, temos que, embora o grau de subestimação da renda das famílias na Pnad seja significativo, o grau de subestimação da desigualdade é bastante reduzido. Além disso, não encontramos evidências de que a subestimação da renda familiar por parte da Pnad tenha levado a uma superestimação da recente queda na desigualdade no país.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the magnitude of the underestimation of household income by the Pnad and its potential effects on the measurement of the level and the evolution of Brazilian income inequality. For that, we compare the data from Pnad with the data from the Household Expenditure Survey (POF) and the National Accounting System (NAS). The analysis is made in three steps. First, we evaluate the underestimation degree of total household income by the Pnad. Second, we simulate the impacts of this underestimation on income inequality measurement. Finally, we analyze in what extent household income underestimation affects the estimation of income inequality variation between 2001 and 2003. The results suggest that even though household income underestimation by the Pnad is high, income inequality underestimation is not substantial. Additionally, we find no evidence that household income underestimation by the Pnad implies an overestimation of the income inequality fall in the recent period.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 COMPARANDO PNAD E POF

3 PNAD E POF *VIS-A-VISO* SCN

4 DIFERENÇAS ENTRE A RENDA CONSTRUÍDA E O PIB

5 A EVOLUÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A PNAD E O SCN

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

APÊNDICE

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas domiciliares com representatividade nacional são mundialmente utilizadas como a principal fonte de informações para estudos sobre a desigualdade de renda. O Brasil não constitui uma exceção, e a maior parte dos estudos existentes na literatura nacional apóia-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), coletada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).¹

Apesar de sua qualidade e abrangência,² a Pnad apresenta algumas limitações na mensuração da renda – comuns às pesquisas domiciliares de maneira geral – que dificultam a análise da desigualdade de renda. Tais restrições decorrem sobretudo da dificuldade, por parte dessas pesquisas, em captar adequadamente algumas fontes de renda, tais como a renda não-monetária dos pequenos agricultores, o rendimento de ativos e as rendas mais voláteis ou eventuais, que compreendem, por exemplo, ganhos com loterias, seguro-desemprego, 13º salário e indenizações.

A dificuldade em captar adequadamente todas as fontes de renda leva a uma inequívoca subestimação da renda das famílias e, portanto, tem impacto direto sobre a renda média.³ Contudo, para que essa subestimação também tenha impacto sobre a aferição da desigualdade de renda, é preciso que as omissões existentes estejam distribuídas de forma desproporcional ao longo da distribuição. Ao contrário, se a subestimação ocorre de forma proporcional à renda de fato captada, então ela não deve ter qualquer impacto sobre a mensuração da desigualdade. Portanto, a dificuldade não deriva das omissões em si, mas de uma eventual desproporção da subestimação da renda dos mais ricos ou dos mais pobres.

Tradicionalmente, argumenta-se que essas omissões estão especialmente concentradas entre os mais ricos em virtude da subdeclaração dos rendimentos de ativos e, talvez, devido a uma recusa maior dos mais ricos em responder a essas pesquisas.⁴ Porém, há também omissões que incidem de forma mais significativa sobre os grupos de indivíduos localizados nos décimos inferiores da distribuição, em particular aquelas decorrentes da subestimação dos rendimentos não-monetários e de transferências eventuais, como o seguro-desemprego e a ajuda de familiares. Portanto, a determinação do impacto líquido da subestimação dessas diferentes fontes de renda sobre a desigualdade é uma questão empírica, não sendo possível determinar *a priori* a sua direção.

Apesar da importância desse tema, há poucas evidências e trabalhos na literatura brasileira que abordem a subestimação da renda em pesquisas domiciliares e seu

1. Por exemplo, dos 25 capítulos em Henriques (2000), cerca de 3/4 utilizam a Pnad como base para a análise da distribuição de renda brasileira.

2. As três grandes compilações de informações sobre distribuição de renda no mundo (DEININGER; SQUIRE, 1996; BANCO MUNDIAL, 2005; PNUD, 2005) reconhecem a Pnad como a principal fonte para o Brasil e classificam essa informação como de excelente qualidade, mesmo quando comparada com a dos países desenvolvidos.

3. Obviamente, tais subestimações têm impactos diretos sobre a aferição do grau de pobreza do país. Entretanto, não iremos abordar essa questão neste artigo, pois nosso objetivo é analisar o seu impacto sobre a mensuração do grau de desigualdade de renda.

4. Vale ressaltar que os mais pobres também podem estar sendo excluídos. Nesse caso, não por recusa, mas por viverem em áreas remotas e de difícil acesso, ou por terem local de residência incerto, como ocorre com a população de rua.

portanto, de um referencial fundamental para a investigação do grau de subestimação da renda familiar por parte de pesquisas domiciliares, como a Pnad e a POF.⁸

O restante do artigo está organizado da seguinte forma: na próxima seção, apresentamos uma comparação da magnitude e da composição da renda das famílias segundo a Pnad e a POF, e analisamos em que medida essas diferenças têm impacto sobre o grau de desigualdade medido a partir das referidas pesquisas. A seção 3 analisa as diferenças entre o nível e a composição da renda das famílias segundo as pesquisas domiciliares e o SCN, e seu potencial impacto sobre a mensuração da desigualdade. Na seção 4, discutimos as diferenças existentes entre a renda das famílias construída com base no SCN, a Renda Nacional e o Produto Interno Bruto (PIB), bem como seus potenciais impactos sobre a aferição da desigualdade. A seção 5 apresenta uma análise da evolução desses componentes segundo a Pnad e o SCN no período 2001-2003 e discute os potenciais impactos sobre a evolução da desigualdade de renda no período. Finalmente, a seção 6 apresenta um sumário dos principais resultados e contribuições deste artigo.

2 COMPARANDO PNAD E POF

2.1 OS DADOS

A análise desta seção baseia-se nos dados da Pnad e da POF que, entre outras dimensões, diferem no que concerne ao seu período de referência. Para tornar suas informações e as do SCN comparáveis, todos os valores monetários são expressos em reais de 1º de julho de 2003. Como as informações da POF estavam originalmente expressas em reais de 1º de janeiro de 2003, corrigimos seus valores pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) estimado nesse período, de 6,55%. No caso da Pnad, cujos valores supomos serem referentes a 1º de outubro, deflacionamos os valores para 1º de julho, usando a taxa de 1,2% como estimativa da inflação no trimestre.

Há ainda uma segunda diferença entre POF e Pnad que concede à primeira uma capacidade maior de captar a renda das famílias, qual seja, o fato de a Pnad de 2003 não incluir a área rural da região Norte. Isso implica uma pequena perda de informações que contribui para a subestimação da renda total por parte dessa pesquisa. Não obstante, a perda não representa uma parcela relevante da renda total das famílias. De fato, ao estimar pela POF a proporção da renda proveniente das áreas rurais da região Norte, encontramos que menos de 1% da renda nacional é proveniente dessas áreas.⁹ As perdas associadas à exclusão do Norte rural e ao próprio algoritmo de construção da variável de renda familiar *per capita* na Pnad¹⁰ fazem com

8. Uma extensão importante para pesquisas futuras seria obter estimativas da renda total das famílias e do grau de desigualdade baseadas em dados da Receita Federal. Como estes contêm informações mais detalhadas e precisas acerca do patrimônio e da renda das famílias mais ricas, essa base de dados também constitui uma fonte de informações crucial para a análise da desigualdade de renda no Brasil.

9. A pequena importância da exclusão da área rural da região Norte pode também ser constatada a partir de informações da Pnad de 2005, quando essa área já fora incluída na pesquisa. Segundo a Pnad de 2005, a participação das áreas rurais da região Norte na renda total das famílias é também inferior a 1%.

10. Este algoritmo acarreta perdas decorrentes de informações não declaradas e do fato de incluirmos apenas pessoas residentes em domicílios particulares (excluindo, portanto, domicílios coletivos).

O primeiro e mais importante desses fatores é a *renda do trabalho*, responsável por quase 2/3 do hiato de renda entre as duas pesquisas. Entre os componentes da renda do trabalho, o de maior importância é a renda dos empregados (assalariados), que, segundo a POF, é 28% maior que a estimada com base na Pnad. Esse diferencial explica 45% do hiato na renda total das famílias entre as duas pesquisas. Metade dessa diferença é explicada pelo fato de a POF incluir, no cômputo do rendimento do trabalho, benefícios não-monetários (como auxílio-refeição, auxílio-transporte) e rendimentos eventuais, como 13º salário, adicional de férias, horas extras e participação eventual nos lucros, indenizações trabalhistas, entre outros (IBGE, 2003a). A Pnad, por sua vez, trata apenas dos rendimentos monetários normalmente recebidos. Somente o tratamento diferenciado dado ao 13º salário e ao abono de férias justificaria uma diferença de quase 10% entre a renda dos assalariados na POF e na Pnad.

De fato, uma comparação restrita aos salários indica que a estimativa da POF é apenas 13% mais elevada. Da mesma forma, as estimativas da renda dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores (aos quais essas fontes de renda não se aplicam) são apenas ligeiramente maiores (8%) na POF do que na Pnad. Essa diferença explica apenas 7% do hiato na renda total das famílias entre as duas pesquisas. Por fim, tem-se que a inclusão na POF da renda não-monetária do trabalho decorrente de retiradas do negócio ou da produção para o autoconsumo ou para troca explica 10% do hiato entre as duas pesquisas.

O segundo fator mais importante para explicar o hiato na renda total das famílias é a *renda de ativos* (total), que responde por cerca de 20% da diferença entre as duas fontes de dados. Essa fonte de renda abrange os rendimentos de aluguéis, juros, dividendos e outras formas usuais de rendimentos de ativos, mas também o aluguel imputado àqueles que vivem em casa própria. Este último, por apresentar uma natureza distinta dos demais, é analisado em separado.

Conforme esperado, a renda de ativos (aluguéis, juros, dividendos etc.), excluindo-se o aluguel imputado, é melhor captada na POF, que apresenta uma estimativa quase três vezes maior do que aquela obtida a partir da Pnad. Apesar da enorme diferença entre as duas bases, essa fonte de renda explica apenas 14% do hiato na renda familiar total. Essa discrepância entre o diferencial existente e sua contribuição para o hiato total pode ser explicada pelo fato de a renda de ativos ter, mesmo na POF, uma participação baixa da renda total das famílias, correspondendo a apenas 4,5%.

Quanto ao aluguel imputado às famílias que vivem em casa própria, embora não investigue diretamente essa fonte de renda, a Pnad oferece informações que permitem estimar essa renda.¹² Como mostra a tabela 1, essas estimativas ficam um pouco aquém do correspondente valor na POF: o valor obtido a partir da POF é 14% maior do que aquele obtido a partir da Pnad, o que explica apenas 6% do hiato na renda familiar total entre as duas pesquisas.

12. Essa imputação é feita com base na informação, presente na Pnad, dos aluguéis efetivamente pagos por aqueles que residem em imóvel alugado. Como, em 2003, o total dos aluguéis pagos correspondia a 17% da renda domiciliar total daqueles que viviam em imóvel alugado, imputamos, para aqueles que vivem em casa própria, um aluguel igual a 17% de sua renda domiciliar.

não-monetária na Pnad. Sendo assim, não é possível determinar *a priori* a direção do impacto líquido sobre a desigualdade.¹⁴

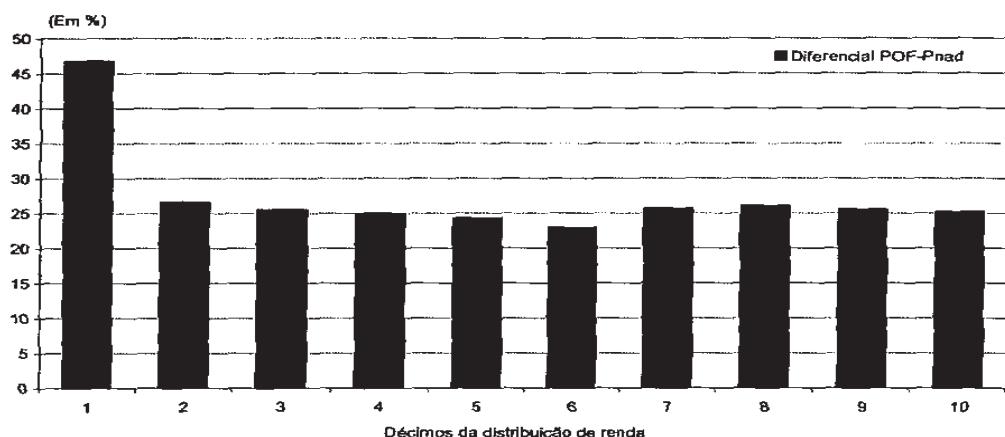
TABELA 2
Distribuição da renda de cada décimo por fonte de renda
 (Em %)

	Renda total	Renda total por décimos									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Renda total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Aluguel imputado	10,6	20,8	17,8	16,0	15,1	15,5	13,9	13,6	12,9	10,8	7,5
Renda de ativos (aluguéis, juros e dividendos)	4,49	2,04	1,53	1,42	1,37	1,19	1,63	1,95	2,73	3,57	6,91
Renda do trabalho	66,6	52,3	57,4	60,0	63,3	63,9	65,5	68,5	67,2	69,8	66,7
Empregado	44,0	29,2	36,3	40,7	44,9	44,7	47,8	48,4	47,1	47,6	41,5
Empregador e conta-própria	20,5	18,4	17,8	16,9	16,2	17,3	15,9	18,4	18,4	20,9	22,8
Não-monetária	2,07	4,70	3,29	2,45	2,14	1,90	1,82	1,62	1,71	1,35	2,40
Transferências	18,3	24,9	23,3	22,5	20,3	19,4	18,9	16,0	17,1	15,9	18,9

Fonte: Estimativas produzidas com base na POF de 2002-2003.

Nota: As estimativas não incorporam as informações da área rural da região Norte, com exceção do Estado de Tocantins.

GRÁFICO 1
Distribuição do grau de subestimação da renda da Pnad por décimos de renda



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002-2003.

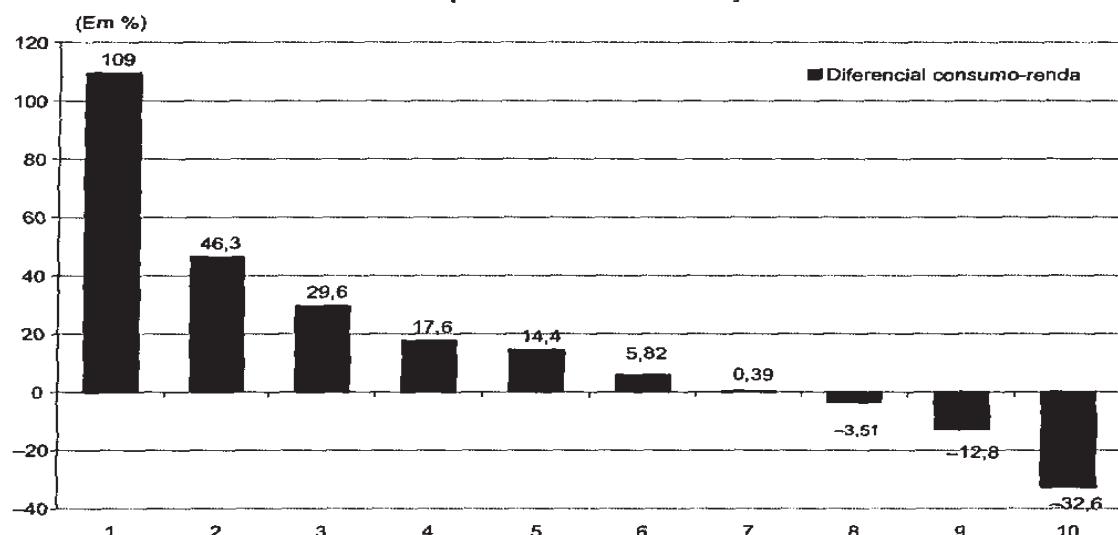
Com o objetivo de avaliar o impacto combinado de todas essas diferenças, comparamos estimativas do grau de desigualdade de renda com base nas duas pesquisas. O resultado é, de certa forma, surpreendente: se considerarmos os dados da POF com as áreas rurais da região Norte, o coeficiente de Gini em ambas as bases é virtualmente idêntico – igual a 0,583 (os valores diferem apenas na quarta casa decimal). No entanto, se excluirmos os dados da POF relativos a essas áreas, o coeficiente de Gini da POF cai para 0,582, sendo ligeiramente inferior ao observado na Pnad.

14. Para tornar os dados das duas pesquisas comparáveis, o gráfico exclui da POF as áreas rurais da região Norte. A mesma comparação foi feita com base na POF, sem excluir a área rural da região Norte, e os resultados em nada se alteraram.

Além disso, a comparação entre renda e consumo na POF indica que, embora essa base investigue em detalhes vários componentes da renda não-monetária e das transferências entre famílias, a desigualdade medida pela POF pode estar significativamente sobreestimada. De fato, o gráfico 3 revela que o consumo dos décimos mais pobres é muito superior à renda desses segmentos, sendo essa diferença especialmente acentuada no décimo mais pobre, em que o consumo é o dobro da renda.¹⁷

Em princípio, seria possível argumentar que parte dessa diferença deve-se à liquidação de ativos e ao endividamento dos grupos mais pobres. Entretanto, as diferenças entre consumo e renda são muito elevadas e não podem ser explicadas pela disponibilidade de ativos nem pelas possibilidades de endividamento desses grupos, uma vez que ambas são muito limitadas. Dessa forma, há evidências de que, mesmo na POF, a renda dos mais pobres encontra-se subestimada, o que pode estar levando a uma superestimação do grau de desigualdade.¹⁸

GRÁFICO 3
Razão entre consumo total e renda total por décimos da distribuição



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002-2003.

17. Nessas comparações, dividimos a população em décimos, segundo a renda domiciliar *per capita*, e estimamos a renda média e o consumo médio para cada um desses décimos. Um procedimento alternativo seria contrastar a renda média dos décimos da distribuição de renda com o consumo médio dos décimos da distribuição de consumo. Para computar o consumo, utilizamos a definição da POF para "despesas com consumo", que correspondem às despesas realizadas pelas famílias com aquisições de bens e serviços, as quais podem ser divididas nos seguintes grupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas (IBGE, 2003a).

18. Cabe enfatizar que essa não é uma limitação peculiar à POF, uma vez que todas as pesquisas que investigam consumo e renda familiar concluíram que a desigualdade de consumo tende a ser bem inferior à desigualdade de renda. No caso da POF, o coeficiente de Gini do consumo é 0,526, enquanto o da renda é 0,583, conforme apontado anteriormente.

utilizando a POF como referência básica, diversos desses descontos poderiam ser levados em consideração.²⁰

Em segundo lugar, parte da renda das famílias (como juros e variação do FGTS) é compulsoriamente retida, e a outra parte é apenas um rendimento atribuído, mas não efetivo – tal como ocorre com o rendimento de detentores de apólices de seguro. Como esses componentes da renda não são investigados pelas pesquisas domiciliares, optamos por excluí-los. Com isso, o agregado construído com base no SCN torna-se mais comparável àqueles obtidos com base na Pnad e na POF. Também não incluímos os benefícios sociais em espécie, inclusive os pagamentos ao Sistema Único de Saúde (SUS), que o SCN contabiliza como benefício em numerário às famílias.

Uma terceira diferença importante entre Pnad, POF e SCN refere-se ao conceito de “família” empregado. Nas duas pesquisas domiciliares, utilizamos domicílios como *proxy* para famílias, sendo considerados apenas os domicílios particulares.²¹ A definição do SCN do setor família é mais abrangente, uma vez que inclui as famílias enquanto unidades de consumo, os estabelecimentos agropecuários, as microempresas, os trabalhadores autônomos e os serviços privados não-mercantis (IBGE, 2004).

Trata-se, portanto, de uma definição muito mais abrangente do que aquela utilizada nas pesquisas domiciliares, o que dificulta a comparação da renda agregada do setor família no SCN com a renda agregada das famílias na Pnad e na POF. Embora grande parte da renda dos estabelecimentos agropecuários, das microempresas e dos trabalhadores autônomos acabe chegando às famílias, ao menos uma parcela dela é retida e reinvestida e, portanto, não passa pelas famílias. Com o objetivo de minimizar essas incompatibilidades, retiramos do excedente operacional bruto da agropecuária e das microempresas a parcela dedicada à formação bruta de capital, pois consideramos que essa parcela da renda é reinvestida diretamente, sem efetivamente passar pelas famílias. Excluímos também as transferências a instituições privadas sem fins lucrativos. Embora esses procedimentos permitam reduzir os problemas decorrentes das diferenças conceituais, é necessário ter em mente que o SCN continua sobreestimando a renda efetivamente apropriada pelas famílias.

3.2 DIFERENÇAS ENTRE PNAD, POF E SCN

A tabela 4 compara a renda total das famílias e de seus componentes estimada com base nas pesquisas domiciliares e no SCN. Conforme essa tabela revela, a renda das famílias estimada com base no SCN é praticamente igual à estimada com base na POF e, consequentemente, 27% maior do que a obtida com base na Pnad. Apesar de os totais estimados com base na POF e no SCN serem essencialmente idênticos, há diferenças marcantes na composição da renda estimada com base nessas duas fontes.

20. De fato, se o objetivo fosse construir um agregado mais próximo à POF, diversos refinamentos adicionais poderiam ser feitos, uma vez que a informação sobre renda na POF é bem mais abrangente e detalhada. Em particular, seria possível descontar os impostos e as contribuições sociais pagas pelas famílias.

21. Nessas pesquisas, define-se como domicílio particular o local de moradia estruturalmente separado e independente (constituído por um ou mais cômodos), e que é destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, cujo relacionamento é dado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência (IBGE, 2003b). A separação é caracterizada quando o local de moradia permite que seus moradores se isolam e que arquem com parte ou a totalidade de suas despesas de alimentação ou moradia.

corresponde à remuneração do capital. Porém, nas Contas Nacionais, comete-se o erro contrário: como o *pró-labore* de um proprietário é, em geral, definido apenas em função da legislação previdenciária e da fiscal, muitas vezes parte da renda que corresponde à remuneração do trabalho acaba sendo atribuída ao capital. Assim, no SCN, parte da renda do trabalho agrícola e dos pequenos empreendedores urbanos deve estar sendo computada como excedente operacional, enquanto nas pesquisas domiciliares o inverso pode estar ocorrendo.

Com efeito, quando comparamos a soma da renda do trabalho e excedente operacional da agropecuária e das microempresas,²³ segundo o SCN, com a renda do trabalho na Pnad e na POF, as diferenças diminuem substancialmente. Em relação à POF, as diferenças reduzem-se a 9% em favor desta, enquanto, no caso da Pnad, esse agregado passa a ser apenas 13% menor. A diferença explica cerca de 1/3 do hiato na renda total das famílias existente entre as Contas Nacionais e a Pnad.

Depois da renda do trabalho, o principal fator para explicar o diferencial entre as pesquisas domiciliares e as Contas Nacionais é a *renda de transferências às famílias*. Essa fonte é 57% mais elevada no SCN do que na Pnad, o que explica cerca de 40% do hiato entre a renda das famílias dessas duas fontes de dados. Tal diferença é substancialmente menor quando se compara o SCN com a POF, mas ainda assim é uma diferença expressiva: 26%. Dada a importância dessa fonte de renda para explicar as diferenças existentes entre as bases, é importante investigar com mais detalhes a sua natureza.

Em princípio, o valor bem mais elevado das transferências no SCN deveria resultar da maior variedade de transferências contempladas. Entretanto, esse não é o caso na diferença observada em relação à POF, pois aí o fator determinante é a diferença nas pensões e aposentadorias públicas. Esse item é 40% maior no SCN do que na POF, o que explica praticamente toda a diferença nas transferências (97%). No caso da Pnad, tanto a menor diversidade das transferências captadas quanto a subestimação das aposentadorias e pensões públicas contribuem para o diferencial total entre as duas fontes de dados. De forma mais precisa, cerca de metade da diferença deve-se à subestimação das aposentadorias e pensões; e a outra metade, à maior amplitude do SCN. Como as transferências não devem estar concentradas entre os mais ricos, sua subdeclaração nas pesquisas domiciliares não deve levar à subestimação do grau de desigualdade nessas pesquisas, em particular na Pnad.²⁴ Ao contrário, é possível que, se incorporadas, essas fontes de renda provocariam uma redução do grau de desigualdade.

Por fim, no que concerne à renda de ativos, a tabela 4 mostra que há uma significativa subestimação dessa fonte de renda na Pnad e, em menor medida, na POF (principalmente quando o aluguel imputado é excluído). Nas Contas Nacionais, o rendimento de ativos, excluindo-se os aluguéis imputados, é quase quatro vezes superior ao captado pela Pnad e 42% maior que o captado pela POF. A despeito do elevado diferencial entre o SCN e a Pnad, essa fonte de renda tem uma contribuição

23. Como já mencionado, descontamos do excedente operacional bruto a parcela dedicada à formação bruta de capital. Como essa renda deve ter sido retida pelas empresas, não poderia ser captada pelas pesquisas domiciliares.

24. Das rendas que compõem as transferências, a que talvez apresente o maior potencial regressivo deve ser o sistema de aposentadorias dos funcionários públicos, que corresponde a apenas 29% do total das rendas de transferências.

Em princípio, não há informações suficientes para se obter uma estimativa do grau de desigualdade com base no SCN e, portanto, do grau de subestimação da desigualdade de renda medida com base nas pesquisas domiciliares. Entretanto, uma primeira aproximação pode ser feita sob a hipótese de que a distribuição da parcela subestimada de cada fonte de renda é idêntica à da parcela registrada nas pesquisas domiciliares. Nesse caso, a única deficiência dessas pesquisas seria quanto aos pesos relativos das fontes, os quais, em princípio, podem ser obtidos com base no SCN. De posse dos pesos corretos, é possível então reponderar as pesquisas domiciliares e obter estimativas fidedignas para a desigualdade de renda.

Mais precisamente, se denotarmos por $Y_p(\omega)$ a renda *per capita* segundo a Pnad da família a que a pessoa ω pertence, então

$$Y_p(\omega) = T_p(\omega) + F_p(\omega) + A_p(\omega)$$

em que T_p , F_p e A_p denotam a renda familiar *per capita* do trabalho (incluindo o excedente operacional da agropecuária e das microempresas líquido da formação bruta de capital), das transferências e dos ativos (incluindo os aluguéis imputados), respectivamente. Se, nas pesquisas domiciliares, essas fontes encontram-se subestimadas e sabemos qual o valor médio verdadeiro de cada uma, podemos construir uma renda corrigida, $Y_c(\omega)$, que é dada por

$$Y_c(\omega) = T_c(\omega) + F_c(\omega) + A_c(\omega)$$

e:

$$T_c(\omega) = \frac{\mu_{T,s}}{\mu_{T,p}} T_p(\omega)$$

em que $\mu_{T,s}$ denota a renda média do trabalho segundo o SCN, e $\mu_{T,p}$ denota a renda média do trabalho segundo a pesquisa domiciliar. Nesta expressão, $\mu_{T,p} = E[T_p]$ e F_c e A_c são obtidos utilizando-se expressões análogas. Em virtude dessa reponderação, temos que

$$\mu_{T,c} = E[T_c] = \frac{\mu_{T,s}}{\mu_{T,p}} E[T_p] = \mu_{T,s}$$

com expressões análogas para $\mu_{F,c}$ e $\mu_{A,c}$. Com esses ajustes, tanto a renda total das pesquisas domiciliares quanto a sua composição serão idênticas às obtidas com base no SCN.

Na tabela 5, apresentamos como a desigualdade na Pnad se altera quando suas rendas são reponderadas de forma que produzam o mesmo total e a composição presente no SCN e na POF. Essa tabela apresenta também como a desigualdade estimada pela POF se modifica quando as suas rendas são reponderadas para reproduzir o total e a composição do SCN. Em ambos os casos, consideramos a renda de ativos de forma conjunta (não fazendo qualquer diferenciação entre aluguéis imputados, aluguéis, juros e dividendos) e separadamente para aluguéis imputados e demais rendas de ativos.

como proporção do PIB é próxima de 10%, o que corresponde a um montante de R\$ 156 bilhões em 2003 (ver tabela 6).²⁵

Por fim, na medida em que o gasto do governo representa serviços de utilidade para as famílias, deve-se considerar como renda não a arrecadação do governo, mas sim seu gasto total. Assim, é necessário somar ao PIB o déficit público, que em 2003 foi de R\$ 36 bilhões (ver tabela 6). Levando-se em consideração esses ajustes, é possível passar do PIB para o que se poderia denominar renda da população residente,²⁶ que em 2003 totalizou R\$ 1,390 bilhão. A renda das famílias conforme o estimado aqui representa 76% desse agregado. Em seguida, identificamos os componentes dessa diferença.

TABELA 6
Componentes da diferença do PIB para a renda das famílias

Do PIB para a renda total das famílias residentes	
PIB	1.556,2
Saldo indo para o exterior	(46,4)
Depreciação (10% do PIB)	(155,6)
Déficit do governo	36,0
Renda das famílias compatível com o PIB	1.390,2
Da renda total das famílias residentes para a renda construída	
Ativos	
Rendimento de ativos não-disponíveis (apólices)	22,5
Pagamentos de juros e aluguéis	(49,9)
Lucros retidos líquidos da depreciação	97,4
Juros e variações nos ativos do FGTS e PIS/Pasep	38,0
Transferências	
Transferências realizadas	(14,1)
Impostos	(105,2)
Gasto com bens e serviços públicos	349,7
Renda das famílias compatível com a POF	1.051,8

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do SCN de 2003.

Todos os componentes da diferença são, direta ou indiretamente, renda apropriada pelas famílias. Porém, há componentes importantes que dizem respeito a deduções que devem ser feitas. Iniciemos a análise por elas. A primeira e mais importante dedução a ser feita é aquela correspondente aos impostos e às contribuições sociais pagas pelas famílias, que em 2003 totalizaram R\$ 105 bilhões. Além disso, é preciso deduzir também as transferências realizadas pelas famílias (R\$ 14 bilhões) e o pagamento de juros e aluguéis a outros setores institucionais (R\$ 50

25. Cabe ressaltar que, ao deduzirmos a depreciação total da economia, sobreestimamos o montante que deveria ser deduzido dos lucros retidos pelo setor privado, pois estamos incluindo a parcela destinada à reposição do capital do setor público e das instituições sem fins lucrativos. Por outro lado, estamos superestimando o total de lucros retidos ao não excluirmos a renda correspondente a lucros retidos por empresas estrangeiras que, por definição, não pertence às famílias brasileiras.

26. Conforme mencionado na nota de rodapé 25, essa denominação não é inteiramente adequada, pois parte dos lucros retidos pelas empresas pertence a não-residentes, mas não foi retirada no procedimento utilizado.

Esses ajustes na renda das famílias levam a um aumento de 24% a 32% na renda total, dependendo do valor dado aos gastos públicos. O aumento é particularmente acentuado na renda de ativos, que, mesmo incluindo o aluguel imputado, aumenta em 40% (sem incluir o aluguel imputado, a renda de ativos dobra). A renda do trabalho e o excedente operacional bruto também aumentam (em 6%) em decorrência da inclusão dos juros e das variações nos ativos do FGTS e do PIS/Pasep. As transferências declinam em 6% devido à dedução das transferências realizadas pelas famílias (ver tabela 7).

4.2 O IMPACTO DISTRIBUTIVO DA DIFERENÇA ENTRE O PIB E A RENDA DAS FAMÍLIAS

Os ajustes feitos na subseção anterior certamente não são neutros do ponto de vista distributivo. Alguns, como a incorporação dos lucros retidos, devem elevar a desigualdade, enquanto outros, como os serviços e bens públicos, devem reduzi-la. Cabe, portanto, investigar o destino dessa parcela significativa da renda e seus potenciais impactos sobre a desigualdade.

Com o objetivo de obter uma aproximação (rudimentar) do potencial impacto que a inclusão dessas rendas poderia ter sobre a desigualdade no país, são feitas algumas simulações, cujos resultados apresentamos na tabela 8. Em todos os casos, são feitas três hipóteses básicas: *a*) a distribuição que constitui o ponto de partida é aquela fornecida pela Pnad ajustada com base nos fatores do SCN, que resulta numa renda total de R\$ 1,051 bilhão; *b*) o montante de impostos diretos pagos é proporcional à renda (considera-se uma alíquota única) e, portanto, não tem qualquer impacto distributivo; e *c*) as rendas de transferências e do trabalho e excedente operacional bruto são reduzidas e aumentadas, respectivamente, com base nos fatores apresentados na tabela 7. Com isso, temos uma renda contrafactual-base de R\$ 970 bilhões, a partir da qual faremos todos os exercícios de simulação para avaliar o impacto conjunto da inclusão da renda correspondente ao gasto público e da renda de ativos.

TABELA 8
Sensibilidade no grau de desigualdade da renda *per capita* da Pnad e da POF a ajustes para correções subestimativas em relação ao PIB

	Pnad de 2003		POF de 2003 (Coeficiente de Gini)	
	Gasto público distribuído igualmente	Gasto público distribuído proporcionalmente	Gasto público distribuído igualmente	Gasto público distribuído proporcionalmente
	Cenário A: utilizando o valor total do gasto público			
Simulação 1	0,451	0,589	0,445	0,581
Simulação 2	0,474	0,619	0,469	0,612
Cenário B: reduzindo em 25% o valor do gasto público				
Simulação 1	0,479	0,589	0,473	0,581
Simulação 2	0,503	0,619	0,498	0,612

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002-2003.

Nota: As estimativas não incorporam as informações da área rural da região Norte, com exceção do Estado de Tocantins, cuja cobertura da pesquisa já incluía a área rural.

Assim, o que essas simulações mostram é que na medida em que os gastos públicos não forem regressivos, o grau de desigualdade medido a partir das pesquisas domiciliares não tenderá a estar sobreestimado.

5 A EVOLUÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A PNAD E O SCN

Ainda que a subdeclaração da renda das famílias nas pesquisas domiciliares leve à subestimação do nível de desigualdade, isso não significa que ela necessariamente afetará a variação da desigualdade ao longo do tempo. De fato, se o grau de subestimação de cada fonte permanecesse inalterado, não se deveria esperar que a subestimação da renda influenciasse as estimativas da variação no grau de desigualdade.³⁰ Na verdade, mesmo quando o grau geral de subestimação aumenta, ele também pode não influenciar a variação no grau de desigualdade, quando esse aumento é uniforme e, portanto, não modifica o relativo grau de subestimação das diversas fontes de renda.

Com o objetivo de verificar o potencial impacto da subestimação da renda na Pnad sobre a estimativa da recente queda na desigualdade, a tabela 9 compara a evolução, entre 2001 e 2003, do nível e da composição da renda das famílias segundo a Pnad e o SCN.³¹

TABELA 9
Evolução do nível e composição da renda das famílias segundo a Pnad e o SCN

Componente	Nível (R\$ bilhões correntes por ano)				Diferença (%)		Contribuição para a diferença (%)	
	Pnad de 2001	Pnad de 2003	SCN de 2001	SCN de 2003	2001	2003	2001	2003
Renda total	663	830	819	1052	23,5	26,7	100	100
Renda de ativos	97,6	115	156	176	59,6	53,0	37,3	27,5
Aluguel imputado	82,6	97,4	94,7	108	14,6	11,3	7,7	5,0
Aluguéis, juros e dividendos	15,0	17,4	61,1	67,2	308	286	29,6	22,5
Renda do trabalho e EOB	452	562	489	635	8,2	13,0	23,7	32,9
Renda do trabalho	452	562	377	470	-16,5	-16,4	-48,0	-41,5
EOB descontada a formação bruta de capital	112	165	71,7	74,5
Transferências	113	154	174	241	53,6	57,1	38,9	39,6

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2001 e 2003 e no SCN de 2001 e 2003.

30. É evidente que, mesmo quando o grau de subestimação permanece inalterado, variações no grau de desigualdade estimadas com base na Pnad podem estar viesadas. Para isso, basta que a desigualdade na distribuição da renda não captada tenha mudado de forma distinta daquela captada pela Pnad. Por exemplo, considere-se a situação na qual a distribuição da parcela da renda de ativos captada pela Pnad não se altera, mas aumenta a desigualdade na distribuição da parcela não-captada sem mudança na média. Nesse caso, a Pnad não indicaria qualquer alteração no grau de desigualdade, quando o verdadeiro grau de desigualdade teria aumentado. Note-se que, nesse caso, o grau de subestimação de cada uma das fontes se manteria inalterado.

31. Como as informações do SCN estão disponíveis apenas até 2003, não é possível atualizar a análise até 2005 (como permitiriam as informações da Pnad).

subestimação não deve ter levado a um aumento na desigualdade de renda não captado pela Pnad.

Para avaliar quantitativamente o potencial impacto dessas mudanças sobre a redução no grau de desigualdade observado na Pnad, realizamos um exercício análogo ao apresentado na subseção 3.3. Portanto, utilizamos as diferenças observadas entre Pnad e SCN para os três agregados da renda em ambos os anos (ativos, trabalho e transferências)³³ e criamos distribuições de renda que reproduzem o peso de cada fonte e a renda total apresentados nas Contas Nacionais em 2001 e 2003. Com isso, é possível estimar qual teria sido a trajetória do grau de desigualdade caso a evolução da composição da renda familiar seguisse o descrito pelo SCN.³⁴ Os resultados são apresentados na tabela 11.

TABELA 11
Simulação da evolução da desigualdade na Pnad de acordo com os parâmetros do SCN

	Coeficiente de Gini		Variação (%)
	2001	2003	
Distribuição original	0,596	0,583	-2,19
Com ajustes para o SCN	0,612	0,596	-2,66
Com ajustes para SCN agregado na renda de ativos	0,601	0,587	-2,39

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2001 e 2003.

Nota: As estimativas não incorporam as informações da área rural da região Norte, com exceção do Estado de Tocantins, cuja cobertura da pesquisa já inclui a área rural.

Essa tabela revela que, ajustando-se a Pnad de acordo com a estrutura da renda do SCN, a queda no grau de desigualdade no período 2001-2003 é ainda maior do que aquela de fato observada. Esse resultado é válido tanto considerando-se a renda de ativos de forma conjunta como desagregando-se os aluguéis imputados das demais rendas de ativos: enquanto a queda observada foi de 2,2%, a queda utilizando-se os fatores do SCN teria sido de 2,7% e 2,4%, sob o ajuste desagregado e agregado, respectivamente. Portanto, não encontramos, nesta seção, evidências de que a subestimação da renda familiar por parte da Pnad tenha levado a uma superestimação da recente queda na desigualdade no país. Ao contrário, as evidências sugerem que há uma subestimação da queda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas domiciliares com cobertura nacional representam a melhor fonte de informação para medir o grau de desigualdade de um país. No caso do Brasil, a Pnad constitui a principal fonte de informação sobre desigualdade disponível, sendo

33. À semelhança do exercício feito na subseção 3.3, as simulações também foram feitas desagregando-se a renda de ativos em aluguéis imputados e demais rendas. Os resultados em nada se alteram.

34. Cumpre destacar que a imputação integral do excedente operacional da agricultura (líquido da formação bruta de capital) como renda do trabalho na Pnad é uma aproximação bastante rudimentar. Uma extensão importante desse exercício seria aprofundar essa análise de simulação com maior nível de detalhe na composição dessa fonte de renda, de forma que fosse possível identificar a parcela correspondente à remuneração do capital e aquela de fato correspondente à remuneração do trabalho.

renda medida pelas pesquisas domiciliares. Se os gastos forem proporcionais à renda, estima-se que a Pnad subestimaria o grau de desigualdade em cerca de 7%.

Por fim, a comparação da evolução das rendas da Pnad e do SCN entre 2001 e 2003 mostra que houve uma ligeira ampliação do grau de subestimação da primeira em relação à segunda, com um aumento de 3 p.p. Porém, esse aumento não decorreu de uma elevação do grau de subestimação de rendas tipicamente concentradas entre os mais ricos – tais como o rendimento de ativos. Ao contrário, essas fontes contribuíram para reduzir o nível geral de subestimação.

O aumento na subestimação das transferências e, particularmente, o crescimento desproporcional do excedente operacional líquido da agricultura e da formação bruta de capital foram os principais responsáveis pelo aumento no grau de subestimação. Talvez por essa razão, os resultados das simulações realizadas apontem para uma subestimação, por parte da Pnad, da queda no grau de desigualdade ocorrida no período 2001-2003. Portanto, não encontramos evidências de que a subestimação da renda familiar por parte da Pnad tenha levado a uma superestimação da recente queda na desigualdade no país.

REFERÊNCIAS

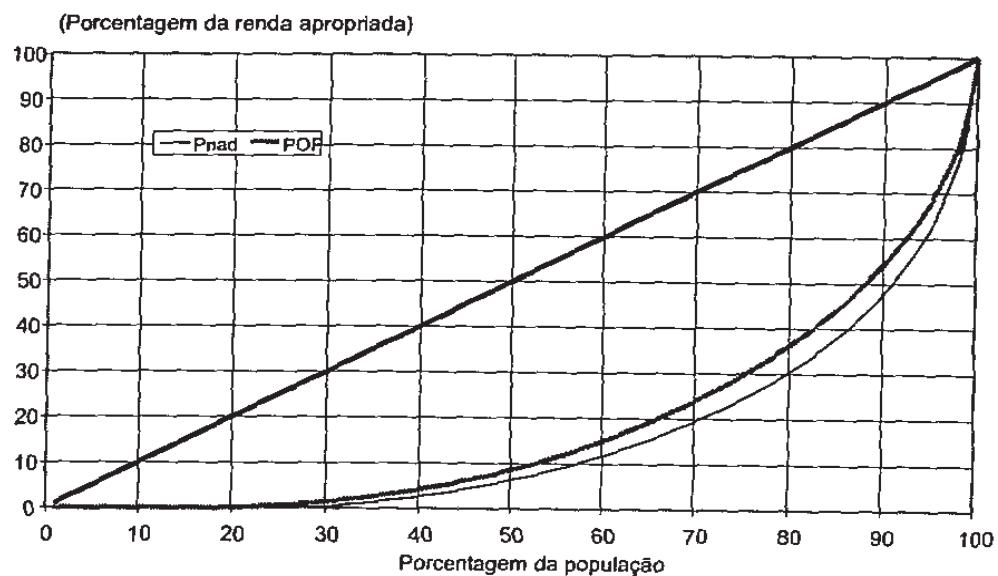
- BANCO MUNDIAL. *World Development Report 2006: equity and development*. New York: Oxford University Press, 2005.
- _____. *Brazil: measuring poverty using household consumption*. Washington, 2006 (Report, n. 36.358-BR).
- BARROS, R. P. de.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2007. No prelo.
- BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R.; NERI, M. *An evaluation of the measurement of income and expenditure in household surveys: POF vs. PNAD*. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. Mimeo.
- CURY, S. *Relatório parcial sobre as informações que compõe a MCS-96, projeto BRA 97/013, pesquisa Avaliação da e do Impacto Distributivo do Gasto Social*. Brasília: Diretoria de Políticas Sociais - Ipea, 1999. Mimeo.
- CURY, S.; COELHO, A. M.; PEDROSO, E. *Matriz de contabilidade social – 1996*. Brasília: Diretoria de Políticas Sociais, Ipea 1999. (Versão preliminar para Texto para discussão). Mimeo.
- _____. *Matriz de contabilidade social – Brasil 2003*. São Paulo: Eaesp-FGV, fev. 2006 (Relatório de Pesquisa, n. 461/04 – anexo 1). Mimeo.
- CURY, S.; SOARES, M.; ARAÚJO, H. E.; RAMOS, C. A. *Matriz de contabilidade social – 1996*. Brasília: Diretoria de Políticas Sociais, Ipea, 1999. Mimeo.
- DEININGER, K.; SQUIRE, L. A new data set measuring income inequality. *The World Bank Economic Review*, v. 10, 1996.
- HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.
- IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares – 2002-2003*. Notas Técnicas, 2003a. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

TABELA A.2

Descrição dos componentes da renda das famílias construída a partir do SCN

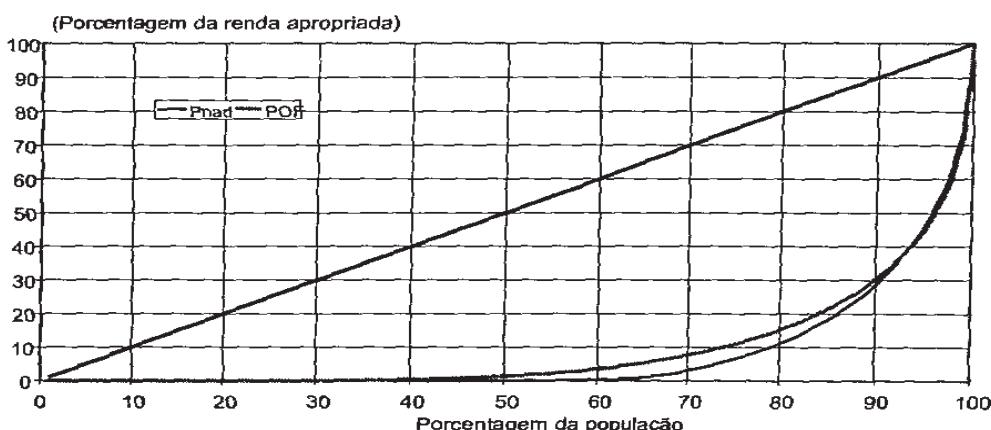
Componentes da renda das famílias	Descrição
Aluguel imputado	Calculado a partir dos dados das Tabelas Sinóticas, Tabela de Desagregação do setor institucional famílias, Tabela 31, operações de produção e de geração da renda.
Renda de ativos (aluguéis, juros e dividendos)	Dados das Contas Econômicas Integradas: renda de propriedade total exceto o rendimento atribuído a detentores de apólice.
Renda do trabalho	Dados das Contas Econômicas Integradas: ordenados e salários somados ao rendimento misto bruto (rendimento de autônomos).
EOB	Calculado a partir dos dados das Tabelas Sinóticas, Tabela de Desagregação do setor institucional famílias, Tabela 31, operações de produção e de geração da renda. É igual ao EOB total menos o aluguel imputado. No caso da agropecuária e das microempresas, exclui-se a parcela dedicada à formação bruta de capital.
Transferências	Dados das Contas Econômicas Integradas: benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie (SUS) e saques do PIS/Pasep e FGTS, somados a outras transferências correntes.

GRÁFICO A.1

Curva de Lorenz da distribuição de renda de aluguel imputado *per capita*

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002-2003.

GRÁFICO A.4

Curva de Lorenz da distribuição da renda de transferências *per capita*

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002-2003.

TABELA A.3

Comparação dos dados de ocupados na Pnad e no SCN – 2003

Setor	Total de ocupados (mil)	
	SCN	Pnad
Agropecuária	12.711,2	16.153,2
Extrativa mineral (exceto combustíveis)	245,5	249,9
Extração petróleo, GN, carvão e outros	63,3	52,7
Fabricação de minerais não-metálicos	402,5	551,5
Siderurgia + metalurgia	869,1	1.003,1
Manutenção de máquinas e tratores	640,0	589,7
Equipamentos de material elétrico	119,1	124,8
Automóveis e outros veículos	300,7	406,1
Madeira e mobiliário	913,3	1.071,0
Indústria de papel e gráfica	428,5	542,6
Indústria da borracha	55,0	90,1
Químicos não-petroquímicos	218,8	430,6
Refino de petróleo e petroquímica	55,7	126,2
Produtos farmacêuticos e perfumaria	117,6	224,8
Indústria de material plástico	223,2	209,5
Indústria têxtil	233,3	726,3
Artigos do vestuário e acessórios	1.668,8	1.489,8
Calçados e artigos de couro e peles	399,8	767,4

(continua)

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2007

EDITORIAL**Coordenação**

Iranilde Rego

Supervisão

Marcos Hecksher

Revisão

Lucia Duarte Moreira

Alejandro Sainz de Vicuña

Eliezer Moreira

Elisabete de Carvalho Soares

Míriam Nunes da Fonseca

Tamara Sender

Editoração

Roberto das Chagas Campos

Camila Guimarães Simas

Carlos Henrique Santos Vianna

Leandro Daniel Ingelmo (estagiário)

COMITÊ EDITORIAL**Secretário-Executivo**

Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
9º andar – sala 908

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5406

Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

BrasíliaSBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
9º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5090

Fax: (61) 3315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha, 50, 6º andar — Grupo 609

20044-900 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3515-8433 – 3515-8426

Fax (21) 3515-8402

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PDMB – ES) – A Mesa cumprimenta a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, pelo excelente trabalho que apresenta e já solicita uma cópia para leitura no feriado da Semana Santa – muito interessante, muito importante para o Brasil este trabalho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou encaminhar de pronto a V. Ex^a. Eu pediria à Secretaria da Mesa para fazer algumas cópias para que eu possa encaminhá-las aos Senadores presentes.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Merece uma leitura e uma profunda reflexão, Excelência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VIII, combinado com o art. 158, § 2º, do Regimento Interno, a S. Ex^a, o Senador Adelmir Santana, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Gerson Camata, Sr^ss e Srs. Senadores, o Brasil é mesmo um País de singularidades e contrastes, avanços surpreendentes e anacronismos herdados no período colonial que às vezes nos causam espantos.

Quando um fato parece óbvio, simples e lógico, muitas vezes a realidade o transforma. Vejam o caso da Emenda nº 3 que tantas celeumas, polêmicas e desgastes vêm causando entre os Poderes Legislativo e Executivo.

O Congresso Nacional, por sua maioria e na voz dos seus mais eminentes Líderes, contesta o entendimento da Receita Federal e aprova o que parece tão simples e óbvio, que é a interpretação da Justiça e não do Fisco para uma questão de natureza tributária e fiscal, mas que envolve julgamento de valor que extrapola os parâmetros técnicos.

O setor produtivo, tantas vezes cético em relação ao Congresso, apóia essa decisão do Parlamento brasileiro por julgá-la mais adequada e isenta. No entanto, nessas horas, quase sempre vence a burocracia, digamos, o tecnicismo. Ficam os interesses maiores da sociedade em segundo plano. Cram-se complicações para os profissionais liberais, para as empresas, em nome da disputa de poder para o aparato fiscal do Estado, que já é extremamente poderoso e voraz na sua missão de arrecadar e controlar.

O que se defende como técnica nada mais é do que o peso da burocracia que asfixia as empresas,

eleva o custo Brasil, desestimula a produção e nos coloca com ínfimos índices de crescimento perante as demais nações.

E assim tem sido desde os tempos da Colônia portuguesa, Sr. Presidente, quando as orientações pombalinas – aquelas dadas pelo então todo-poderoso Marquês de Pombal – diziam até onde deveria se situar os banheiros de nossas Câmaras Municipais.

A burocracia tem tentáculos que obstruem e reduzem o poder dos cidadãos, pagadores de impostos, que, na realidade, são os verdadeiros patrões daqueles que criam embarracos para o chamado “destravamento da máquina estatal”. A burocracia tem um preço e esse preço é caro para todos nós.

Confesso que nesses momentos tenho saudade de nosso inesquecível Ministro da Desburocratização, professor Hélio Beltrão, em cujos ensinamentos e conceitos nosso aparelho estatal deveria se espelhar. Hélio Beltrão é bastante atual neste momento em que vivemos, quando buscamos novos horizontes com a discussão sobre reformas que precisamos levar adiante para que o Brasil se coloque em condições de competir no mundo globalizado.

Vejam, Sr^ss e Srs. Senadores, um exemplo de uma dessas situações estranhas que ocorrem no Distrito Federal.

Quando da fundação da cidade, em 1960, começaram a florescer empresas que foram decisivas para o processo de construção da nossa metrópole. Enquanto a nova Capital não fosse inaugurada, nós estávamos no Estado de Goiás e havia necessidade de registrar as empresas e seus atos constitutivos. Optou-se então ter aqui uma Junta Comercial vinculada à área federal.

Nada mais justo e correto, uma vez que predominavam naquele período as decisões na esfera mais alta de poder com a finalidade de garantir, como de fato garantiu ao Presidente Juscelino Kubitscheck, a inauguração da nova Capital em 21 de abril de 1960.

Os fatos que se seguiram fazem parte da história: a renúncia de Jânio, o Parlamentarismo, o regime militar e os governos nomeados para o Distrito Federal – eram governadores nomeados, prefeitos, na época –, a redemocratização do País, a eleição de Tancredo Neves e José Sarney, a luta pela autonomia política do Distrito Federal, a volta das eleições diretas para Presidente da República, o primeiro governo eleito de Brasília, e assim sucessivamente.

A Câmara Legislativa de Brasília já está na quarta legislatura.

E agora cabe a pergunta que é a razão deste meu pronunciamento: e a Junta Comercial? Desde 1960, Sr. Presidente!

Ora, já não pertencemos a Goiás. A Capital foi inaugurada e se transformou em uma grande metrópole, com mais de dois milhões de habitantes. Já elegemos quatro governadores, mas, por incrível que pareça, a Junta Comercial continua na esfera federal.

Pasmem, Sr^{as}s e Srs. Senadores: Brasília possui a única Junta Comercial do País que se vincula diretamente à área federal. Mas, justiça seja feita, desde o primeiro governo eleito do DF, quando foi Governador o eminentíssimo Senador Joaquim Roriz, passando pelo segundo Governador eleito, o também Senador e professor Cristovam Buarque, que se luta pela constituição de uma Junta Comercial vinculada ao Governo do Distrito Federal.

Agora, o então Governador José Roberto Arruda, que, por sinal, tem no Congresso um projeto para a desfederalização das Juntas, alia-se aos demais ex-governadores nesta luta.

Ora, Sr. Presidente, uma das reivindicações do setor produtivo, representado pela Federação da Indústria, Federação do Comércio, CDL e outros é exatamente a desfederalização da Junta Comercial. E esse também foi um compromisso do próprio governador eleito, quando de sua campanha.

Brasília, Capital de todos os brasileiros, está às vésperas de completar seus primeiros 50 anos. No próximo dia 21 de abril, a Capital completará 47 anos de existência e começará a preparar o seu histórico cinqüentenário.

Temos um setor produtivo atuante voltado para o processo de desenvolvimento que gera emprego e renda. Trabalhamos para reduzir a espiral de miséria que nos envergonha. Respeitamos o meio ambiente, mas os entraves burocráticos atrapalham o nosso dia-a-dia.

Em meados do mês passado, na companhia do Vice-Governador e também Secretário de Desenvolvimento e de Turismo do Distrito Federal, o ex-Senador Paulo Octávio, levei essa questão ao então Ministro Luiz Fernando Furlan, que deixou dias atrás o Ministério. Na ocasião, o ex-Ministro Furlan entendeu imediatamente o anacronismo da situação e constituiu imediatamente uma comissão para sugerir as medidas necessárias à desfederalização da Junta Comercial.

Agora, tenho certeza de que o novo Ministro do Desenvolvimento e Comércio, Miguel Jorge, vai dar prosseguimento aos entendimentos já iniciados com o ex-Ministro Furlan. Afinal, diferente do que se possa pensar, as Juntas Comerciais não têm importância apenas para o setor produtivo. Toda a população é beneficiada por uma ação que possa ser tomada com a sua desfederalização.

Por intermédio de seu trabalho que as empresas são formalizadas e, por consequência, os empregos também.

Temos, no Distrito Federal, aproximadamente 80 mil empresas formais em atividade e milhares de outras à espera naturalmente da regulamentação e da entrada em vigor da Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas para entrarem no mercado formal.

Para cada empresa formal, temos no mínimo um outro negócio informal, ou seja, temos perto de 100 mil empresas na informalidade no Distrito Federal e na região do Entorno. Com a aplicação da Lei Geral, todas poderão ser rapidamente formalizadas, gerando empregos qualificados com carteira de trabalho assinada.

É nossa idéia – com o apoio do Governador do Distrito Federal e também do Vice-Governador – descentralizar os trabalhos da Junta Comercial, que, hoje, além de federalizada, funciona no Plano Piloto em um único local, enquanto a grande maioria das empresas – notadamente as micros e pequenas empresas – situam-se nas cidades satélites: Taguatinga, Ceilândia e Guará, entre outras, o que causa transtornos, prejuízos enormes e enorme perda de tempo em deslocamentos inúteis.

Só espero, Sr. Presidente, que na esteira da anunciada saída do Ministro Furlan a burocracia não vença mais uma vez, que o Ministro ora empossado encampe essa idéia e dê prosseguimento nas tarefas e no estudo da desfederalização da Junta Comercial que tanto problema nos traz em relação ao atendimento da nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O orador inscrito a seguir é o...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Para comunicar a V. Ex^a a cessão do tempo do nobre Senador Valdir Raupp a mim.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A comunicação está feita. V. Ex^a será chamado no momento devido para seu pronunciamento.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Aloizio Mercadante.

Senador Aloizio Mercadante, a Mesa quer cumprimentar V. Ex^a pelo excelente pronunciamento que fez ontem, mostrando ao Brasil e ao mundo que se a humanidade desejassem e tivesse vontade política, poderia resolver esse problema tão grave com que nos

deparamos – todos nós, praticamente – ligado à sobrevivência da espécie humana sobre a Terra.

A Mesa vai providenciar o envio do seu pronunciamento e do seu projeto de lei às Nações Unidas, que deveriam adotá-la como política mundial.

Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Agradeço, Sr. Presidente, a iniciativa e a atitude.

Minha percepção é de que há determinados fenômenos na História a que a ciência se antecipa. E hoje os cientistas e pesquisadores, Senador Gerson Camata, têm uma grande convergência ao identificar que esse processo de mudança do clima, expresso no fenômeno do efeito estufa, é um desdobramento da ação do ser humano.

A curva de aceleração da temperatura na Terra começa exatamente na Revolução Industrial; começa no final do século XVIII e vai se acelerando na medida em que a industrialização, o progresso, toda essa indústria intensiva de consumo de energia, de petróleo, especialmente com emissão de gás carbônico, vai evoluindo.

Estou absolutamente convencido disso e não apenas pela conferência que identifica o efeito estufa e que mostra que, no último século, houve uma aceleração da temperatura de 0,7°C e que estamos numa trajetória da aceleração desse processo de aquecimento. E o mais grave é que o relatório que saiu esta semana ainda não teve repercussão nos meios de comunicação, nos parlamentos, entre os governos, e ele mostra a gravidade do que se prenuncia.

Dois mil cientistas ligados à Organização das Nações Unidas, ao Programa Mundial para o Meio Ambiente, projetam, por exemplo, que nos próximos 15 anos as geleiras dos Andes desaparecerão e que, portanto, todo o sistema hídrico da Amazônia poderá estar comprometido, fragilizado e prejudicado; além disso, projetam que teremos a desertificação de regiões semi-áridas, como o Nordeste, uma elevação da temperatura que trará seqüelas devastadoras sobre a agricultura, epidemias como dengue e malária. E já estamos vendo os sintomas desse processo em andamento.

Portanto, essa conferência que mostra os efeitos sobre a humanidade, e sobre as diversas formas de vida, neste próximo período, exige – eu diria – uma resposta imediata e muito mais firme por parte das autoridades e dos governos do que a que temos tido.

Não compartilho com uma tendência dos países desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos, que, em 1997 não assinaram o Protocolo de Kyoto e

até o momento não o fizeram. Lembro que toda essa consciência ambiental nasceu na Rio-92, no Brasil. Portanto, o país que tem a maior responsabilidade pela emissão dos gases e do efeito estufa, 25%, não aderiu, até o momento, a esse esforço global.

Mas, apesar disso, temos de ter uma atitude propositiva e firme. O Brasil tem de ser uma liderança na defesa da vida, da biodiversidade e do patrimônio ambiental no combate ao efeito estufa. Temos todas as condições: temos uma matriz energética limpa, o predomínio da energia hidroelétrica; temos, agora, o biocombustível, o etanol, o HBio, modificando a matriz energética e substituindo uma matéria-prima que vai faltar.

Os Estados Unidos já fizeram cinco milhões de perfurações em busca de petróleo. Para que tenham uma idéia do que representa esse número, lembro que o Brasil só fez 23 mil – e eles só têm petróleo para mais seis anos. A Europa praticamente não tem mais reservas estratégicas a não ser um resto no Mar do Norte. Nós ainda temos reservas disponíveis na região. Países como Venezuela, Equador e Peru ainda têm reservas estratégicas abundantes.

Além da escassez do petróleo, da crise dessa matriz energética, o desafio do efeito estufa deve levar a mudar mais rapidamente a matriz energética, buscar fontes alternativas e fazer um grande esforço em prol da despoluição. O nosso automóvel biflexível é uma forma de resposta da evolução da ciência e da tecnologia, mas temos de ir além.

Não podemos negar que a queimada da floresta é uma contribuição muito trágica para o efeito estufa, porque, quando queimada, a árvore libera carbono, e isso tem um impacto muito forte.

Voltarei à tribuna na próxima semana para falar que, embora os países ricos estejam identificando um problema relevante, as queimadas, eles se omitem na contribuição maior – faço essa advertência.

Penso que a União Europeia tem tido uma atitude diferente. Ela já projeta a antecipação de Kyoto: quer reduzir em 20% a emissão de gás carbono, podendo chegar a 30%, dependendo da atitude dos demais países. Entretanto, quando identificam o problema das florestas tropicais, debitam aos países em desenvolvimento, especialmente da região amazônica, uma responsabilidade que temos e outra que jamais tivemos.

Se formos realmente contabilizar a contribuição, mesmo das florestas, deveremos lembrar que a Europa só tem 0,03% da cobertura da floresta originária preservada, enquanto temos 64% das nossas florestas preservadas.

Portanto, mesmo nessa contabilidade – e temos de analisar esse processo ao longo da história –, nossa responsabilidade é muito menor do que aquela que tentam nos imputar.

Sr. Presidente, foram poucos os jornais que deram destaque ao relatório de abril sobre as consequências do efeito estufa e menos ainda os meios de comunicação que estão, de fato, procurando aprofundar as respostas diante dessa questão.

Apresentei uma resolução ao Senado – tenho certeza de que será uma campanha muito longa para avançar na direção do que estou sugerindo –, onde proponho que a diplomacia brasileira apóie a iniciativa francesa de criar uma agência mundial, a exemplo do que é o Fundo Monetário Internacional.

O FMI nasceu num período de crise depois da Segunda Guerra Mundial, quando a humanidade lembrava do Tratado de Versailles, feito na Primeira Guerra Mundial, pelo qual o imposto de reparação dos danos de guerra cobrado da Alemanha desmontou a economia alemã, levando à hiperinflação, ao revanchismo e ao nacionalismo. Quando terminou a Segunda Guerra Mundial, o mundo não queria viver a experiência da Primeira.

Então, o Plano Marshall, a recuperação da Europa, o programa de busca do desenvolvimento das nações em desenvolvimento, a criação da Cepal na América Latina, a criação do Banco Mundial, a criação do Fundo Monetário Internacional surgem na perspectiva de um mundo que procurava a paz e que vinha de duas grandes guerras, de duas grandes tragédias humanitárias.

Ora, é na crise que se criam as instituições inovadoras, que têm o papel de longevidade, de busca de soluções para os problemas. E isso deve ser criado nessa crise ambiental, que já não é mais um problema dos pequenos núcleos ambientalistas e tampouco será enfrentada com uma visão fundamentalista – muitas vezes há ambientalistas que não pensam no desenvolvimento, não entendem que é preciso buscar formas de energia.

Essa crise é sistêmica. O efeito estufa é o fenômeno-síntese que coloca em questão o padrão de consumo e de desenvolvimento e a matriz energética. Ora, temos de criar uma agência de desenvolvimento sustentável e de meio ambiente – não só de meio ambiente para não podemos perder o conceito da Rio-92. O Brasil deveria estimular a constituição imediata da agência e liderar esse movimento ambientalista mundial não só com a matriz energética, mas também assumindo o compromisso de preservação da região amazônica.

Em 2005 e 2006, reduzimos em 50% o desmatamento que vínhamos tendo, houve uma mudança de qualidade na política de preservação da Amazônia. A Amazônia corresponde a 16% da biodiversidade do planeta, mas tem 23 milhões de pessoas que ali vivem. Não teremos uma resposta eficaz, se não houver, por parte dessa agência mundial, políticas de compensação, políticas de estímulo, que permitam às populações carentes dos países em desenvolvimento a compensação pela responsabilidade do patrimônio ambiental.

Isso vale para a África, que será o continente mais devastado pelo efeito estufa. A África, que foi depauperada, degradada, destruída pela escravidão, que teve os braços mais fortes, as famílias com maior capacidade de produção de renda destroçadas pela escravidão, mais uma vez, na história é o continente mais ameaçado por esse fenômeno.

Mas o Brasil tem de liderar o movimento. E nossa liderança deveria ser o apoio à constituição do Fundo Mundial de Proteção do Meio Ambiente. Esse Fundo seria constituído por 1% dos impostos sobre importação. Isso significa uma arrecadação anual de US\$100 bilhões para financiar essa agência. O Brasil teria US\$1 bilhão/ano, Senador Sibá Machado, para fazermos um grande programa de proteção à Amazônia.

Como a Ministra Marina Silva defendeu recentemente nas negociações internacionais, esse Fundo deveria ter o critério de premiar os países que realmente estabelecem metas de preservação ambiental e as cumprem, países que colocam essa agenda como prioritária da humanidade.

Termino olhando para a história da vida neste planeta, que reúne condições únicas para a vida, quer dizer, onde os extremos climáticos são muito próximos, onde há condições para água, para oxigênio. A história da vida é muito frágil, e a história do ser humano é muito recente, e já assistimos cinco vezes no passado deste planeta às formas de vida serem destruídas.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a ainda dispõe de cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço a tolerância da Mesa.

Tenho certeza de que poderemos liderar esse movimento. Inclusive, o Mercosul deveria sair à frente, criando esse imposto e o Fundo do Mercosul para a Preservação do Meio Ambiente. E deveríamos disputar, na Organização Mundial do Comércio, esse imposto de 1% sobre importações, com alíquotas mais altas para os produtos que contribuem para o efeito estufa, como os derivados do petróleo e os eletrointensivos, e isenção para os produtos ecologicamente sustentáveis. Com 1% sobre o Imposto de Importação, não há

inflação no mundo, não há prejuízo ao consumo, não há instabilidade macroeconômica. Ao contrário, estariam gerando um fundo anual de US\$100 bilhões para nos antecipar a essa trajetória, a essa marcha de insensatez, que é o que o efeito estufa projeta para a humanidade.

Sr. Presidente, antes de dar o aparte ao Senador Sibá Machado, quero dizer que propus um voto de louvor a Al Gore, que ganhou o prêmio Oscar pelo documentário "Uma Verdade Inconveniente", uma extraordinária contribuição, que recomendo a todos que o assistam.

Agradeço à Comissão do Meio Ambiente, que aprovou minha moção.

Entrei em contato com o Embaixador de Washington, solicitando contato com Al Gore, para que ele venha ao Senado Federal e possamos fazer uma discussão. No passado, Al Gore fez afirmações inaceitáveis sobre a Amazônia, mas hoje contribui para essa reflexão planetária, para o efeito estufa, e gostaria que ele viesse ao Senado Federal, para que a Casa tenha, nesse tema, nessa agenda, uma das suas preocupações.

Tenho certeza de que tudo o que fizermos nessa direção as futuras gerações reconhecerão e agradecerão. A ciência já adverte para a tragédia que se prenuncia. Os homens públicos não têm mais o direito de não olhar para a história com uma generosidade e um compromisso com as gerações que aí estão e que virão.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Aloizio Mercadante, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela idéia do Fundo. Na semana passada, a Comissão do Meio Ambiente votou um projeto do Senador Tião Viana, que tive o prazer de relatar, que dispõe sobre a possibilidade de imputar o custo ambiental nas licitações públicas, tanto do Governo Federal quanto dos Estados e dos Municípios. Muitas das empresas que concorrem nas licitações públicas apresentam critérios de qualidade, tempo e preço menor, mas não é interessante para empresa alguma especificar o custo ambiental, porque não há quem pague por ele. Debatê-se, há algum tempo, como criarmos ambientes no Brasil em que essa situação seja colocada no custo dos investimentos, para que fique mais agradável também do ponto de vista econômico, porque, na concorrência das empresas, o custo ambiental, não sendo pago por ninguém, não será interessante para ela, porque ela irá perder competitividade. Então, o Projeto pareceu-me oportunidade para o momento. A sugestão feita por V. Exª sobre o Fundo Mundial, parece-me, está na linha de que há um custo ambiental também, porque é neces-

sário que se renuncie a algumas aptidões de desenvolvimento econômico e amplie outras, exigindo uma fonte financeira. Não há nenhuma instituição financeira no mundo, hoje, que tenha de fato e de direito essa preocupação. Acho que, realmente, o dever de casa deve ser posto. Quem sabe possamos procurar as instituições, pelo menos as instituições financeiras públicas do Brasil, para levar uma idéia como essa adiante. Ou seja, como poderíamos solicitar que essas empresas – Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES e tantas outras – já começem a fazer o dever de casa de fato e de direito. Quando falamos da Amazônia e aparece o assunto relacionado a empresas no mundo afora que querem vir para o Brasil, ou de alguma autoridade internacional que trata desse assunto, ele é tratado de maneira até xenófoba. Não discuto o direito brasileiro de brigar pela propriedade da Amazônia, mas a Amazônia vai além do Brasil. São vários países que compõem a Grande Amazônia. Uma saída apenas pelo Brasil não terá sucesso. É preciso que se tomem esses cuidados. Há empresas entrando nas florestas do Peru, da Bolívia e de todos os países que compõem a Grande Amazônia. A saída precisa ser coletiva mesmo. Então, é muito importante que V. Exª fale do Mercosul, e o passo precisa ser dado. Acho que temos de aproveitar o momento e o ambiente e não fazer terrorismo. Vou encerrar, dizendo que, em 1994, acompanhei pela televisão quando um cometa colidiu com Júpiter. Logo em seguida, criou-se um ambiente no mundo inteiro; pesquisadores chegaram a dizer – e saiu nos veículos de mídia brasileiros – que havia mais de mil possibilidades de que asteróides ou corpos celestes que vagam no espaço colidissem com o planeta. Alguns chegaram a dizer que havia um com possibilidade de, em trinta anos, destruir a vida na terra. Criou-se uma onda de terror, em 1994, por uma semana e meia. Entendo que o que está acontecendo com o relatório da ONU é uma onda de terror em relação à questão ambiental. Parece que não é o caso, porque agora existe uma comunidade científica do mundo que subscreve o relatório e diz que o perigo do aquecimento é iminente. Portanto, a idéia de V. Exª vem a calhar, e acho que o Senado Federal tem de fazer um esforço total para que levemos avante uma idéia como esta do Fundo que quero chamar agora de Fundo de Financiamento do Custo Ambiental dos Empreendimentos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Senador Sibá, como eu passei praticamente toda a minha vida na universidade, e a Economia é uma ciência um tanto quanto árida, exigente, que trabalha com métodos quantitativos, que procura construir respostas de como alocar recursos escassos, eu sou muito pouco afeito ao impressionismo, especialmen-

te nesta área. No entanto, quando a ONU, com dois mil cientistas, converge para projeção de cenários e na área acadêmica vai se construindo um consenso, uma grande convergência de que, efetivamente, é o efeito estufa, a emissão de gases poluentes, que está aquecendo o planeta e que todo o acompanhamento de evolução da temperatura reforça essa tendência; e quando os primeiros indícios desse processo de 0,7% de aquecimento já estão presentes e são inquestionáveis, e a curva de aceleração desse aquecimento é muito inclinada, a velocidade é muito rápida e parte do que já foi feito é irreversível, nós precisamos nos antecipar. E a vanguarda na política foi fundamental na democracia, na luta das Esquerdas, nas grandes transformações.

Penso que nós, no Brasil, temos a possibilidade de assumir a liderança desse movimento. Por quê? Porque nos chamamos de brasileiros. Brasileiros eram aqueles que vinham para cá se apropriar da Mata Atlântica, levar o pau-brasil. Nós nos autodenominamos como aqueles que vieram para degradar a natureza, para saquear a natureza.

Os brasileiros eram os expropriadores de pau-brasil. Esse sentido de brasileiro, ao longo da cultura, da História, de 507 anos de descobrimento, transformou-se. O brasileiro é um dos povos que mais apreço tem à natureza. Lazer, no Brasil, significa ir para o mar, tomar banho de cachoeira, ir pescar, ir dar uma volta na mata. Quer dizer, a natureza é, para nós, uma árvore, um jardim, é um bem essencial. Parte da nossa alegria, da nossa forma de ser é porque somos privilegiados com essa exuberante natureza. Somos um país com uma diversidade climática, com ecossistemas absolutamente distintos e ricos. Só que, da mata atlântica, só sobrou 7%.

Acho que, nesse momento da História, podemos liderar, liderar na mudança da matriz energética, liderar numa atitude responsável, definitivamente uma resposta à comunidade internacional no que se refere a um projeto de desenvolvimento sustentável da região amazônica.

O movimento ambientalista criou uma máxima que era “pensar globalmente e agir localmente”. Ainda é assim, mas nós temos de agir globalmente.

A proposta que eu trago é de criar um fundo mundial do meio ambiente para combater o efeito estufa, com 1% do valor das importações. Como eu já disse e reforço, o impacto macroeconômico é residual. O que é substituído em importações é produzido aqui, estimulando a produção. Não traz inflação, não traz prejuízo ao consumo, é uma coisa absolutamente incompatível com a racionalidade macroeconômica, mas gera um fundo mundial de US\$100 bilhões/ano; para o Brasil

US\$1 bilhão/ano. Só que nós podemos começar imediatamente. O Mercosul pode levantar essa bandeira, pode fazer essa mudança, a tarifa externa comum permite esse ajuste e nós levaremos à Organização Mundial do Comércio a disputa desses valores.

Termino, dizendo que o financiamento do Fundo Monetário Internacional... Cento e setenta países hoje são sócios do FMI. O FMI perdeu parte das suas funções, mas ainda é uma instituição para socorrer economias em crises, para estabelecer políticas de compensação monetária, nasceu exatamente, como eu disse, para preservar a paz e não repetir os erros da Primeira Guerra, quando terminou a Segunda Guerra Mundial.

Nesta crise ambiental dramática, temos que pensar uma instituição multilateral global, que é uma agência semelhante ao FMI, que é a proposta da diplomacia francesa.

Já fiz esse apelo ao Chanceler Celso Amorim. Estive em Bruxelas recentemente defendendo essas idéias. Vou, em todas as oportunidades internacionais, levantar a bandeira de constituição desse fundo mundial e de financiamento dessa agência. Acho que o Brasil deveria ser ousado, porque, hoje, essa é uma questão que diz respeito a todos neste planeta, a todas as forças políticas. Enfim, é uma questão da sociedade civil, da Academia, das lideranças, dos homens públicos e acho que o Brasil deve liderar, ter iniciativa, ter ousadia e dar respostas consistentes e viáveis.

Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Aloizio Mercadante, acho importante a iniciativa de V. Ex^a em estar provendo recursos para a finalidade de nos precavermos diante das dificuldades que nós mesmos poderemos acarretar como seres humanos em nossas ações de industrialização, de modernização. Se nós não tomarmos cuidado, isso poderá provocar males ao meio ambiente e ao clima, e é importante que estejamos conscientes disso. Avalio como importante a iniciativa de V. Ex^a, como também a do Senador Fernando Collor, de convidar o ex-Senador e ex-Vice-Presidente americano Al Gore. Tive oportunidade de assistir ao filme “Uma Verdade Inconveniente” e considero que se trata de um filme muito didático para que as pessoas se conscientizem desse problema. Quem sabe possamos tê-lo aqui no Senado Federal. Gostaria até de sugerir que, por ocasião de um eventual debate com a presença dele, quem sabe, possamos convidar para assistir e enriquecer o nosso diálogo alguns dos grandes cientistas brasileiros. Recentemente o Professor Aziz Ab'Saber fez algumas observações a respeito do filme “Uma Verdade Inconveniente”...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE)

– Nobre Senador Eduardo Suplicy, vamos conceder mais dois minutos ao orador. Solicito a V. Ex^a que conclua seu aparte, por gentileza.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quem sabe pudéssemos ter aqui um diálogo altamente esclarecedor para todos nós!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Suplicy, meu convite ao ex-Senador e ex-Vice-Presidente da República Al Gore, que está sendo encaminhado pela embaixada de Washington, no Brasil, seria uma iniciativa do Senado, porque aprovamos este convite. Aprovei também moção de louvor ao trabalho do documentário “Uma Verdade Inconveniente”, que também é uma iniciativa da Unesco do Brasil. Acordei com o embaixador que também fizesse esse convite, para articularmos um movimento que contasse com participação de acadêmicos, de cientistas, de intelectuais, de interessados e de entidades da sociedade civil.

Precisamos de propostas viáveis e concretas, como esta que imputo fundamental, da diplomacia francesa, de criar uma agência global em substituição ao Pnuma, semelhante ao FMI, e de um fundo mundial, que proponho, com a taxação das importações em 1%.

Senador Tião Viana, antes de concluir, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Mercadante, serei muito breve. Quero apenas reconhecer a importância da manifestação legislativa de V. Ex^a, que fala com muita autoridade sobre o tema; que fala com uma responsabilidade política enorme e com visão de mundo atual. Quero dizer da minha solidariedade imediata aos argumentos de V. Ex^a e fazê-lo um apelo: que V. Ex^a também me apóie em matéria legislativa de minha autoria, sobre compras públicas sustentáveis. Matéria que já foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente, está na CCJ e diz respeito ao PIB brasileiro: 30% dos recursos do PIB são transferidos para compras governamentais.

Essa matéria precisa ser aprovada, porque ela pressupõe a responsabilidade ambiental das empresas. O Reino Unido fez isso, há dois anos, o que representou uma extraordinária contribuição à participação da sociedade em política de sustentabilidade. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Seguramente, estudarei com muita atenção a matéria. Mas, de antemão...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– ...expresso minha simpatia por essa iniciativa relevante.

Devemos estimular nos Parlamentares a criatividade, a competência e a vocação. Cada um de nós traz uma história e uma competência específica, para formularmos políticas concretas, mas, insisto, não apenas para a nossa sociedade, ainda que fundamentalmente para ela; devemos pensar além das nossas fronteiras: é preciso instrumentos globais para fazer frente a esse processo. Observo, na construção dessa agência, o desenvolvimento do meio ambiente; e, no Fundo para o Meio Ambiente Mundial, uma resposta, eu diria, decisiva, por meio da nossa atuação nos fóruns parlamentares e nas instituições multilaterais, para que recebamos uma resposta eficiente.

Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mercadante, eu vinha ouvindo, pelo rádio do carro que me trazia ao Senado, o pronunciamento de V. Ex^a. Quero parabenizá-lo por juntar-se à iniciativa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)

– ...pioneira do Senador Collor de convidar o ex-Vice-Presidente Al Gore para comparecer a esta Casa. O Senador Collor, colega de V. Ex^a e membro da Base de apoio ao Governo, hoje preside uma subcomissão que faz parte da Comissão de Relações Exteriores, da qual V. Ex^a também faz parte. Penso que poderíamos inclusive transformar esse convite numa iniciativa única do Senado Federal. Seria uma maneira, inclusive, de dar mais força a esta presença. O Senador Fernando Collor está mantendo contato, por meio da Comissão, e esperamos que, o mais breve possível, essa visita se realize, para que possamos tratar com objetividade esse assunto, que hoje faz parte da pauta de discussão de qualquer país civilizado. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Heráclito, fiz o convite ao ex-Vice-Presidente Al Gore tanto por meio da Unesco, que está fazendo o mesmo convite, quanto por intermédio de convite já aprovado no Senado.

Mencionei também, nesse contato, o interesse de o Brasil sediar a Rio 92 + 20; que o evento seja realizado aqui – “+ 20” significa que seria em 2012, seria o balanço do que foi a conferência e todo esse esforço do desenvolvimento econômico sustentável; e o interesse do Senado Federal em uma audiência. Porém, mais do que uma audiência com uma personalidade relevante, precisamos de propostas concretas. O que trago a esta Casa é uma iniciativa concreta: a constituição de um fundo mundial do meio ambiente, que é

a criação de uma agência internacional. E poderíamos, com apenas 1% das importações, criar um fundo de US\$100 bilhões.

Seguramente, não haveria contribuição mais relevante para se preservar a vida neste momento da história da humanidade do que reverter o efeito-estufa, que é manter e antecipar os compromissos do Protocolo de Kyoto, mas devemos criar fundos de financiamento para isso, especialmente para compensar as populações que seriam diretamente atingidas pela renúncia de determinadas atividades ou de potencialidades econômicas.

Assim sendo, termino meu pronunciamento, agradecendo a generosidade de V. Ex^a pelo tempo concedido, com a certeza de que este é um debate essencial ao nosso Parlamento e ao nosso País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima PMDB – SE)

– Inscrito para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata. Logo a seguir, pelo sistema de rodízio, concederei a palavra ao Líder do PTB, Senador Sérgio Zambiasi; e, por meio do critério de alternância, ao Senador que vos fala, Almeida Lima, inscrito regularmente por cessão do nobre Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para

uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na semana passada, um dos cinco acusados do assassinato do menino João Hélio, no Rio de Janeiro, foi julgado e condenado. A pena: três anos de internação numa instituição para menores, com reavaliação a cada quatro meses. Se apresentar bom comportamento, poderá, em tese, voltar às ruas bem antes do prazo máximo estipulado pela juíza que analisou seu caso. Estará, como se diz hoje em dia, “ressocializado”, pronto para voltar ao convívio com a sociedade.

Co-autor de um crime que chocou o País por sua brutalidade, ele tem 16 anos. Não poderia ser condenado a uma pena maior. Recebeu a penalidade máxima prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nos últimos tempos, virou moda culpar os fatores sociais pela insegurança generalizada em que vivemos. Cresce assustadoramente o envolvimento de jovens em crimes bárbaros, como no assassinato de João Hélio. Não faltam vozes que culpam, em vez dos en-

volvidos, a sociedade, que seria indiferente à demanda por oportunidades de emprego e educação, capazes de desviar a nossa juventude da delinquência.

Aliás, nos dias de hoje, é muito comum esses grupos de Esquerda colocarem o povo nas ruas segurando uma bandeirinha, onde se lê: “Paz”. Bandido não entende a linguagem da paz, ele vai continuar matando. Tem de ser: “Castigo”, “Fora impunidade”, “Fim da impunidade”, “Judiciário mais rápido”, “Leis mais rigorosas”. Isso o bandido entende. “Polícia na rua” o bandido entende. Mas uma bandeirinha com o lema “Paz” empunhada por um monte de inocentes, como se estivéssemos em uma guerra mundial, não vai surtir efeito para os bandidos.

Dizem que estamos pagando o preço do descaso. Só falta dizer que milhões de brasileiros merecem a violência, ou melhor, que as vítimas não somos nós, mas as quadrilhas que circulam pelas cidades, assaltando, torturando, queimando pessoas vivas e assassinando a sangue frio. Elas não decidem matar – segundo esses falsos defensores –, estão expressando seu legítimo direito de revolta...

Há pouco tempo, um jornalista de Brasília, Alon Feuerwerker, pesquisou o que acontece com a criminalidade na China, o país que mais cresce e que mais cria empregos no Planeta, além de dar atenção especial à educação de sua juventude. Descobriu que, lá, os jovens responderam por 44% do total de crimes no primeiro semestre de 2005, e que jovens cometem mais de 70% dos crimes violentos registrados naquele período.

O país oferece oportunidades de estudo e trabalho, a economia cresce a taxas que estão entre as maiores do Planeta, mas é cada vez maior o envolvimento da juventude com o crime.

Por aqui, insistimos em acorrentar a pobreza à criminalidade, como se o destino inevitável de todos os pobres fosse o de se dedicar ao assalto e ao tráfico de drogas. É uma perspectiva cômoda, porque não nos obriga a adotar medidas que contenham a onda de violência. Só precisaremos esperar algumas gerações, até o dia em que a esperada igualdade social fará com que tudo desapareça na área da delinquência...

Até lá, quem vai ter que cumprir pena de prisão em casas e apartamentos cercados por grades é o cidadão honesto, pagador de impostos, que sai para o trabalho todos os dias sem saber se voltará ou se será vítima de um seqüestro-relâmpago, de uma bala perdida ou, como aconteceu com o menino João Hélio, de uma morte ainda mais cruel.

Enquanto isso, os bandidos mandam e desmandam, como aconteceu, na semana passada, nos bairros de Copacabana, Ipanema, Vigário Geral e Jardim

América, no Rio: o comércio foi intimado, sob pena de represálias, a fechar as portas durante dois dias, por causa da morte de um chefão do tráfico.

Ninguém entre nós tem o direito de se declarar surpreendido com o resultado da pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, que revelou que o total de brasileiros que consideram a violência sua maior preocupação deu um salto, passando para 31% – praticamente o dobro dos 16% registrados no ano passado. O desemprego, que ficou quatro anos em primeiro lugar, como a maior preocupação dos brasileiros, passou para o segundo lugar.

Deve-se ressaltar que os entrevistados – 5.700 pessoas em todo o País – apontaram a violência de forma espontânea, ou seja, o entrevistador sequer precisou sugerir o tema. Mas ainda há mais: subiu de 11% para 25% o percentual dos que consideram a área de segurança a de pior desempenho do Governo.

Na semana passada, as polícias civis de 24 Estados e do Distrito Federal realizaram uma megaoperação e prenderam 2.200 pessoas. É uma iniciativa elogiável, mas equivalente a uma gota d'água no oceano.

Sr. Presidente, em dois minutos termino meu pronunciamento.

Um levantamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública mostra que, em todo o País, existem, atualmente, 550 mil mandados de prisão decretados pela Justiça e não cumpridos. Como o sistema penitenciário tem lugar para 401 mil detentos, a conclusão é de que há mais foragidos do que presos.

Com a impunidade para os jovens, legislação ultrapassada, uma Justiça que – em parte por culpa dessa mesma legislação – não se adapta aos novos tempos, polícia mal-equipada e atuando sem coordenação e um sistema prisional que abriga um número de detentos muito acima de sua capacidade, conseguimos a proeza nada elogiável de reunir todos os ingredientes para incentivar o crescimento da criminalidade.

Essa situação, Sr. Presidente, não vai mudar se não tomarmos – Executivo, Legislativo e Judiciário – medidas que solucionem a crise da segurança.

Como as pesquisas estão demonstrando, ela é, agora, a principal preocupação dos brasileiros. Falta tornar-se, também, a principal preocupação do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – Concedo a palavra, pela Liderança do PTB, ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, que disporá de cinco minutos para o seu pronunciamento.

Nobre Senador Sérgio Zambiasi, após o pronunciamento de V. Ex^a, convido-o a assumir a Presidência.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS). Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, eu gostaria de tecer alguns comentários a respeito do encaminhamento da crise do setor aéreo nacional. Essa crise vem se arrastando há quase um semestre, causando prejuízos variados aos usuários, aos prestadores de serviços e a outros agentes direta e indiretamente atingidos.

Espero que a forma como o Governo agiu, mantendo a autoridade do comando aeronáutico e restituindo aos militares a gestão da questão, contribua para que se encontre uma solução realmente duradoura para o problema.

Sem dúvida alguma, a melhor forma de gerir uma situação dessa magnitude é agir institucionalmente, respeitando a lei, exigindo o cumprimento dos deveres e garantindo a preservação dos direitos.

O momento é grave e exige um esforço cívico dos setores envolvidos na crise para se chegar a bom termo e garantir-se, assim, a paz social e a manutenção dos serviços públicos essenciais.

Só se constrói uma democracia sólida e substancial a partir da negociação, da reivindicação, da fiscalização e da garantia da ordem e da manutenção do funcionamento das instituições, sobretudo daquelas cujos serviços são essenciais ao bem-estar da população.

Por mais legítimas que sejam as reivindicações dos controladores aéreos, e acredito que sejam, a forma como estão reivindicando não é, realmente, a mais adequada. Neste momento, os controladores de vôo precisam entender cicamente sua função e importância para o bem-estar da sociedade e negociar, mantendo a adequada prestação de serviços à população.

Não é admissível que profissionais de serviços essenciais utilizem sua função para pressionar por mudanças que beneficiem sua categoria, prejudicando o bem-estar coletivo e, inclusive, causando a morte de cidadãos por problemas de estresse, como ocorreu com o gaúcho Luiz Fernando Mosca no aeroporto de Curitiba.

Essa crise mostrou ao Governo e ao País – e a nós Parlamentares – o quanto é necessário priorizar o desenvolvimento do setor aéreo, tanto sob o prisma da infra-estrutura, como quanto o do desenvolvimento organizacional e das carreiras profissionais atuantes no setor.

Não pode haver defasagens e desalinhamentos estratégicos, para usar uma expressão da administração estratégica contemporânea.

Atualmente, o País experimenta várias defasagens estruturais. Precisamos mudar a postura geren-

cial e nos antecipar aos problemas. Esse é o desafio maior para a governabilidade e a governança.

Nas crises, emergem problemas estruturais que se agudizam a ponto de explodir, e essa crise do setor aéreo é um exemplo vivo dessa realidade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é preciso um olhar mais atento para questões estruturais como essa, para evitarmos novas crises agudas e mais mal-estar social.

O Presidente Lula, líder talhado nas lutas sindicais, dotado de sabedoria e de sensibilidade suficientes para entender a crise em sua essência, agiu sabiamente ao preservar a autoridade militar, devolvendo a condução da negociação ao Comando da Aeronáutica.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, aproveito este momento para falar sobre essa grande liderança militar, com quem tive a alegria de conviver. Quando eu era Presidente da Assembléia Legislativa, conheci o Brigadeiro Juniti Saito, que desenvolveu boa parte de sua carreira militar no meu Estado, chegando a ocupar a função de Comandante do 5º Comando Aéreo Regional, que tem sede na cidade de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre.

Para se ter uma idéia do reconhecimento que o Rio Grande do Sul tem pelo Brigadeiro Saito, basta lembrar que o mesmo foi merecedor das duas maiores condecorações oferecidas a cidadãos por serviços prestados: a medalha do Mérito Farroupilha, concedida pela Assembléia Legislativa gaúcha, e a medalha do Mérito Negrinho do Pastoreio, concedida pelo Governo do Estado.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Zambiasi, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Pois não, Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a nesse pronunciamento, com o qual V. Ex^a cumpre um dever de justiça diante da Nação, na tribuna do plenário do Senado Federal. V. Ex^a está de parabéns. Nossa Ministro é um homem honrado e está conduzindo essa crise nos limites e parâmetros do Regulamento militar. Fui militar durante dez anos. Existe para nós todos, de general a soldado, um regulamento disciplinar, havendo ali inscritos direitos e deveres. O Ministro é obrigado a cumprir esse regulamento, sob o qual viveu a vida inteira. Dessa maneira, eu gostaria de acrescentar esse dado: trata-se de um militar cumpridor dos deveres do Regulamento. Portanto, saberá conduzir essa crise com a sabedoria que ela exige. Também quero me solidarizar de público com V. Ex^a, pelas palavras elogiosas que dirige agora ao nosso valoroso comandante da Aeronáutica, da Força Aérea. Obrigado, Senador.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)

– Obrigado, Senador Marcelo Crivella. Sem dúvida alguma, conheço pessoalmente o comandante Saito, um líder com sólida formação militar e técnica, um profissional da maior competência e que será, seguramente, capaz de resolver o impasse de forma a devolver a tranquilidade ao setor e à sociedade brasileira, que tanto necessita dos bons préstimos do setor aéreo.

Senador Tião Viana, muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Zambiasi, o Sr. Almeida Lima, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Zambiasi, o Sr. Sibá Machado, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Sérgio Zambiasi.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ninguém é infalível. Mas, persistir no erro não é uma postura inteligente; existem erros fatais, daí o alto grau de exigência para a habilitação de determinados profissionais. Já pensou na resultante do erro do anestesiologista? E na do piloto de avião? Como entender o erro que se traduz em injustiça quando cometido por quem é pago exatamente para fazer justiça?

Pois bem, instituições que deveriam ser referencial de preparo intelectual, de correção, de equilíbrio, de sensatez e de bom senso têm cometido equívocos reiterados e exagerados numa provocação sem limites ao Congresso Nacional e a toda a sociedade. Assim está fazendo o Poder Judiciário pelos seus Tribunais Superiores.

O Direito é o instrumento da civilização para promover a estabilidade social e a harmonia nas suas relações, daí se impor *erga omnes*, contra todos, pois, o contrário é a barbárie, é a lei da selva. Por esses atributos é que o ordenamento jurídico deve ser legítimo, e não por outra razão é que a sociedade, no seu processo evolutivo, conquistou o Estado de Direito Democrático para assegurar a legitimidade ao exercício do poder. Também por esse desiderato é que o Estado moderno, tal como concebido a partir do século XVII, teve o mérito de incorporar a esses dois conceitos que se tornaram indissociáveis – Estado de direito e Estado democrático – a teoria da tripartição

dos poderes para se contrapor, definitivamente, ao poder absoluto concentrado nas mãos do príncipe.

Esse preâmbulo, Srs e Srs. Senadores, tem o propósito de mostrar que o Estado moderno, tal como concebido pelos iluministas e seus predecessores, é uma conquista consolidada em revoluções pacíficas – Revolução Gloriosa, a inglesa – e outras sangrentas e fratricidas – Revolução Americana e Revolução Francesa – há mais de três séculos, e não será agora que esses postulados devem ser atirados ao lixo sem uma formulação teórica a lhe substituir assentida pela soberania popular.

Inimaginável que o Supremo Tribunal Federal (STF), mais uma vez, acolha o entendimento revelado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao responder a uma consulta que lhe foi formulada acerca da titularidade do mandato eletivo se pertencente ao eleito ou ao partido pelo qual concorreu. A atuação do TSE, mais uma vez, se caracteriza como uma agressão ao Estado de Direito, que pressupõe obediência à norma jurídica preexistente. O TSE não interpretou a lei, o que é de sua competência. O TSE avocou para si atribuições de outro Poder, o Legislativo, ferindo de morte a sua competência e independência.

O mais grave é que o TSE estabeleceu, por maioria, um “entendimento jurídico” que leva à tese da cassação de mandato de Vereadores e Deputados – eleição proporcional – que trocarem de partido, quando essa não é causa de perda de mandato entre as previstas pelo art. 55 da Constituição Federal, embora seja uma prática danosa, e que o próprio Congresso Nacional, por meio da reforma eleitoral e partidária, já deveria ter estabelecido como causa a fundamentar a cassação dos Srs. Parlamentares. Como se sabe, a norma do art. 55 da Constituição Federal, é restritiva de direito e, portanto, não comporta outra interpretação além da gramatical a que decorre da letra da lei.

Ora, em se tratando de uma questão de entendimento tão simplório, cabe então a indagação: por que, então, o TSE torna público esse entendimento que, inclusive, é contrário a todas as decisões tomadas por essa mesma Corte e pelo Supremo Tribunal Federal? A lei não foi alterada após as decisões preexistentes do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal. O Congresso Nacional, único Poder que tem competência para tanto, não tomou nenhuma deliberação nesse sentido. Qual a explicação então?

A bagunça eleitoral e partidária em que vive o País, por culpa e responsabilidade exclusiva da classe política, mais precisamente deste Congresso Nacional e da Presidência da República, não autoriza, mesmo assim, ao Poder Judiciário, por um dos seus órgãos, a Justiça Eleitoral, atropelar o princípio do Estado de

Direito, conquista maior da civilização. Nada justifica a sua ingerência por mais bem-intencionada que seja, mesmo que essa intromissão venha a atender a uma expectativa da sociedade ou até mesmo de parte da classe política, como, aliás, atende a minha própria expectativa por entender que a fidelidade partidária é instituto que a prática política do País deve adotá-lo por ser consentâneo com a moralidade. Eu defendo a tese, desde quando seja aprovada pelo Congresso Nacional, que é quem tem poder para legislar. Eu não defendo a decisão da Justiça Eleitoral porque ela é contrária ao Estado de Direito, que pressupõe o respeito à Constituição e às normas estabelecidas no País. Mas aquele que defende o Estado de Direito jamais poderá silenciar diante de atitudes que o agridam, mesmo quando elas se lhes apresentam favoráveis ou de acordo com o seu pensamento, pois, chegará o dia em que aquele que assim não procede perderá a autoridade moral e política para defender o Estado de Direito, quando contrariados estejam sendo as suas concepções e os seus interesses.

É preciso ter coerência política. É preciso ter até coragem, determinação, patriotismo para dizer essas coisas. Sem qualquer elogio que eu pretenda me atribuir, mas assim me pronuncio diante dos inúmeros e-mails que recebi por este artigo que transformo em pronunciamento e que, daqui a pouco, a ele irei me referir.

Discordo da tese esboçada pela larga opinião da imprensa nacional ao afirmar que “quem não faz, leva”. No futebol, essa é uma tese aceita, embora este seja o País do samba, do carnaval e do futebol, nós, homens públicos, devemos encarar a vida nacional com mais respeito e seriedade. Essa esdrúxula tese, se defendida, autoriza também a que o Congresso Nacional vote uma norma constitucional atribuindo-lhe o direito de avocar para si o julgamento de todos os processos que estão engavetados nos Tribunais Superiores há mais de cinco anos. Seria correto? Claro que não. Seria ferir também o Estado de Direito, porque ao Congresso Nacional não é dado a competência para julgar, que é próprio do Poder Judiciário. Como se defender, então, a competência ao Judiciário para legislar? Como estamos sob a égide do Estado de Direito, cuja Constituição Federal consagra a Teoria da Tripartição dos Poderes e estabelece que estes são autônomos e independentes, cujas competências estão claramente delineadas, não seria um atentado às instituições do País? Pois, é dessa forma que age o Poder Judiciário, como, aliás, já fez nos episódios da verticalização e no das cláusulas de barreira. É inadmissível, inaceitável. O Congresso Nacional não pode aceitar essa

situação de cócoras. Precisa levantar-se e mostrar qual, de fato, é a sua estatura: se republicana ou própria das republiquetas.

No mais, justiça se faça, a resolução tomada pelo TSE quanto à titularidade do mandato proporcional de todo não será inútil: ela cumprirá o papel de mostrar à classe política que “quem sabe faz a hora...”, e que o Poder Legislativo precisa ter a sua dignidade restaurada, dependendo, para tanto, apenas e tão-somente, da mudança de suas atitudes. Basta que não continue na contramão da História e passe a estabelecer uma parceria com a sociedade, ouvindo o seu clamor.

Embora não seja elemento justificador para a atitude do TSE, mas se o Congresso Nacional já tivesse dado um basta nessa desordem institucional com a votação de uma reforma político-partidária-eleitoral decente, o Judiciário não estaria incorrendo no gravíssimo erro de se imiscuir nas relevantes funções parlamentares. De todos, por conseguinte, espera-se prudência e respeito às instituições do Estado. O contrário será o caos, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Este pronunciamento foi antecedido pela publicação do artigo, no último final de semana. E, como costumo fazer, distribuí para todos quantos recebem meus artigos e emitem suas considerações. Como disse, recebi mais de duas centenas de e-mails: uma grande parcela homenageando e concordando com a tese, outra grande parcela considerável discordando. Seria muito bom se a minha postura fosse demagógica, como se eu estivesse preocupado com a próxima eleição e não com as próximas gerações, aquelas dos nossos filhos, netos e bisnetos, que virão aqui fazer apologia, porque eu sei que a sociedade brasileira está cansada desta classe política, que não se dá o devido respeito e que faz do mandato um instrumento de negociatas, saindo dos partidos que não conquistaram o poder para se filiarem àqueles que estão no poder. Isso não deve acontecer.

Eu defendo a tese da fidelidade partidária. Mas, como democrata, como um cidadão que defende o Estado de Direito, não posso embarcar nessa canoa do aplauso fácil da sociedade, quando sei que uma medida como a tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral fere o nosso Estado de Direito e as instituições. Não sou demagogo, não busco aplauso fácil. Tenho assumido posições de forma muito clara, embora sabendo que, no início, elas sejam contestadas, mas a história tem demonstrado o resgate das minhas posições. Sabem por quê? E peço a benevolência de V. Exª, Sr. Presidente, a fim de que me conceda mais um tempinho para dizer o seguinte: eu não concordo.

E faço a crítica ao PSDB e aos Democratas, antigo PFL. Gostaria que o Senador Tasso Jereissati aqui se

encontrasse, bem como o Presidente dos Democratas, para que eu pudesse fazer essa crítica diretamente a eles, que agiram e incorreram muito mal. Se hoje esses dois partidos estão sendo penalizados por Parlamentares que não têm uma postura adequada diante da sociedade, pois ao invés de permanecerem em partidos pelos quais foram eleitos preferem se bandear para partidos que dão sustentação ao Governo em função dos cargos das sinecuras, não posso admitir que S. Exªs, os Presidentes desses dois grandiosos Partidos, embarquem nessa canoa furada. E indago: que dispositivo constitucional vai autorizar a cassação desses Parlamentares? Nenhum. Não há, na Constituição, nenhum dispositivo que autorize, até porque...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...até porque, na matéria, a cassação de mandato é constitucional. Art. 55. E em se tratando de um dispositivo de norma punitiva, a interpretação é restritiva. Não é uma interpretação expansiva, geral e abrangente. Não se admitem outros casos, além daqueles que, ali, na letra da Lei, estão expressamente indicados. Então, é uma decisão inócuia, apenas para tumultuar o processo eleitoral.

E eu pergunto a esses dois Partidos, a suas Lideranças, a seus Presidentes: que autoridade moral, que autoridade política esses Partidos terão quando a Justiça Eleitoral do País tomar outras decisões, ferindo o...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...ferindo o Estado de Direito, e que sejam contrárias aos seus interesses? Não terão nenhuma autoridade política nem moral para reclamar. É porque hoje o problema é na casa do vizinho. Não é na nossa. Então, está tudo bem. E vocês não defendem porque isso não fere seus interesses; ao contrário, beneficia seus interesses, embora mereça ser condenável o procedimento daqueles trânsfugas partidários. Mas não se pode admitir, quem tem uma formação política, jurídica e institucional, que isso aconteça sem qualquer crítica.

Muito bem, Sr. Presidente, atuou o Ministro que produziu...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Eu concordo, Sr. Presidente.

Mas muito bem agiu o Ministro Marcelo Ribeiro, do Tribunal Superior Eleitoral, que produziu o voto divergente, pois ele mesmo disse: “Vejam que bagunça, que balburdia”. Digo eu: esse mesmo Tribunal Superior Eleitoral, analisando a mesma legislação que aí está,

já negou pedidos de cassação de mandatos, na legislatura passada, daqueles que trocaram de legenda, e sem qualquer alteração à legislação eleitoral. Chega agora e toma decisão diferente. E o Direito não é para estabelecer, digamos, para constituir a estabilidade das relações sociais? Que estabilidade existe quando não se sabe que lei cumprir, que interpretação dar? Isso é o caos.

Portanto, eu invoco prudência, pois o contrário será o caos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento. A seguir, o Senador Cícero Lucena.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pedi à Mesa que me inscrevesse para falar pela Liderança do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a fará uso da palavra após o Senador Sibá Machado e o Senador Cícero Lucena.

Com a palavra, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna desta Casa para tratar de dois assuntos: primeiro, registrar os avanços e melhorias em programas sociais do Governo Federal; e, segundo, expressar preocupações e enfatizar a necessidade de, com a reforma ministerial, manter certos programas, mesmo com as mudanças políticas ocorridas.

Com relação a avanços importantes na esfera governamental, registro que, em reunião recente, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) tomou conhecimento e aprovou relatório do Tribunal de Contas da União. O referido relatório, encaminhado a esta Casa, é resultado de auditoria de natureza operacional realizada no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, o assim chamado “CadÚnico”.

Essa auditoria teve como objetivo investigar o cumprimento de deliberações e recomendações feitas pelo próprio TCU quando da auditoria operacional realizada entre julho de 2001 e agosto de 2002 no CadÚnico. Na auditoria operacional de 2002, foram de-

tectadas quatro importantes deficiências, que afetam a prevenção de fraudes e a correta identificação dos potenciais beneficiários dos programas.

São elas:

- 1) descumprimento do critério de unicidade de identificação e cadastramento, observando-se entradas duplas;
- 2) ausência de sistemática para atualização das informações;
- 3) ausência de crítica no sistema que possibilite identificar imprecisões em declarações de renda;
- 4) problemas na disseminação de informações para os Municípios e na oferta de capacitação para os gestores locais.

Por meio de pesquisa postal e da utilização dos cruzamentos da base de dados do Cadastro Nacional de Óbitos e do Sistema Nacional de Benefícios do INSS, os mesmos 648 Municípios pesquisados em 2002 foram reavaliados, permitindo-se a comparação entre as atuais condições do Cadastro Único com as observadas no ano de 2002.

Sobre as diferenças entre os dois períodos, o TCU constatou que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome promoveu, a partir de novembro de 2005, uma campanha de recadastramento geral das famílias carentes, atualizando o Cadastro Único. Além disso, foi definida política de incentivo financeiro para que os Municípios atualizem dados cadastrais das famílias residentes. A Caixa Econômica Federal também implementou um conjunto de procedimentos para identificar inconsistências, em especial duplicidades e repetições no Número de Identificação Social (NIS).

Outro dado importante do relatório do Tribunal é que o número de duplicidades reduziu consideravelmente: de quase cinco mil casos, em 2002, para 1.765. Desses, verificou-se que 82 receberam, efetivamente, pagamentos em duplicidade. Ainda segundo o relatório, também foram seguidas as recomendações do TCU “para realizar o cruzamento com os dados de outras bases de dados, a exemplo da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), como resultado, foram excluídas 80.289 famílias que recebiam benefício indevido por declaração falsa de renda”, como estimativa de economia de R\$59,3 milhões ao ano.

Para o relator da matéria no TCU, Ministro Valmir Campelo, é digno de registro o empenho do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em implantar as recomendações feitas, quando da avaliação em 2002. Observou-se que o cumprimento das recomendações do TCU chegou a quase 70%. Segundo palavras do próprio Ministro Campelo, “Sob

a ótica do impacto da implementação das recomendações, pode-se afirmar, a partir dos resultados sob exame, que o Cadastro observou melhorias em todas as quatro áreas em que foram observadas inconsistências e fragilidades".

Esse era o registro de iniciativas que visam a melhorar a implementação de programas de governo.

Por outro lado, gostaria de expressar a necessidade de garantir o prosseguimento ou mesmo a melhoria de outros programas governamentais. Estou me referindo ao programa de combate ao trabalho escravo no Brasil.

De acordo com jornal de circulação nacional, empresários de renome nacional estariam envolvidos nessa prática hedionda. Confirmado a antiga prática de associar a propriedade de grandes áreas de terra com investimentos urbanos, empresários de setores dinâmicos da economia submetem trabalhadores e trabalhadoras à situação de escravos. Essa prática é inadmissível em pleno século XXI.

Ainda segundo essa matéria, veiculada ontem, dia 3 de abril, entre 1995 e março do corrente ano, foram libertadas mais de 21 mil pessoas submetidas a condições análogas – ou seja, iguais – à de escravos. Essas pessoas foram libertadas por ações do Grupo de Fiscalização Móvel, ligado ao Ministério do Trabalho. Esse trabalho, que conta com o apoio de diversos órgãos federais, inclusive da Polícia Federal, já obteve reiterados elogios da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Estou destacando esses fatos, não só porque o trabalho desse Grupo Móvel é importantíssimo para a Região Norte, onde se têm registrado muitos casos de trabalho escravo. É preciso ampliar esse trabalho de fiscalização e de prisão dos responsáveis em todo o País, pois – isto deve ficar bem claro –, infelizmente, essa chaga social não é um problema só da Região Amazônica.

No sentido contrário dessa demanda ou necessidade, segundo notícias da grande imprensa de hoje, a principal responsável pela criação e operação desse Grupo Móvel deixou seu posto de Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério. Independentemente da pessoa que deverá assumir esse importante posto, é fundamental dar continuidade ao trabalho e ampliá-lo, destinando-se, inclusive, mais recursos para as diligências do Grupo Móvel.

Nesse mesmo espírito, gostaria de finalizar, apelando aos Parlamentares da Câmara dos Deputados que aprovem, o mais rápido possível, a PEC nº 438, de 2004 – já aprovada nesta Casa –, que permite a expropriação das terras onde se encontrar

essa prática hedionda. Repito que não é admissível que, em nosso País, em pleno século XXI, perdure a prática do trabalho escravo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, pela Liderança do PRB.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, a partir de segunda-feira – não a próxima, mas a outra –, o Brasil assistirá a um grande trabalho, que será a peregrinação dos 90 mil recenseadores que farão o 10º Censo Agropecuário e o censo da Contagem da População em nosso País.

Sr. Presidente, quero fazer uma homenagem ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – fui aluno da Escola Nacional de Ciências Estatísticas –, que se estende do Presidente Eduardo Pereira ao mais jovem recenseador que irá às ruas e às propriedades rurais. Mais de 5,6 milhões de propriedades rurais serão visitadas.

Quero fazer esta homenagem, porque sei que as informações serão coletadas de maneira muito judiciosa. Anuncio à Nação brasileira que esse projeto de R\$580 milhões, fundamental para o PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento, trará dados precisos para a aplicação de recursos do Governo Federal e também dos governos estaduais e municipais.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, pela primeira vez, os nossos recenseadores irão a campo com computador, com *palmtop*, para fazer o levantamento dos dados. Eles não poderão esquecer perguntas fundamentais, porque, para preencher o campo referente à pergunta seguinte, terão de preencher primeiro o da pergunta anterior. Que coisa extraordinária: o nosso País vai mostrar aos brasileiros e ao mundo um censo feito por 90 mil brasileiros, que vão sair às ruas com o seu *palmtop*!

Acho que o IBGE se aperfeiçoa. É uma instituição que é motivo de orgulho nacional e que vai também, Sr. Presidente, no avanço das nossas eleições, quando as apurações são praticamente *on-line*, e os resultados, muito seguros.

Sr. Presidente, as informações que vamos levantar no censo agropecuário nos darão condições de conhecer, por exemplo, as fronteiras agrícolas de Mato Grosso, do Pará, de Roraima. Vamos ver as áreas de assentamentos rurais. Vamos poder conhecer, no detalhe, as áreas indígenas dos quilombolas. Vamos

saber também dos avanços do Plano Real – porque o último censo foi de 1996 –, os benefícios da estabilização macroeconômica da nossa economia. Vamos saber também dos grandes avanços conquistados pelo Governo Lula na área da agricultura familiar, o Pronaf. O Pronaf!

Vamos conhecer também, Sr. Presidente, o Bolsa-Família, porque, no censo que vamos fazer, vamos pesquisar todos os Municípios brasileiros – hoje, temos 5.564 – que possuem população abaixo de 170 mil habitantes. E esse ponto, Senador Geraldo Mesquita, é importantíssimo para os nossos prefeitos, porque a lei que regula o Fundo de Participação dos Municípios estabelece que, para Municípios com 170 mil habitantes ou mais, os recursos são os mesmos; mas, para os que têm menos de 170 mil habitantes, Senador Mozarildo Cavalcanti, os recursos variam, e há Municípios que tiveram um grande processo de migração e que agora romperam essa barreira. Os prefeitos desses Municípios terão, então, a oportunidade de reclamar do fundo os recursos atinentes à sua população.

Vai ser um censo extraordinário! Quero que os brasileiros o acompanhem de perto. Gostaria que os meios de comunicação de massa pautassem esse assunto.

Vou repetir: o censo começa na próxima sexta-feira, não essa, a outra. Noventa mil brasileiros, entre funcionários e contratados temporários, irão às ruas fazer o nosso censo agropecuário e de todos os Municípios – Sr. Presidente, são mais de cinco mil – que têm população abaixo de 170 mil pessoas.

Quero também pedir a todos os entrevistados que prestem com simpatia e boa vontade as melhores informações que estejam ao seu alcance. Nós vamos saber dos nossos avanços no Bolsa-Família, vamos distribuir melhor o Fundo de Participação dos Municípios, vamos poder fazer a nossa tábua de mortalidade com total acuidade, vamos poder conhecer os nossos biomas, nossas regiões, diminuir a desigualdade e ter um Brasil muito melhor.

Portanto, Sr. Presidente, ficam aqui, com os meus agradecimentos pela generosidade de V. Ex^a, meus efusivos parabéns ao IBGE, que já no ano passado planejou esse censo que começa agora, no próximo dia 16 de abril, segunda-feira.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Cícero Lucena.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, aproveito este instante do meu pronunciamento para tratar de um assunto com que Deus me deu a oportunidade de conviver na condição de Prefeito da cidade de João Pessoa: a questão da educação, um tema tão palpável no nosso País. Todos têm a consciência da sua importância para a redução da injustiça social, para a redução da violência que aflige todos os brasileiros, principalmente aqueles que acreditam que só existe futuro em um país se for com um povo educado.

Ao assumirmos o cargo de Prefeito da cidade de João Pessoa, o Município tinha 27 mil alunos. Chamamos o Secretário de Educação, Professor Neroaldo Pontes, ex-Reitor da Universidade Federal da Paraíba – hoje, Secretário de Educação do Estado –, e dissemos a ele que deveríamos adotar a postura de colocar em cada escola uma placa em que estivesse escrito: “Há vagas”. Era proibido aos diretores dizerem que não havia vaga na escola. Obviamente, a estrutura inicial não permitia que abrigássemos todos os alunos, mas fizemos convênios com igrejas e com associações comunitárias, para que nos cedessem seus salões e para que lá abrigássemos salas de aula. A rede municipal de João Pessoa, onde havia 27 mil alunos, passou a acolher 74 mil alunos. Reformamos e ampliamos nossas escolas. Depois, detalharei sobre o que foi feito.

Dois itens me chamaram muito a atenção; os dois, coincidentemente, ocorreram no mesmo dia. Ao chegar a uma escola, no primeiro dia de aula, Senador Gilvam Borges, entrei em uma sala de aula, por volta de 10 horas, de 10 horas e 30 minutos, e uma criança começou a chorar. Pensei que ela estivesse com medo de mim, mas não, Senador, ela chorava de fome, porque não tinha se alimentado para ir à escola. Chamei o Secretário Neroaldo e pedi a ele que desenvolvesse um projeto de merenda escolar, cujo foco principal fosse o de garantir pelo menos uma única refeição da criança durante o dia. Fizemos a escolarização da merenda. Os recursos eram repassados para as escolas. Os recursos vinham do Governo Federal, mas eram insuficientes; nós os complementávamos, e a merenda era decidida pelo conselho da escola, formado por professores, por alunos e por pais de alunos. Cada escola comprava, fazia e decidia seu cardápio, obviamente com a supervisão nutricional da Secretaria de Saúde e Educação. Esse projeto foi reconhecido na ONU como um dos programas

de segurança alimentar, e o MEC sugeriu aos Municípios que procurassem espelhar-se nesse exemplo.

Falo de outra ação, Senador Pedro Simon: cheguei a uma escola no bairro do Alto do Mateus, e uma mãe me pediu dinheiro. Ela era jovem. Pensei comigo mesmo e perguntei: "Por que você, em vez de me pedir dinheiro, não me pede um emprego?". Ela, então, disse: "Não peço, porque não posso". Indaguei, mais uma vez: "E por que não pode?". Ela disse: "Porque tenho de levar um filho de manhã e o outro à tarde à escola". E aí eu disse: "E por que você não matricula seus dois filhos no mesmo expediente?". Ela me disse: "Não posso". Eu disse: "Mas por que não pode?". Eu estava pensando que ela não tinha entendido o que era expediente. Eu disse: "Eu não sou o prefeito?". Ela disse: "É, sim, senhor". Eu perguntei: "E se eu matricular seus dois filhos de manhã ou de tarde e se a senhora trabalhar no outro expediente?". Ela disse: "Mas não posso". Então, perguntei: "E por que você não pode?". Ela disse: "Doutor, lá em casa, só tem um par de chinelo. Entendo, tenho de levar um filho de manhã e tenho de levar o outro à tarde com o mesmo par de chinelo". Fiquei a pensar: quantas crianças poderiam estar fora da sala de aula por não terem um par de chinelo! Quantas crianças, muitas vezes, deixam de freqüentar a escola por que suas roupas estão rasgadas! Eles se sentem diminuídos, diferenciados, mesmo numa escola pública, com os demais colegas.

Deus me permitiu que eu começasse, então, um projeto de fornecimento do fardamento escolar: duas blusas, um short de malha para os menores, uma calça jeans para os maiores e um par de tênis para cada aluno da rede municipal. E vi, ao entregar os primeiros pares de tênis, que a maioria das crianças nem sabia calçá-los, porque nunca tinha tido um par de sapatos.

Deus me permitiu levar esse fardamento, e, agora, estando no Senado, apresentei um projeto que estabelece a obrigatoriedade do fornecimento de, no mínimo, dois uniformes completos na rede municipal e na rede estadual de ensino público, porque, dessa forma, vamos permitir que eles se sintam com um mínimo de dignidade.

Poucos dias atrás, em aparte a um colega, o Senador Gerson Camata dizia que também forneceu o fardamento no seu Governo do Estado do Espírito Santo. E disse que foi a uma cidade do interior, em um domingo, e que, lá chegando, viu que a igreja estava cheia de alunos fardados. Perguntou, então, se era alguma solenidade para que os alunos da escola estivessem quase todos na igreja, ao que lhe responderam que não, que aquela apenas era a melhor roupa que aqueles alunos da rede pública tinham.

Daí eu ter apresentado esse projeto, já que, em nosso País, é dever de Estado com a educação incluir o atendimento à classe estudantil por meio de programas suplementares de material didático-escolar, de transporte, de alimentação, de assistência à saúde, entre outros. Esses programas costumam ser assim chamados porque, para alguns especialistas e legisladores, não estão diretamente relacionados ao mister da atividade educativa, tratando-se, sob essa perspectiva, de importantes programas de apoio à educação das nossas crianças e dos nossos jovens.

Dada a carência da clientela da educação pública, a legislação vigente vem reconhecendo o material didático e o transporte escolar como elementos essenciais à efetivação do direito à educação. Parece, no entanto, que nos tem faltado a sensibilidade para perceber que o vestuário, nele incluído o calçado, também constitui instrumento de forte peso para a permanência da criança pobre na escola.

Hoje, os gastos com fardamento escolar nem entram no cálculo dos 25% gastos com educação, nem é possível utilizar recursos do então Fundef, do atual Fundeb.

Como sabem os nobres colegas, a alentadora campanha de Djalma Marinho, no Rio Grande do Norte dos anos 60, que afirmava que "de pé no chão também se aprende a ler", que tinha o sentido duplo do estudo dos problemas da realidade, mas também a preocupação com a inclusão social, parece ter dado lugar – pasmem! –, nos dias de hoje, à canção-denúncia de José Geraldo de que "criança de pé no chão" não pode freqüentar a escola.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, a roupa constitui, sim, uma das mais marcantes formas de diferenciação social. Isso é um fato de triste constatação, na medida em que parcela significativa de nossa população não tem sequer acesso a esse bem. Para muitos, é causa de vergonha, de mitigação da auto-estima e de isolamento social. Não é justo, nem humano que permitamos que isso aconteça com nossas pequenas crianças.

É, pois, com a convicção de que há algo a ser feito, que a adoção do uniforme escolar de uso obrigatório nas nossas escolas ressurge agora, a nosso ver, como idéia republicana capaz, se não de eliminar, pelo menos de atenuar os mais perversos e visíveis sinais da desigualdade social que afetam negativamente a auto-estima dos alunos mais pobres e que, em muitos casos, contribuem para que essas crianças sejam alijadas da escola.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o uniforme estudantil está plenamente inserido no contexto da educação para a cidadania, uma vez que, ao conferir ao estudante uma identidade de grupo, a no-

ção de pertencimento a uma comunidade, conforma um instrumento de socialização, assumindo, por isso mesmo, um caráter pedagógico, de modo que muitos educadores, com razão, defendem que ele deve mesmo ser incorporado ao conceito de material didático.

Hoje, diversas escolas públicas exigem o uso de uniforme por seus alunos. No entanto, a não-distribuição gratuita acaba por ferir o princípio constitucional da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, pois tal medida pode configurar verdadeira discriminação em função da renda, tendendo a excluir o estudante sem condições de adquiri-lo, uma dificuldade que se acentua com a falta de padronização.

Por tudo isso, seguindo o entendimento da educação escolar como direito humano, a obrigatoriedade do uniforme deve dar-se em contexto que contemple o fornecimento gratuito pelo sistema de ensino, estendendo-se a ele todas as disposições e tratamentos conferidos ao material didático-escolar.

A par disso, propomos que os gastos com esse item sejam computados como despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), uma medida que, a nosso ver, diminuirá a angústia de gestores públicos. Mas, se os recursos extrapolarem as receitas nos limites constitucional e legalmente vinculados, defendemos o acesso aos recursos do Fundo de Combate à Pobreza de que cuida a Lei Complementar nº 111, de 2001.

Finalmente, por compreender que a situação de pobreza e desigualdade social não é superada com a simples conclusão do ensino fundamental, propomos a extensão da obrigatoriedade da adoção de uniforme estudantil em toda a educação básica pública.

Dante da relevância social da medida e do compromisso histórico desta Casa com a melhoria da educação em nosso País, contamos com o apoio dos nobres Senadores para a aprovação desse projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço inscrição como orador ou, após o Senador Pedro Simon, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Como Líder?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço como orador, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, os brasileiros podem se dividir, ou serem divididos, em dois grandes grupos: o primeiro, os sem-registro; o segundo, os registrados em demasia.

Quantos serão os cidadãos sem rosto em quase tudo na vida, que nascem, que morrem sem ter tido nem mesmo uma estatística? Dizem que são 16 milhões. Como saber se eles são desconhecidos, se eles não têm Certidão de Nascimento, se eles não têm Certidão de Óbito? Recebem, ao nascer, um nome e uma cruz como fardo. Resumem-se, ao morrer, a uma cruz com um nome. Cruz com um símbolo. Nome quase sempre sem sobrenome.

Quantos serão os registros dos brasileiros mais que identificados, da Certidão de Nascimento à Certidão de Óbito? São cidadãos com rosto, nome, sobrenome e muitos algarismos: do RG, do CPF, do PIS, do PASEP, do INSS, do CNH, do Título de Eleitor, da Certidão de Casamento, da conta bancária, da Carteira de Trabalho, do Fundo de Garantia, do Certificado de Reservista, do conselho profissional, do passaporte, da carteira de saúde e muitos outros. São mais de 20 tipos de documentos, cada um com seu número. Cada um dos vinte documentos tem seu número especial.

Portanto, há um Brasil desconhecido, oficialmente. Seus habitantes não contam, mas são equivalentes a algo como cinco Uruguais. Por outro lado, um país de tantos registros que, se distribuídos um por um, identificariam mais de duas Chinas, ou quase um terço de toda a população do planeta.

Nem um Brasil, nem outro. O primeiro, desconhecido, quase clandestino, há que ter, no registro de identidade, o passaporte para a cidadania. Uma porta de entrada para a saúde, a educação, a segurança e para todos os programas públicos, principalmente os de combate à fome e à miséria. Um registro que não significa apenas um quantitativo censitário, mas que representa o ser humano na sua plenitude. Um número, portanto, que mais que significa: dignifica.

Mas, no outro Brasil, a quantidade excessiva de registros tem-se mostrado, na prática, uma enorme porta de entrada para a corrupção. As Comissões Parlamentares de Inquérito são a prova mais contundente da falta de controle sobre a vasta documentação dos brasileiros. Milhares de contas fantasma, os chamados “laranjas” na locupletação com desvios de dinheiro público, na falsificação de registros de identidade e de

cadastrados bancários, fiscais e alfandegários. Exemplo mais que contundente foi o caso do fazendeiro Darly Alves da Silva, assassino do ambientalista Chico Mendes, que fugiu da cadeia, no Acre, e foi encontrado no Pará, com CPF falso, o que lhe permitiu, inclusive, tomar empréstimo no Banco do Brasil. Quem não se lembra também daquele ex-governador, pilhado com cinco CPFs igualmente falsos? Por aí se vê que, por serem tantos os registros, perdeu-se totalmente o controle sobre o falso e o verdadeiro.

No país sem registros, o cidadão é ninguém. No de registros em demasia, ele pode ser muitos.

Ele não pode, portanto, continuar sendo o cidadão "x" para a Receita Federal, "y" para o Detran, "z" para a Secretaria de Segurança Pública, "n" para a Justiça Eleitoral. Muito menos zero para o Estado. Nem alfabeto, nem analfabeto!

É bem verdade que, a cada quatro anos, ele é eleitor. Aí, o número de seu título eleitoral adquire o devido e, muitas vezes, o indevido valor. Quase que um registro único. O eleitor, então, pelo menos no discurso, passa a ser sinônimo de cidadão. No caso, um cidadão com rosto, com perfil de voto.

Em 1995, submeti a esta Casa o Projeto de Lei nº 32, instituindo o Número Único de Registro Civil, que se converteu em lei, aprovada por unanimidade na Casa e na Câmara dos Deputados: a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997. Portanto, por essa mesma lei, no seu art. 1º, ficou "instituído o Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, destinado a conter o número único de Registro Civil, acompanhado dos dados de identificação de cada cidadão".

A lei, discutida e votada nesta Casa, previa, em abril de 1997, quando foi sancionada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, o prazo de 180 dias para ser regulamentada e de 360 dias para o início efetivo de sua implementação. Essa regulamentação ficava a cargo do Poder Executivo. Todos os documentos que estivessem em desacordo com a lei perderiam a validade passados cinco anos. Portanto, por essa mesma lei, discutida e votada sob o agasalho de todos os requisitos regimentais do Congresso Nacional, todos os documentos que hoje são exigidos dos cidadãos brasileiros, com o imenso emaranhado de números, já teriam perdido o valor desde abril de 2002, portanto há outros cinco anos.

O projeto de decreto de regulamentação foi elaborado em tempo hábil por uma comissão nomeada pelo então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, composta por técnicos de diversos ministérios e órgãos públicos, incluindo um profissional do meu gabinete.

Do ponto de vista eminentemente técnico, o assunto se esgotou após amplas e profundas discussões sobre sua importância. Entretanto, a Comissão foi dissolvida pelo Ministro Renan Calheiros, novo Ministro da Justiça, e o decreto, essencial para a implantação das disposições da lei, dormiu até hoje, depois de doze Ministros terem passado por lá, nas prateleiras frias do Ministério da Justiça.

Ocorre que, em abril de 2002, preocupado com o final do prazo para a validade dos documentos e com a não regulamentação estipulada na lei, apresentei novo projeto, o de nº 76, prorrogando, por mais cinco anos, o prazo para a tal regulamentação. Esse novo projeto foi aprovado, por unanimidade, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Até agora, o Congresso não tratou dessa matéria.

Enquanto isso, novos documentos, com seus respectivos números, foram criados, e a parafernália existente à época da decisão do Congresso tornou-se ainda mais inchada. E o cidadão brasileiro ou não tem registro algum, ou é um emaranhado de números.

A minha luta, que é de toda a população brasileira, para que essa lei seja prontamente regulamentada pelo Poder Executivo e colocada em prática de imediato, não significa tão-somente que o brasileiro obtenha um único registro, o que já seria de grande importância. Não se trata apenas de um documento único, mas de um país único, em que cada ser humano tenha um nome, um sobrenome e um registro que lhe formalize a existência, para que todos, sem exceção, se habilitem ao exercício pleno da cidadania, com todos os direitos que lhes são devidos pela Constituição brasileira.

O programa Fantástico, da Rede Globo, demonstrou, há poucas semanas, a importância dessa Lei. O repórter providenciou todos os trâmites burocráticos, com todos os carimbos e todos os números exigidos, para o enterro de um brasileiro que existia nos registros, mas que foi transfigurado em um boneco de areia na urna mortuária. Tudo indica que a corrupção tenha se escondido no emaranhado de registros. Mais do que isso: o programa também demonstrou o quanto é fácil sepultar alguém que, legalmente, nem tenha nascido; que basta uma cova rasa e uma cruz. Cruz, como fardo e, agora, como símbolo. O nome pouco importa se Pedro, José, Severino ou Maria. Um "cidadão sem rosto" que talvez tenha morrido, como disse o poeta, "de velhice, antes dos trinta, de emboscada, antes dos vinte, ou de fome, um pouco por dia".

Sr. Presidente, eu não consigo entender. Hoje, cada brasileiro tem vinte, trinta documentos, cada um com um número diferente. Desafio meus colegas, ou você, telespectador, que está me assistindo: você tal-

vez me dê o número da sua conta bancária. Mas qual é o número do seu título eleitoral? Qual é o número da sua certidão de nascimento? Qual é o número da sua carteira de motorista? Do seu certificado de alistamento militar? Isso é grave!

Já encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei.

É que, em função disso, há pessoas com dez carteiras de identidade, com dez números diferentes e dez nomes diferentes. Quando uma dessas quadrilhas é presa, em seu comando, o que mais se vêem são coisas deste tipo, passaportes e mais passaportes com números e nomes falsos, títulos de propriedade de carros e caminhões com nome falso, título falso e carro falso. E, com esses documentos, anda-se por aí.

O cidadão tem um número, e o número é muito simples, eu sou Pedro Simon, nasci em Caxias do Sul, minha identificação é PS – C – RS, Rio Grande do Sul. Esse é meu número. Esse é meu número, o da minha certidão de nascimento, o meu título de batismo, o meu título para entrar na escola, o meu número da conta bancária, o meu número de certificado do colégio, o meu número de certificado militar, o meu número para carteira de identidade. Esse é o meu número; em qualquer lugar do Brasil, esse é o meu número.

Não posso sair de Porto Alegre, deixar minha mulher, deixar meus filhos, deixar conta, deixar um montão de coisas, pegar um título fantasma, pegar uma certidão fantasma, um nome fantasma, ir para o Nordeste, casar de novo, pegar nova mulher, novos filhos, fazer vida nova, e não acontecer nada.

Se houvesse um título de registro único, com prazo de cinco anos em todos os cartórios – está lá, você procura na Internet pelo computador e aparece o nome. Eu chego, pego a minha carteira, vou à ponte do rio Paraguai, entro com o caminhão e a minha carteira. A carteira é falsa, não é minha. Cadê o documento do caminhão? Esse aqui? Falso. Prendem-me na hora. Agora, hoje, se tenho uma certidão falsa, um título falso, uma carteira de identidade falsa, se tenho um passaporte falso, se tenho um título de propriedade de carro falso, se a placa é falsa, eu passo tranquilo.

O cidadão vai lá na casa do outro, se apresenta, namora a filha, casa com a filha mostrando todos os documentos, só que todos são falsos. Ele é fugitivo da penitenciária. Como aconteceu com o matador do Chico Mendes, que foi para o Paraná, casou, fez festa, pegou dinheiro no Banco do Brasil, viveu uma vida maravilhosa.

Sabe por que não se regulamenta a lei? Dizem que é porque há gente interessada. Dizem que as quadrilhas de títulos eleitorais falsos, de carteiras falsas, de documentos falsos é de tal ordem que os órgãos do Ministério não conseguem levar o processo adiante.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a apresenta argumentos para esse projeto que, no meu entender, é de bom senso para que tenhamos um documento, facilmente compreensível, que servirá para o registro não apenas da nossa carteira de identidade, mas do título de eleitor, certificado de serviço militar e toda e qualquer obrigação ou responsabilidade nossa como cidadão neste País. Isso simplifica extraordinariamente tanto para o Poder Público quanto para o próprio cidadão, em quaisquer circunstâncias em que precisemos apresentar nossos documentos, seja para viajar, abrir conta em banco, identificarmo-nos na hora de, por ventura, algum acidente, incidente, ou registro policial. Não é à toa que esse seu projeto foi aprovado por consenso no Congresso Nacional. Faz-se necessário que venhamos a dar maior força para que o Executivo o coloque em prática. O projeto de V. Ex^a guarda relação com outro projeto que V. Ex^a conhece tão bem porque votou nele juntamente comigo, de minha autoria, aquele que confere a todo e qualquer cidadão – não importa sua origem, raça, sexo e idade, condição civil ou mesmo socioeconômica – o direito de participar da riqueza da Nação como o direito de brasileiros e brasileiras. De alguma forma percebo que um pode ajudar o outro. Por que razão? Porque, se for instituída a renda básica incondicional para todos os, hoje, mais de 180 milhões de brasileiros, obviamente, mesmo aquele que se encontra porventura distante de qualquer cidade, capital, prefeitura, terá o interesse de se registrar, porque sabe que, por meio do seu número de registro de existência, ele passará a ter o direito de receber essa renda como algo que a todos será pago. Desejo, Senador Pedro Simon, passar às suas mãos um estudo que acaba de ser realizado pelo economista Sérgio Luiz de Moraes Pinto – ao qual me referi no meu discurso de hoje à tarde – em que ele demonstra os efeitos que teria esse projeto para melhoria da cidadania.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O projeto de V. Ex^a é importante, mas se o Governo não é sensível ao meu projeto, como o será ao de V. Ex^a? O projeto de V. Ex^a exige equilíbrio social, exige uma mentalidade de entender que todo cidadão nasce com direitos iguais. Mas se não querem dar título para o cidadão,

não querem dar número para o cidadão, não querem dar garantia para o cidadão, vão dar dinheiro para o cidadão? Olha, o que estou dizendo é muito grave.

Fui alertado por gente de quadrilha, que fizeram chegar a informação ao meu conhecimento, de que eu estava fazendo papel de bobo. Esse projeto não vai ser aplicado porque existem interesses profundos contra ele. Alertaram-me: "o que o senhor pensa, Senador, desse mar de dinheiro que existe na lama de passaportes falsos, de documentos falsos e de números falsos?" Cá entre nós, Presidente, quantos políticos, inclusive Deputados e Senadores, têm várias contas no exterior? Quanta gente importante tem várias contas com nomes fantasmas no exterior? Essa gente não tem interesse na minha proposta.

Olha, fiz chegar ao Lula diretamente uma carta nesse sentido, no primeiro mandato, achando que o PT faria isso. Mas, parece piada, não faz. Querem falar em seriedade, em ética, em dignidade, em correção e não implantam um projeto que seria o mínimo necessário para saber quantos somos, quem somos e dar a garantia de que cada um de nós é quem de fato é.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Disponha, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Líder Arthur Virgílio.

S. Ex^a tem cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, na fase em que o País enfrenta desesperante e inacreditável apagão aéreo, cuida-se, na Amazônia, da abertura de uma nova fronteira: fronteira de energia, necessária e urgente, para evitar eventual apagão energético.

O atual Governo, com seu Programa de Aceleração do Crescimento, prevê a construção de novas usinas hidrelétricas na minha região.

Em diversas ocasiões, sustentei aqui neste plenário que a melhor solução para o problema energético no Amazonas poderá ser alcançada com a conclusão, efetiva, do gasoduto Coari-Manaus. É ele, também, uma boa solução para a preservação do meio ambiente.

Não sou contrário às hidrelétricas, embora registre que a prioridade, especificamente no meu Estado, Senador João Pedro, passa pelo gasoduto.

Volto às hidrelétricas.

O Brasil tem pressa, e muita. No entanto, mostra excelente reportagem de Duda Teixeira, na revista *Veja* desta semana, alguns embaraços que comprometem a velocidade na construção de três gigantescas hidrelétricas, sendo duas em Rondônia – Santo Antônio e Jirau –, ambas situadas no rio Madeira.

São embaraços burocráticos, relacionados com a preservação do meio ambiente, mais precisamente com o Ibama, o órgão que concede licença para obras desse tipo. Há no Brasil, e ainda bem, legislação rigorosa de proteção ambiental. É essa legislação que impõe aos projetos de hidrelétricas exigências minuciosas para reduzir, ao máximo, os efeitos negativos sobre a natureza e os moradores das proximidades das usinas.

A reportagem dá uma idéia disso:

(...) nos períodos anteriores a agosto de 2006, nada menos de 13.100 quilômetros quadrados de floresta amazônica – o equivalente a meio Estado de Alagoas – foram derubados para dar lugar a plantações de soja ou para a pecuária.

No caso de represas para hidrelétricas, mostra a reportagem, "(...) há atualmente novas tecnologias menos agressivas à natureza".

E alerta a reportagem:

(...) O que aumenta o risco de o avanço energético na Floresta Amazônica fugir ao controle é o avassalador fracasso demonstrado pelo Estado, no cumprimento da tarefa de fiscalizar e impedir a destruição de áreas que devem ser preservadas.

A esse propósito, reproduz declaração do presidente do Centro Heinz para a Ciência, de Washington:

(...) As obras do Rio Madeira poderiam incentivar a ocupação de vasta área da Amazônia, cujo ecossistema é muito delicado.

Com base nesses estudos, a reportagem do jornalista Duda Teixeira assinala que "a construção de uma hidrelétrica causa inevitável impacto ambiental. Nas duas últimas décadas, o Brasil criou e desenvolveu tecnologia para minimizar os estragos".

Em gráfico, mostra também que, até os anos 80, os prejuízos foram grandes:

1 – A falta de cuidados resultou em vários desastres ecológicos. A Hidrelétrica de Balbina, inaugurada em 1989 – em plena ditadura neste País –, no rio Uatumã, no Amazonas, é um exemplo de descuido com o meio ambiente:

Foram inundados 2.360 km² de floresta;

A rápida invasão das águas afogou a fauna da região. Não foi feito sequer um levantamento prévio das espécies existentes;

A vegetação submersa apodreceu e hoje libera gases do efeito estufa;

Não foi construído um canal para que os peixes pudessem passar pela barragem.

Em outro quadro, a reportagem dá um exemplo da situação na atualidade, com os avanços tecnológicos:

1 – Estudos de impacto de ambientação são obrigatórios. As obras têm de ter licença prévia do Ibama, que não autoriza reservatórios que inundem grandes áreas de floresta. Os moradores dos arredores precisam ser consultados;

2 – Os construtores desenvolvem projetos para minimizar o impacto ambiental da obra. Por exemplo, 13% do custo total das obras de Peixe Angical, concluída em 2006, no rio Tocantins, foram destinados a medidas sociais e ambientais;

Um foro de negociação, sob a coordenação do Ibama, uniu associações comunitárias, prefeituras, Ministério Público e construtoras;

Equipes especializadas coletaram sementes, frutos e bulbos das árvores do local a ser inundado e os transferiram para viveiros;

uma escada com 623 metros de comprimento e cinco tanques de descanso viabilizaram a migração dos peixes;

a população afetada pela barragem recebeu compensações e capacitação profissional;

a remoção de animais incluiu répteis, minhocas e certos insetos.

A reportagem de *Veja* aponta ainda os seguintes pontos, que, a seguir, reproduzo.

(...) Os desafios ambientais e econômicos das três usinas previstas para a Amazônia são proporcionais ao seu tamanho. Belo Monte, no Pará, foi projetada ao lado de florestas com grande biodiversidade e tem como vizinhos dez tribos indígenas. As usinas do Rio Madeira estão perto demais de áreas preservadas e de terras indígenas e longe demais dos principais centros de consumo. O custo da linha de transmissão até o Sudeste já foi estimado em 10 bilhões de reais, o que encareceria

bastante o projeto, orçado inicialmente em 20 bilhões de reais. O desafio ambiental, por sua vez, foi enfrentado com novas tecnologias de construção com menores impactos diretos na natureza. Dessa forma, será possível evitar a repetição dos desastres causados no passado pela construção de grandes hidrelétricas na região, como Balbina e Tucuruí. Inaugurada em 1984, Tucuruí, no Pará, alagou uma vasta área de floresta e afogou, sem remorso, toda a fauna que ali vivia. Também atraiu indústrias e migrantes, o que provocou a devastação de mais da metade da floresta nos sete municípios mais próximos. Nada disso se repetirá no Rio Madeira.

As medidas para reduzir os impactos ambientais nas novas hidrelétricas representam uma gorda fatia do total da obra. Na usina de Peixe Angical, uma obra da iniciativa privada inaugurada no ano passado no Rio Tocantins, as medidas sociais e ambientais responderam por 13% do orçamento. O projeto exemplar incluiu a construção de hospital e residências para as pessoas desalojadas, aterros sanitários, cursos de educação ambiental, viveiros de espécies retiradas e o resgate de 55.000 animais, entre eles um milhar de invertebrados. Até minhocas foram recolhidas e transportadas para locais seguros. Nas usinas do Madeira, grupos de investidores já deram demonstrações de que aceitam arcar com esse custo ambiental. “A maior ou menor degradação do ambiente depende de quanto um país está disposto a investir em medidas que reduzem ou compensem o impacto”, diz o engenheiro Rafael Schechtman, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), uma consultoria do Rio de Janeiro. Continua Rafael: “A questão é saber se a sociedade está disposta a arcar com esse custo.”

O último projeto das usinas do rio Madeira enviado para análise do Ibama reserva áreas para a construção, em uma segunda etapa, de eclusas, tanques de água que permitem às embarcações superar o desnível das barragens. Uma vez concluídas, as eclusas vão permitir que a produção agrícola de Rondônia e de Mato Grosso – que hoje é transportada com dificuldade por uma estrada federal esburacada – seja levada em barcaças até Porto Velho e Itacoatiara, no Estado do Amazonas. Neste último porto,

o carregamento poderia ser transferido para navios maiores e seguir diretamente para destinos em qualquer ponto do mundo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

Prossigo:

Com a construção de mais uma usina na fronteira com a Bolívia e outra no país vizinho – projetos que teriam o apoio e o financiamento brasileiros –, a hidrovia pode chegar a 4.155 km, por vários rios. Um estudo considera que a hidrovia proporcionará um aumento na produção de grãos de 28 milhões de toneladas ao ano na área de influência do projeto. De acordo com uma conta feita pela ONG Amigos da Terra, isso vai requerer um aumento de 350.000 quilômetros quadrados na área agrícola, o que daria uma área maior do que São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo juntos. Evidentemente, cabe ao Estado o dever de impedir que o crescimento da produção ocorra à custa de desmatamento da Floresta Amazônica.

As dificuldades criadas por motivo ambientalista vão adiar, mas não devem impedir para sempre, a instalação de outras hidrelétricas na Amazônia. A pressão por novas fontes de energia no Norte tem boas razões para existir. Dados da Eletrobrás mostram que o Brasil dispõe em seus rios de quedas-d'água em quantidade suficiente para multiplicar por quatro sua capacidade hidrelétrica – mas 40% de todo esse potencial está na bacia do rio Amazonas. Fora da Região Norte, poucos locais poderiam receber usinas com capacidade maior do que 1.000 megawatts, o necessário para abastecer uma cidade com 3 milhões de habitantes. “Estamos todos voltados para o norte. As grandes hidrelétricas que podiam ser feitas no restante do Brasil já foram construídas”, diz Renato Lanzi, diretor da Alstom, que cogita instalar uma fábrica de turbinas em Porto Velho para suprir futuras obras na Amazônia e no exterior. Se a economia brasileira crescer 5% ao ano, como está nos planos do Governo Lula, será preciso acrescentar 3.500 megawatts por ano à capacidade energética do País. Com a construção das pequenas hidrelétricas e termelétricas que já receberam

licença ambiental, o máximo de crescimento até 2010 será de 1.272 megawatts anuais, segundo o CBIE. “A partir do ano que vem, o sistema elétrico já poderá operar no limite”, diz Adriano Pires, diretor da consultoria. “Bastará uma temporada de chuvas fracas ou um aumento no consumo para que tenhamos um novo apagão.”

Das usinas de menor porte que conseguiram a licença prévia do Ibama e foram oferecidas em leilão para serem construídas pela iniciativa privada, poucas despertaram o interesse dos investidores. Um dos motivos é o medo de ter a construção interrompida. Atualmente, qualquer cidadão munido de título de eleitor pode recorrer à Justiça e mudar completamente o andamento da obra de uma usina caso a ação seja aceita por um juiz. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), existem 25 usinas hidrelétricas com cronograma parado ou atrasado devido a obstáculos criados pelo Ibama, pelo Ministério Público, por órgãos estaduais e movimentos ambientalistas. O preço congelado das tarifas e a elevada carga tributária que incide nas contas de luz, de 51%, também afugentam os investidores. “Não podemos nos comprometer com projetos que nos farão perder dinheiro. É minha obrigação dar um retorno aos acionistas”, diz Antonio Martins da Costa, Diretor-Presidente da Energias do Brasil, grupo europeu responsável pela hidrelétrica de Peixe Angical. A Energias anunciou no ano passado a disposição de investir 1 bilhão de reais em novas usinas, mas o dinheiro ainda está guardado no banco. “Em vez de termos um desenvolvimento sustentável, estamos enfrentando uma estagnação insustentável”, define Jerson Kelman, Diretor-Geral da Aneel.

Sr. Presidente, peço que a matéria seja anexada, na íntegra, aos Anais da Casa.

Encerro, agradecendo a V. Ex^a a tolerância a este pronunciamento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Energia

A ÚLTIMA FRONTEIRA

AS NOVAS HIDRELÉTRICAS DA AMAZÔNIA	
▲ USINAS PREVISTAS	6450 megawatts
▲ USINAS EXISTENTES	Turbinas bulbos
TERRAS INDÍGENAS, ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E FLORESTAS	LICENÇA AMBIENTAL Sem prazo
REGIÃO AGRÍCOLA	ENTRADA EM OPERAÇÃO Após 2011
HIDROVIA PLANEJADA	Hidrovía
ESTRADA FEDERAL	Depois de concluídas as escunas das usinas de Santo Antônio e Jirau , a produção agrícola de Rondônia e Mato Grosso poderá ser transportada por uma hidrovía de 2575 quilômetros até o Porto de Itacoatiara , no Amazonas, onde será embarcada em navios transoceânicos



Com tecnologia menos agressiva ao ambiente, novas usinas na Amazônia evitarão repetir os desastres de Belbina e Tucuruí

Duda Teixeira

Uma nova fronteira está sendo aberta na Amazônia. Não se está falando, desta vez, de agricultura, e, sim, de energia. O governo federal pretende construir três hidrelétricas gigantes na região. Duas delas, a de Santo Antônio e a de Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia, que constam do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), são a solução que o Palácio do Planalto habitualmente contrapõe à previsão feita por especialistas de que uma crise energética de grandes proporções se aproxima. Pela vontade oficial, as construções no Rio Madeira começariam no ano que vem, de modo que Jirau entrasse em operação em 2011 e Santo Antônio em 2012. Com capacidade somada de 6 450 megawatts, as duas usinas poderiam atender sozinhas ao consumo do estado do Rio de Janeiro. A terceira hidrelétrica, a de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, proporcionaria ainda mais energia, 11 000 megawatts, e também está no PAC. Apesar do empenho pessoal do presidente Lula, todos

os projetos permanecem em compasso de espera devido a restrições ambientais. Na semana passada, o Ibama informou que o estudo da licença prévia das usinas do Rio Madeira, iniciado há 22 meses, chegou à fase final. Já os estudos de impacto ambiental de Belo Monte, embargados pelo Ministério Público desde 2001, recomecaram a ser feitos em janeiro, com autorização judicial.

O Brasil dispõe de uma rigorosa legislação de proteção ambiental. Ela impõe aos projetos de novas hidrelétricas exigências minuciosas para reduzir ao máximo os efeitos negativos sobre a natureza e os moradores das proximidades. Na prática, infelizmente, as regras são usadas mais para bloquear obras de infra-estrutura do que para fiscalizar e proteger a natureza. Pelos dados do Ministério do Meio Ambiente, só no período de doze meses anteriores a agosto de 2006, 13 100 quilômetros quadrados de Floresta Amazônica — o equivalente a meio estado de Alagoas — foram derrubados para abrir espaço para a pecuária, a soja e outros fins. Os dados da devastação acelerada comprovam que a ameaça ambiental não está na construção de novas hidrelétricas, sobretudo porque estas adotam hoje tecnologias menos agressivas à natureza. O que aumenta o risco de o avanço energético na Floresta Amazônica fugir ao controle é o avassalador fracasso demonstrado pelo estado brasileiro no cumprimento da tarefa de fiscalizar e impedir a destruição de áreas que devem ser preservadas. As obras do Rio Madeira poderiam incentivar a ocupação de uma vasta área da Amazônia cujo ecossistema é mui-

to delicado", preocupa-se o biólogo americano Thomas Lovejoy, presidente do Centro Heinz para a Ciência, em Washington.

Os desafios ambientais e econômicos das três usinas previstas para a Amazônia são proporcionais ao seu tamanho. Belo Monte, no Pará, foi projetada ao lado de florestas com grande biodiversidade e tem como vizinhos dez tribos indígenas. As usinas do Rio Madeira estão perto demais de áreas preservadas e de terras indígenas e longe demais dos principais centros de consumo. O custo da linha de transmissão até o Sudeste já foi estimado em 10 bilhões de reais, o que encareceria bastante o projeto, orçado inicialmente em 20 bilhões de reais. O desafio ambiental, por sua vez, foi enfrentado com novas tecnologias de construção com menores impactos diretos na natureza. Dessa forma, será possível evitar a repetição dos desastres causados no passado pela construção de grandes hidrelétricas na região, como Balbina e Tucurui. Inaugurada em 1984, Tucurui, no Pará, alagou uma vasta área de floresta e afogou, sem remorso, toda a fauna que ali vivia. Também atraiu indústrias e migrantes, o que provocou a devastação de mais da metade da floresta nos sete municípios mais próximos. Nada disso se repetirá no Rio Madeira.

Em vez de uma só usina com um grande reservatório, o projeto prevê

Colheita de soja em Mato Grosso o dilema é como produzir ser destruir a Floresta Amazônica

duas menores, cujas turbinas serão acionadas pelo sistema a fio d'água. Nesse método, toda a água que chega é aproveitada pelas turbinas, do tipo bulboso, e, em lugar de formarem um lago, as águas avançam 500 metros em cada margem do rio durante o período de cheia. O projeto prevê ainda que as árvores da área a ser alagada sejam retiradas antes e de forma progressiva. Desse modo, os animais podem sair andando e não se forma um lago que se tornaria uma fonte de gases de efeito estufa causado pela decomposição do material orgânico, como ocorre hoje na usina de Balbina. As empresas Furnas e Odebrecht, que financiaram os relatórios de impacto ambiental das usinas, propõem que os canais laterais para a passagem dos peixes que sobem o rio no período da desova tenham curvas e fundo irregular, para imitar o leito natural. Seria possível controlar a quantidade de água e a correnteza para favorecer diferentes espécies de peixe, de acordo com a época do ano.

As medidas para reduzir os impactos ambientais nas novas hidrelétricas representam uma gorda fatia do total da obra. Na usina de Peixe Angical, uma obra da iniciativa privada inaugurada no ano passado no Rio Iocanins, as medidas

sociais e ambientais responderam por 13% do orçamento. O projeto exemplar incluiu a construção de hospital e residências para as pessoas desalojadas, aterros sanitários, cursos de educação ambiental, viveiros de espécies retiradas e o resgate de 55 000 animais, entre eles um milhar de invertebrados. Até minhocas foram recolhidas e transportadas para locais seguros. Nas usinas do Madeira

1 O estudo de impacto ambiental não era obrigatório. Os cientistas desconheciam a contribuição das barragens para o aquecimento global

2 A falta de cuidados resultou em vários desastres ecológicos. A hidrelétrica de Balbina, inaugurada em 1989, no Rio Uatumã, no Amazonas, é um exemplo de descuido com o meio ambiente:

- Foram inundados 2 360 km² de floresta
- A rápida invasão das águas afogou a fauna da região. Não foi feito sequer um levantamento prévio das espécies existentes
- A vegetação submersa apodreceu e hoje libera gases do efeito estufa
- Não foi construído um canal para que os peixes pudessem passar pela barragem

Energia sem destruição

A construção de uma hidrelétrica causa inevitável impacto ambiental. Nas últimas duas décadas, o Brasil criou regras e desenvolveu tecnologia para minimizar os estragos

ra, grupos de investidores já deram demonstrações de que aceitam arcar com esse custo ambiental. "A maior ou menor degradação do ambiente depende de quanto um país está disposto a investir em medidas que reduzam ou compensem o impacto", diz o engenheiro Rafael Schechtman, diretor do Centro Brasileiro de Infra-estrutura (CBIE), uma consultoria do Rio de Janeiro. "A questão é saber se a sociedade está disposta a arcar com esse custo."

O último projeto das usinas do Rio Madeira enviado para análise do Ibama reserva áreas para a construção, em uma segunda etapa, de eclusas, tanques de água que permitem às embarcações superar o desnível das barragens. Uma vez concluídas, as eclusas vão permitir que a produção agrícola de Rondônia e de Mato Grosso — que hoje é transportada com dificuldade por uma estrada federal toda esburacada — seja levada em barcaças até Porto Velho ou Itacoatiara, no estado do Amazonas. Neste último porto, o carregamento poderia ser transferido para navios maiores e seguir diretamente para destinos em qualquer ponto do mundo. Com a construção de mais uma usina na fronteira com a Bolívia e outra no país vizinho

nho — projetos que teriam o apoio e o financiamento brasileiros —, a hidrovia pode chegar a 4 155 quilômetros, por vários rios. Um estudo considera que a hidrovia proporcionará um aumento na produção de grãos de 28 milhões de toneladas ao ano na área de influência do projeto. De acordo com uma conta feita pela ONG Amigos da Terra, isso vai requerer um aumento de 350 000 quilômetros quadrados na área agrícola, o que daria uma área maior do que São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo juntos. Evidentemente, cabe ao estado o dever de impedir que o crescimento da produção ocorra à custa de desmatamentos da Floresta Amazônica.

As dificuldades criadas por motivo ambientalista vão adiar, mas não devem impedir para sempre a instalação de outras hidrelétricas na Amazônia. A pressão por novas fontes de energia no Norte tem boas razões para existir. Dados da Eletrobras mostram que o Brasil dispõe em seus rios de quedas-d'água em quantidade suficiente para multiplicar por quatro sua capacidade hidrelétrica — mas 40% de todo esse potencial está na bacia do Rio Amazonas. Fora da Região Norte, poucos locais poderiam receber usinas com capacidade maior

1 Estudos de impacto ambiental são obrigatórios. As obras têm de ter licença prévia do Ibama, que não autoriza reservatórios que inundem grandes áreas de floresta. Os moradores dos arredores precisam ser ouvidos

2 Os construtores desenvolvem projetos para minimizar o impacto ambiental da obra. Por exemplo, 13% do custo total das obras da usina de Peixe Angical, concluída em 2006 no Rio Tocantins, foi destinado a medidas sociais e ambientais:

- Um foro de negociação, sob a coordenação do Ibama, uniu associações comunitárias, prefeituras, Ministério Público e construtoras
- Equipes especializadas coletaram sementes, frutos e bulbos das árvores do local a ser inundado e os transferiram para viveiros
- Uma escada com **623 metros** de comprimento e cinco tanques de descanso viabilizam a migração dos peixes
- A população afetada pela barragem recebeu compensações e capacitação profissional
- A remoção de animais incluiu répteis, minhocas e certos insetos

do que 1 000 megawatts, o necessário para abastecer uma cidade com 3 milhões de habitantes. "Estamos todos voltados para o norte. As grandes hidrelétricas que podiam ser feitas no restante do Brasil já foram construídas", diz Renato Lanzi, diretor da Alstom, que cogita instalar uma fábrica de turbinas em Porto Velho para suprir futuras obras na Amazônia e no exterior. Se a economia brasileira crescer 5% ao ano,

como está nos planos do governo Lula, será preciso acrescentar 3 500 megawatts por ano à capacidade energética do país. Com a construção das pequenas hidrelétricas e termelétricas que já receberam licença ambiental, o máximo de acréscimo até 2010 será de 1 272 megawatts anuais, segundo o CBIE. "A partir do ano que vem, o sistema elétrico já poderá operar no limite", diz Adriano Pires, diretor da consultoria.

Com a força da correnteza

As turbinas bulbo aproveitam o fluxo das águas e não exigem grandes represas, o que diminui o impacto ambiental

- 1 As turbinas bulbo são dispostas na horizontal e suas pás são movimentadas pela correnteza do rio
- 2 O gerador fica dentro da turbina, e a água passa ao redor
- 3 Nas usinas do Madeira, a diferença de nível acima e abaixo da represa é de **15 metros**. Quanto mais baixa a barragem, menor a área inundada
- 4 As margens do rio vão avançar **500 metros** além do nível das águas durante as cheias. O rio passará a ocupar uma área de **529 km²**

Como são as usinas com reservatórios

As turbinas, dispostas na vertical, são acionadas pela queda da água de alturas superiores a **20 metros**. A altura da queda-d'água de Itaipu é de **120 metros**, equivalente à de um prédio de quarenta andares. O reservatório ocupa uma área de **1 350 km²**

Usina de fio d'água no Rio Danúbio, na Áustria: sem reservatório

"Bastará uma temporada de chuvas fracas ou um aumento no consumo para que tenhamos um novo apagão."

Das usinas de menor porte que conseguiram a licença prévia do Ibama e foram oferecidas em leilão para ser construídas pela iniciativa privada, poucas despertaram o interesse dos investidores. Um dos motivos é o medo de ter a construção interrompida. Atualmente, qualquer cidadão munido de título de eleitor

pode recorrer à Justiça e mudar completamente o andamento da obra de uma usina caso a ação seja aceita por um juiz. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), existem 25 usinas hidrelétricas com cronograma parado ou atrasado devido a obstáculos criados pelo Ibama, pelo Ministério Público, por órgãos estaduais e movimentos ambientalistas. O preço congelado das tarifas e a elevada carga tributária que incide nas contas de luz, de 51%, também afugentam os investidores. "Não podemos nos comprometer com projetos que nos farão perder dinheiro. É minha obrigação dar um retorno aos acionistas", diz Antônio Martins da Costa, diretor-presidente da Energias do Brasil, grupo europeu responsável pela hidrelétrica de Peixe Angical. A Energias anunciou no ano passado a disposição de investir 1 bilhão de reais em novas usinas, mas o dinheiro ainda está guardado no banco. "Em vez de termos um desenvolvimento sustentável, estamos enfrentando uma estagnação insustentável", define Jerson Kelman, diretor-geral da Aneel. ■

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Arthur Virgílio, o pedido de V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero ter ciência da ordem da inscrição, porque eu era o segundo, depois de V. Ex^a, e já tivemos as falas dos Líderes Arthur Virgílio e Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a confirma nossa ordem de inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Após o Senador Mozarildo, há líderes inscritos e o critério é intercalar.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Para assegurar a minha fala, vou me inscrever como líder também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Pois não.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, só para efeito da minha organização pessoal, a inscrição pela Liderança, em seguida, é a minha, após o Senador Mozarildo?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – V. Ex^a falará em seguida ao Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadoras e Srs. Senadores, mesmo com toda a confusão na questão aérea do País, hoje quero prestar uma homenagem a um órgão da Força Aérea Brasileira que foi e é de vital importância para a minha região, a região amazônica. Trata-se da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara).

A Constituição Federal, no seu art. 21, item X, registra: "Compete à União manter o serviço postal e o correio aéreo nacional." Este artigo da Carta Magna é o reconhecimento público de que a Força Aérea Brasileira (FAB) muito contribui e contribuiu para reduzir o isolamento da região amazônica e das dispersas comunidades nela agregadas, participando ativamente das ações desenvolvidas através das linhas regulares do Correio Aéreo Nacional (CAN), que praticamente foi extinto e, agora, foi reativado no Governo Lula. Esse órgão é de muita importância para o meu Estado e para a região amazônica como um todo.

Assistir populações antes esquecidas e perpetuar a soberania nacional na área só foi possível graças ao empenho dos meios aéreos, pessoal e boa parte dos recursos orçamentários da FAB, que, por muitas décadas, foi a única presença ostensiva governamental na região.

Longas distâncias entre as localidades, intempéries restringindo a navegação fluvial e inviabilizando a construção de rodovias, tornaram imperativa a implantação de uma malha aeroviária na região.

Foi naquela ocasião que o espírito visionário do Brigadeiro Eduardo Gomes empreendeu o maior esforço na busca da integração da Amazônia ao restante do país, através do Correio Aéreo Nacional.

Mas, como atingir tal objetivo em uma região completamente desprovida de infra-estrutura?

Como permitir que o melhor, mais rápido e mais disponível meio de transporte pudesse se fazer presente? Era necessária a construção de uma grande rede de apoio na forma de campos e pistas de pouso.

Devido a isso, é correto afirmar que Comissão de Aeroportos da Região Amazônica – Comara – surgiu de uma verdadeira necessidade nacional, diria eu.

O início da concretização desse objetivo ocorreu com a criação, por preceito constitucional, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA – e da posterior Comissão Mista FAB/SPVEA, em 1955.

Algum tempo depois, em dezembro de 1956, esse grupo tornou-se a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica – Comara – com a missão de projetar, equipar e construir aeroportos na Amazônia, além de obras civis para órgãos da administração federal, estadual e municipal, de acordo com os interesses do Comando da Aeronáutica e, obviamente, dos governos estaduais e do Governo Federal.

Meio século após, a atuação da Comara é um marco no processo de desenvolvimento da região e um capítulo à parte na história da Força Aérea Brasileira. Um rápido balanço mostra que, no início da década de 50, existiam apenas dezessete aeródromos na Amazônia, dos quais apenas três – Manaus, Macapá e Belém – eram asfaltados. Hoje, refletindo um passado de realizações exitosas, podemos contar a construção e recuperação de mais de 170 pistas, mais de 70 reformas de instalações aeroportuárias e vias públicas, além de significativo apoio prestado a diversos órgãos federais.

O seu primeiro administrador (comandante) foi o então Tenente-Coronel-Aviador Protásio Lopes de Oliveira, que, posteriormente, chegou ao mais alto posto da FAB, o de Tenente-Brigadeiro. Além dele, destacamos outras personalidades notáveis na conjuntura militar e política brasileira à época: Tenente-Brigadeiro-do-Ar João Camarão Telles Ribeiro, homem de visão futurista, que dedicou o tempo de sua passagem pela Amazônia brasileira para a integração e desenvolvimento regional; Brigadeiro-Engenheiro Ottomar de Souza Pinto, que,

além de médico, administrador, economista e militar, entre outras, destacou-se no cenário político nacional, figurando entre os Governadores do Território Federal de Roraima e é, hoje, Governador do meu Estado pela quarta vez consecutiva, em períodos diferentes, logicamente. Governou quando o Estado ainda era território federal, foi o primeiro Governador eleito. Assumiu o mandato passado pela metade, sendo reeleito agora no primeiro turno. Portanto, é um homem que veio justamente dessa cepa de destacados homens que têm realmente amor pela Amazônia.

Além dele, temos o Brigadeiro Luiz Felipe Machado de Sant'Anna, que chegou a ser prefeito da cidade de Belém.

Não podemos esquecer também os milhares de anônimos brasileiros, de variadas origens, raças e credos que, diuturnamente, doaram o seu suor, e inúmeras vezes o seu sangue, em prol da grande missão.

Em 2001, a Portaria nº 733/GC3, de 17 de setembro, subordinou a Comara ao Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR). Nessa mesma data, outra Portaria estendeu o trabalho da instituição a outras regiões do Brasil.

Deste modo, a Comara, que nasceu genuinamente amazônica, devido a sua capacidade e experiência em construções de aeródromos, passou a ser empregada em qualquer parte do Brasil, ou no exterior. Como exemplo, citamos os trabalhos executados nas pistas da Academia de Força Aérea, em Pirassununga, SP, no aeródromo da cidade de Barbacena, MG, e na da pista da Escola de Especialistas da Aeronáutica, em Guaratinguetá, SP, além dos aeródromos em Porto Inírida e Mitú, na Colômbia.

Com um *curriculum* deste, esta Organização única do Comando da Aeronáutica é o maior potencial logístico e o maior banco de dados sobre a melhor forma de implantação de qualquer infra-estrutura aeroportuária na região de maior dificuldade logística do Planeta. Nenhum outro país do mundo dispõe de organização militar tão especializada.

Atualmente, a Comara alinha, em seu acervo, equipamentos de milhões de reais, aptos a serem empregados tanto em prol da integração, quanto da defesa do território nacional.

Poucos sabem, mas a Comara é detentora de uma das maiores frotas de empuradores e balsas da Amazônia. Apenas uma das suas balsas, a de 1.200 toneladas, é capaz de transportar carga equivalente a uma centena de aeronaves C-130, os famosos Hércules. Essa é uma capacidade que, na região de maior bacia hidrográfica do mundo, não pode e não deve ser desprezada.

Há que se destacar, ainda, que o trabalho comariano não está voltado somente para a defesa das fronteiras brasileiras, mas vem sendo de fundamental importância para a integração da Região Amazônica, facilitando a fixação do homem na região e proporcio-

nando-lhe o acesso aos grandes centros com rapidez e segurança.

Deixando de lado a capacidade de emprego militar da Comara, destacamos os seguintes feitos em prol da Aviação Civil, nos últimos anos, dentre outros:

- Construção do Aeroporto Internacional de Rio Branco, no Acre, o Estado de V. Ex^a.
- Construção do aeroporto de Caracaraí, em Roraima, meu Estado, para servir de alternativa ao aeroporto de Boa Vista;
- Ampliação da pista de pouso de Eirunepé, no Amazonas, com capacidade de atendimento a aeronaves do porte do Boeing-707;
- Produção e transporte de toda a brita empregada na construção do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus (AM);
- Recuperação do pavimento (recapeamento) da pista do Aeroporto Internacional de Belém do Pará;
- Construção do Aeroporto de Santa-rém, no Pará;

Além dessas, podemos citar ainda: Cuiabá, Boa Vista, Porto Velho, Macapá, São Gabriel da Cachoeira, Tefé, Tabatinga, Vilhena e outros, como tendo a participação direta da Comara em sua execução e/ou recuperação.

Atualmente, a Organização vem executando diversas obras, tais como: ampliação e asfaltamento do aeroporto de Oiapoque, no Amapá; ampliação da pista de Tiriós, no Pará, onde, inclusive, o acesso só é possível de avião, implantação de uma base aérea em Eirunepé, no Amazonas; ampliação do aeródromo de Vila Bitencourt, no Amazonas, na fronteira com a Colômbia; ampliação do pátio de estacionamento e construção de um novo hangar na Base Aérea de Manaus; construção e modernização de instalações na Base Aérea de Porto Velho, em Rondônia; e ampliação da pista de Yauaretê, no Amazonas, na fronteira com a Colômbia.

Desse modo, Sr. Presidente, a área de atuação da Comara abrange um território equivalente à Europa Ocidental. A Força Aérea fez ontem e continua pronta a fazer hoje o que for necessário para o crescimento e defesa do País, inclusive mediante sua única Unidade de Engenharia Operacional, justamente a Comissão de Aeroportos da região amazônica.

Aqui, Sr. Presidente, há uma série de dados, como horas voadas, total de cargas e passageiros, horas navegadas, total de insumos, consumo de óleo diesel, que peço sejam transcritos como parte integrante do meu pronunciamento.

Quero encerrar, Sr. Presidente, falando da emoção de fazer este registro, como homem da Amazônia, no momento em que estamos suplantando uma crise na aviação. Na nossa região, região de V. Ex^a, Sr. Presidente, e dos Senadores João Pedro e Arthur Virgílio, se não fosse a aviação, não fosse a FAB, es-

taríamos ainda muito ilhados, porque estaríamos à mercê da utilização da via fluvial que, na verdade, até certo ponto, provocou distorções, pois a ocupação das margens dos rios, muitas vezes, não foram benéficas para a Amazônia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores ao fazer este registro quero parabenizar aos homens e mulheres que

fazem a Força Aérea Brasileira, especialmente a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

COMARA – 50 ANOS DE AÇÃO

A Constituição Federal no seu Artigo 21, item X registra: “compete à União manter o serviço postal e o correio aéreo nacional”.

Este artigo da Carta Magna é o reconhecimento público de que a Força Aérea Brasileira – FAB – muito contribuiu para reduzir o isolamento da Região Amazônica e das dispersas comunidades nela agregadas, participando ativamente das ações desenvolvidas através das linhas regulares do Correio Aéreo Nacional - CAN.

Assistir populações antes esquecidas e perpetuar a soberania nacional na área só foi possível graças ao empenho dos meios aéreos, pessoal e boa parte dos recursos orçamentários da FAB que, por muitas décadas, foi a única presença ostensiva governamental na região.

Longas distâncias entre as localidades, intempéries restringindo a navegação fluvial e inviabilizando a construção de rodovias, tornaram imperativa a implantação de uma malha aeroviária na região.

Foi naquela ocasião que o espírito visionário do Brig. Eduardo Gomes, empreendeu o maior esforço na busca da integração da Amazônia ao restante do país, através do CAN.

Mas, como atingir tal objetivo em uma região completamente desprovida de infra-estrutura? Como permitir que o melhor, mais rápido e mais disponível meio de transporte pudesse se fazer presente? Era

necessária a construção de uma grande rede de apoio, na forma de campos e pistas de pouso.

Devido a isso, é correto afirmar que a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica – COMARA, surgiu de uma NECESSIDADE.

O início da concretização desse objetivo ocorreu com a criação, por preceito constitucional, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA – e da posterior Comissão Mista FAB/SPVEA em 1955.

Algum tempo depois, em dezembro de 1956, esse grupo tornou-se a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica – COMARA –, com a missão de projetar, equipar e construir aeroportos na Amazônia, além de obras civis para órgãos da administração federal, estadual e municipal, de acordo com os interesses do Comando da Aeronáutica.

Meio século após, a atuação da COMARA é um marco no processo de desenvolvimento da região e um capítulo à parte na história da Força Aérea Brasileira. Um rápido balanço mostra que, no início da década de 50, existiam apenas 17 aeródromos na Amazônia, dos quais apenas três – Manaus, Amapá e Belém – eram asfaltados. Hoje, refletindo um passado de realizações exitosas, podemos contar a construção e recuperação de mais de 170 pistas, mais de 70 reformas de instalações aeroportuárias e vias públicas, além de significativo apoio prestado a diversos órgãos federais.

O seu primeiro administrador (comandante) foi o então Ten. Cel. Av Protásio Lopes de Oliveira que, posteriormente, chegou ao mais alto posto na FAB; o de

Tenente Brigadeiro. Além dele destacamos outras personalidades de destaque na conjuntura militar e política brasileira à época: Ten. Brig do Ar João Camarão Telles Ribeiro, homem de visão futurista que dedicou o tempo de sua passagem pela Amazônia para a integração e desenvolvimento regional; Brig. Eng. Ottomar de Souza Pinto que, além de médico, administrador, economista e militar, dentre outras, destacou-se no cenário político nacional figurando entre os Governadores do Estado de Roraima; Brig. Eng Luiz Felipe Machado de Sant'Anna, que chegou a ser Prefeito da cidade de Belém.

Não podemos esquecer, ainda, os milhares de anônimos brasileiros, de variadas origens, raças e credos que, diuturnamente, doaram seu suor, e inúmeras vezes também o seu sangue, em prol dessa grande missão.

Em 2001, a Portaria nº 733/GC3, de 17 de setembro, subordinou a COMARA ao Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR). Nessa mesma data outra Portaria, desta vez a de nº 734/GC3 estendeu o trabalho da instituição a outras regiões do Brasil.

Deste modo, a COMARA que nasceu genuinamente amazônica, devido à sua capacidade e experiência em construções de aeródromos, passou a ser empregada em qualquer parte do país, ou no exterior. Como exemplo, citamos os trabalhos executados nas pistas da Academia de Força Aérea em Pirassununga - SP, no aeródromo da cidade de Barbacena-MG e na da pista da Escola de Especialistas da Aeronáutica em

Guaratinguetá-SP, além dos aeródromos em Porto Inirida e Mitú, na Colômbia.

Com um currículum deste, esta Organização única do Comando da Aeronáutica é o maior potencial logístico e o maior banco de dados sobre a melhor forma de implantação de qualquer infra-estrutura aeroportuária na região de maior dificuldade logística do planeta. Nenhum outro país do mundo dispõe de organização militar tão especializada.

Atualmente a COMARA alinha em seu acervo equipamentos de milhões de reais, aptos a serem empregados tanto em prol da integração, quanto da defesa do território nacional.

Poucos sabem, mas a COMARA é detentora de uma das maiores frotas de empuradores e balsas da Amazônia. Apenas uma das suas balsas, a de 1.200T, é capaz de transportar carga equivalente a uma centena (100) de aeronaves C-130 Hércules. Esta é uma capacidade que, na região de maior bacia hidrográfica do mundo, não pode e não deve ser desprezada.

Há que se destacar, ainda, que o trabalho comariano não está voltado somente para a defesa das fronteiras brasileiras, mas vem sendo de fundamental importância para a integração da Região Amazônica, facilitando a fixação do homem na região e proporcionando-lhe o acesso aos grandes centros com rapidez e segurança. Deixando de lado a capacidade de emprego militar comariana, destacamos os seguintes feitos em prol da Aviação Civil nos últimos anos, dentre outros:

- Construção do aeroporto internacional de Rio Branco-AC;
- Construção do aeroporto de Caracaraí-RR, para servir de alternativa ao de Boa Vista;
- Ampliação da pista de pouso de Eirunepé-AM com capacidade de atendimento a aeronaves do porte do Boeing-707;
- Produção e transporte de toda a brita empregada na construção do aeroporto internacional Eduardo Gomes, em Manaus-AM;
- Recuperação do pavimento (recapeamento) da pista do aeroporto internacional de Belém-Pa;
- Construção do aeroporto de Santarém-PA;
- Além destas, podemos citar ainda: Cuiabá, Boa Vista, Porto Velho, Macapá, São Gabriel da Cachoeira, Tefé, Tabatinga, Vilhena e outros, como tendo a participação direta da COMARA em sua execução e/ou recuperação.

Atualmente a Organização vem executando diversas obras, tais como: ampliação e asfaltamento do aeroporto de Oiapoque-AP; ampliação da pista de Tiriós-PA onde, inclusive, o acesso só é possível através do avião; implantação de uma Base Aérea em Eirunepé-AM; ampliação do aeródromo de Vila Bitencourt-AM, na fronteira com a Colômbia; ampliação do pátio de estacionamento e construção de um novo hangar na Base Aérea de Manaus; construção e modernização de instalações na Base Aérea de Porto Velho-RR; e, ampliação da pista de Yauaretê-AM, na fronteira com a Colômbia.

Deste modo, a área de atuação da COMARA abrange um território equivalente à Europa Ocidental.

A Força Aérea fez ontem e continua pronta a fazer hoje o que for necessário para o crescimento e defesa do país, inclusive através da sua única Unidade de Engenharia Operacional: a COMARA.

Números importantes:

**Horas voadas em ANV C-130 entre 2000 e 2006:
5.040:00 h**

Total de carga e passageiros transportados entre 2000 e 2006: 7.375 Ton

**Horas navegadas pelo aquaviário entre 2000 e 2006:
123.921:00 h**

Total de insumos e equipamentos de grande porte transportado entre 2000 e 2006:

228.807 Ton

Consumo de óleo diesel, somente aquaviário, entre 2000 e 2006:

4.788.344,00 L

Equipamentos:

Total: 1075 equipamentos

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Mozarildo Cavalcanti, parabéns pelo discurso de V. Ex^a!

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do PT.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou vindo da posse da Diretoria da Federação Nacional dos Engenheiros, uma solenidade bastante concorrida, em que a Diretoria que tomou posse na tarde de ontem reproduziu todo um trabalho que fizera na metade do ano passado e que teve como título “Cresce Brasil: Mais Engenharia, Mais Investimento”.

Tive a oportunidade de, no pronunciamento que fiz, enaltecendo a gloriosa Engenharia brasileira, que tanto nos honra e nos orgulha, dizer que o momento efetivamente é muito precioso, porque estamos em condições efetivas de fazer esse crescimento acontecer, pela situação econômica em que se encontra o nosso Brasil: o risco-país está em 164 – parece-me, Senador Geraldo –, as nossas reservas em mais de US\$110 bilhões, e a nossa vulnerabilidade externa significativamente reduzida.

No meu pronunciamento, eu tive a oportunidade de registrar a principal manchete da capa da *Gazeta Mercantil*, Senador João Pedro: “União dobra os investimentos no início do ano”. E apresenta os valores, em percentuais e em reais, do investimento realizado pelo Governo Federal, pelo Governo Lula, neste primeiro trimestre. Os investimentos são da ordem de R\$ 2,6 bilhões. Isso significa mais do que o dobro do que foi o investimento médio nos primeiros quatro anos do Governo Lula.

Portanto, acho que já vem um pouco naquela linha do que o próprio Presidente disse no seu discurso de posse e nas várias manifestações que fez depois das eleições, já no início deste ano, de que, daqui para frente, só vale se comparar com ele mesmo. Então, em um segundo mandato, o parâmetro de comparação é o que ele conseguiu ou não realizar no seu primeiro governo.

Portanto, esses números e dados que a *Gazeta Mercantil* traz na reportagem de capa são bastante alvissareiros.

Imagino, Senador João Pedro – nós, que tivemos a oportunidade de estarmos ontem com o Presidente Lula, no jantar com a Bancada –, a satisfação, a alegria, ressalvada a preocupação devida por causa de algumas situações, como a dos aeroportos, da aviação civil, do Presidente da República! Se, nesses três primeiros meses, ele conseguiu produzir em termos de

investimento, ou seja, de aplicação dos recursos que estão no Orçamento, mais do que o dobro da média do que ele realizou nos três primeiros meses dos seus quatro anos do governo anterior, é realmente algo bastante alvissareiro para alguém que estabeleceu como meta comparar o segundo mandato com o seu próprio primeiro mandato.

Os investimentos estão profundamente voltados para o foco que o Programa de Aceleração do Desenvolvimento estabeleceu. Esses R\$2,6 bilhões estão exatamente, digo, o volume maior desses recursos, aplicados no Ministério dos Transportes e, em seguida, no Ministério das Cidades. Portanto, estão voltados para a infra-estrutura e o saneamento.

Só no Ministério dos Transportes, são mais de R\$700 milhões, mais do que um terço dos recursos investidos. É sempre bom lembrar que o primeiro trimestre é um período de aplicação orçamentária bastante especial, porque janeiro é o mês da publicação do Orçamento que foi votado no final do ano. Depois, há o famoso “decreto do contingenciamento”. Então, Ministério nenhum, antes de fevereiro, libera nada.

Então, esses R\$2,6 bilhões – no caso do Ministério dos Transportes, chegou-se a aproximadamente 10% do orçamento do ano – foram liberados no final de fevereiro, pois houve o Carnaval também. Portanto, trata-se da aplicação dos recursos orçamentários de praticamente um mês de execução. Então, é um número alvissareiro e importante de se comemorar.

Como eu disse na solenidade, a posse da Federação Nacional dos Engenheiros poderia ser feita em qualquer lugar, mas a fizeram no Auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional. Eu acho que o objetivo deles foi exatamente fazer essa chamada ao Congresso Nacional. As entidades de classe e a sociedade civil se mobilizaram, apresentaram propostas, estão envolvidas, estão participantes, estão nesse clima de crescimento com distribuição de renda e de desenvolvimento sustentável do nosso País. O Congresso Nacional tem de acompanhar e fazer a sua parte, não pode ficar naquilo que já ouvi denominarem de apagão legislativo.

Então, as medidas do Programa de Aceleração do Crescimento – são 8 medidas provisórias, 9 projetos de lei e 1 projeto do Congresso Nacional, portanto, 18 medidas no total – tiveram, até agora, uma execução pífia em relação ao trabalho legislativo aqui. Precisamos, efetivamente, acompanhar esse clima, essa disposição, essa sinergia criada na sociedade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco PT – SC) – A Câmara dos Deputados votou apenas três medidas provisórias do PAC, sendo que, dessas três, duas se

referem à questão da Rede Ferroviária: uma que trata dos cargos, outra que trata do patrimônio; e a outra, que é muito importante, sobre a questão do arrendamento habitacional, irá facilitar em muito a compra da casa própria, principalmente das famílias de menor faixa de renda.

O PLN nº 1, de 2007 – o Congresso, duas vezes, já tentou marcar a sessão e não conseguiu efetivá-la para votar – é o projeto central para acelerar ainda mais a questão dos investimentos nas áreas focadas e estabelecidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento.

Neste PLN nº 1, temos a alteração do projeto piloto...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só mais uns minutos, Sr. Presidente.

O PLN nº1 tem exatamente a alteração do projeto piloto de investimento que votamos em dezembro no Orçamento. Nós o votamos, portanto, quando o PAC ainda não estava lançado, quando as prioridades não estavam estabelecidas, as metas não estavam configuradas pelo Governo. O Governo só as anunciou em janeiro. Os recursos do projeto piloto de investimento são aqueles que podem ser abatidos do superávit primário, para os quais não há contingenciamento, para os quais, conforme a obra vai sendo executada, o recurso vai sendo imediatamente liberado. Esses recursos que votamos no Orçamento em dezembro eram da ordem de R\$4,3 bilhões para o Projeto Piloto de Investimento, no PLN nº 1, pulam para R\$11,2 bilhões, portanto, quase três vezes mais recursos para que possamos aplicar em estradas, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias, habitação, saneamento e energia.

Portanto, é muito importante e fundamental todo esse esforço. Na posse da nova Diretoria da FNE, que saúdo na pessoa de seu Presidente, Dr. Murilo Pinheiro, os engenheiros apresentaram como meta, na publicação, no estudo, nas propostas, o Programa “Cresce Brasil, mais engenharia, mais desenvolvimento”. Nós, do Congresso Nacional, devemos corresponder, devida e adequadamente, às suas solicitações, votando as medidas provisórias, os projetos de lei e, principalmente, o PLN nº1. Espero que, na próxima semana, não deixemos de realizar a sessão do Congresso para votarmos efetivamente o referido projeto, que vai fazer com que, ao longo deste ano, possamos aplicar R\$11,2 bilhões no Projeto Piloto de Investimento previsto no Orçamento da União em vez de R\$4,3 bilhões, como foi votado pelo Congresso Nacional em dezembro. Portanto, quase três vezes mais em obras e em investimentos, Senador Geraldo Mesquita, ne-

cessários e legitimamente reivindicados, há muito tempo, pela população e por todos nós, que estamos aguardando esses benefícios. Os engenheiros estão prontos e preparados para continuar nos orgulhando. Trago essa mensagem da posse da Federação Nacional dos Engenheiros.

Durante o discurso do Sr. Ideli Salvatti, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Mesquita Júnior, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu pediria que V. Ex^a me inscrevesse na vaga da Líder da Minoria, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aliás, preciso agradecer ao Senador Heráclito e ao Senador Flexa Ribeiro, que, com a gentileza de praxe, cederam-me a possibilidade de falar neste momento.

Antes de mais nada, rapidamente, desejo feliz Páscoa às Senadoras, aos Senadores, aos servidores da Casa, aos meus conterrâneos acreanos, ao povo brasileiro. Uma boa Páscoa, com tranqüilidade, com paz de espírito, é aquilo de que todos nós precisamos.

O que me traz hoje aqui, Senadora Marisa, é o desejo de comentar um pouco a audiência que tivemos ontem, com a presença do Ministro da Educação. Foi uma audiência muito interessante, muito produtiva, muito proveitosa.

Naquela ocasião, tive oportunidade de expor ao Ministro da Educação – por sinal, um técnico competente; eu disse, inclusive, de corpo presente, que o ideal seria que o Ministério do Presidente Lula tivesse o perfil de S. Ex^a, pois, assim, estaríamos muito bem servidos –, Senador Mozarildo, algumas questões vivenciadas por nós ali no Acre, na região amazônica. Uma delas diz respeito ao que nos angustia há muito tempo – creio que isso aconteça também em Roraima e em outros Estados da Amazônia –, que é a atuação de profissionais de países limítrofes, tais como Bolívia e Peru, principalmente na área da Medicina, e a angustiante questão da validação do diploma desses profissionais. É uma via-crucis, é um drama. Esse drama, já

o vivenciamos, inclusive, no Estado do Acre, há muitos anos. É uma questão que não se resolve de forma definitiva. O que está em jogo? Há profissionais que se formam na Bolívia, sejam bolivianos, sejam acreanos – há muito acreano cursando Medicina na Bolívia –, que retornam para seu Estado e que aí entram nessa via-crucis de tentar validar seu diploma. Eu disse ao Ministro da Educação – o Senador Cristovam é testemunha disto – que, no Acre, Senadora Marisa, pela proximidade, é muito mais fácil o Estado e os Municípios recrutarem profissionais da Bolívia e do Peru do que trazerem médicos de São Paulo, do Paraná, seja de onde for. É muito mais difícil trazê-los de dentro do País do que dali da fronteira. Vivemos esse drama e essa angústia.

Para culminar todo esse processo, o Ministério Público entrou na questão e está cumprindo seu papel com muita propriedade, diga-se de passagem, porque o caso é de exercício ilegal de profissões. Então, o Ministério Público entrou na questão e está marcando dia e hora para que as prefeituras se livrem desses profissionais, ou seja, rescindam os contratos com eles, com aqueles logicamente que não conseguiram, até o momento, regularizar suas situações perante o Conselho Regional de Medicina em nosso País – o que é um drama. As populações correm sério risco de, a qualquer momento, ficarem novamente desassistidas de profissionais da área médica.

Fiz um apelo ao Ministro da Educação. Sei que a responsabilidade não é exclusivamente dele. Esse assunto diz respeito ao Itamaraty, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério da Saúde. Mas é preciso que se dê um basta nisso e que se resolva, de uma vez por todas, a questão. Há anos e anos, há o registro de profissionais atuando em nosso Estado, tentando resolver a questão. Tenho notícia – não tenho a confirmação, Senadora Marisa – de que, para trilharem essa estrada de validação dos diplomas, eles precisam desembolsar quantias exorbitantes. É preciso que esse processo seja público, seja gratuito, oferecido pelas universidades públicas brasileiras, para que tenhamos sossego, para que tenhamos paz. As populações dos pequenos Municípios no Estado vivem na iminência de estarem, de uma hora para outra, sem profissionais da área de saúde por causa desse problema.

O Ministro mostrou-se sensibilizado, comprometeu-se a atuar em outras instâncias do Governo, no sentido de tentar resolver, de uma vez por todas, essa questão. Não podemos mais continuar vivendo esse drama e essa angústia em nosso Estado e em outros Estados da Amazônia.

Fiquei vivamente impressionado também com o anúncio do Ministro de um programa de financiamento

aos Municípios de aquisição de transporte escolar. Fiz ver ao Ministro que é necessário que esse programa conte cole – se não me engano, os recursos serão do BNDES – a possibilidade de, na Amazônia, os financiamentos incidirem também sobre aquisição de embarcações, Senadora Marisa, porque grande parte do transporte escolar de crianças e de jovens na região amazônica, Senador Cristovam, é feita pelos rios. Sou testemunha disso. Cruzo, por vezes, com crianças subindo ou descendo rios por quatro horas, por cinco horas, para chegar à escola e para, depois, retornar à região onde moram. É uma quantidade muito grande de pessoas que vivem assim. Então, seria necessário que o programa também contemplasse a possibilidade de os Prefeitos adquirirem, com financiamento, embarcações, que podem ser construídas adequadamente para o transporte de crianças e de jovens que se deslocam diariamente, correndo riscos, inclusive, para irem à escola e retornarem às suas casas.

Por fim, sugeri ao Ministro da Educação que, por intermédio do seu gerenciamento, do seu Ministério, o Governo Federal adotasse, assim como instituiu o Programa Farmácia Popular – que claudica, mas que está aí, tentando se fixar como programa de Governo –, nos mesmos moldes, um programa de livraria popular. Lembrei ao Ministro da Educação, inclusive – e não precisaria lembrá-lo disso, porque ele é uma pessoa que tem vasto conhecimento dessa questão –, que milhões de pessoas neste País não têm acesso a qualquer literatura, porque simplesmente não dispõem de recursos, além da própria sobrevivência, para custear a aquisição de livros, de literatura em geral.

Lembrei ao Ministro algumas obras. No meu tempo de juventude, Senadora, tive a possibilidade de ler obras fantásticas da literatura brasileira. Lembro-me, por exemplo, de *Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado. Foi uma obra que me marcou muito, que mexeu com minha cabeça. E eu disse: "Olha, Ministro, quantos milhões de jovens neste País não têm possibilidade de ler uma obra como essa, que, numa livraria, custa R\$30,00 ou R\$40,00". Uma faixa pequena da população deste País tem possibilidade de custear e de manter do seu próprio bolso uma pequena biblioteca em sua casa, para seu próprio uso, para seu próprio benefício.

Fiz a sugestão e ilustrei essa possibilidade, dizendo para o Ministro que já faço algo muito parecido aqui no Senado, se bem que numa escala reduzidíssima. Estou acessando a página do Ministério que disponibiliza centenas, milhares de títulos da literatura brasileira que já se encontram sob domínio público, ou seja, obras que já não requerem mais o pagamento de direitos autorais para serem reeditadas. Estou se-

lecionando obras como, por exemplo, **Escrava Isaura**, **Iracema** e outras de escritores nacionais, para reeditá-las com uma breve apresentação, dentro do que denominamos de Coleção Biblioteca Popular. Com essa iniciativa, estou distribuindo livros em meu Estado – é claro que o faço gratuitamente, porque se trata de obra impressa pela Gráfica do Senado – para a população, para os jovens, para os estudantes, para todos que gostem de ler e que o queiram fazer. É um mito essa história de que, no Brasil, as pessoas não gostam de ler. É mentira! Não é nem mito, é mentira, uma grossa mentira. As pessoas anseiam por boa literatura, mas a ela não têm acesso.

Então, seria de muito bom alívio que o Governo Federal, com muito mais possibilidade do que um Senador que manipula uma cota muito pequena no Senado Federal, instituísse esse programa. Seria algo estrondoso, de um sucesso absoluto, a reedição de títulos em formato de livreto de bolso, de forma bem modesta.

E não precisaria distribuir gratuitamente. Poderíamos espalhar livrarias populares por este País inteiro, Senador José Agripino, vendendo uma obra dessas por R\$2,00 ou R\$3,00. Tenho certeza absoluta de que seria um programa de extremo sucesso.

Fiz essa conclamação e essa sugestão ao Ministro, e S. Ex^a se mostrou sensibilizado. Espero que S. Ex^a pegue mesmo a idéia e a transforme em realidade. É disso que precisamos neste País. A juventude brasileira, enfim, o povo brasileiro precisa ter acesso ao livro, à literatura. A leitura liberta as pessoas, porque traz o conhecimento.

Portanto, é um crime mantermos grande parte da população brasileira sem acesso à boa literatura, à literatura nacional.

Já ofereci a sugestão ao Ministro da Educação e faço votos que S. Ex^a tome essa idéia, leve-a adiante e a execute. Tenho certeza absoluta de que seria algo fantástico feito pelo Governo do Presidente Lula.

Senador, agradecendo a deferência do tempo, finalizo aqui minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Alternando os oradores inscritos e os Líderes, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, como Líder do PDT.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, por gentileza, verifique se estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a se encontra regularmente inscrito como orador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar, depois de ouvir a fala do Senador Geraldo Mesquita, eu quero dar todo o meu apoio a esta idéia que ele trouxe, de uma livraria popular, assim como existem as farmácias populares. Eu só acrescento que poderia ser, na verdade, uma biblioteca popular vendida nas livrarias que já existem, senão, as atuais livrarias, cotadas, que sobrevivem com tanto esforço, vão terminar quebrando também. Mas se de fato houver publicação de livros subsidiados nas próprias editoras privadas – não é preciso ser em editoras estatais –, que seriam vendidos em livrarias tradicionais a preços subsidados, como tantas outras coisas, creio que a idéia do Senador Geraldo Mesquita é muito boa.

Sr. Presidente, temos tido tantos problemas todos os dias aqui, tantos assuntos como o apagão e a indisciplina militar – e o contrário, indisciplina do Presidente na maneira como conduziu o Regimento Militar –, que está hora de nos perguntarmos por que temos tanto problema. Qual é o problema dos problemas que deixa o Brasil na situação que atravessamos?

Pode ser que eu esteja enganado, mas eu creio que uma das grandes causas desses problemas, Senador Tasso, é o acomodamento da juventude brasileira, que assiste a tudo passivamente. E esse acomodamento decorre, em parte, de nós os mais velhos, porque nós deixamos a juventude perplexa. Eu olho para a juventude hoje, converso com muitos jovens e sinto uma absoluta perplexidade diante das coisas que acontecem ao redor, como se não houvesse a menor explicação e nem a menor saída, Senador Gilvam. Perplexidade por falta de rumo e acomodamento por falta de vontade de mudar as coisas.

Afinal de contas, vemos os apagões que estão por aí, como esse do aeroporto, que sai todo dia na televisão, aqueles que saíram há algumas semanas ou meses e o apagão rodoviário das estradas, mas há um apagão que ninguém sabe: o das pessoas que passam horas em uma parada de ônibus, esperando o ônibus urbano para ir para sua casa. Esse apagão não sai no noticiário, mas ele acontece neste exato momento. Daqui a meia hora, quando forem 6 horas da tarde, até as 8 horas da noite, as paradas de ônibus estarão lotadas, “apagadas”, com as pessoas paradas, ônibus que vêm ou que não vêm, ônibus superlotados, ônibus que quebram.

Vemos o apagão da indisciplina generalizada – incluindo, Senador, a do Presidente, que desautoriza o comandante e depois volta atrás –, mas não é só essa, não. As salas de aula hoje são verdadeiros exemplos de indisciplina absoluta. As pessoas falam muito de salário de professor, mas hoje o que mais assusta e afasta o professor não é o salário baixo,

é a indisciplina na sala de aula, é o caos que é uma sala de aula hoje: não há hora de entrar, não há hora de sair, não há hora de fazer silêncio, não há hora de assistir à aula; vivemos um verdadeiro apagão das salas de aulas.

Vemos, com perplexidade, o fato de que, depois de cinqüenta anos de crescimento, mesmo a essas taxas ridículas dos últimos anos, a desigualdade continua, a pobreza não é reduzida. Ouvimos o Governo dizer que tirou da pobreza certa quantidade de pessoas – milhões, como dizem –, porque elas passaram a ganhar trinta reais a mais por mês, valor que não se paga a um restaurante. As pessoas saíram da linha da pobreza financeira, porque o cálculo é artificial: um dólar por dia, dois reais por dia.

Mas, do ponto de vista da qualidade de vida, não houve gente saindo dessa classificação. Pelo contrário, aumentou o número de pessoas na linha de pobreza, Senador Tasso Jereissati. A linha de pobreza não é medida pela renda, mas com esse artificial valor de dois reais por dia, o qual não pode definir se a pessoa está na pobreza ou não. Se a linha da pobreza for medida pela qualidade de vida, a situação piorou, aumentou o número de pobres: aqueles que não podem andar na rua com medo da violência, aqueles que não sabem se amanhã terão ou não um emprego, aqueles que não sabem se vão tomar um ônibus, um avião ou não, porque sabemos da irregularidade com que as coisas funcionam neste País.

Por isso, creio que devíamos, um dia, fazer uma reflexão: por que há tantos problemas para os quais não conseguimos encontrar saída? Isso, volto a insistir, está em duas palavras: perplexidade, por uma falta de rumos que não conseguimos definir; e acomodamento, porque não conseguimos mobilizar as pessoas contra a corrupção.

Já fizemos tantas passeatas pelas diretas, pela anistia; por que não fazemos uma passeata substancial contra a corrupção, contra a impunidade, contra a desigualdade, contra os apagões? Há um acomodamento e uma perplexidade. E o mais grave é que tanto a perplexidade chegou aos jovens a partir da nossa própria perplexidade, como o acomodamento deles chegou a nós, porque eles é que deveriam mobilizar-se.

Aproveito, portanto, esses cinco minutos em que falo pelo PDT para manifestar preocupação não só com os apagões, mas com a perplexidade e o acomodamento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB

– ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, primeiro, quero fazer o registro dos 172 anos de fundação da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, uma instituição importante para todo o País e ainda mais importante para o nosso Estado pela sua respeitabilidade. Quero cumprimentar todos os militares na pessoa do Coronel Coutinho, que é o comandante da Polícia Militar do Espírito Santo, que, no dia 6 próximo, completa seus 172 anos de organização, como instituição tradicional e fundamental para a segurança da nossa população.

Muitas pessoas pensam que na Polícia Militar há muitos profissionais com conduta inadequada. Na verdade, alguns têm conduta inadequada, mas a maioria tem muito boa conduta.

Acrescento que, nesse momento, a Polícia Militar do Espírito Santo dá um passo adiante: pela primeira vez uma mulher – uma farmacêutica em bioquímica, do Hospital da Polícia Militar – chega ao posto de Coronel. A Dr^a Maria das Graças Ferrari Corrêa é promovida a Coronel da Polícia do Estado do Espírito Santo. Esse é um feito, um avanço a mais para os militares, para as mulheres, e uma oxigenação, dada a importância de uma mulher estar ocupando essa função, esse cargo na hierarquia militar. Parabéns à Dr^a Maria das Graças Ferrari Correia, por ser a primeira mulher a chegar ao posto de Coronel da Polícia Militar. Ela é do Hospital da Polícia Militar (HPM).

Sr. Presidente, além desse registro, quero também me pronunciar sobre o Programa de Desenvolvimento da Educação. Ontem o Ministro Fernando Haddad esteve presente na Comissão de Educação, onde sugerimos um requerimento, que foi aprovado pela Comissão e fortalecido pelo Senador Cristovam Buarque – que vai estar lá no meu Estado, na segunda-feira, na Caminhada pela Educação.

Então, quero deixar registrado esse pronunciamento sobre o Programa de Desenvolvimento da Educação, que prioriza o trabalho na área de qualidade. A Educação se estruturou, tem-se estruturado, mas é fundamental – o último resultado da prova Brasil demonstrou isso claramente – esse investimento na qualidade, Senadora Rosalba.

Faço ainda, desde já, um pronunciamento com relação à Décima Marcha dos Prefeitos, que ocorrerá na próxima semana. Todos os anos, praticamente, os Prefeitos vêm a Brasília para discutir uma pauta municipalista. Essa marcha é coordenada pela Confederação dos Municípios, pela Frente Nacional dos Prefeitos e por outras entidades federais e estaduais.

No meu Estado, a Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo estará ajudando a organizar essa marcha.

Estão na pauta do encontro dos Prefeitos com o Presidente Lula, com os Ministros, com os Presidentes do Senado e da Câmara matérias importantes para o desenvolvimento do nosso País. A regulamentação do Fundo da Educação Básica é um tema de muito interesse por parte dos municípios, até porque há o debate da partilha desse Fundo.

Outro tema é a desoneração dos transportes urbanos. Hoje, especialmente os municípios da região metropolitana enfrentam problemas enormes para subsidiar e manter uma tarifa adequada, o que não conseguem, porque a tarifa está sempre acima da capacidade de pagamento do brasileiro. Esse é um problema que os municípios tem enfrentado.

Os Prefeitos vêm discutir o Programa de Aceleração do Crescimento e defender a reforma tributária, que prevê o aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios de 22,5% para 23,5%.

Outro ponto da pauta é a securitização da dívida ativa e a aprovação da emenda que trata do gasto de percentual da receita para o pagamento de precatórios e o regulamenta.

Naturalmente, vão discutir medidas que destravem o financiamento dos Municípios. É fundamental que os Municípios tenham capacidade de fazer investimento. O Governo tem anunciado investimentos importantes na área de saneamento e de habitação. É o momento adequado para que os Municípios estejam aprofundando o debate sobre a pauta municipalista.

Eu mesmo, Senador Gilvam Borges, apresentei, nesta Casa, nestes dois meses e pouco do mandato que estamos exercendo como Senador, uma proposta para que possamos alterar a forma de distribuição do ICMS, não a forma do percentual de distribuição do ICMS. Da forma como está hoje, o Estado só tem o direito de, por critério estadual, aprovado na Assembléia Legislativa, distribuir 25% do ICMS arrecadado; 75% são distribuídos de acordo com o valor adicionado do Município, de acordo com a riqueza do Município, com a quantidade de notas fiscais emitidas e a movimentação industrial, comercial e de serviços dos Municípios.

Naturalmente, alguns Municípios ficam com um poder muito grande, porque, quando se implanta, quando se estabelece uma planta industrial grande, quando há uma atividade econômica grande, esse Município eleva muito o seu valor adicionado e acaba funcionando como um sugador de ICMS e, como o ICMS é um só, retirando dos Municípios menores, mais fracos e fragilizados.

Então, há uma proposta que trata desse assunto, e os Municípios estão questionando as desonerações que temos, muitas vezes, de IPI e de Imposto de Renda, porque esses dois tributos compõem o Fundo de Participação dos Municípios. Quando aprovamos, aqui no Congresso, medidas provisórias, projetos de lei, projetos de desoneração desses tributos, eles acabam funcionando de uma forma negativa para os Municípios. Acho que os Municípios têm razão quando questionam essa posição de desoneração desses tributos.

Outra medida importante é a liberação do dinheiro da linha de crédito para renovação do parque de máquinas da Prefeitura. Isso é importante porque muitos Municípios não têm equipamentos para atender ao serviço nas vias urbanas, nas vias rurais, ao serviço de obras. Se tivermos um trabalho desse, teremos condições de estruturar melhor os Municípios.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a concede um aparte assim que oportuno?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pois não. Concedo-o agora, Senador Gilvam Borges. Tem a palavra V. Ex^a.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Casagrande, sadio, alvissareiro o tema que V. Ex^a aborda dessa tribuna. A linha municipalista e a questão da boa distribuição dos impostos, no que tange aos recursos aportados para as prefeituras – são mais de 5.500 Municípios brasileiros –, realmente é empolgante para esta Casa. Recentemente, nos últimos meses, entramos num clima muito difícil, Senador Casagrande. Entramos num clima só de críticas contundentes, de greves, “apagões”, situações que, realmente, nos deixam num estado letárgico, num estado em que fica um pouco complicado para esta Casa demonstrar otimismo para o resto do País. Portanto, quero me congratular com V. Ex^a pelo belo tema e por sua importância. V. Ex^a não vem só explorar o tema como orador. V. Ex^a já tomou os procedimentos em propostas nesta Casa. Parabéns, então, pela excelente performance em seu mandato aqui no Senado Federal, no qual V. Ex^a vem se conduzindo com muita maestria. Gratulações!

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Senador Gilvam. O seu aparte enriquece o meu pronunciamento.

Quero dizer que conseguimos alguns avanços nos últimos anos. Um deles foi a transferência dos Municípios quanto à cobrança do ITR; outro foi a partilha da Cide. Vamos precisar ter mais avanços na redefinição dos recursos, que hoje são concentrados naturalmente na União. Aliás, isso não é natural. Na verdade, é um desvio na nossa formação federativa. Mas nós teremos de discutir a redistribuição junto com as tarefas. A União hoje faz calçamento de rua! Isso

não é uma tarefa da União. Para que os Municípios possam fazê-lo, precisamos fazer uma redistribuição desses recursos.

Quero saudar, portanto, com muita alegria os Prefeitos. Na semana que vem, terei oportunidade de fazê-lo pessoalmente, pois temos uma situação de muita necessidade no debate da pauta municipalista. Vamos saudar os Prefeitos que estarão aqui na próxima semana. Diremos a eles que iremos transformar, junto com outros Senadores e Deputados, naturalmente, o nosso mandato em um mandato que irá debater o pacto federativo.

Acho fundamental, para que possamos fortalecer a democracia, as instituições e a Federação brasileira, que tenhamos condições de fortalecer os Municípios.

Discute-se se os fortalecemos com debate aqui, mas eles se fortalecem, em especial, com a nossa ação alterando a legislação, a Constituição.

Então, neste pronunciamento saúdo a Marcha dos Prefeitos que acontecerá na semana que vem.

Sr. Presidente, desejo a V. Ex^a e aos Senadores e Senadoras uma feliz Páscoa e que tenhamos um bom feriado, com fé em Deus.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Alternando os oradores normalmente inscritos com os Líderes, concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do Democratas.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, estamos, nesta quarta-feira que antecede a Semana Santa, encerrando uma semana, pois amanhã não haverá expediente.

Há uma grande dúvida sobre como vão funcionar os aeroportos durante a Páscoa. Eu, pessoalmente, Senador Jonas Pinheiro, estou convencido de que não haverá nada, de que tudo funcionará corretamente. Está anunciado o recrudescimento de conversas, de entendimentos e, talvez, Deus queira que não, de desentendimentos para a partir de segunda-feira.

Eu, Senadora Rosalba, queria fazer uma reflexão e uma avaliação dos fatos neste final de tarde de quarta-feira, para que nós, Senador Gilvam Borges, fiquemos mais conscientes do que está acontecendo conosco, de quem é o nosso Presidente, do nível de confiabilidade que se pode ter nas instituições, nos governantes, de qual é o passado das pessoas, do que o passado avalia para o futuro. É sempre bom fazer esse tipo de reflexão, principalmente numa quarta-feira santa.

Senadora Rosalba Ciarlini, eu estava na Internet, no blog do Josias, e vi uma coisa que me parece no mínimo curiosa, merecedora de reflexão. Há um livro intitulado *Lula, o filho do Brasil*, publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo, que, evidentemente, trata da vida sindical de Lula. Lá pelas tantas, na página 136 – se não me engano –, está escrito:

Houve uma proposta. A Empresa Scania aceitou a proposta. Essa proposta foi levada aos trabalhadores dentro da fábrica e, nessa assembléia, eu falei. Os trabalhadores aceitaram a proposta, aceitaram inclusive batendo palmas. E nós saímos da Scania e fomos para a Delegacia Regional do Trabalho para fazer o acordo.

É o relato de um episódio em que Lula, sindicalista, conduziu um entendimento com a Scania-Vabis, uma empresa sueca no Brasil. Lula teria levado o entendimento a bom termo e, feito o acordo, levou-o à Delegacia do Trabalho.

O livro, logo em seguida, traz um comentário de Lula: “Por pressão do Sindicato da Indústria Automobilística, o acordo foi desfeito. E é lógico que você pega o trabalhador que desconfia que houve traição, que o sindicato vendeu ele ou coisa parecida”. E Lula se refere ao Sindicato da Indústria de Automóveis ou àqueles que quebraram o acordo como “safados”, para não citar a palavra mais forte que é relatada no livro. Ele conduziu, como sindicalista, um acordo; os patrões o aceitaram. Mas, por pressões, os patrões voltaram atrás, desfizeram o acordo e ele se refere àqueles que desfizeram o acordo como uns “safadões”.

Vejam que similitude com os tempos de hoje!

Senador Gilvam Borges, a história que estou relatando está na página 136, do livro *Lula, o filho do Brasil*, publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo. Isso é muito importante, porque “cesteiro que faz um cesto, faz um cento”. Ele chama de “safadões” aqueles que fizeram um acordo, que o desautorizaram e deixaram os trabalhadores entregues à própria sorte, deixando-os mal perante seus companheiros.

Senador Mozarildo Cavalcanti, o que aconteceu agora? Senador Jonas Pinheiro, o que aconteceu agora que nos levou a fazer esta reflexão nesta quarta-feira que antecede a Semana Santa? O Presidente da República, há seis meses, convive com a crise do apagão aéreo, da insubordinação nos aeroportos. E o Ministro da Defesa, Waldir Pires, é o Ministro da Pasta a quem compete encontrar a solução, que pode ser comprar equipamentos de LS, que está quebrando; que pode ser recapar a pista que está derrapando; que pode ser contratar mais controladores de vôo para

evitar chantagens; que pode ser fazer um acordo salarial por gratificações, ou não, com os controladores de vôo; que pode ser trazer gente de fora para funcionar como *stand-by*, como fusível, para uma eventual manifestação grevista, para evitar aquilo que mais se temia, que é a insubordinação das pessoas nos aeroportos, transformando esses setores em praças de guerra, em pessoas trocando tapas. Que pessoas? Pessoas de companhias aéreas e usuários. Quem tem culpa? Nem um nem outro. Culpa tem o Governo que não encontrou solução para o problema.

Muito bem. O que aconteceu agora? O Ministério da Defesa não encontrou saída, não resolveu o problema, e teve seis meses para fazê-lo. Chegou a um ponto em que os controladores de vôo, pelas suas razões – e não me cabe avaliar se são boas ou não são boas as razões dos controladores de vôo. O que é fato é que as suas reivindicações não são novas, são antigas, são velhas –, insubordinaram-se. Então, o Comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, deu-lhes voz de prisão, mandou prendê-los, por uma questão de hierarquia militar, já que são militares.

Senador Jonas Pinheiro, veja a historinha da Scania: dos “safadões”. Nesta hora, Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento, Deputado Federal do PT, unha e carne com Lula, entra no circuito, desautoriza a determinação do Comandante da Aeronáutica, o Brigadeiro Saito, e declara – é claro, em nome do Governo; é claro que ele consultou Lula; é evidente que ele consultou Lula; claro que ele consultou o Presidente Lula! –, para evitar que o circo pegue fogo mais do que estava pegando, porque os aeroportos estavam parados já, para tentar encontrar uma solução, apanhados que foram com a brocha na mão, que as ordens de prisão serão suspensas. O Comandante Saito foi desautorizado pelo Ministro Paulo Bernardo, que nada tem a ver com a área.

Muito bem. Encerra-se o assunto. Em seguida, os militares, que são militares hoje como o foram ontem e serão amanhã, para defenderem a farda que usam – e não são apenas os da Aeronáutica, pois é claro que eles tiveram um entendimento entre eles, e os da Marinha e os do Exército –, manifestam uma inteligente e hábil reação: denunciam ao Ministério Público Militar os sargentos faltosos, na sua visão, e anunciam que serão indiciados e processados.

O Presidente Lula, aquele que se referia aos “safadões” – mas vejam quem é o safadão na história, quem autorizou e desautorizou. É claro que o Brigadeiro Juniti tinha autorização do Governo para mandar prender, porque ele era a autoridade do Governo –, por outro lado, por meio do Ministro Paulo Bernardo, desautoriza o Comandante Saito e diz que não haverá

prisão. Em seguida, os militares fazem valer a farda que usam e recuperam a hierarquia militar. O Presidente da República volta atrás e diz que não está mais nada garantido, que as prisões não vão acontecer e que as consequências decorrentes da hierarquia militar não vão acontecer. Vejam quem é safadão nessa história. O Presidente se referiu, lá atrás, aos “safadões”, mas vejam quem são os safadões agora.

Estou falando isso tudo, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, porque uma Nação não é o seu governo, é o seu povo. O povo do Brasil é quem está em xeque na história. E está em xeque, porque está sendo governado por um cidadão que, na minha opinião, está faltando com elementos fundamentais: segurança, conhecimento de causa, firmeza de atitudes. Fica ao sabor dos acontecimentos e das pressões por falta de visão de conjunto, mudando de opinião a cada momento. Os seus subordinados têm todo direito de perder a fé, de deixar de acreditar no seu comando e na sua palavra, porque, assim como no passado, na crise da Scania, agora um foi autorizado; o outro desautorizou o primeiro e, de repente, um terceiro desautoriza o primeiro e o segundo.

Não vejo, infelizmente, nenhum Senador da base do Governo aqui. Aliás, vejo, sim, o Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, cuidado com o Lula! Cuidado com o Presidente Lula. Cuidado com as recomendações que ele possa lhe dar com relação à questão da Previdência. V. Ex^a, como eu, é tão ligado à questão da Previdência... Cuidado com o que ele diz porque, se houver uma conveniência diferente, ele muda de opinião e V. Ex^a fica pendurado na brocha, fica pendurado no pincel. Ficou Juniti, ficou Paulo Bernardo. Basta que as pressões se manifestem para que ele, que é um mestre na capacidade de mudar de opinião para sobreviver, mude de opinião, metamorfoseie. É uma borboleta! Muda de verde para azul, de azul para amarelo de acordo com a conveniência. E, assim, vem para o panorama congressual.

Senador Mozarildo Cavalcanti, eu estou com as minhas preocupações aguçadas no limite máximo, e tenho razões para tal.

O Senador Romero Jucá, colega nosso, por quem tenho a maior estima, e a Senadora Ideli Salvatti têm sido autorizados a assumir compromissos aqui que estão sendo seguidamente quebrados quando as matérias aprovadas mediante acordos chegam ao Palácio do Planalto.

Quer ver alguns exemplos? Lembra-se do projeto da Sudene e da Sudam, que, durante um ano, foi elaborado, sem ruído, e depois aprovado? Foi vetado lá, sem que o Governo nos tenha dito nada, sem ter

havido anúncio algum de que os acordos que fazíamos aqui iriam sofrer reparos quando chegassem lá.

Outro exemplo: a Super-Receita. Havia um dispositivo atrelado ao compromisso de não se vetar a gratificação para os auditores, para que eles apoiassem a Emenda nº 3. Foi vetada a gratificação. Não houve acordo algum nesse sentido. O desrespeito com o Comandante Juniti, com Paulo Bernardo, com a hierarquia militar, ocorre também no Congresso.

Registro outro exemplo que se passou comigo. Deste caso ninguém pode duvidar, porque ocorreu comigo: a Lei de Concessão de Florestas. V. Ex^a me advertiu muitas vezes, Presidente Mozarildo, e eu, de boa-fé, para ajudar a Ministra Marina, para ajudar o desenvolvimento da Amazônia, elaborei e aprovei um relatório, apresentando emendas com as quais V. Ex^a concordou, embora tenha-me advertido que eles não as honrariam. Nunca ninguém me disse que iam honrá-las. Nunca! Vetaram as três emendas que eram salvaguardas claríssimas do interesse nacional. O assunto é discutido aqui, mas, quando chega lá, vetam o projeto, quebrando os compromissos assumidos com o Congresso brasileiro. Quem cala consente! V. Ex^a e eu somos testemunhas do caso da Lei de Concessão de Florestas.

Quer mais outro exemplo? A reabertura de prazo do Refis de 180 dias. Nunca nos disseram que iam vetar. Vetaram, lá. Quer ver outra? A repactuação das dívidas dos devedores rurais, na área de atuação da Adene, a antiga Sudene. Quem é que disse que iam vetar? Vetaram os 180 dias de prazo para a repactuação dos débitos do crédito rural. Que perversidade! Nunca ninguém disse isso. Negociamos aqui, fizemos uma negociação transparente, para chegar lá e vetarem.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com o maior prazer ouço a Senadora Rosalba e o Senador Edison Lobão. Na ordem: Senador Lobão e, em seguida, Senadora Rosalba, por favor. Com muito prazer.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador José Agripino, eu considero isso uma lástima. Acordo parlamentar é para ser cumprido. Não se pode fazer um entendimento político que não tenha consequência, porque isso significa uma burla. Na medida em que a Oposição acerta com o Governo e que o Governo acerta com a Oposição determinada providência, determinada atitude, aquilo tem de ter consequência, sem o quê não haverá crédito para a nova negociação. E a democracia impõe o regime da negociação: negociação legítima, elevada, política, muitas vezes no âmbito de Estado. Mas qualquer que seja a negociação, ela tem de ser cumprida. Ou seja, a palavra tem de ter conse-

qüência no ato administrativo. O que V. Ex^a faz hoje é uma denúncia grave: de que o Governo não cumpre os acertos que faz no âmbito do Congresso Nacional, por meio de suas lideranças. Eu lamento muito, porque isso não fortalece o regime democrático.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Lobão!

Não cumpre nem com os seus, desautoriza os seus; autoriza que eles façam coisas, e eles as fazem, em nome do Governo, depois são desautorizados, são desmoralizados; as instituições ficam capengas e fica tudo por isso mesmo. Ficaria se não tivéssemos aqui uma tribuna para bradar.

Qual é o contraponto no Congresso? O que acabei de falar. Se fazem isso, domesticamente, dentro do próprio Governo, se fazem conosco no Congresso, quebrando os compromissos, ai da República, se não tomarmos providências que vamos tomar e que quero anunciar!

Senadora Rosalba, ouço-a com muito prazer!

A Sr^a Rosalba Ciarlini (PFL – RN) – Senador Agripino, V. Ex^a expõe uma grande preocupação sobre a credibilidade da palavra empenhada, porque político tem de cumprir com sua palavra para ter credibilidade. V. Ex^a relatou o tanto que o Congresso já contribuiu para que pudéssemos ver resgatada a palavra empenhada, inclusive a do Presidente, como no caso da Sudam e da Sudene, e lembrou que fez parte da campanha do Presidente críticas contundentes ao Governo anterior, pela extinção desses dois órgãos. Sua Excelência prometeu ao povo brasileiro o retorno dessas instituições tão importantes para o desenvolvimento de regiões que necessitavam e ainda necessitam desse apoio. Mas tudo ficou muito parecido com aquela promessa que se faz, em torno da qual se cria uma fantasia, e que, na realidade, não acontece. O projeto foi aprovado, mas, na hora em que foi vetado, ficamos a nos perguntar: a Sudam e a Sudene realmente existem? A palavra foi cumprida? Se foi vetado, então, na realidade, parece que tudo foi um jogo de cena.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senadora Rosalba, obrigado pela reflexão, pela concordância.

Sr. Presidente, para encerrar e agradecendo a V. Ex^a a tolerância do tempo, quero dizer que, sobre os dois assuntos, Senador Lobão, vamos tomar providências; tanto com relação à questão do apagão aéreo, quanto em relação aos vetos não pactuados, ao voto das matérias que não foram objeto de anúncio que seria vetado.

Eu me reuni com o Líder Ónix Lorenzoni, com o Presidente Tasso Jereissati, com o Senador Arthur Virgílio e pretendo, na segunda-feira, reunir-me na Câmara dos Deputados com o Presidente do nosso

Partido Democratas, Rodrigo Maia, e com os Líderes da Minoria, Júlio Redecker, do PSDB, e com Fábio Pannunzio, do PSDB.

Não vamos permitir que a instalação da CPI do apagão se arraste sem fim. Estou desconfiado de que há uma armação em curso para impedir que a CPI se instale, que o processo de investigação aconteça, que a identificação das causas do apagão fiquem claras, que a identificação dos remédios para que ela não recrudesça daqui a um ano ou dois não possam ser aplicados.

Tenho receio de que o medo do Governo de ver corrupção eventualmente investigada esteja levando o Governo a adotar postura semelhante àquela que adotou na CPI dos Bingos, na CPI do Waldomiro.

Senadora Marisa Serrano, na semana que entra, vamos tomar uma deliberação, definitiva. A opinião pública pode ficar esperando. Entendo que a instalação da CPI será uma espécie de panacéia. Na hora em que a CPI estiver instalada e funcionando, não haverá controlador de vôo que ouse parar, porque sabe que há um instrumento de investigação na Câmara ou no Senado, ou nos dois, investigando os fatos e que as pessoas vão ser chamadas aqui no dia seguinte. Quando se identificar que o problema é de liberação de recursos – e a investigação vai claramente chegar a isso rapidamente –, o órgão responsável pelo contingenciamento ou não vai descontingenciar rapidamente, porque o processo de investigação estará em curso e a imprensa estará a cada momento estampando em manchete os fatos investigados e as constatações que estão sendo feitas.

A CPI, que é um direito de minorias, tem essa santa consequência. A imprensa acompanha, joga um foco de luz sobre ela, e os fatos investigados adquirem notoriedade, e a notoriedade causa temor a quem precisa ter medo. Então, por essa razão, a Comissão Parlamentar de Inquérito terá de ser instalada. Ou ela será instalada na Câmara, ou será uma CPI mista, Câmara e Senado, ou ela será instalada no Senado, mas ela será instalada a curto prazo. Disso me encarregarei eu. E tenho certeza de que os Democratas, o PSDB e o PPS estarão unidos em torno dessa tese.

Quanto à questão dos vetos, Senador Jonas Pinheiro, conversamos, hoje, o Senador Tasso Jereissati, o Senador Arthur Virgílio e eu com o Presidente Renan Calheiros. E ficou claríssimo, na conversa que tivemos com ele, a marcação da data; uma quarta-feira – dia nobre – após a Semana Santa; pode ser a próxima quarta-feira ou a outra. Vamos fazer uma reunião do Congresso para apreciar inicialmente dois vetos prioritários. Pode até ser que cheguemos a um

consenso de não apreciarmos outros vetos, mas dois serão apreciados, entre eles, o veto à Emenda nº 3. A menos que se encontre um texto para um projeto de lei que contemple aquilo a que se propõe a Emenda nº 3 – que é proteger da truculência administrativa o prestador de serviço, pessoa jurídica personalíssima –, a não ser que se chegue a um entendimento sobre o texto do projeto de lei, repito, vamos a votos contra o veto à Emenda nº 3 e também contra o veto à nossa Sudene e à nossa Sudam.

Não dá. Senador Gilvam Borges, foi um ano de trabalho. Senador José Maranhão, foi um ano de trabalho, em uma comissão específica, recriando Sudene e Sudam. Um ano de trabalho foi-se embora em uma canetada do Presidente Lula, que vetou os subsídios, o aporte financeiro, o *funding*, o dinheiro que faz com que Sudene e Sudam possam operar. Dá para aguentar? De minha parte, não dá. E os vetos serão apreciados. A CPI vai acontecer e os vetos serão apreciados. Agora duas coisas estão *sub judice*: a credibilidade da palavra do Governo e a credibilidade da palavra de Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

Em seguida, terá a palavra a Senadora Marisa Serrano, pela Liderança da Minoria.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há algumas semanas, tivemos aqui a exibição de um documento já de algum modo conhecido pelo mundo afora, denominado *Uma Verdade Inconveniente*, produzido pelo ex-vice Presidente da República Al Gore, que estudou o assunto climático no mundo com seriedade e profundidade.

Provavelmente é do conhecimento das Sr^{as} e Srs. Senadores o fato de que esse documentário foi premiado com dois prêmios Oscar. Trata-se de um trabalho muito bem produzido e brilhantemente apresentado por aquele senhor. O desenrolar do enredo é extremamente didático, e a maior parte da apresentação transcorre como uma palestra em que Al Gore apresenta dados muito eloquentes acerca do aquecimento global e de suas terríveis consequências para o clima mundial.

É interessante notar que, quando se fala dos problemas que possivelmente advirão da elevação da temperatura do planeta, parece haver muitos choques de versões, de interpretações, e até mesmo os dados apresentados pelas partes conflitantes parecem divergir entre si.

Por causa disso, foi com muita satisfação que recebi, em meu gabinete, a publicação da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente, intitulada *Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade*, e tendo o seguinte subtítulo: *Caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI*.

De maneira resumida, é possível afirmar que se trata de um documento que tem dois objetivos:

- 1) analisar o clima brasileiro e as variações até hoje nele ocorridas;
- 2) prever as possíveis alterações para o nosso continente, decorrentes do aquecimento global ao longo do século.

O trabalho foi coordenado pelo competentíssimo professor José Marengo, pesquisador PhD do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Reitero que a publicação desse trabalho nos traz uma grande satisfação, em especial porque o tema do aquecimento global não apenas traz controvérsias científicas associadas à alta complexidade da análise climatológica envolvida, mas muitas vezes é mal traduzido, pela imprensa leiga, para a linguagem informal, única acessível a nós, desconhecedores dos grandes tecnicismos envolvidos nesse assunto tão importante para a humanidade.

O fato é que, em toda sociedade moderna, há uma separação bastante nítida entre a comunidade acadêmica e a comunidade política, que forma boa parcela do grupo tomador de decisões. A comunidade científica estuda, e a comunidade política decide. Dessa forma, costuma haver muito ruído e má interpretação de informações na comunicação entre esses dois grupos, resultando em confusão ou, com freqüência, em deliberações absolutamente equivocadas.

Quando, portanto, um grupo de pesquisadores representativos e reconhecidamente competentes resolve publicar um documento que vise a esclarecer o público leigo acerca de um tema espinhoso, faz um grande favor à comunidade e, também, aos seus representantes eleitos.

Creio, Sr. Presidente, que não é exagero dizer que esse documento constitui-se em um marco para a informação e o esclarecimento acerca das consequências que o aquecimento do planeta poderá acarretar para o nosso País. Obviamente, espera-se que, com o avanço das técnicas científicas e com o progresso dos recursos tecnológicos empregados em todo o mundo para se estudar a questão climática, outros estudos, talvez mais precisos, sejam publicados. Contudo, até o

momento, este é provavelmente o mais abrangente e importante documento já produzido sobre essa questão. E foi feito em nosso País.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, gostaria de, resumidamente, trazer a este Plenário algumas das conclusões a que chegaram os cientistas brasileiros envolvidos na produção dessa importante publicação.

Acerca dos dados relacionados ao clima mundial e brasileiro, bem como das alterações climáticas vividas no Brasil, talvez seja interessante destacar alguns pontos.

Em primeiro lugar, desde 1760 – início da Revolução Industrial – até 1960, a concentração de gás carbônico aumentou 14,5%; de 1960 a 2001 – ou seja, em apenas 41 anos –, esse aumento foi de 17%. Isso é aterrorizante.

Em 200 anos, a concentração de gás se elevou 14,5% e, nos últimos 41 anos, elevou-se em 17%. Vejam os senhores a gravidade desse tema, a respeito do qual o mundo hoje debate e as populações se preocupam. Estamos diante de uma situação em relação à qual os governos, ou os líderes, ou os políticos, ou os estadistas tomam uma decisão ou seremos tragados pela infelicidade da imprevidência dessas lide- ranças mundiais.

Esse estudo brasileiro há que ser levado a sério. Não temos que levar a sério apenas aquilo que vem do exterior. Se temos cientistas competentes, responsáveis, dedicados e que se devotam a essa causa, estudando-a em profundidade, há que se chamar a atenção de nossas autoridades para que, pelo menos no Brasil e em fóruns internacionais como a ONU, esse problema seja tratado com seriedade, com obstinação e com determinação.

O segundo ponto do documento faz comparações com amostras retiradas de geleiras da Antártica que mostram que as concentrações atuais de carbono na atmosfera são as mais altas dos últimos 420 mil anos e provavelmente dos últimos 20 milhões de anos.

Prossegue o documento, dizendo que já se discutiu muito acerca da influência antropogênica na alteração climática que se verificou, em especial na última metade do século passado. Hoje é praticamente indiscutível, à luz dos modelos mais modernos de simulação climática, que não se consegue justificar esse aumento na temperatura apenas com fatores de variabilidade natural do clima planetário. Em outras palavras, é indiscutível que essa alteração deveu-se à atividade predatória da humanidade.

Outro ponto: desde o início das medições climáticas, desde 1861, o ano mais quente já registrado foi o de 1998, ou seja, há 9 anos; o segundo ano mais quente

foi o de 2005, quando a temperatura média ficou cerca de meio grau Celsius acima da média histórica.

Se elevações de meio grau acima da média parecem pouco alarmantes, é importante ressaltar que, enquanto a média aumenta pouco, as variações das simulações de climas extremos podem ser muito mais significativas. Eventos como furações, ciclones, enchentes, ondas de calor ou de frio excessivos têm se tornado cada vez comuns, e sua ocorrência guarda estreita relação com variações na temperatura média mundial.

Nos últimos 50 anos, foi observado, na costa brasileira, um aumento de 4 mm/ano no nível do mar. É importante lembrar que 25% da população brasileira - cerca de 42 milhões de pessoas - reside na zona considerada. Em Recife, por exemplo, a linha costeira retrocedeu 80 metros entre 1915 e 1950 e mais de 25 metros nos dez anos, entre 1985 e 1995. O Rio de Janeiro, por sua vez, é considerado uma das cidades mais vulnerável à elevação do nível do mar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Além de uma extensiva análise de vários fatores climáticos vividos no mundo e particularmente em nosso País, o documento a que me refiro, produzido pela equipe coordenada pelo Professor Marengo, fez simulações valendo-se de cinco modelos teóricos criados por centros de pesquisa localizados em algumas das melhores instituições de ensino do mundo. Além dos modelos computacionais, foram estabelecidos quatro cenários de previsão de emissão de gás carbônico. Alguns deles são mais otimistas e outros mais pessimistas em relação a emissão desse gás.

É importante ressaltar que esses modelos computacionais são bastante confiáveis. Uma maneira de testar sua confiabilidade é fazê-los tentar simular o clima do passado e verificar se são capazes de prever teoricamente o que realmente aconteceu na prática e que conhecemos bem. Todos os modelos foram testados dessa maneira e mostraram-se extremamente precisos para prever o comportamento climático.

Sr. Presidente, eu não desejo mais me alongar e peço a V. Ex^a que dê como lido o restante deste documento.

Quero apenas dizer que, se são verdadeiras todas essas previsões estamos diante de um pré-caos da humanidade. Resta-nos apenas aceitar e torcer pela máxima do Presidente Jefferson, para quem "as desgraças que mais tememos são as que em geral não se realizam".

Muito obrigado a V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Presidente, Srs. Senadores, há apenas algumas semanas, tivemos, aqui mesmo no auditório Petrônio Portela, a exibição do documentário *Uma verdade inconveniente*, produzido pelo Senhor Al Gore, ex-Vice-Presidente norte-americano da era Clinton.

Provavelmente, é do conhecimento dos Senhores e das Senhoras o fato de que esse documentário foi premiado com dois Oscar. Trata-se de um trabalho muito bem produzido e brilhantemente apresentado por aquele Senhor. O desenrolar do enredo é extremamente didático e a maior parte da apresentação transcorre como uma palestra, em que Al Gore apresenta dados muito eloquentes acerca do problema do aquecimento global e de suas terríveis consequências para o clima mundial.

É interessante notar que, quando se fala dos problemas que possivelmente advirão da elevação da temperatura do Planeta, parece haver muitos choques de versões, de interpretações e até mesmo os dados apresentados pelas partes conflitantes parecem divergir.

Por causa disso, Sr. Presidente, foi com muita satisfação que recebi, em meu gabinete, a publicação da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, intitulada *Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade*, e tendo o seguinte subtítulo: *Caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do Século XXI*.

De maneira resumida, é possível afirmar que se trata de um documento que tem dois objetivos:

- 1) analisar o clima brasileiro e as variações até hoje nele ocorridas e;
- 2) prever as possíveis alterações para o nosso continente decorrentes do aquecimento global ao longo deste século.

O trabalho foi coordenado pelo competentíssimo Professor José A. Marengo, pesquisador PhD do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e contou com a contribuição de mais de uma dúzia de cientistas do INPE, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP, do Centro de Energia Nuclear na Agricultura, também da USP e da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável.

Reitero que a publicação desse trabalho nos traz uma grande satisfação, em especial porque o tema

do aquecimento global não apenas traz controvérsias científicas associadas à alta complexidade da análise climatológica envolvida, mas muitas vezes é mal traduzido, pela imprensa leiga, para a linguagem informal, única acessível a nós, desconhecedores dos grandes tecnicismos envolvidos no assunto.

O fato é que, em toda sociedade moderna, há uma separação bastante nítida entre a comunidade acadêmica e a comunidade política, que forma boa parcela do grupo tomador de decisões. Dessa forma, costuma haver muito ruído e má interpretação de informações na comunicação entre esses dois grupos, resultando em confusão ou, com freqüência, em deliberações equivocadas.

Quando, portanto, um grupo de pesquisadores representativos e reconhecidamente competentes resolve publicar um documento que vise a esclarecer o público leigo acerca de um tema espinhoso, faz um grande favor à comunidade e, também, aos seus representantes eleitos.

Creio, Sr. Presidente, que não é exagero dizer que este documento constitui-se em um marco para a informação e o esclarecimento acerca das consequências que o aquecimento do planeta poderá acarretar para nosso País. Obviamente, espera-se que, com o avanço das técnicas científicas e com o progresso dos recursos tecnológicos empregados em todo o mundo para se estudar a questão climática, outros estudos, talvez mais precisos, sejam publicados. Contudo, até o momento, este provavelmente é o mais abrangente e importante documento já produzido sobre essa questão.

Sr. Presidente, eu gostaria de, resumidamente, trazer a este plenário algumas das conclusões a que chegaram os cientistas envolvidos na produção dessa importante publicação.

Acerca dos dados relacionados ao clima mundial e brasileiro, bem como das alterações climáticas vividas no Brasil, talvez seja interessante destacar os pontos seguintes:

- desde 1760 – início da Revolução Industrial – até 1960, a concentração de gás carbônico aumentou 14,4%. De 1960 a 2001 – ou seja, em apenas 41 anos –, este aumento foi de 17%;

- comparações feitas com amostras retiradas de geleiras da Antártica mostram que as concentrações atuais de carbono na atmosfera são as mais altas dos últimos 420.000 anos e, provavelmente, dos últimos 20 milhões de anos;

- já se discutiu muito acerca da influência antropogênica na alteração climática que se ve-

rificou, em especial, na última metade do século passado. Hoje, é praticamente indiscutível, à luz dos modelos mais modernos de simulação climática, que não se consegue justificar esse aumento na temperatura apenas com fatores de variabilidade natural do clima planetário. Em outras palavras, é indiscutível que essa alteração deveu-se à atividade humana;

- desde o início das medições climáticas, em 1861, o ano mais quente já registrado foi o de 1998; o segundo ano mais quente foi o de 2005, quando a temperatura média ficou cerca de meio grau Celsius acima da média histórica;

- se elevações de meio grau acima da média parecem pouco alarmantes, é importante ressaltar que, enquanto a média aumenta pouco, as variações das situações de climas extremos podem ser muito mais significativas. Eventos como furacões, ciclones, enchentes, ondas de calor ou de frio excessivos têm-se tornado cada vez mais comuns e sua ocorrência guarda estreita relação com variações na temperatura média mundial;

- nos últimos 50 anos, foi observado, na costa brasileira, um aumento de 4mm/ano no nível do mar. É importante lembrar que 25% da população brasileira – cerca de 42 milhões de pessoas – residem na zona costeira;

- em Recife, por exemplo, a linha costeira retrocedeu 80 metros, entre 1915 e 1950, e mais de 25 metros nos dez anos, entre 1985 e 1995. O Rio de Janeiro, por sua vez, é considerado uma das cidades brasileiras mais vulneráveis à elevação do nível do mar;

Além de uma extensiva análise de vários fatores climáticos vividos no mundo e, particularmente, em nosso País, o documento produzido pela equipe coordenada pelo Professor Marengo fez simulações valendo-se de cinco modelos teóricos produzidos por centros de pesquisa localizados em algumas das melhores instituições de ensino do mundo. Além dos modelos computacionais, foram estabelecidos quatro cenários de previsão de emissão de gás carbônico. Alguns deles são mais otimistas e outros mais pessimistas em relação à emissão desse gás.

É importante ressaltar que esses modelos computacionais são bastante confiáveis. Uma maneira de testar sua confiabilidade é fazê-los tentar simular o clima do passado e verificar se são capazes de prever, teoricamente, o que realmente aconteceu na prática e que conhecemos bem. Todos os modelos foram testados dessa maneira e mostraram-se extremamente

precisos para prever o comportamento climático. Os gráficos apresentados na publicação são bastante eloquentes a esse respeito.

Foram feitas previsões para três momentos específicos no futuro, os anos de 2020, 2050 e 2080. Os cientistas analisaram, para cada uma dessas datas, os cenários de precipitação pluvial, de temperatura, de extremos de chuvas e temperaturas e as vazões e fluxos dos grandes rios brasileiros.

Sr. Presidente, confesso que a leitura de tal documento e das previsões nele contidas deixou-me bastante apreensivo em relação ao futuro das próximas gerações. Mesmo num horizonte relativamente curto, como o ano de 2020, já podemos ver alarmantes prognósticos de alterações climáticas significativas.

Chamam a atenção, por exemplo, nas páginas 101 a 112 daquela publicação, os gráficos que representam as alterações no aquecimento da atmosfera sobre a América do Sul. Ali estão representadas, sobre o mapa continental, variações de temperatura expressas por manchas de cores tão intensas quanto maior for o aquecimento previsto.

Podemos constatar, assim, que, no cenário mais otimista em relação às emissões de CO₂, temos uma grande mancha amarelo-clara, representando um aumento de 1°C sobre quase toda a América do Sul já em 2020. Num cenário pessimista, aparece uma mancha mais escura sobre toda a região Norte e parte da Centro-Oeste do Brasil, representando um aumento de 2°C. Em 2050, um novo gráfico aparece carregado de manchas vermelho-claras, representando aumentos de temperatura da ordem de 4°C num cenário otimista e de 5°C num cenário pessimista. Em 2080, Senhor Presidente, praticamente só há manchas de vermelho intenso sobre todo o território nacional: no cenário otimista, o aumento de temperatura será de cerca de 7° a 8°C e, no pessimista, de até 9°C. É realmente assustador!

Como eu disse, Senhor Presidente, parece-me extremamente alarmante ver gráficos como os que são apresentados neste documento que, lembro aos Senhores e às Senhoras, foi produzido pelos profissionais mais qualificados que temos na área de climatologia. São aumentos significativos na temperatura de nosso continente, elevando-a a níveis que certamente tornarão a vida dos cidadãos brasileiros insuportável.

Para finalizar, quero deixar registrados aqui os meus parabéns à Ministra do Meio-Ambiente, Marina Silva, que tem sido um exemplo de competência à frente daquela Pasta Ministerial. Parabenizo, também, a equipe técnica liderada pelo Professor José Marenco, que produziu aquela brilhante publicação. Gostaria de, por fim, recomendar que este trabalho, intitulado

Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade, seja amplamente difundido, a fim de que suas alarmantes previsões cheguem ao conhecimento do maior número possível de tomadores de decisão de nosso País, para que possam deliberar de maneira a efetivamente tentar reverter esse sombrio quadro que se delineia sobre nosso futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Agradeço a compreensão de V. Ex^a, inclusive em homenagem aos oradores que aqui aguardam.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano pela Liderança da Minoria.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão da oradora.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como ouvimos aqui, este Plenário discutirá brevemente os vetos do Presidente da República aos projetos de recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

A Senadora Rosalba Ciarlini falou sobre isso há pouco. O Líder José Agripino também discutiu o assunto, sendo aparteado pelo Senador Edison Lobão. Como a matéria já foi extremamente debatida por vários Senadores e amplamente divulgada pela imprensa, os vetos do Governo atingiram diretamente o coração dos projetos de recriação da Sudam e da Sudene, ambos discutidos e votados no Congresso.

Os vetos presidenciais configuram-se, assim, conforme a sábia avaliação do Senador Antonio Carlos Magalhães, um verdadeiro assassinato desses dois organismos de fomento do desenvolvimento regional.

É triste, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ver que este Governo insiste em demonstrar o quanto é autoritário, visto que, além de não respeitar o papel do Legislativo, procura, de todas as formas, inviabilizar instrumentos valiosos que poderiam acelerar o processo de crescimento regional.

É frustrante constatar que tendo assim procedido em relação à Sudam e à Sudene é de se imaginar que o mesmo encaminhamento seja adotado em relação à criação da Sudeco, um pleito histórico que o Centro-Oeste brasileiro acalenta há mais de uma década.

Quero aproveitar a oportunidade para trazer um histórico, no tocante à Sudeco, visto que os debates em torno dos vetos presidenciais em relação à Sudene e à Sudam têm recebido manifestações de solidariedade da Bancada do Centro-Oeste. Essa luta é da Região Norte, da Região Nordeste e da Região Centro-Oeste, de todos nós que sentimos na pele a ausência de uma agência de fomento em nossas regiões.

É importante ainda que se diga, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, que, com a extinção da Sudeco, em 1990, o Centro-Oeste brasileiro, que representa 25% do território nacional, ficou sem sua única instituição de fomento ao desenvolvimento regional.

Essa lacuna institucional tem-se refletido numa espécie de representação no encaminhamento dos pleitos regionais. Nos últimos 20 anos, o Centro-Oeste não dispõe de planos ordenados de desenvolvimento, nem conseguiu conceber nenhum novo programa de alcance regional com o apoio da União.

Isso é lamentável, porque a base econômica do Centro-Oeste é o agronegócio, sustentáculo primordial da *performance* das exportações brasileiras nas últimas décadas.

Cumpre registrar aqui que, durante a existência da Sudeco, órgão com uma história de desenvolvimento regional, que remonta à Marcha para o Oeste, no Governo Getúlio Vargas, tivemos um salto de desenvolvimento, que hoje se reflete diretamente nos melhores índices de crescimento do PIB do País.

A Sudeco geriu os mais importantes instrumentos que criaram as bases para a ocupação econômica do Centro-Oeste. Ou seja: o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), o Poloamazônia, o Prodegran (Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados), o Prodepan (Programa de Desenvolvimento do Pantanal) e o Polonoroeste (responsável pela pavimentação dos 1.500 quilômetros da rodovia Cuiabá–Porto Velho), e, ainda, o Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, entre outros.

É fundamental também lembrar que a Sudeco sucedeu outro organismo de fomento regional, a Fundação Brasil-Central, que acompanhou por mais de 60 anos as nossas questões regionais.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a Sudeco é um órgão tão importante porque pode garantir a definição, para o nosso Centro-Oeste, de um novo modal de transporte, visto que a nossa região tem o maior custo de transporte do País, agregando ao sistema rodoviário as ferrovias e as hidrovias, além de obras complementares, como pontes e a recuperação da malha viária, inclusive as vicinais.

A Sudeco é importantíssima no setor energético, principalmente para a articulação regional, uma vez que os insumos não se destinam unicamente aos Estados produtores.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que a Sudeco é muito importante para a nossa região, mas mais importante ainda é dizer que é por isso que estamos aqui discutindo e brigando, lutando para que os vetos à Sudam e à Sudene, que são órgãos importantíssi-

mos de fomento e desenvolvimento regional do Norte e Nordeste do País, possam não ser o prenúncio do que poderá acontecer com a Sudeco. Queremos aqui registrar o nosso inconformismo com os vetos apostos à Sudam e à Sudene.

O PAC foi lançado, e a Ministra Dilma diz que foi para garantir o desenvolvimento regional deste País. Como falar em desenvolvimento regional se o Presidente da República veta dois importantes e exclusivos organismos de incentivo de duas enormes regiões do País?

Deixo aqui manifestada a minha tristeza em saber que, se não conseguirmos derrubar esses vetos, a Sudeco, que tanto queremos para a região Centro-Oeste, para a valorização do nosso potencial e do nosso desenvolvimento, ficará extremamente prejudicada.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Marisa, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Como não? É um prazer ouvi-lo, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Antes, Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de prorrogar a sessão por mais 30 minutos, fazendo um apelo aos aparteantes, já que, regimentalmente, sequer haveria o direito de conceder apartes. Então, que sejam brevíssimos. Prorrogarei a sessão por 30 minutos para ensejar que todos possam falar.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Presidente. Mas eu não poderia deixar de aparteá-la, Senadora Marisa Serrano, quando V. Ex^a vai à tribuna tratar de um assunto da maior importância para as regiões periféricas do nosso País. Essa é uma luta que vem de muito tempo, desde a extinção da Sudam e da Sudene e da criação das agências de desenvolvimento, que nada fizeram ao longo destes últimos cinco anos. O Presidente Lula, em campanha, comprometeu-se a, no primeiro mandato, recriar as duas superintendências, a do Nordeste e a da Amazônia. Fez festa em Fortaleza e em Belém, dizendo que estava, naquele instante, recriando a Sudam e a Sudene, quando, na verdade, encaminhava o projeto de lei para o Congresso, a fim de que fossem, então, rediscutidas as novas superintendências. Passamos aqui discutindo, por dois anos, os projetos. Ao final, pelo consenso das duas Casas, o projeto foi aprovado e subiu à sanção presidencial, e o Presidente, com os vetos, acabou com o trabalho feito pelo Legislativo. Nada mais justo que o processo legislativo seja concluso, que os vetos presidenciais sejam votados aqui. Então, V. Ex^a tenha absoluta certeza de que está se antecipando, pela defesa que faz da Sudeco, para que ela não tenha o mesmo problema de criação da Su-

dam e da Sudene. Como disse o nobre Senador José Agripino, colocaremos em pauta e votaremos os vetos do Presidente, se não nesta próxima quarta-feira, na outra e na seguinte. E tenho absoluta certeza de que vamos derrubá-los, porque é consenso do Legislativo. Fomos nós, no Congresso, que aprovamos o projeto que subiu à sanção.

Esses vetos serão derrubados, e teremos a Sudam, a Sudene e a Sudeco promovendo o desenvolvimento das regiões.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Deus o ouça, Sr. Senador.

Agradeço ao Sr. Presidente a gentileza de me conceder mais alguns minutos. Estaremos a postos. Acredito muito que os Senadores e Deputados vão querer, sim, mostrar ao País que o trabalho aqui é sério, que ninguém brinca de fazer política no Congresso Nacional, que queremos fazer com que aquilo que foi exaustivamente trabalhado e que é importante para a Nação brasileira seja revisto. E tenho certeza absoluta de que nós teremos os votos...

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me V. Ex^a um breve aparte, Senadora?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Como não, Senador?

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senadora Marisa Serrano, cumprimentos pelo seu pronunciamento, ao qual faço apenas um adendo. V. Ex^a tem toda a razão. Se este Governo quisesse realmente retomar o crescimento do País, trabalharia com base em três vertentes: equilibrar o câmbio, baixar a taxa de juros e a carga tributária. Bastariam essas três vertentes. Não é preciso baixar a carga tributária de uma hora para outra – de 39% para 20%, eu sei que não pode. Mas, se o Governo sinalizar com a redução mais vigorosa da taxa de juros e se trabalhar mais efetivamente por um câmbio decente, este País vai embora. Agora, querer que o País cresça anunciando um rol de intenções e, por outro lado, vetar a recriação de Sudene e Sudam, que sinaliza para a recriação da Sudeco, é conversa para boi dormir. Cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Muito obrigada, Sr. Senador. Agradeço muitíssimo.

Ouço o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Honra-me participar de seu discurso, Senadora Marisa Serrano. Quero dizer da minha concordância, em primeiro lugar, com a tese em específico: submeter à votação esses vetos tão relevantes e restabelecer uma boa verdade para o País e para o desenvolvimento regional; e, em segundo lugar, com o fato de que o Congresso recupera agora seu direito de apreciar vetos presidenciais, senão a última palavra fica com

o Planalto, embora a última palavra, na verdade, tenha que ficar com o Congresso quando se trata da elaboração da maioria das leis. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Isso é democracia.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, por permuta com o Senador Gilvam Borges, que falará em seguida.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, com a permissão da Presidência, quero inicialmente agradecer ao Senador Gilvam Borges pela permuta concedida, para que possamos levar à Nação, por intermédio desta Casa, o compromisso da Senadora Rosalba com o municipalismo brasileiro.

Reafirmo este compromisso com os municípios, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Senadoras, às vésperas da 10^a Marcha dos Prefeitos em Brasília. Desde o ano de 1998, temos assistido, a cada ano, ao grito dos Municípios em busca de melhores condições, para que possamos contribuir com o desenvolvimento e o fortalecimento desta Nação.

Trago este sentimento municipalista, porque vivi, como muitas das Srs. Senadoras e dos Srs. Senadores que aqui estão, no dia-a-dia, a realidade do Município como administradora e sentimos na pele o quanto é difícil enfrentarmos tantos e tantos problemas com recursos tão poucos. E sabemos que esta Nação, para ser desenvolvida e forte, precisa valorizar e respeitar os Municípios.

É no Município que o cidadão vive, tem suas raízes, é lá que ele tem direito a uma boa educação, a uma boa saúde, e é no Município que ele quer ter uma oportunidade de trabalho. E, no Município, quando acontecem as necessidades mais prementes – por exemplo, em uma época de enchente ou de seca –, a porta em que se bate primeiro é a do Prefeito. E, muitas e muitas vezes, ficamos impotentes, ficamos sem condições, de mãos atadas diante daquela questão, porque dependemos de uma burocracia imensa neste País antes que chegue o nosso grito, a nossa voz ao Governo Federal.

Não é possível que continue essa injustiça tributária. De todos os recursos que são arrecadados pelos impostos, taxas, contribuições, a menor parcela cabe aos Municípios. Vejam: da arrecadação nacional, 60% fica com o Governo Federal; 25%, com os Estados; e apenas 15%, com os Municípios. O Município tem de fazer a coleta de lixo; tem de levar saúde e educação;

tem de pavimentar as ruas. O Município tem de dar respostas mais rápidas.

É por isso que estamos, mais uma vez, em marcha, para que possamos ter as nossas reivindicações – muitas das quais não são de agora, mas já vêm de muitos anos – atendidas, no sentido maior de fortalecer essa luta em resposta à cidadania brasileira, ao crescimento e engrandecimento da Nação.

São cinco os principais pontos da pauta que será apresentada pelos Prefeitos ao Congresso Nacional e ao Governo Federal, por meio das entidades que congregam todos os 5.562 Municípios brasileiros: Confederação Nacional dos Municípios, Frente Nacional de Prefeitos e Associação Brasileira de Municípios. Essa pauta diz respeito à conclusão da Reforma Tributária iniciada em 2003.

A Reforma Tributária foi muito discutida, debatida, sonhada, reivindicada, mas, quando se chegou à parte que beneficiaria os Municípios, levando-lhes um alento, ela por aí parou. A Reforma Tributária, começada em 2003, foi muito tímida. O Congresso Nacional aprovou, basicamente, os pontos que interessavam à União: a prorrogação da Contribuição Permanente sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação da Receita da União (DRU), até 2007; o aumento da fração da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) destinada aos Estados; e a criação do Fundo de Compensação de Exportações.

Um por cento, que foi reivindicado, que foi debatido, e que é a esperança dos Municípios – um por cento apenas – do Fundo de Participação dos Municípios ainda não aconteceu.

Outro ponto da pauta que estará presente nessa 10ª Marcha, entre tantos outros itens, é regulamentar a aplicação dos recursos do Fundo da Educação Básica. Nós sabemos que hoje o Fundeb – antes Fundef – ainda não está devidamente regulamentado, trazendo intranquilidade aos Municípios. O que nós defendemos é que, na realidade, possamos ter um percentual mais alto para o ensino fundamental e pré-escola, bem mais do que é reivindicado pelos Estados, que vêm que esse índice deverá ser maior para o ensino médio.

Sabemos que o início da formação da educação começa pela pré-escola e pelo ensino fundamental. Se não tivermos, com certeza, mais recursos para investimentos na pré-escola e no ensino fundamental, não teremos nunca a educação de qualidade que tanto reivindicamos e com a qual tanto sonhamos.

Além dessa questão, consta da pauta o aumento da fatia do bolo tributário destinado aos Municípios, regulamentando a aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

(Fundeb) e limitando os gastos municipais com precatórios.

Os precatórios têm sido hoje a grande dificuldade das administrações municipais. Atualmente as Prefeituras estão sujeitas ao seqüestro judicial de bens todas as vezes que não honram suas dívidas.

Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, a limitação dos gastos das Prefeituras com precatórios é um assunto que interessa diretamente aos Municípios. No início do ano passado, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, fechou um acordo com os Prefeitos e com os Governadores sobre uma fórmula para pagar os precatórios vencidos.

O entendimento rendeu uma proposta de emenda à Constituição (PEC nº 12/06), apresentada pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros, que prevê limites para o pagamento dos precatórios – dívida da União, Estados e Municípios cujo pagamento já foi determinado pela Justiça em última instância. Há um ano, o estoque desses débitos estaduais e municipais já era de R\$61 bilhões.

A proposta estabelece que os Municípios não podem gastar mais do que 1,5% de sua despesa líquida primária com os precatórios – hoje não há nenhum índice estipulado –, além de mudar a ordem de pagamento, que é cronológica, para a ordem crescente de valores. Assim, as dívidas mais baixas passariam a ter preferência. É de uma importância muito grande que seja fixado esse limite, porque, realmente, muitas administrações estaduais estão sem condições, em função dos precatórios.

E, para finalizar, Sr. Presidente, gostaria também aqui de reforçar a luta dos Municípios por mais recursos para a saúde. É importante que tenhamos mecanismos para que os recursos sejam maiores na saúde. Na hora da necessidade maior, que é exatamente a hora da doença, o cidadão bate à porta do Município, bate à porta do Prefeito. Não é assistencialismo, é necessidade. E, muitas vezes, muitas dessas ações não podemos realizar, porque dependem de repasses que estão em nível estadual ou federal.

Precisamos realmente que a municipalização da saúde seja completa, passando aos Municípios mais recursos, recursos esses que sabemos que existem na Nação, que já estão embutidos inclusive na CPMF e que deveriam estar sendo investidos na saúde, mas sabemos que isso não vem acontecendo.

Então me somo aqui a esse grito dos Municípios, como me somei, todos os anos, nessa marcha, como Prefeita. Agora estou aqui para dizer ao Senado e a todos os nossos Colegas, a V. Ex.ºs, Senadores e Senadoras, principalmente àqueles que tiveram a oportunidade, a grata oportunidade, de ter a confiança dos

seus municípios em administrar suas cidades. Vamos dar as mãos e vamos gritar mais alto. É preciso que tenhamos força para que o nosso País caminhe para frente, com desenvolvimento, com equilíbrio, com a certeza de um futuro melhor, e isso resultará necessariamente no fortalecimento dos nossos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus queridos e amados Senadores de ambos os sexos, acompanhamos a saga, a disposição da maioria das Lideranças que assomam a esta tribuna.

A oradora que me antecedeu, Senadora Rosalba, pela sua simpatia e profundo conhecimento da organização municipal, fala com autoridade de quem bem conhece o tema. Em seguida, farei algumas considerações. Como Prefeita de Mossoró, começa a saudar a marcha dos Prefeitos que chegam a esta capital federal para continuar a grande luta das reivindicações pendentes há tantos anos.

Sr. Presidente, o que me chamou a atenção hoje também, além de outros oradores, foi a fala do Senador Cristovam Buarque, espantado, neutralizado, desanimado, dizendo que a geração que agora caminha para a maturidade, a nossa grande juventude não tem o mesmo ânimo, a mesma disposição para participar com atividade na vida pública, na vida política do País e da Nação.

Remonto, então, a 1917, Sr. Presidente. O mundo viveu o período da grande Guerra Fria, advinda daí, quando havia ideologias se sedimentando, se fortalecendo entre duas grandes vertentes. E, então, as discussões acadêmicas, dentro das universidades e das escolas tinham uma efervescência considerável. Lembro-me dos meus tempos de universidade, quando ali todos nós participávamos ativamente, não só das discussões, mas das manifestações.

Então, o mundo se dividiu. A grande revolução da Rússia, com grandes teóricos, como Karl Marx, que então, no seu compêndio auxiliado por Engels, começou a teorizar sobre as comunidades e as sociedades advindas dos sistemas feudais. Com a grande revolução industrial, uma nova relação entre trabalho e capital, entre iniciativa privada e pública, instalava-se naquele momento.

Hoje, é um mundo globalizado. Muitas teorias se foram e já não temos o foco devido. A sociedade ainda está confusa diante de um sistema político que

não consegue identificar as verdadeiras doutrinas dos Partidos políticos. São mais de 40 siglas partidárias.

A reforma política é a reforma das reformas, Excelência. É a reforma das reformas. É claro que a reforma tributária é fundamental, a reforma da Previdência e as outras reformas são decisivas na vida socioeconômica do País, mas a reforma política precisa vir à pauta novamente.

E quero dizer ao Senador Cristovam Buarque que não se impressione, pois este é um fenômeno da quarta onda. A sociedade mundial se organiza em novos parâmetros de comportamento. Reorganiza-se. Realmente, há um momento muito frágil em todo o mundo, em todos os que procuram se organizar com essa nova ordem econômica, social e política.

Na verdade, Sr. Presidente, para se ter uma idéia, os grandes intérpretes, os grandes âncoras que trazem uma representação que podemos verificar nos veículos de comunicação são os jornalistas hoje. E nós, que viemos credenciados pelo voto popular, precisamos fazer o que há de mais urgente neste País: a reforma política. É fundamental, fundamental!

É por isso que muita gente diz aqui que não entende como, em algumas situações, há uma certa volatilidade, uma certa mutação em alguns comportamentos políticos quando é preciso adequar-se a determinadas situações, quando aqui se critica que o líder, em certo momento, tem que ser como um carvalho fixo na terra. Não. Ele tem que ser também como um bambu, que, em certos momentos, verga em sabor do vento, mas está fixo nas raízes entranhadas na terra.

Qual é a diferença do nosso colega Senador Collor para o Presidente Lula? Justamente isso. Um tentou se fixar como carvalho. Com um tiro certeiro, dizia que acabaria com a inflação e, quando assumiu, cortou imediatamente o canal de comunicação com o Congresso Nacional e com as entidades civis organizadas. Ali, então, soberano, embora com um bom projeto e motivado, isolou-se. Com todas as condições, tivemos uma mudança violenta, brutal e radical naquele momento. Eu estava na Câmara, como tantos aqui, e outros já estavam no Senado Federal.

O Senado Federal, além de ser um órgão próximo e regulador do alto Poder Executivo, no caso, a Presidência da República, não só para homologação dos nomes dos Embaixadores, do Banco Central e das Agências, é também uma Casa legisladora que tem a prerrogativa da apresentação de projetos para que possa funcionar o sistema bicameral e realmente deve contribuir com a maturidade que tem. Esta Casa

hoje tem a nata, que é a nata do pensamento político das lideranças já devidamente amadurecidas.

Então, os grandes temas têm que ser abordados pela grande reforma estrutural da Nação e têm que entrar em pauta com urgência, como a reforma política e a reforma tributária.

Se o Presidente Lula focaliza essas grandes reformas, deve trazer alguns planos para investimento, como o PAC, que está de parabéns, embora com as críticas contundentes da Oposição. Mas era preciso tomar várias frentes para poder agilizar o crescimento econômico da Nação.

Fiquei com medo, Sr. Presidente, apesar de todo o respeito que tenho pelo Senador Edison Lobão, pelos vários temas abordados, porque lembrei-me de Nostradamus. Vai acabar quase tudo. Pelas previsões apocalípticas, o mundo deverá acabar dentro de 15 anos. Temos que tomar as providências e fazer essas reformas com urgência.

Este é um país pujante. Este é um país de gente inteligente, criativa. É fantástica essa miscigenação, esse aspecto cultural. Somos hoje, entre as nações do mundo, a 10^a economia mundial. Estamos a ponto de chegar a encontrar o caminho do acerto, o caminho da riqueza, o caminho da vitória.

Sr. Presidente, volto às ruas desses mais de 5.560 Municípios e vejo que batem às portas dos prefeitos dia e noite. Ali chegam os problemas, dos menores aos maiores. Essa relação campeia pelo sacrifício do administrador, que é forjado na luta e na dificuldade.

Eu quero trazer aqui também a minha solidariedade, a minha consciência de que a célula *mater* da vida política, nacional e econômica começa lá na cidadezinha, no Município. E a União precisa conceber, precisa entender e acatar as reivindicações. Este fortalecimento dos Municípios, que tem na base algumas reivindicações estratégicas de 1% dos impostos para que se some ao FPM, é muito importante.

O Presidente Lula não pode, minha querida Senadora Rosalba Ciarlini, perder a oportunidade de, em audiência pública, por meio das televisões, rádios, jornais escritos e falados, acatar e anunciar 1% para o FPM, a fim de fortalecer o nascedouro, a base.

Creio que os Prefeitos serão abraçados pelo Congresso Nacional, pelos seus representantes aqui em Brasília. Nós sabemos o quanto é difícil a luta para fazer chegar ali os poucos recursos federais e estaduais.

Sr. Presidente, concedo um aparte à nobre Senadora Rosalba, que já está levando a mão ao microfone para acioná-lo. Percebo por sua expressão facial que S. Ex^a deseja pedir-me um aparte. Não é verdade, Senadora?

A Sr^a Rosalba Ciarlini (PFL – RN) – É verdade!

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Então concedo o aparte a V. Ex^a.

A Sra. Rosalba Ciarlini (PFL – RN) – Eu gostaria de dizer da minha satisfação em ver V. Ex^a também defendendo a célula *mater* da Nação, que são os Municípios. Entendo que devemos nos somar nessa luta, em que os Municípios estão pedindo tão pouco, para que possamos extinguir aquela figura do prefeito que anda de pires na mão mendigando apoio e recursos para o seu Município. É necessário que consigamos pelo menos 1%, mas que a reforma tributária possa ser continuada, ampliada e que esta pirâmide tão injusta com os Municípios possa ser invertida. Agradeço ao nobre colega somar nessa luta dos Municípios brasileiros.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Eu é que agradeço a oportunidade de estar ao lado de V. Ex^a, Senadora Rosalba.

Senador Arthur Virgílio, que está atento a este pronunciamento, quero ter um aparte de V. Ex^a, se não incomodá-lo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Com muito prazer, Senador Gilvam, e não o fiz antes em atenção à Mesa. Mas V. Ex^a faz um discurso que merece todos os apartes de apoio. Lembro que esse é um compromisso do Presidente da República, compromisso firmado e declarado, e entendo que palavra empenhada vale mais do que documento assinado. Palavra é para ser empenhada e cumprida; os documentos são, às vezes, meras exigências legais ou, às vezes, recursos de que se valem aqueles que não têm a verdadeira credibilidade. Creio que é cumprir; é o Presidente, por exemplo, na Medida Provisória nº 347, que destina alguns bilhões de reais – inicialmente, R\$5 bilhões, podendo chegar a R\$15 bilhões ou R\$17 bilhões – para a construção civil, para a construção de casas populares e saneamento, permitir que prossigam as negociações para a aprovação das emendas que visam a permitir o manuseio desses recursos diretamente por governadores e prefeitos. Querem que o manuseio seja apenas federal. Estão tentando atropelar a Minoria na Câmara. Ontem tive ocasião de avisar que, ainda que consigam lá, aqui não têm maioria para atropelar ninguém. Então, aqui essa medida provisória esbarria na resistência de pessoas que têm compromisso com a descentralização dos recursos. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade de apartá-lo.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Acato o aparte de V. Ex^a.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que nos países com tradição democrática o orçamento é

fundamental. O orçamento é feito pelo parlamento, juntamente com o executivo. Não é preciso que prefeitos e governadores andem com o pires na mão. Pode-se fazer projetos e apresentá-los porque os recursos são garantidos e liberados. O Congresso precisa garantir as emendas impositivas. Não podemos mais ficar ao sabor do Poder Executivo e do Legislativo. A lei deve ser cumprida.

Apelo ao Presidente Lula. Sou da base aliada e voto sempre com o Governo, mas estou livre para fazer algumas considerações. Quero parabenizá-lo pelo que ouvi agora na imprensa no sentido de que, realmente, a demissão do Ministro da Defesa, Waldir Pires, está em curso. Ele é o responsável por toda essa crise. Então, temos de assumir responsabilidades.

Parabéns ao Presidente Lula e à Ministra Dilma Rousseff pela sensibilidade de saber que, quando não trabalha, o colaborador direto compromete a Administração. Então, cacete nele! Vamos exonerá-lo!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Maranhão.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem, Senadora.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (PFL – RN). Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Acabo de receber um comunicado da Federação dos Pescadores do Rio Grande do Norte falando sobre um grave prejuízo em nosso Estado pelo mau recadastramento dos pescadores. Hoje, nas 63 colônias de pescadores, existem mais de 30 mil trabalhadores da pesca, dos quais menos de 25 mil foram recadastrados. O mais grave é que a Federação constatou que existem pescadores vivos que são dados como mortos. Em aproximadamente dois terços do tal recadastramento procedido pela Secretaria Especial de Aquicultura – SEAP, foram constatadas falhas. Isso apenas confirma denúncia do Jornal *O Globo*, edição de 1º de abril, domingo, em matéria assinada pela jornalista Carolina Brígido sobre a contratação pelo governo de uma empresa de faxina para recadastramento dos pescadores.

A matéria, que nos deixa bastante preocupados, diz que a Conservo, empresa que terceiriza faxineiros para boa parte dos ministérios, recebeu dos cofres públicos R\$3 milhões pelo serviço e que houve graves erros de digitação no alistamento. Por essa falha

o Governo terá que pagar mais R\$135 mil para corrigir o erro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso é muito grave, porque traz um grande prejuízo para 15 Estados brasileiros que têm na pesca uma atividade importante.

No nosso Estado, o Rio Grande do Norte, nós temos 410 Km de costa, além de reservatórios de grande porte como o Açude Itans, em Caicó; o Açude Gargalheiras, em Acari; a Barragem de Santa Cruz, na chapada do Apodi; e a Barragem do Umari, no Município de Upanema, entre outras dezenas, de médio e pequeno porte, e vários rios. Com todo esse potencial, o nosso Estado exige uma política séria e sustentável para o aproveitamento dos mananciais. Milhares de famílias dependem da pesca, e um erro no cadastramento, com certeza, trará graves prejuízos para os trabalhadores.

Aqui fica o nosso registro, esperando, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esse erro tão absurdo cometido com o Rio Grande do Norte e outros 15 Estados brasileiros seja corrigido, não apenas com a retificação de nomes, mas, sobretudo, com um apoio mais concreto para nossos pescadores, um tratamento mais digno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Rosalba Ciarlini, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senadora Rosalba Ciarlini, a Mesa sugere a V. Ex^a que encaminhe o pedido de reconsideração do recadastramento à Secretaria de Pesca.

Em nova oportunidade, vamos fazer um pronunciamento para que a Mesa faça o encaminhamento devido.

Senador José Maranhão, V. Ex^a será contemplado com mais cinco minutos pela paciência. V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a pelo reconhecimento de que sou paciente. Diz-se que quem espera sempre alcança, inclusive quem espera o levantamento de uma questão de ordem *sui generis*.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meses atrás registrei aqui a minha indignação e tristeza em relação ao episódio da “lista da morte” do Hospital do Câncer Napoleão Luareano, de João Pessoa, que atende os pacientes de Oncologia no Estado da Paraíba.

Tenho certeza de que comoveu todo o País – e não só a mim – o drama vivido por aquele importante estabelecimento de saúde pública, cujas precáris-simas condições do tratamento quimioterápico não permitiam que a Paraíba fosse devidamente atendida nessa área.

De fato, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ficou evidenciado que a verba de R\$509 mil mensais destinada ao Hospital Napoleão Laureano era absolutamente insuficiente para dar vazão ao atendimento médio de 1.200 pessoas por mês! Daí o surgimento da famigerada e apavorante “lista da morte”, composta de 160 pessoas já marcadas pelo sofrimento do terrível diagnóstico da doença, mas, ainda assim, negligenciadas quanto ao tratamento adequado de sua enfermidade.

Dante da imediata repercussão do episódio, pudemos acompanhar uma intensa mobilização das autoridades públicas municipais, estaduais e federais para solucionar o aberrante acontecimento. Recursos emergenciais seriam disponibilizados ou antecipados, medidas paliativas ou circunstanciais seriam apresentadas, mas o cerne da questão continuaria: como acabar com a crise na saúde pública da Paraíba?

Não cabe agora, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, apontar culpados ou responsabilizar determinadas esferas de governo pela situação calamitosa. O que o povo da Paraíba quer é que arregacemos as mangas e apontemos caminhos e soluções que sejam definitivas e eficazes para o reaparelhamento de nossos hospitais.

Quero registrar aqui uma curiosidade, nesse episódio que já se arrasta não por vários meses, mas por vários anos, em relação à questão de saúde pública no Estado da Paraíba, especialmente no que se refere ao atendimento a pacientes que são contemplados por programas e pela própria Constituição da República com os chamados medicamentos de uso continuado. No Estado da Paraíba, esses medicamentos estão sempre faltando. Pessoas portadoras de doenças como epilepsia, Alzheimer e doença de Parkinson, bem como as operadas para transplante de rins, que precisam tomar medicação para evitar a rejeição que pode levá-los à morte, esses pacientes vêm esperando, não pacientemente – para usar a expressão do Presidente no começo do meu pronunciamento –, mas desesperadamente pelo restabelecimento desse serviço. E há sempre uma desculpa, um jogo de empurra. A Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba responsabiliza o Governo Federal, que, segundo ela, atrasou a remeça dos recursos que cobririam essas despesas; e o Governo Federal demonstra que os recursos têm sido remetidos com regularidade.

É evidente que há culpados. Mas não é isso que a Paraíba deseja. O que o nosso Estado quer é que esse problema seja definitivamente solucionado.

Daqui faço um apelo, por meio deste discurso, ao Ministro da Saúde para que forneça ao Senado da República a informação, mediante certidão – documento que tem fé de ofício –, das datas e das quantias efetivamente remetidas à Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba para o atendimento dessas carências em várias patologias que afetam a população do nosso Estado, especialmente a mais carente, que não tem condição de adquirir esses medicamentos no mercado normal, nas farmácias do Município.

Voltando ao caso do Napoleão Laureano, este é o único hospital público capacitado para atender aos doentes portadores de câncer. Todos, no Estado, são encaminhados para lá. São 1.200 pacientes apresentados ali todos os meses, o que é lamentável, porque não há somente atendimento e internamento, mas também ambulatório, porque é o único hospital que dispõe de aparelhagem necessária para fazer o diagnóstico científico dos casos de câncer. Contudo, a verba a ele destinada e o número de médicos, remédios e equipamentos permanecem inalterados, como se não fosse previsto o incremento.

É claro que a mais elementar precaução recomendaria às autoridades de saúde pública do Estado que acompanhassem o incremento do câncer no Estado da Paraíba e dotassem melhor aquele hospital, o único devidamente aparelhado para atender aos pacientes que ali vão.

Ora, não era de se esperar outra situação que não o caos! Infelizmente, em nosso País, ainda é preciso que cheguemos ao paroxismo do abandono para que se tomem as providências necessárias.

O repasse de recursos do SUS, portanto, tem de acompanhar o natural incremento das solicitações de atendimento nos hospitais. E a burocracia não pode, como muitas vezes vemos acontecer, comprometer a agilidade de todo o processo.

Sr^a. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, confio plenamente na sensibilidade do Presidente Lula e do Ministro da Saúde – igualmente tocados pelo estado de penúria da saúde pública da Paraíba – para a necessidade de readequação orçamentária que contemple o aumento de gastos em hospitais como o Napoleão Laureano.

De minha parte, devo dizer que, como membro e Presidente eventual da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, vou envidar todos os esforços no sentido de tornar real, concreta essa necessidade de suplementar orçamentariamente os recursos necessários ao bom funcionamento daquele hospital.

O número de médicos, por sua vez, também precisa acompanhar, necessariamente, o crescimento na demanda por atendimento. Há urgência na contratação dos médicos aprovados em concurso público, mas a demora na liberação dos recursos tem impedido a sua efetivação.

Pudemos constatar, ainda, em visitas e em conversas com os responsáveis pelo Napoleão Laureano e demais hospitais públicos da Paraíba, a necessidade da compra e recuperação de equipamentos como mamógrafos, tomógrafos, aparelhos de ressonância magnética e computadores para análise laboratorial, todos eles essenciais para o diagnóstico e tratamento não só de câncer, mas também de diversas outras enfermidades.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, o episódio da “lista da morte” – perdoem-me porque estou repisando esta denúncia, pois até agora não tivemos a resposta necessária – no Hospital Laureano é o triste epílogo de uma tragédia anunciada: a desesperadora situação da saúde pública da Paraíba.

Eu não gostaria de analisar este fato, mas o faço por absoluta necessidade de arrimar minhas palavras com fatos verdadeiros.

Lamentavelmente, há quatro anos que a atual gestão estadual não vem cumprindo com a obrigação constitucional de investimentos de 12% da receita corrente líquida em saúde pública no Estado. Investe-se apenas 5,7%, menos da metade do que efetivamente se investia.

Tenho ouvido, dessa tribuna, as mais diferentes justificativas em abono a administrações estaduais e municipais de que faltam aos Estados e aos Municípios recursos suficientes para atender a esta obrigação constitucional. Mas posso, com relação a esse aspecto, falar com autoridade, porque, à época em que governei o Estado da Paraíba, aplicamos em saúde não apenas o mínimo de 12%; aplicamos a média de 13% em todo o período da minha gestão administrativa.

Portanto, vejo que falta opção política e até mesmo o mais elementar cumprimento do dever constitucional de fazer aquilo que é mandatário na Constituição, que é cumprir a Emenda nº 29, que tornou obrigatória a aplicação de 12% da receita corrente líquida. Quando não se aplica, quando não se cumpre esse mandamento constitucional, ocorre o descalabro, o desmando e o sofrimento da população. É o que, lamentavelmente, estamos a registrar que ocorreu na Paraíba.

O povo do meu Estado não agüenta mais sofrer com filas, com carência de recursos, precariedade no atendimento, espera indefinida e desesperançosa do fornecimento dessas medicações de uso continuado,

que tornam as doenças de pessoas portadoras de moléstias incuráveis perfeitamente controláveis.

A Constituição Federal, a Constituição-cidadã, como diria o saudoso Ulysses Guimarães, rezava que a saúde pública era direito de todos e obrigação do Estado. É simplesmente isso que estamos cobrando, não apenas do Governo Estadual, mas até mesmo do Governo Federal, que, a esta altura, acusado pelo primeiro de não ter cumprido o preceito constitucional, tem o dever e a obrigação de tirar a dúvida, se é que ela existe.

Espero e acredito, sinceramente, que a divulgação desse episódio em rede nacional representou um marco no combate efetivo do problema. Podem ter certeza de que, na defesa intransigente dos interesses do povo paraibano, não sossegarei um minuto sequer enquanto o atual horizonte persistir.

O quadro clínico do momento é grave, mas o seu estado é amplamente reversível. Basta aplicarmos a posologia correta. Ou seja, basta cumprir aquilo que está na lei. Basta aplicar os recursos que vêm da própria sociedade – os tributos, as contribuições financeiras – para que a questão seja plenamente resolvida.

Certamente, não há abundância de recursos, mas se eles forem bem aplicados... Cito como exemplo – permitam-me a imodéstia – o fato de que, no período em que administrei a Paraíba, nunca deixei de pagar os mínimos constitucionais. Na realidade, apliquei em saúde 13%, quando tinha a obrigação de aplicar apenas 12%. Apliquei esse percentual porque era absolutamente necessário para se evitarem as ocorrências repetidas de fatos dolorosos como estes que estou a denunciar neste momento.

Obrigado, Sr^a Presidente, pela tolerância.

Obrigado, Sr^{as}s e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rosalba Ciarlini.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. PFL – RN) – Após as palavras do Senador José Maranhão, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Concederei, logo em seguida, a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte o discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, havia um tempo em que a Amazônia era apenas uma terra muito distante, mas nem por isso jamais deixou de ser Terra Brasil. É dessa época o diálogo que dois pilotos do veterano Correio Aéreo Nacional – CAN, estabeleceram com um ribeirinho que avistaram numa das margens do

rio Negro, na qual havia aterrissado o velho Catalina, então um dos poucos meios de ligação com a minha região.

Um dos pilotos era o coronel-aviador Osires Silva, que, mais tarde, viria a ser o vitorioso criador da Embraer.

Seu companheiro de vôo, também coronel-aviador, elevou o volume da voz e, do meio do rio, perguntou ao amazonense que acompanhava a descida do avião: – “Hei, amigo, é aqui que termina o Brasil?” – “Não! Aqui, amigos, começa o Brasil”, respondeu meu conterrâneo.

Hoje, ao me propor a ler ou reler cinco bons livros sobre a minha região, empresto do ribeirinho aquela frase singela e forte, firme e decidida, para a ela juntar mais algumas palavras: “O Brasil começa, sim, na Amazônia, mas a Amazônia não é só o começo do País. É começo e futuro!”

Começo, sim, de um futuro que haverá de ser radiante para o Brasil – e aí recorro a um dos cinco livros que me dispus a ler ou reler: “A Amazônia, além de última fronteira da civilização e um dos espaços naturais do planeta, conserva-se como um enigma a ser decifrado”, no dizer de Djalma Batista, pesquisador que ousou decifrar essa esfinge, que pode ser lembrado como uma espécie de Euclides da Cunha da região.

Passo a um segundo texto, de outro sólido autor sobre a Amazônia. É de Virgílio Viana, que fala de desenvolvimento sustentável, lembrando que “a Terra é a nossa casa e, para que continue sendo um lugar habitável e propício à continuidade da vida, devemos cuidar de suas florestas, de seus rios, de seus bichos e aprender com seus segredos e encantos”.

Virgílio, o autor, é considerado “escritor de amor inteligente à nossa floresta”, por Thiago de Mello, outro notável homem de letras amazonense, para muitos insuperável. Ele, Thiago, ao ler Virgílio, revela seu próprio temor e sugere que esse texto deveria chegar “à consciência da juventude de minha terra, o Amazonas, ainda tão indiferente à situação delicadíssima da vida da nossa floresta”.

Thiago, autor de outro desses cinco livros, este de poemas em Português e em Inglês, segue atento ao texto de *As Florestas e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*, para, não sem espanto, indagar e afirmar a um só tempo:

Tu sabes o que o Virgílio revela? Que estamos desmatando (nós, não, os cobiçosos, os malfeiteiros, os que só pensam em acumular riquezas, mais de dois milhões de hectares de floresta por ano).

Mais aspas para Thiago de Mello:

Matam âmagos, formigas, antas, crianças, copaíbas e andirobas, matam caminhos e esperanças. Matam o próprio coração da Amazônia!

E aí faz uma advertência:

Acham que a floresta é mato... (...) E mato é mato, como lixo é lixo, para os inimigos da vida.

E conclui, ainda referindo-se ao texto de Virgílio Viana:

(...) Nunca vão saber que floresta quemada degrada a água dos nossos rios, eleva cada dia mais a temperatura do planeta, e a chuva fere com a acidez da sua chegada.

O livro de Virgílio Viana, ele próprio o define, “nasceu de uma inquietude”. E justifica-se, explicando a dimensão de sua particular angústia:

(...) Não podemos assistir passivamente à história florestal da Mata Atlântica se repetir na Amazônia.

(...) E o pior é que isso está acontecendo.

(...) Numa velocidade crescente e alarmante.

(...) Um crime ambiental e uma tragédia social.

(...) Uma burrice nacional e um tiro mortal na nossa utopia de construção de um País mais justo, solidário e vigoroso economicamente.

(...) É também um crime contra a vida do Planeta. São preocupantes as consequências dos desmatamentos da Amazônia na destruição do maior patrimônio mundial de recursos hídricos, na biodiversidade étnica e no aquecimento do clima global.

Minhas leituras ou releituras deste momento incluem duas outras obras, voltadas, uma, a aspectos históricos, *O Amazonas na época imperial*, de Antônio Loureiro; outra, com estudos do processo de desenvolvimento regional, obra que esclarece a crise da borracha: *A Crise Amazônica e a Borracha*, de J. A. Mendes.

Por último, o quinto, *A Floresta vê o Homem*, com poemas em que Thiago de Mello estabelece compromissos seus com os dramas e os desafios de seu tempo, cantando, em versos também vertidos para a língua inglesa, a íntima relação do amazônida com a terra, a floresta e as águas, para, ao final, indagar:

(...) Madeira dói?, pergunta quem me vê

os braços verdes, os olhos cheios de asas.

Por mim responde a luz do amanhecer que recobre de escamas esmaltadas as águas grandes que me deram raça e cantam as raízes do meu ser.
(...) Não faz mal que doa meu bravo coração, de água e madeira.

Os livros são todos da Editora Valer, amazonense, sim, conduzida por Isaac Maciel, com a coordenação editorial de um grande intelectual amazonense, aberto ao Brasil, meu amigo Tenório Telles.

Esse conjunto de obras, para mim, compõe e é uma necessária revisita ao Amazonas, agora pelo texto sábio de amazonólogos que não se cansam de proclamar e exaltar a Amazônia, na tentativa comum, que é da própria Pátria, de preservar aquele pedaço de chão que, um dia, um ribeirinho do rio Negro disse aos dois pilotos do Catalina: "Aqui começa o Brasil". Mesmo!

Sra Presidente, por último, comunico à Casa que, em Manaus, funciona, desde 2001, a Biblioteca Arthur Reis, com rico acervo de 25 mil livros, entre eles 3.700 doados por universidades de Portugal, constituindo a Biblioteca Luso-Brasileira.

Pois bem, essa biblioteca, que vem funcionando mediante comodato em prédios do Instituto de Resseguros do Brasil, estaria com os dias contados: o IRB quer de volta o imóvel.

No entanto, há da parte do Presidente do IRB, Dr. Eduardo Hitiro Nakao, o compromisso de levar o problema ao Conselho do órgão, para renovar por mais algum tempo o comodato e, assim, evitar o que seria um duro golpe para os 10 mil usuários que procuram com freqüência aquela Biblioteca.

A cultura de Manaus e do Amazonas não pode prescindir desse espaço cultural. Por isso, procurei o Presidente do IRB para renovar apelo que lhe fizera em correspondência, no mês de outubro do ano passado, encarecendo-lhe a prorrogação do comodato por mais um ano, para que a Secretaria de Cultura do Amazonas possa encontrar outro imóvel e transferir para ali tão rico e indispensável acervo.

Também conversei, em Manaus, com o Secretário de Cultura do Estado, Dr. Robério Braga, que igualmente busca uma solução, a fim de que o Amazonas não venha a assistir ao fim da Biblioteca Arthur Reis.

Espero que o colegiado do IRB seja sensível a mais esse apelo. Não consigo ver entre os dirigentes desse órgão, a começar pelo Dr. Nakao, outra postura que não signifique apoio ao inestimável patrimônio cultural do meu Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sra Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. PFL – RN) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, quero falar um pouco, neste início de noite, sobre um projeto que apresentei a esta Casa e que foi aprovado e encaminhado à Câmara dos Deputados. Quero falar do Fust.

O projeto por nós aprovado, Sra Presidente, garante que a verba para a educação proveniente do Fust, que é o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que era de 18% para a educação, passe para 30%. Acreditamos que assim estaremos contribuindo para evitar a exclusão, em todas as áreas, inclusive a digital, da maioria dos nossos estudantes.

Para se ter uma idéia do que isso representa, o saldo aproximado arrecadado pelo fundo desde 2001 chega a R\$4,6 bilhões. Se pegarmos 30% desse valor, teremos R\$1,38 bilhão. Imaginemos as possibilidades de introdução de novas tecnologias de informação no campo da educação!

O que queremos, volto a repetir, é que os estudantes, principalmente das escolas públicas, tenham também acesso garantido a essas novas tecnologias.

Mas é claro que isso requer gastos com equipamentos e serviços de telecomunicações que, na maioria das vezes, estão fora do alcance das escolas públicas.

O projeto apresentado por nós e aprovado pelo Senado Federal vai nesse sentido.

O Fust está aí, mas os 18% destinados hoje são muito pequenos. Por isso, aumentamos para 30%.

Sra Presidente, quero também registrar que a aprovação desse projeto só foi possível pelo apoio que tive do MEC e do próprio Governo Federal e pelos pareceres favoráveis dos Senadores Mão Santa, na Comissão de Assuntos Econômicos; Cristovam Buarque, na Comissão de Educação; e, por último, o parecer do Senador Sibá Machado, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sra Presidente, acreditamos que investir em educação é fundamental para termos uma sociedade mais democrática, mais consciente e menos violenta. A escola é agente fundamental na formação do cidadão e é também uma aliada na educação familiar. Então, é preciso aumentar os investimentos em educação. Precisamos de escolas que preparem o cidadão do futuro, que orientem e abram caminhos para oportunidades no mundo do trabalho. E isso requer, vou repetir, investimentos.

Eu poderia dar inúmeros exemplos, mas vou me dirigir aos cidadãos do campo.

Uma escola rural lá nos grotões do nosso País, se tiver uma estrutura decente, não só de prédio, mas de qualificação de professores, com certeza uma escola rural que leve em consideração os contextos social, cultural, econômico e do meio ambiente não será uma escola isolada. Por isso, precisamos de investimentos. Repito: se tivermos uma escola rural nesse sentido, com toda certeza, também vamos combater o êxodo rural.

Lembro aqui, Srª Presidente, um falecido cantor nativista, lá do Rio Grande do Sul – um dia ainda farei uma sessão de homenagem a ele -, César Passarinho. Em muitos momentos, nos festivais lá no Rio Grande do Sul, levava a mensagem de que era preciso realizar ações para manter o homem no campo.

Lembro aqui um trecho de uma canção dele, em que dizia:

E se Deus não achar muito
Tanta coisa que pedi
Não deixe que eu me separe
Deste rancho onde nasci,
Nem me desperte tão cedo
Do meu sonho de guri
E de lambuja permita
Que eu nunca saia daqui.

Ele queria permanecer no campo.

Srª Presidente, tenho muita esperança de aprovar aqui o Fundep, Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional, que vai gerar em torno de R\$5 bilhões, a serem investidos em ensino técnico profissionalizante na área urbana e na área rural, com o objetivo de atender os nossos jovens e mesmos homens de quarenta anos, enfim aqueles que dependem de uma estrutura melhor para enfrentar o mercado de trabalho. O projeto está agora em debate na CCJ, e espero que seja aprovado rapidamente.

Srª Presidente, vou concluir, lembrando que o Senador Arthur Virgílio falou aqui de alguns poemas do Amazonas. Na tarde de hoje, eu me lembra que domingo é Páscoa, um dia de celebração, Senadora Rosalba Ciarlini. Assim eu, que sou metido a escrever versos, poesias ou alguma coisa com rima, rasguei aqui um poema em homenagem à nossa Páscoa, com cuja leitura vou concluir meu discurso, muito inspirado nas tradições do Rio Grande:

A você, Patrônio Velho...
Acompanhado de um mate bem cevado,
Vou te pedir, patrônio velho celestial,
Que não deixe o nosso povo desamparado.

Abençoe os nossos jovens

Não permita que eles percam o brilho e a esperança

Esculpidos na alma
E desenhado nos olhos
Afaste-os das drogas e da violência
Peço pelas mães e pais que choram os filhos
Perdidos nas pradarias do destino
E pelos netos que sentem falta dos avós.

Perdoa aqueles que não entendem
A luta do salário mínimo, dos idosos, dos negros, dos índios,
Das pessoas com deficiência e daqueles que são discriminados

Enquanto sirvo mais um amargo,
Abençoa os desempregados.
Ouve, Patrônio Velho, esta oração.
A Páscoa se apropria no horizonte.
Vem a galope com os ventos da renovação.

Patrônio velho, nos ajuda a pelear a favor desta Nação.

Que todos tenham saúde, paz e dignidade.

E, para fim de conversa, Patrônio Velho do Céu,

Te peço perdão se um dia fraquejei na longa tropeada da vida.

Permita que a energia do universo
Ilumine a todos nós
E que o Domingo de Páscoa traga para o mundo paz, paz, muita paz.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. PFL – RN) – Senador Paulo Paim, V. Exª nos surpreende a cada instante, porque, além do dom da oratória, tem esse dom de fazer versos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. PFL – RN) – Uma poesia numa quarta-feira santa, prenúncio da Páscoa, trazida após um tema tão importante e tão relevante quanto o da educação.

É com o sentimento de Páscoa que acreditamos que a educação é o caminho, a luz do saber. As escolas é que vão realmente iluminar a paz que queremos neste Brasil pelos caminhos da educação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Presidente Rosalba. V. Exª tem demonstrado, nesse período em que se encontra aqui no Sena-

do, uma lutadora que tem ajudado a iluminar também nossos caminhos.

Minhas homenagens a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. PFL – RN) – Muito obrigada, Excelência.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é com satisfação que venho a esta tribuna para falar um pouco de um projeto de minha autoria que foi aprovado por esta casa e encaminhado para a Câmara dos Deputados.

O PLS nº 351 de 2004 – altera a redação da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

A proposta aprovada garante não mais os 18%, mas sim 30%, pelo menos, dos recursos do Fust para aplicações na área de educação, em estabelecimentos públicos de ensino.

Acreditamos, dessa forma, que prestaremos fundamental contribuição para evitar que a exclusão digital colha a maioria de nossos estudantes.

Para se ter uma idéia do que isto representa, o saldo aproximado arrecadado pelo fundo desde 2001 chega a R\$4,6 bilhões.

Se pegarmos 30% desse valor, teremos 1,38 bilhões de reais. Imaginemos as possibilidades de introdução de novas tecnologias de informação no campo da educação.

O que queremos, volto a repetir, é que os estudantes, principalmente das escolas públicas, tenham também acesso garantido a essas novas tecnologias.

Mas é claro que isso requer gastos com equipamentos e serviços de telecomunicações que na maioria das vezes estão fora do alcance das escolas públicas.

O projeto aprovado pelo Senado Federal vai nesse sentido.

E aí também é que entra a atuação corretiva do Estado, mediante a efetiva realização dos investimentos necessários para dotar as escolas públicas da infraestrutura necessária ao aproveitamento das oportunidades trazidas pelas novas tecnologias.

O Fust está aí. Mas, os 18% destinados hoje, são muito pequenos para a nossa demanda. É um percentual muito modesto ante o desafio a ser enfrentado.

A informatização das escolas públicas brasileiras não pode tardar. Conseqüentemente, há que se destinar parcela maior dos recursos do Fust para aplica-

ções em educação: no mínimo, 30%, como diz o PLS 351 de 2004.

Gostaria também de registrar que a aprovação deste projeto só foi possível pela compreensão e pelos pareceres favoráveis dos Senadores Mão Santa, na Comissão de Assuntos Econômicos; Cristovam Buarque, na Comissão de Educação; e por último o parecer do Senador Sibá Machado, na Comissão de Infra-Estrutura.

Mas senhor Presidente,

Acreditamos, que investir em educação é fundamental para termos uma sociedade mais democrática, mais consciente e menos violenta.

A escola é agente fundamental na formação do cidadão e é também uma aliada da educação familiar, então é preciso aumentar os investimentos em educação.

Precisamos de escolas que preparem o cidadão do futuro, que oriente, que abra caminhos para oportunidades no mundo do trabalho. E isso requer, vou repetir, investimentos.

Poderia dar tantos exemplos, mas vou me dirigir aos cidadãos do campo.

Uma escola rural lá nos grotões do nosso país, se tiver uma estrutura decente, não só de prédio, mas de qualificação dos professores...

Uma escola rural que leve em consideração, o contexto social, cultural, econômico, e do meio-ambiente, não será uma escola isolada. Mas isso requer investimentos.

E se nós tivermos uma escola rural nesse sentido com toda certeza também estaremos combatendo o êxodo rural.

Lembro que o falecido cantor nativista, César Passarinho, em muitos momentos nos festivais lá no Rio Grande do Sul, levava a mensagem de que era preciso realizar ações para acabar com o êxodo rural.

Ele cantava: “E se Deus não achar muito / Tanta coisa que pedi / Não deixe que eu me separe / Deste rancho onde nasci / Nem me desperte tão cedo / Do meu sonho de guri / E de lambuja permita / Que eu nunca saia daqui”.

Senhoras e Senhores,

Também nessa linha de investimentos na educação, apresentei aqui no senado Federal o projeto que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.

O Fundep tem o objetivo de inserir os jovens no mercado de trabalho, por intermédio da educação profissional, e promover a redução das desigualdades sociais.

O Fundo contará com 7% dos recursos oriundos da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, conforme previstos no art. 159 da Constituição Federal; 5% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador; além de outras contribuições.

Nos últimos quinze anos a média de investimentos no ensino técnico profissionalizante não ultrapassou os R\$100 milhões.

Com a aprovação do Fundep, serão garantidos cerca de 5 bilhões de reais para o ensino técnico profissionalizante.

O projeto prevê a criação de um conselho deliberativo que irá gerir os recursos destinados à construção, ampliação e reforma de edificações e instalações de centros de educação profissional; aquisição de equipamentos técnico-pedagógicos e de gestão; aquisição de materiais didáticos; capacitação de docentes e pessoal técnico-administrativo; prestação de serviços de consultoria nas áreas técnico-pedagógica, etc.

O Fundep colocará o país no caminho certo para a construção de um novo perfil da classe trabalhadora, capaz de contribuir para um inovador projeto de desenvolvimento nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. PFL – RN) – Obrigada, Excelência.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, pela Liderança do PMDB, por cinco minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, talvez vá precisar de um pouquinho mais do que cinco minutos. Já que sou o último orador da tarde, queria contar com a benevolência de V. Exª para me conceder um pouco mais de tempo no final.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. PFL – RN) – Com certeza. V. Exª terá o tempo que for necessário.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Srª Presidente.

Eu gostaria, Srª Presidente, de destacar, mais uma vez, em meu pronunciamento de hoje, a reportagem que a revista *Veja* publicou em sua edição nº 2.002, de 4 de abril de 2007. A matéria trata da iminente construção de três usinas hidrelétricas na região amazônica: as usinas de Santo Antônio e de Jirau, em Rondônia, no meu Estado, e a de Belo Monte, no Estado do Pará.

Srªs e Srs. Senadores, V. Exªs são testemunhas do empenho com que me dediquei, nos últimos anos,

ao bom encaminhamento do projeto das hidrelétricas do Rio Madeira.

Acompanhei o projeto desde sua concepção, quando ainda ocupava o Governo do Estado de Rondônia.

Participei de várias reuniões em que se discutiram diversos aspectos do projeto e, desde o início, percebi que o impacto ambiental da obra era o ponto-chave de toda a questão.

A reportagem da revista *Veja* vêm ao encontro das conclusões de tudo que se discutiu e estudou a respeito das hidrelétricas do Rio Madeira, especialmente nos últimos dois anos, desde que foram iniciados os estudos de licença ambiental prévia.

A primeira boa notícia que quero destacar é a de que, na semana passada, o Ibama informou que as licenças prévias das usinas do Rio Madeira já se encontram em fase final de estudo, e tudo indica que não haverá maiores atrasos em sua aprovação.

Tudo indica, Srª Presidente, mas algumas datas já foram dadas. A última, dia 14 de março, uma data já divulgada pelo Ibama e na qual seria expedida a licença ambiental das usinas do Madeira. Mas não saiu. Hoje ainda, conversei com o Diretor de Licenciamento Ambiental, Dr. Luis Felipe, do Ibama nacional, pedindo a ele um novo prazo. Ele me disse: "Olha, Senador Raupp, não é bom dar prazo, pois nós já demos alguns prazos, e eles não foram cumpridos". Mas ele me disse que, com o esforço de toda a equipe que está debruçada sobre esse processo, possivelmente, até o final do mês de abril, deste mês em curso, a licença será expedida.

Aguardamos, com muita ansiedade, a promoção de um leilão pelo Governo, a fim de que o grupo constituído por Furnas, Odebrecht e outras empresas formem um consórcio para a construção dessas grandes de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira.

E não poderia ser de outra forma, Srª Presidente. As novas tecnologias que serão empregadas na construção das hidrelétricas do Rio Madeira garantem que o impacto no meio ambiente será mínimo, especialmente se comparado aos estragos causados no passado por usinas como Balbina e Tucuruí.

A iminência da aprovação do Ibama ao projeto é mais uma evidência de que Santo Antônio e Jirau fazem parte de um novo tipo de usina, que gera energia e riqueza sem destruir o meio ambiente.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é notório que a Região Norte é a última grande fronteira energética do Brasil.

Nas demais Regiões, todas as grandes hidrelétricas que poderiam ter sido construídas já o foram.

No Norte do País, está um imenso potencial, ainda praticamente inexplorado, para a produção de energia elétrica. Essa energia, Sr^as e Srs. Senadores, será essencial para ancorar o crescimento brasileiro nos próximos anos.

A inclusão das usinas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é reflexo da importância desses projetos para a sustentação do crescimento econômico do Brasil.

As três hidrelétricas juntas produzirão mais de 17 mil *megawatts* de energia que, somada à produção atual, serão suficientes para apoiar taxas de crescimento superiores a 5% ao ano. Se o Brasil crescer por ano 4%, 4,5%, como previsto, se passar a crescer 5%, 5,5% ou 6% no ano que vem e tiver um crescimento sucessivo em alguns anos, não vamos ter energia elétrica para sustentar esse crescimento se não construirmos as usinas de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte e outras usinas que estão ainda em fase de construção.

Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, os benefícios das hidrelétricas que serão brevemente construídas na Região Norte são incontestáveis. Merece destaque a preocupação ambiental envolvida nos novos projetos, o uso de novas tecnologias que minimizam a agressão à natureza, o respeito à dinâmica dos ecossistemas, às populações humanas da região e a importância estratégica das novas usinas para a consolidação de uma infra-estrutura que atenda os desafios do mundo moderno. Tudo isso, volto a frisar, será produzido com impactos mínimos ao meio ambiente. Essas são as chamadas turbinas a fio d'água. São turbinas tipo bulbo que vão gerar energia com pouco lago, com pouco reservatório. Logo, não vão impactar o meio ambiente. Essa é a vantagem dessa nova tecnologia.

Além da geração de energia, emprego e renda, o complexo do rio Madeira prevê a construção de eclusas nos pontos de desnível, lançando as bases para o surgimento de uma hidrovia que no futuro pode chegar a ter mais de 4 mil quilômetros de águas navegáveis.

Essa nova via de escoamento revolucionará o transporte da produção agrícola dos Estados de Rondônia e de Mato Grosso, que hoje é transportada com altos custos pelas estradas maltratadas da nossa malha rodoviária.

Sabemos, Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, que as ferrovias vão demorar décadas. Sonho ainda com uma ferrovia de Cuiabá a Porto Velho, talvez, num primeiro momento, de Porto Velho a Vilhena, até a região da soja, para o escoamento dessa produ-

ção. Sabemos que isso vai demorar mais de 10, 15, 20 anos; mas as usinas terão uma construção mais rápida e as eclusas, que possibilitam a navegação nas nossas hidrovias, serão também mais rápidas para auxiliar as nossas, como já disse, maltratadas rodovias brasileiras.

A hidrovia do rio Madeira permitirá que os produtos cheguem até Itacoatiara, no Amazonas, e de lá ganhem o mercado mundial. Estima-se que o aumento da produção de grãos na área beneficiada pelo projeto seja da ordem de 28 milhões de toneladas por ano. Que essas três usinas, Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, sejam apenas o primeiro passo no caminho de uma região Norte mais pujante, mais produtiva e menos desigual em relação ao restante do País.

Sr^a Presidente, nossa região já esperou muito. Não queremos agredir o meio ambiente, queremos desenvolvimento auto-sustentável. É isso que estamos pedindo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. PFL – RN) – Parabenizo o nobre Senador pelo brilhante pronunciamento, pela sua preocupação com o desenvolvimento e a sua contribuição, o seu trabalho, no engrandecimento da sua região.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. PFL – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para apreciação do Item 1 da pauta, ficando sobreposta a apreciação dos demais itens.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrepostos:

1 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica*.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

2**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinqüenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinqüenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

3**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006), que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

4**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 343, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de novecentos e cinqüenta e seis milhões, seiscentos e qua-

renta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

5**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 344, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 344, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

6**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

7**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella
(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

8**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 346, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 346, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quatrocentos e cinqüenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

9**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007), que altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

10**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para em-

presas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)

11**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Nº 35, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator ad hoc: Senador Delcídio Amaral, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007.

12**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Nº 59, DE 2005

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

13**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Nº 37, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea "d" do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

14**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999**

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

16**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*.

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego*.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea “b” do inciso III do art. 3º da Lei nº*

7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória.*

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007

(*Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal.*)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica.*

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14-4-2007)

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)*

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. PFL – RN) – Os Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Joaquim Roriz, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Mário Couto, Marconi Perillo, a Srª Senadora Lúcia Vânia, o Sr. Senador Flexa Ribeiro e a Srª Senadora Fátima Cleide enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º, do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SrªS e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para registrar matéria veiculada hoje, 3-4-2007, no jornal **Estado de Minas**, que traz uma boa notícia: o Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves, antigo Pronto-Socorro de Venda Nova, receberá investimentos de R\$ 50 milhões – R\$ 25 milhões do Governo do Estado e o restante do SUS. O anúncio foi feito pelo Secretário de Saúde de Minas Gerais, Marcus Pestana.

Inaugurado durante minha gestão no Governo de Minas Gerais, o Pronto-Socorro de Venda Nova funciona há dez meses em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), contribuindo para a formação de estudantes de medicina e recebendo como contrapartida a melhoria no atendimento que oferece aos cidadãos. A propósito, a unidade atende cerca de dez mil casos por mês e ocupa o lugar de segundo maior pronto-socorro de Minas Gerais em número de atendimentos, conforme assinala a matéria, assinada pela repórter Alana Roriz.

Essa parceria elevou o número de leitos de 64 para 222. E o número de exames quase dobrou, indo de 24 mil para 46 mil, no período de junho de 2006 a fevereiro deste ano. A média mensal de cirurgias, informa o diretor do hospital, Joaquim Antônio César Mota, é de 400 operações, com destaque para as ortopédicas.

Para se ter uma idéia da importância do Pronto-Socorro de Venda Nova para Belo Horizonte e a Região Metropolitana, estima-se que o hospital atenda a mais de um milhão de pessoas, entre moradores das regiões Norte, Pampulha e Venda Nova, na capital, além de Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Confins, Esmeraldas, Jaboticatubas, Contagem e São José da Lapa – na região da Grande BH.

Sr. Presidente, Colegas Senadores, pelo valor da notícia de que o Pronto-Socorro de Venda Nova receberá novos investimentos e pela importância que essa unidade hospitalar tem para os belo-horizontinos, solicito que esse breve pronunciamento e a matéria veiculada hoje no jornal **Estado de Minas** passem a integrar os Anais desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GERAIS

ESTADO DE MINAS

Belo Horizonte, terça, 03 de Abril de 2007

1º caderno

ECONOMIA

EM CULTURA

ESPORTES

GERAIS

INTERNACIONAL

NACIONAL

OPINIÃO

POLÍTICA

suplementos

AGROPECUÁRIO

BEM VIVER

CIÊNCIA

D+

DIREITO & JUSTIÇA

EMPREGO

ESPECIAL

FEMININO & MASCULINO

GUIA DE GASTRONOMIA

GUIA DE NEGÓCIOS

GURILÂNDIA

IMÓVEIS

INFORMÁTICA

PENSAR

PRAZER EM AJUDAR

TURISMO

TV

VEÍCULOS

MAPA DO SITE

serviços

ANUNCIE

ASSINE O EM

ASSINE O UAI

CENTRAL DO ASSINANTE

CLASSIFICADOS

EM DIGITAL

NOTA FISCAL

WEBMAIL

ASSOCIADOS

ÚLTIMAS

Escolha

VERBA

HPS de Venda Nova terá R\$ 50 milhões

Hospital universitário, o segundo maior pronto-socorro de Minas, recebe investimento para manter crescimento

Alana Roriz*

Depois de 10 meses de parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o antigo Pronto-Socorro de Venda Nova – atual Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves – já apresenta avanços na formação de estudantes e no atendimento. Ontem, o secretário estadual de Saúde, Marcus Pestana, visitou o hospital e anunciou investimento de R\$ 50 milhões este ano, sendo R\$ 25 milhões do governo estadual e o restante do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com média de 10 mil casos por mês, a unidade de saúde ocupa, atualmente, o lugar de segundo maior pronto-socorro de Minas Gerais, em número de atendimentos. O número de leitos aumentou significativamente, passando de 64, em junho de 2006, para 222, em fevereiro. Os números de exames complementares cresceram 91%, passando de 24 mil para mais de 46 mil no mesmo período.

Segundo o diretor Joaquim Antônio César Mota, a evolução dos números depois do convênio demonstra o preparo das equipes para o atendimento, em especial para as urgências. São 1.080 funcionários, mais de 150 alunos cumprindo estágio curricular e sete médicos residentes. “A nossa média mensal de operações está passando de 400, com destaque para as cirurgias ortopédicas, que respondem por mais de 50% das internações”, diz. Em março, das 412 cirurgias realizadas, 255 foram dessa especialidade.

CONVÊNIO Inaugurado em 1998, o hospital atende cerca de 1,1 milhão de pessoas, incluindo moradores das regiões Norte, Pampulha e Venda Nova, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Confins, Esméraldas, Jaboticatubas, Contagem e São José da Lapa. Mesmo com essa proximidade, 67% dos pacientes do hospital-escola são da capital, contra 33% de outras cidades, incluindo as da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A UFMG assumiu a gestão do pronto-socorro em junho de 2006, depois de assinar convênio com o governo do estado. Em parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), a universidade é responsável pela contratação e administração da rotina do hospital, enquanto o governo avalia o cumprimento das metas estabelecidas e repassa os recursos, também provenientes do Ministério da Saúde, para o custeio.

* Do Diário da Tarde

GERAIS

Linha verde mais rápida

BR-040

Duplicação até o trevo de Curvelo

Trecho duplicados

Obra em estudo

MUDANÇA

Mão única na Rua Niquelina

Recuperação

IRRESPONSABILIDADE

Triple erro em duas rodas

Análise da notícia

GRÁVIDAS

Projeto cria impasse

RODOVIÁRIA

Saída movimentada

VIOLÊNCIA

Crimes de menores crescem 20% em BH

ACUSADOS PRESOS

Morte no Belvedere

VERBA

HPS de Venda Nova terá R\$ 50 milhões

MEDICINA

Inscrição aberta para novo curso

VISITA AO EM

Instituto Educacional Nova Canaã

GERAIS

Descontrole ambiental

LICENCIAMENTO

Copam vota fim do aterro sanitário

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero anunciar que estou encaminhando à Mesa um Requerimento de voto de pesar pelo falecimento do empresário José Ferreira Pedrosa Filho, figura conhecida e respeitada aqui em Brasília.

José Pedrosa foi um pioneiro na cidade. Tinha orgulho, aliás, de lembrar que participou da primeira limpeza no plenário desta Casa, logo que o Senado se transferiu do Rio de Janeiro para a nova capital. Grande empreendedor, construiu com muito sucesso uma carreira de empresário, deixando sua marca definitivamente na cidade.

A política brasiliense também tem um débito com José Pedrosa: eu me refiro à sua filha, a Deputada Distrital Eliana Pedrosa, que chegou a ser líder de meu governo na Câmara Legislativa, figura atuante na política e uma das lideranças mais significativas no âmbito empresarial e político aqui de Brasília. Atualmente, Eliana Pedrosa ocupa a Secretaria de Ação Social e Trabalho no Governo do Distrito Federal.

Por tudo o que fez por Brasília, é mais do que justo que o Senado inclua, em seus anais, um voto de pesar pelo falecimento de José Ferreira Pedrosa, prestando esta última homenagem a um dos muitos que fizeram, com seu arrojo e com seu espírito empreendedor, esta grande cidade, que é Brasília.

Por fim, Senhor Presidente, quero me dirigir à família de José Pedrosa, estendendo a todos os meus sinceros pêsames. Quero dizer que meus pensamen-

tos e minhas preces estão com todos vocês neste momento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “Vitamina C”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 05 de março de 2007.

O artigo do jornalista Melchiades Filho, destaca que o PIB, Produto Interno Bruto, do Brasil, de 2,9%, considerado ínfimo pelos economistas, só não foi pior porque a classe média baixa do país aqueceu a economia, comprando de tudo e se endividando no credário. O articulista alerta, porém, que a inclusão social através do consumo não resolve problemas graves provocados pela falta de um sistema de saúde eficaz, no precário sistema de educação e na falta total de infra-estrutura.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MELCHIADES FILHO

Vitamina C

BRASÍLIA - Graças à inflação baixa e controlada, o brasileiro que havia sido apresentado pelo Real aos iogurtes hoje assina sem embaraço prestações nas Casas Bahia e leva celular, computador e videogame.

O PIB do de 2006 (2,9%) só não foi mais “inho” porque as famílias saíram às compras (3,8%). Os contratos de crédito consignado batem recordes nos bancos. Os planos de saúde que mais crescem? O setor do turismo mais aquecido? Os produtos de higiene/beleza que mais vendem? São aqueles que miram na baixa classe média.

Mas, se o mercado reagiu com rapidez, os políticos seguem alheios ao alargamento do “miolo” da pirâmide social (talvez já seja incorreto representá-la com uma pirâmide).

A oposição nem se aproxima. Por distração ou porque não sabe o que dizer a esse eleitor da classe C (e ao das outras letras, também).

Constrangido pelos escândalos de corrupção, o PT igualmente hesita. Além disso, o partido sempre priorizou os extremos da pirâmide

—as “massas” e os “formadores de opinião” (quando os reconhecia). Foi o erro que custou a reeleição de Marta Suplicy à prefeitura.

O Planalto por ora nada oferece de iniciativas públicas para esses “emerentes”. A questão da segurança não comove Lula. A saúde foi só moeda de troca. Na educação, o ProUni não bastou nem para desarrumar o penteado do ministro.

Quem já estava no “andar de bairro” da classe média reage com revolta. E quem ascendeu logo encampa o discurso de “motorista de táxi” —é duro não se deslindir com a conta do celular, o asfalto que arrebenta o novo carro usado, a burocracia do serviço do plano de saúde, a qualidade da escola particular mixuruca em que matriculou o filho para protegê-lo dos traficantes.

Lula, tão intuitivo, ainda não percebeu que a inclusão social por meio do consumo, principal fortaleza do primeiro mandato, pode ser um obstáculo para o terceiro.

mfilho@folhasp.com.br

Folha S. Paulo

05/04/07

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para registrar o artigo intitulado “A democracia americana”, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 1º de abril do corrente.

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu artigo, faz uma análise bastante atual sobre o início das pré-campanhas eleitorais nos EUA, que começaram dois anos antes do fim do mandato presidencial, e destaca que “os primeiros movimentos

eleitorais mostram que os mecanismos da democracia não perderam a vitalidade”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, seja inserido nos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A democracia americana

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Sociólogo, foi presidente da República

Desde 2003, como professor da Universidade de Brown, passei pelo menos quatro semanas, todos os anos, em Providence, nos Estados Unidos. Em geral, no período de outubro e novembro, coincidindo, portanto, com a data das eleições americanas. Desta vez posterguei a estada para os frios meses de fevereiro e março, perdendo o belo outono da Nova Inglaterra. Não perdi, contudo, a oportunidade de ver algo inesperado, o início das pré-campanhas eleitorais. Elas começaram dois anos antes do fim do mandato presidencial. A comunicação em tempo real, a sofreguidão em antecipar o futuro e a fraqueza de um governo perdido na neblina de uma guerra prolongada e impopular aumentaram as ansiedades por novos caminhos.

Os primeiros movimentos eleitorais mostram que os mecanismos da democracia não perderam vitalidade. Entre os democratas, que, na Nova Inglaterra, são predominantes, há um quase frisson. Quem quebrará melhor a rigidez fundamentalista dos últimos anos, Barak Obama? Hillary Clinton? O governador Bill Richardson ou a volta repentina de Al Gore, renovado pela energia que brotou do sucesso de seu filme?

Visto pelo prisma desses dias, Obama surge como um rojão. Senador de primeiro mandato, que desde jovem se envolveu nas lutas contra a pobreza e pelas boas causas, vem arrastando apoios inesperados. Surpreendeu-me ver tantas pessoas na universidade, especialmente mulheres, opinarem que talvez seja ela a chave, senão da vitória, da virada anticonservadora. Para cada um dos candidatos há uma ou várias objeções. Será que o grosso do eleitorado está preparado para votar em um afro-americano? E, afinal de contas — dirão os numerosos negros favoráveis aos Clinton — ele, filho de um diplomata de Gana e de mãe americana branca, não tem um passado de escravidão. Tampouco tem idade para ter participado das lutas pelos direitos civis dos anos 60 e 70. Para explicar seu inesperado apoio entre os brancos, os descrentes dirão que se manifestar dois anos antes das eleições por um

candidato negro é como procurar um atestado de boa conduta racial; votar nele no dia das eleições são outros quinhentos. Quem hoje se dispõe a votar em Obama, amanhã poderá votar em Hillary.

Senadora por Nova York (que não é sua terra), Hillary, que tem talento, coragem e decisão, talvez possa reagrupar mais facilmente o eleitorado ávido por mudança. Já os mais cétiticos ponderam que Hillary é demasiado calculista, racional, ou seja, o que é visto como pre-dicado positivo para um homem passa a ser duvidoso para uma mulher (não estamos, portanto, tão isentos assim em matéria de pre-conceitos...). Já em si é notável que os dois vanguardistas das pesquisas eleitorais sejam uma mulher e um negro. Quem sabe os dois juntos? Ah! Assim também seria demais, dizem os cautos, e facilitaria a maioria silenciosa despejar seus temores no ticket republicano.

Nesse panorama, quem sabe, um “novo”, como Bill Richardson, governador do Novo México. Experiente, ex-ministro de energia, ex-embaixador na ONU, conhecedor da política internacional e sempre com posições muito abertas. Além do mais, hispânico pelo lado da mãe, fluente em espanhol. Contra ele contam a pouca centralidade política de seu estado, estar atrás nas pesquisas e, quem sabe, não conseguir juntar tanto apoio financeiro como seus concorrentes. Nesse caso, há a possibilidade de buscar outro anti-gênero: Gore. Com fama de inteligente e de distante, não de ser calculista, mas de ser amarrado no lidar com as pessoas, há quem não o veja como candidato, embora as objeções tivessem ficado menores depois do filme *Uma verdade inconveniente*. E ainda há o senador Edwards, que, derrotado na tentativa anterior, ainda está no banco de reserva.

Enfim, candidatos não faltam. Com restrições ou não, o plantel democrata está, como o do PSDB, regurgitando de candidatos. Há que decidir a tempo, antes que o adversário acorde.

No outro campo, os dois principais candidatos, Giuliani e McCain, representam o oposto do fundamentalismo vigente. Fica a dúvida sobre em quem votará o eleitorado republicano tradicional. Será que já é tempo para largar o barco conservador? Giuliani

assume todas as bandeiras progressistas, do casamento gay à simpatia para com os imigrantes. E McCain, senador sensato, liberal-conservador, paga o preço de um voto pró guerra do Iraque no momento em que os americanos choram as perdas de seus soldados e se desesperam com a falta de saída a que foram levados na ânsia de impor seu modelo político ao mundo árabe.

Em suma, apesar dos pesares, vê-se uma sociedade discutindo o futuro. Curiosa essa democracia americana. Os dois gigantes do pensamento político do século dezenove, Marx e Tocqueville, cada um à sua maneira, se encantaram com ela. Encantaram-se com o sentido de responsabilidade individual que o protestantismo lhe dava, dando ao mesmo tempo às pessoas um certo gosto pela ação comunitária. Viram nascer na América uma coesão que não se baseava nas ordenações hierárquicas da velha Europa, mas na adesão aos valores do que hoje chamaríamos de uma sociedade aberta.

Em segmentos importantes da América atual continua havendo apego às convicções e à capacidade de reconhecer o erro e voltar atrás. A escolha dos candidatos passa por essa discussão, ainda que inconscientemente. Ao mesmo tempo, o gigantismo da América das corporações e a crença em verdades absolutas assustam. Basta ler o *Wall Street Journal* do dia 21 de março, que reproduz as brigas intestinas entre a família proprietária do *New York Times*, ciosa da tradição da liberdade de imprensa, com um ou dois grupos de investidores financeiros que desejam forçar a porta de entrada para controlar o velho jornal. Democracia a perigo? Não sei. Já há big corporations descentes da ação governamental falando e agindo como se fossem corporate citizens, assumindo posições responsáveis, por exemplo, na questão do meio ambiente.

Essa contradição entre uma América desejosa de continuar o legado dos fundadores da pátria, mantendo o modelo de sociedade livre, aberta e com mobilidade social, e a realidade de um gigante econômico-financeiro e militar que atazana boa parte do mundo, está por trás da briga eleitoral. Vemos no que vai dar.

O SR. MARIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Alckmin retorna em maio de olho em 2008”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 26 de março de 2007.

A matéria destaca que cinco meses depois de derrotado no segundo turno, o ex-Governador Geraldo Alckmin decidiu sua vida: volta ao Brasil em maio e imediatamente começa a viajar pelo País para agradecer os votos que recebeu e ajudar o PSDB a se organizar para as eleições municipais de 2008.

Alckmin retorna em maio de olho em 2008

Sem assumir candidatura à prefeitura, tucano inicia viagens para agradecer votos e ajudar a organizar o PSDB para as eleições

Carlos Marchi

Cinco meses depois de derrotado no segundo turno, o ex-governador Geraldo Alckmin decidiu sua vida: volta ao Brasil em maio e imediatamente começa a viajar pelo País para agradecer os votos que recebeu, ajudar o PSDB a se organizar para as eleições municipais de 2008 e retomar a carreira política. Ele não afirma se concorrerá em 2008, mas deixa pistas muito claras de que é candidatíssimo à Prefeitura de São Paulo. Alckmin reconhece erros estratégicos que cometeu nas eleições, mas justificou que enfrentou a máquina do governo e do PT.

Em entrevista ao **Estado**, durante rápida passagem pelo Brasil, aprofundou críticas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Gaba-se de ter inserido na agenda brasileira os temas do crescimento e do emprego. Assinala que, de fora, ficou mais aguda a sua percepção de que o governo Lula não tem um projeto para o Brasil e de que o PT está perdendo oportunidades de crescer em níveis semelhantes aos que crescem seus competidores.

Ele rechaça a ideia de uma trégua a Lula: “A oposição é necessária no regime democrático”. Não reclama das traições que teria sofrido de aliados na campanha: “Não vou ficar choramingando, bola para a frente”, simplificou. Até maio ele ficará na Harvard University, em Boston, frequentando um ciclo de estudos aconselhado pelo seu sucessor, o governador José Serra, e, sem carro, mora num apartamento de quarto, no qual divide tarefas com a mulher, Lu: ele limpa a casa, passa roupa e tira o lixo; ela cozinha, lava os pratos e a roupa. Pela primeira vez longe do poder em 12 anos, diz que não sofre por isso e está aprendendo a manejar melhor o comitador. Eis a entrevista:

Como o sr. está se sentindo longe do poder, depois de 12 anos no Palácio dos Bandeirantes? As pessas ainda ligam? Você tem de reaprender algumas coisas. Quando você sai

Quem é:
Geraldo Alckmin

- É ex-governador de São Paulo e candidato derrotado à Presidência em 2006.
- Formou-se em medicina na Universidade de Taubaté e especializou-se em anestesiologia no Hospital do Servidor Público de São Paulo.
- Nasceu em Pindamonhangaba, em 7 de novembro de 1952. É casado com **Maria Lúcia Alckmin**. Tem três filhos.

do poder, tem de fazer um curso para aprender a virar sozinho. Lá, eu e a Lu prestamos assistência, computador, internet, falar inglês. Mas eu já estou acostumado com essa coisa de entrar para o poder e sair dele. É importante, do ponto de vista pessoal, estar mais perto das ruas. Quando voltar de Harvard, vou percorrer o País todo para agradecer os votos que recebi. Fui deputado, tive 40% dos votos do Pds, venci as eleições em todo o Sul, boa parte do Sudeste e do Centro-Oeste. Vou dar aulas em duas faculdades e me dedicar a organizar o PSDB.

De cabeça fria, como o sr. analisa que tivesse 40 milhões de votos no 1º turno e perdesse mais de 2 milhões de votos no 2º? No segundo turno, funcionou para valer a máquina do governo e do PT, as pesquisas eleitorais induziram o eleitorado. Lula gastou, durante a campanha, 1% do PIB em gastos correntes, R\$ 20 bilhões. É claro que isso provoca um desnível.

O intervalo de duas semanas do 1º para o 2º turno não esfriou o ânimo dos eleitorados, nem a candidatura que vinha em ascensão? Foi um erro e um erro grave. A nossa lógica foi que, quando veio o 2º turno, a campanha deveria ser mais curta para não dar ao adversário espaço para usar a máquina do governo. Cometemos um erro porque deu uma esfriada na eleição.

Por que o sr. não defendeu as privatizações do governo Fernando Henrique durante a campanha? Há um equívoco. Meu adversário criou uma verdadeira men-

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

tirobrás, dizendo que eu iria privatizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, a Petrobrás. Eu reagi às mentiras. Procurei dizer que hoje o debate não é sobre privatização, mas sobre concessões e Parceria Pública-Privada. A grande prioridade é trazer o setor privado para participar de investimentos.

Durante a campanha o sr. não encontrou um antídoto eficaz contra o Bolsa-Família. O que o sr. acha que o problema é?

Só faltaram aos programas de complementação de renda. Mas eles não podem virar moeda de troca com o voto. Eu disse na campanha que o Bolsa-Família é transitório e que precisamos gerar empregos. Tanto bati na tecla certa que ficou na agenda nacional. Ficou tão forte que Lula tentou dar uma resposta, lançando o PAC, que, aliás, passa a léguas de distância das reformas, cuja falta inibe o crescimento. O mundo cresce 5%, os emergentes crescem 7% e os asiáticos crescem 10% e o Brasil cresce 2% ou 3%. Alguma coisa está errada. Os verdadeiros entraves do crescimento não estão sendo colocados.

Houve traições em seu arco de alianças? O nível de solidariedade na política é baixo. Mas tive boas surpresas, muita gente suou muito a camisa. Quero agradecer publicamente a Tasso Jereissati, presidente do PSDB, que mergulhou na campanha; Jorge Bornhausen, presidente do PFL, muito firme; e Roberto Freire, presidente do PPS.

O sr. não deveria ter começado essa lista de agradecimentos com José Serra e Aécio Neves? Eles ajudaram. Mas é natural que quem é candidato dê prioridade a sua campanha. Eu não vou ficar choramingando, bola para a frente.

O que o sr. acha de uma trégua que Lula pedirá ao PSDB?

Sobre as traições, diz: ‘Não vou ficar choramingando, bola para a frente’

PSDB. Ele não entende a lógica democrática. A oposição é necessária no regime democrático. Se ele quer dois anos sem oposição, vira um regime de partido único. Que oposição é essa? É tão patriótico ser governo quanto ser oposição. O que a oposição tem de fazer é criticar, fiscalizar, cobrar.

O que o sr. achou do novo ministério de Lula?

Como o que pode, seis meses depois das eleições, não ter nem ministério para governar. É ter uma maioria que é uma colcha de retalhos, sem nenhum projeto, só para prorrogar a CPMF. Se esperar mais um pouco, acaba o primeiro ano, que é fundamental.

O sr. é candidato à presidência do PSDB em novembro? Não. Não preciso ser presidente do PSDB para trabalhar pelo partido.

Mas é candidato à Prefeitura de São Paulo ano que vem, não? Definido é que trabalharei pelo PSDB nas eleições municipais. Partido político precisa ter base municipal. A eleição da capital é importante, mas não é hora de discuti-la.

Afinal, qual a estratégia do PSDB na oposição?

O PSDB precisa voltar a seu manifesto, a amassar barro, estar perto dos movimentos populares. O governo age cooperando o que pode cooptar; os que não pode, desiderata, enfraquece. É o caso do PSDB, do PFL e do PPS. Nós já perdemos sete deputados. Aliás, nem perdemos, porque a safada dessas pessoas não foi perda.

O Brasil aprendeu a combater a criminalidade?

Não se pode combater a criminalidade no Brasil sem a liderança do governo federal. Crime organizado é federal. E a omissão do governo federal é inaceitável. Foi assim no primeiro mandato e sinto, no segundo, uma ausência total. Precisamos reformar os códigos penal e de processo penal. Como está, a lei é muito dura com o pequeno, mas muito fraca com o crime organizado. •

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Eles vibram, nós pagamos”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 14 de Março de 2007.

A matéria destaca que, imposto símbolo do atraso brasileiro, a CPMF, vai ganhando vida nova em todos os governos. O tributo vampiro, como é chamado pela revista, deverá ser prorrogado novamente, por medida provisória, como ocorre há dez anos.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELES VIBRAM, NÓS PAGAMOS

Imposto-símbolo do atraso brasileiro, a CPMF vai ganhando vidas novas em todos os governos: é o tributo vampiro

Otávio Cabral e Alexandre Oltramari

O governo enviará ao Congresso Nacional até o fim deste mês uma emenda constitucional que mais uma vez prorrogará a cobrança da CPMF, o tributo-símbolo do estágio medieval da porção oficial do capitalismo brasileiro. Criada há uma década sob o pretexto de custear os gastos emergenciais com saúde, a CPMF era provisória e tornou-se permanente. Hoje não tem nada a ver com saúde. O chamado “imposto do cheque” ajuda a pagar o Bolsa Família, as pensões do INSS e até a folha de pagamentos do governo. Ela nasceu pequena e, como todo imposto que se preza, cresceu. Sua alíquota original era de 0,2% sobre qualquer movimentação financeira, até quase dobrar de tamanho. Cada vez que alguém assina um cheque, paga uma conta, faz um saque ou toma um empréstimo bancário, o governo abocanha 0,38% do valor da operação. Parece pouco? Ilusão. Em uma economia em que os negócios tendem a

ter margens de lucro declinantes — resultado da competição global, que exige investimentos montantes em tecnologia para aumentar a produtividade —, o que parece pouco pode tornar uma operação menos viável. Uma rede de supermercados que fatura 1 bilhão de reais por ano paga 5 milhões de reais em CPMF. Com esse dinheiro, essa rede poderia abrir uma loja de 1 500 metros quadrados e contratar 100 funcionários para tocá-la. Ou, se quisesse, poderia aumentar seu lucro líquido entre 1% e 2% — remunerando melhor seus acionistas ou pagando benefícios por resultados aos funcionários. Será que um burocrata do governo gasta melhor esse dinheiro?

No ano passado, o Tesouro arrecadou 32 bilhões de reais com a CPMF, dinheiro suficiente para bancar quatro programas como o Bolsa Família, a maior ação social do atual governo. Na semana passada, o presidente Lula se reuniu com os 27 governadores e arrancou o compromisso de que eles se empenharão para convencer os deputados e senadores de

seus estados a aprovar a prorrogação da CPMF pela quinta vez. Se fosse um jogo de futebol, poderia se dizer que, mesmo jogando contra a torcida, o presidente conseguiu marcar o primeiro gol, depois de armar um eficiente esquema tático que envolveu o adversário. Lula convocou os governadores a Brasília para apresentar o seu projeto da reforma tributária. A proposta, se fosse para valer, simplificaria o sistema, um dos mais complexos e caros do mundo. Lula também ouviu atentamente as reivindicações dos governadores e até aquiesceu em algumas delas. O presidente sabe das dificuldades políticas que estão na proa de uma discussão tributária mais profunda. Por isso, preparou um teatro para fazer de conta que o governo está realmente disposto a enfrentar o problema. Depois da encenação, Lula foi ao ponto que interessava: a prorrogação da CPMF. Como os governadores não têm nenhum interesse especial pelo imposto, já que todos os recursos vão parar nos cofres da União, Lula jogou uma isca. O presidente se comprometeu a discutir a possibilidade de compartilhar com os estados parte da CPMF quando a proposta de reforma tributária chegar ao Congresso. Vislumbrando receitas futuras, os governadores foram fisgados. "Entrei esperando um limão. Mas a reunião acabou virando uma limonada", comemorou o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung.

O apoio dos governadores é vital para garantir a continuidade da CPMF. Pela legislação em vigor, a cobrança expira em 31 de dezembro deste ano. Para não ser interrompida, é necessário que a emenda constitucional seja aprovada em dois turnos, na Câmara dos Deputados e no Senado, até o fim de setembro. Isso exige votos de dois terços dos congressistas. "O governo só tem interesse em prorrogar a CPMF. Pode esquecer o restante da reforma tribu-

tária", analisa o cientista político Rogério Schmitt, da consultoria Tendências. "Qualquer reforma tributária teria de reduzir a carga de impostos. E redução de

Em reunião com os governadores, Lula prometeu estudar a partilha dos recursos da CPMF em troca de apoio à prorrogação

impostos não faz parte do DNA dos governantes, principalmente do presidente Lula", diz o cientista político Rubens Figueiredo. E por uma razão elementar: redução de impostos significa menos dinheiro em caixa, o que exigiria mais austerdade na hora de gastar. Não são muitos os governantes que se dispõem a enfrentar essa equação. Para se ter uma idéia, desde a promulgação da Constituição de 1988, o governo federal já promoveu doze alterações constitucionais na área tributária — todas serviram para aumentar impostos. No início da década de 90, época da primeira modificação, os brasileiros entregavam ao governo 25 de cada 100 reais que produziam. Hoje, essa proporção subiu para 39 — e, se depender da disposição dos governantes, a mordida tende a crescer.

A CPMF foi criada em 1996, durante a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Na época, foi violentamente criticada pelos petistas, entre eles o presidente Lula. O PT chegou a ir ao Supremo Tribunal Federal, alegando que a contribuição era inconstitucional. Hoje, tucanos e petistas estão juntos na defesa do imposto. O presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati, é o autor de um projeto de emenda constitucional que, apesar de reduzir gradativamente a carga da CPMF, torna a cobrança permanente. Apesar de oficialmente estarem em trincheiras opostas, já

também criticada pelos petistas, entre eles o presidente Lula. O PT chegou a ir ao Supremo Tribunal Federal, alegando que a contribuição era inconstitucional. Hoje, tucanos e petistas estão juntos na defesa do imposto. O presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati, é o autor de um projeto de emenda constitucional que, apesar de reduzir gradativamente a carga da CPMF, torna a cobrança permanente. Apesar de oficialmente estarem em trincheiras opostas, já

A LONGA DURAÇÃO DO PROVISÓRIO

A CPMF foi instituída para durar apenas dois anos, mas já tem mais de dez anos de existência

24 de outubro de 1996

E criada a CPMF com alíquota de 0,2% sobre todas as transações financeiras, devendo vigorar até janeiro de 1999

23 de janeiro de 1999

Conforme estava previsto, a CPMF deixa de vigorar

17 de junho de 1999

Depois de cinco meses extinta, a CPMF é restabelecida, com alíquota de 0,38%, devendo vigorar até junho de 2001

há até um entendimento entre tucanos e petistas para que a prorrogação da CPMF seja aprovada no Congresso sem maiores problemas. É fácil entender por quê. Como o PSDB tem dois candidatos competitivos à Presidência da República em 2010, os governadores Aécio Neves e José Serra, é politicamente conveniente aprovar a prorrogação do imposto. Assim, caso assumam o governo federal em 2011, os tucanos não teriam problemas de caixa nem precisariam enfrentar o desgaste de aprovar projetos impopulares em sua gestão. Ficaria tudo na conta do governo passado, exatamente como fizeram os petistas.

A CPMF é considerada o mais dano-so tributo da história recente porque ela não incide, como se imagina, apenas sobre a parcela mais aquinhoadas da população, que possui conta no banco. "Como é cumulativa, a cobrança contamina toda a cadeia produtiva", afirma o tributarista Clóvis Panzarini, ex-coordenador tributário da Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo. As empresas despejam no preço final todo o imposto que pagam. Quanto mais longa a cadeia produtiva, maior a incidência da CPMF no preço final. Tome-se o exemplo da fabricação e venda de uma geladeira. A indústria paga CPMF para comprar seus equipamentos e remunerar os empregados. Já a transportadora paga CPMF no combustível que compra para transportar a geladeira. A loja, por sua vez, recolhe a CPMF ao pagar a fábrica, a

transportadora, o aluguel e os salários dos funcionários. Todo esse imposto em cascata é repassado ao consumidor final.

Apesar da passividade dos políticos diante da intenção do governo de prorrogar a CPMF, existe ainda alguma resistência. Duas semanas atrás, o deputado Paulo Bornhausen, do PFL de Santa Catarina, lançou o movimento Xô CPMF. Em um portal na internet, há informações históricas sobre a contribuição, valores arrecadados, artigos pelo fim da cobrança e espaço para mandar e-mails a deputados e senadores pelo fim do imposto. A estratégia do PFL é buscar apoio fora da esfera política. Na

última semana, Bornhausen conseguiu a adesão à campanha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "Nas campanhas eleitorais, os partidos falam em redução da carga tributária, mas, depois da posse, todos só querem dividir o bolo", critica Bornhausen. O PFL, é bom lembrar, também foi um dos defensores da CPMF no governo passado. É graças a esse comportamento de conveniência pendular dos políticos que a CPMF se perpetua e mantém sua força de arrasto que impede o deslanche da economia brasileira. ■

17 de junho de 2000

A alíquota é reduzida de
0,38% para 0,3%

14 de dezembro de 2000

Emenda constitucional
prorroga a CPMF até março
de 2003 e aumenta sua
alíquota para **0,38%**
novamente

12 de junho de 2002

Nova emenda prorroga a
CPMF por mais dois
anos, até dezembro de
2004, e mantém a alíquota
em **0,38%**

19 de dezembro de 2003

A CPMF é novamente
prorrogada, até
dezembro de 2007, com
a mesma alíquota de
0,38%

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Controle do governo sobre o Bolsa Família é precário”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 28 de Fevereiro de 2007.

A matéria destaca que o Ministério do Desenvolvimento Social libera dinheiro do Programa Bolsa Família, sem saber se cinco milhões de crianças cumprem às exigências do Programa, dentre elas a comprovação da freqüência escolar e a carteira de vacinação da criança.

Controle do governo sobre o Bolsa Família é precário

Ministério libera dinheiro sem saber se 5 milhões de crianças vão mesmo à aula

Prefeituras enviam dados sobre freqüência escolar e saúde incompletos; apesar da ausência de informações, União não pune municípios

JULIANA COISSI
DA FOLHARIBEIRÃO

O Ministério do Desenvolvimento Social recebe hoje apenas 70% dos dados sobre freqüência escolar dos beneficiários com o Bolsa Família, o que equivale a 11,4 milhões de crianças. A União ignora se 4,9 milhões de alunos cumprem às exigências do programa.

Segundo dados divulgados pelo próprio ministério, o governo federal é informado precariamente pela maior parte dos municípios brasileiros sobre a freqüência escolar e o cumprimento das exigências de saúde dos beneficiários pelo Bolsa Família —duas contrapartidas impostas pelo programa para manter os repasses.

A situação atinge inclusive as capitais: nove delas enviaram dados de menos da metade das famílias beneficiadas. Em Maceió, por exemplo, foram enviados dados de apenas 29% das crianças inscritas no programa que freqüentam a escola.

Têm perfis parecidos Salvador e Macapá (30%), João Pessoa (39%), Vitória (40%), Cuiabá (45%), Recife (43%), Porto Velho (46%) e Aracaju (41%).

Em relação aos dados de saúde —a vacinação em dia de crianças até sete anos e a realização de um mínimo de exames pré-natal por gestantes—, a informação enviada à União pelas prefeituras é ainda mais limitada. Maceió transmitiu dados de 7% dos incluídos; Macapá, 14%, e João Pessoa, 11%. Centros como Salvador e Cuiabá não enviaram nenhuma informação.

São Paulo e Belo Horizonte fazem controle em sistemas próprios, mas não repassaram a informação à União.

As informações do governo federal, atualizadas em dezembro, referem-se aos últimos dados recebidos —de junho de 2006, na saúde, e de agosto e setembro de 2006, na educação. Os dados de saúde devem ser enviados a cada seis meses e, os de educação, a cada bimestre.

COMO FUNCIONA O BOLSA FAMÍLIA

Prefeituras são responsáveis por supervisionar o cumprimento dos requisitos do programa

O BOLSA FAMÍLIA NAS CAPITALS

Cidades omitem dados sobre educação e saúde

	Dados informados sobre educação, em %	Dados informados sobre saúde, em %	IGD (%)	Escala de 0 a 1
Maceió (AL)	29	7	0,49	
Salvador (BA)	30	0	0,42	
Macapá (AP)	30	14	0,45	
João Pessoa (PB)	39	11	0,55	
Vitória (ES)	40	49	0,60	
Aracaju (SE)	41	16	0,59	
Recife (PE)	43	29	0,58	
Cuiabá (MT)	45	0	0,60	
Porto Velho (RO)	46	27	0,65	
Fortaleza (CE)	53	20	0,49	
Belém (PA)	57	9	0,51	
Curitiba (PR)	57	48	0,71	
Brasília (DF)	58	6	0,61	
Palmas (TO)	58	13	0,66	
São Paulo (SP)	60	0	0,50	
Manaus (AM)	61	11	0,54	
Teresina (PI)	63	11	0,63	
Belo Horizonte (MG)	65	53	0,60	
Goiânia (GO)	78	0	0,59	
Rio de Janeiro (RJ)	79	25	0,54	
São Luís (MA)	80	0	0,51	
Natal (RN)	84	31	0,62	
Boa Vista (RR)	86	15	0,69	
Florianópolis (SC)	88	14	0,70	
Rio Branco (AC)	90	11	0,70	
Porto Alegre (RS)	93	11	0,63	
Campo Grande (MS)	98	83	0,79	

*) O IGD (Índice de Gestão Descentralizada) é um parâmetro criado pelo governo federal para destinar recursos extras das famílias às cidades. O índice considera a abertura dos cadastros, a qualidade dos dados e as informações de saúde e educação dos beneficiários repassados à União. Cidades com os melhores indicadores recebem mais recursos para a gestão do programa. Obs.: Dados de educação atualizados em setembro de 2006. Dados de saúde atualizados em junho de 2006 - Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Dificuldade

A dificuldade de monitorar a freqüência escolar foi reconhecida em 2004 pelo próprio ministro, Patrus Ananias. Na época, a União só tinha dados de metade dos 12,4 milhões de alunos inclusos no programa.

A cobertura já chegou a 76,2% dos estudantes inscritos, no final de 2005. Hoje está em 70,2%. Na saúde, os dados são mais tímidos: a União só conhece dados de 33,4% das famílias —3,5 milhões. Para o ministério, já é um avanço. Em 2005, apenas 6% das famílias eram acompanhadas de fato.

“Havia uma dificuldade de articulação das prefeituras com os Estados para receberem os dados das escolas estaduais”, explica a secretária de Renda de Cidadania do ministério, Rosana Cunha. Desde dezem-

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para tentar aumentar o controle da freqüência escolar, que hoje só atinge 70,2% dos beneficiários pelo Bolsa Família, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome decidiu repassar às escolas, além das prefeituras, a responsabilidade de informar os dados dos alunos inscritos no programa.

O sistema começou a ser utilizado na coleta dos dados de outubro e novembro de 2006. Ele permite que o operador responsável pelo acompanhamento da freqüência escolar no município credencie um responsável pela escola.

Outra forma de incentivar o envio da freqüência é adotada pelo Ministério da Educação, que só libera verbas extras a prefeituras que mandam com regularidade os dados.

A pasta bloqueou por 30 dias a bolsa de 56.288 famílias de alunos que não cumpriram exigências de educação duas vezes, mas, no mês seguinte, elas puderam sacar duas parcelas. A bolsa de outras 48 que infringiram pela terceira vez as regras foi suspensa por 60 dias, e elas não poderão reaver as parcelas.

Principal programa de transferência de renda do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Bolsa Família atinge cerca de 11 milhões de famílias que recebem subsídios de R\$ 15 a R\$ 95 por mês. O benefício é cancelado quando a família deixa de manter o filho na escola ou não acompanha o calendário de vacinação das crianças e de pré-natal das gestantes.

Na prática, porém, a União não puniu nenhum município que deixou de enviar os dados. “O que buscamos é uma forma de incentivar as cidades a darem as informações”, disse Cunha.

Um dos incentivos é o IGD (Índice de Gestão Descentralizada), criado em abril de 2006, que “premia” com recursos extras, para gestão do programa, as cidades que mais atualizam o cadastro e enviam dados de freqüência escolar e saúde. Em escala de 0 a 1, as melhores ganham mais recursos adicionais.

Escolas também podem enviar informações

DA FOLHARIBEIRÃO

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Governo estuda acabar com metas para assentamentos”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, de 26 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que, o não cumprimento do objetivo do primeiro mandato gerou tanto desgaste político ao Governo Lula, que agora o Presidente e o Ministério do Desenvolvimento Agrário avaliam abandonar as metas quantitativas de assentamento de reforma agrária e priorizar as melhorias em projetos

já existentes. Segundo a matéria, essa medida tem a antipatia dos sem-terra.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo estuda acabar com metas para assentamentos

Não-cumprimento de objetivo do primeiro mandato gerou desgaste político

Lula e ministro defendem dar prioridade a melhorias em projetos que já foram criados; medidas teriam antipatia de sem-terra

EDUARDO SCOLESSE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Acuados e cansados da pressão dos movimentos sem-terra, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Palácio do Planalto avaliam abandonar as metas quantitativas de assentamentos da reforma agrária.

Uma segunda opção, menos drástica, mas ainda assim na contramão dos sem-terra, é torná-las secundárias diante da qualificação dos projetos de assentamentos já existentes.

Com apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), a discussão ganhou força no final de 2006, quando o ministério fechou o balanço do primeiro mandato com o desgaste político de não ter cumprido a meta de 400 mil famílias assentadas (381 mil, segundo a pasta, foram beneficiadas).

A definição de metas não foi nem citada no programa do governo do petista.

A corrida pela meta trouxe ainda mudança numa das diretrizes do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária). Para se aproximar do número, os assentamentos em terras públicas, antes em segundo plano, viraram prioridade diante das desapropriações. Essa mudança de foco beneficiou famílias na região amazônica, porém retraiu a divulgada prioridade no atendimento aos acampados do Sul, Sudeste e Nordeste.

Na prática, o não-atendimento das famílias debaixo dos barracos de lona manteve sob tensão alguns pontos conflitantes do país, como o Pontal do Paranapanema (oeste de SP).

De fato, até agora, não há metas para o segundo mandato — apenas uma previsão de 150 mil famílias assentadas em 2007, segundo o Plano Pluriannual 2004-2007.

A questão tem sido tratada com descrição no governo. O Planalto sabe que, ao não se comprometer com um número, sofrerá críticas dos movimentos sem terra e também de servidores do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que recebem gratificações ao cumprir metas regionais.

O próprio Lula já sinalizou que a prioridade de seu segundo mandato será a qualificação

MST mantém duas invasões no Pontal

CRISTIANO MACHADO
COLABORAÇÃO PARA A AGENCIA
FOLHA, EM PRESIDENTE BERNARDES

Duas de dez fazendas invadidas no Pontal do Paranapanema (SP) desde o último domingo permanecem tomadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), apesar de José Rainha Jr. ter dito que elas seriam desocupadas como forma de obter uma audiência com o governo do Estado.

Das quatro fazendas invadidas no noroeste paulista, uma segue ocupada.

dos assentamentos. “A ênfase [em 2007] está na qualificação da reforma agrária em curso, na melhoria das condições de trabalho, instrução, produção, enfim, das condições de vida dos assentados”, disse em sua mensagem anual ao Congresso.

No primeiro mandato, Lula

definiu a meta sob pressão do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Sem saber se ficará no cargo após a reforma ministerial, o ministro Cassel também defende uma mudança de prioridade. “Assentamos 136 mil famílias em 2006. Ou seja, são mais

famílias ligadas ao movimento mantém barracos nas fazendas Guarani, em Presidente Bernardes (589 km de SP), e Beira-Rio, em Teodoro Sampaio (672 km de SP).

Líderes da invasão na fazenda Guarani disseram que permanecerão para “evitar que outros movimentos entrem na área”. Se isso acontecesse, eles avaliam, perderiam a prioridade na seleção caso a fazenda seja transformada em assentamento.

Rainha, que aguarda reunião com representantes do governador José Serra (PSDB), ratificou a versão. “Nesses dois casos há questões localizadas e, diante disso, discutimos com os trabalhadores e prevaleceu a posição tomada por eles.”

de 500 mil pessoas que precisam de estrada, água, energia elétrica, crédito habitação. Tem que equilibrar agora”, afirmou o ministro, que defende manter o assentamento médio de 100 mil a 150 mil famílias nos próximos cinco anos.

O fim das metas tem a simpatia da equipe econômica por conta da valorização do preço das terras. Em 2006, por exemplo, o governo gastou R\$ 1,3 bilhão na obtenção de áreas para assentamentos, enquanto em todo o primeiro mandato destinou pouco mais de R\$ 2 bilhões na qualificação dos projetos já criados de reforma agrária.

PERNAMBUCO: POLÍCIA PRENDE TRÊS POR PORTE DE ARMAS EM FAZENDA INVADIDA

Três homens, que alegam ser vigias, foram presos ontem sob a acusação de porte ilegal de armas em uma fazenda invadida pelo MST em Cumaru (PE). Policiais foram até a propriedade após queixa de militantes do MST de que estariam sendo intimidados por homens armados.

Administrador (no alto) e sem-terra em fazenda em Presidente Bernardes (SP)

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é com muita satisfação que registro a premiação, pela Unesco, a um grupo de jovens e determinados artistas de Porto Velho, capital do meu Estado. Reunidos no Coletivo Madeirista, o grupo protagoniza intervenções criativas e inovadoras no ambiente urbano da cidade, unindo arte e tecnologia a serviço da diversidade cultural, da valorização da vida.

O Coletivo Madeirista é o vencedor do Digital Art Awards 2007, uma premiação internacional promovida pela Unesco em associação com a 8ª Bienal de Sharjah, nos Emirados Árabes, concedida a artistas emergentes e suas realizações criativas, baseadas em projetos que integrem a arte e a tecnologia, propondo novas formas de expressão, valendo-se da utilização do espaço e ambiente urbano.

A premiação nos alegra ainda mais, e também a todos os artistas porto-velhenses, porque o Coletivo Madeirista venceu acirrada concorrência de projetos idealizados em diversas partes do mundo.

Estiveram no páreo projetos da Croácia, Taiwan, Paquistão, Coréia do Sul, Romênia, Tunísia, Bangladesh, Egito, Alemanha, Senegal, Canadá, Irã, Palestina, França, Sérvia, África do Sul, Holanda, Israel, Inglaterra, Síria, China, Estados Unidos, Polônia, Suíça, Bolívia, Argentina, Austrália, Slovenia, Chile, México, Grécia e Jordânia.

Sem contar, Sras e Srs. Senadores, que o Coletivo Madeirista concorreu com outros cinco trabalhos do Brasil.

Registro minhas felicitações e parabéns aos integrantes do Coletivo Madeirista. São eles Joéser Alvarez; Rinaldo Santos; Flávio Dutka; Jean Ricardo; Gaspar Knipper; Luis Dantas; Adão Viotto e Deivis Nascimento.

Estes jovens e talentosos artistas venceram a premiação com o projeto “Inventário das Sombras”, rigorosamente focado no tema do Digital Art Arwads deste ano, “Sons e Imagens de Minha Cidade”.

O projeto foi concebido, segundo seus idealizadores, durante uma oficina realizada pela Funarte em

outubro de 2004, na calçada da Casa de Cultura Ivan Marrocos, em Porto Velho, experiência que se espalhou por outras cidades do Brasil.

A proposta é simples: consiste em pintar a própria sombra, produzindo um grafismo que registre a presença da pessoa naquele momento, naquele lugar, e pronto! Cria-se uma galeria de arte pública, na rua, de livre acesso. Discute-se a criação de celebridades instantâneas. Tudo filmado e sonorizado.

Tudo feito com a interação e participação popular, permitindo reflexão sobre a discussão da arte pública, e potencialmente contribuindo para o surgimento de novos atores ou agentes culturais no cenário artístico.

Instigar é o propósito do Coletivo Madeirista, alimentado pelo perseverante trabalho de oferecer nova estética às criações populares. Instigar o transeunte, o público que num átimo se torna artista.

Diz o Coletivo Madeirista: “Uma diversidade de conceitos chega ao grande público nas calçadas e avenidas, mostrando cada vez mais que a arte está ligada à vida, ao cotidiano das pessoas e que o artista tem de ir, mais do que nunca, aonde o povo está”.

Registro novamente meus parabéns a todos os integrantes do Coletivo Madeirista por esta bela premiação, um estímulo para muitos outros artistas e educadores populares da Amazônia seguirem trilhando o caminho do saber que desafia o senso comum e a bajulação midiática para sorver a criativa e espontânea manifestação dos habitantes da periferia urbana.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. PFL – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, desejando a todos uma Feliz Páscoa.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. PFL – RN) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 56 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

**04/04/2007
quarta-feira**

- | | |
|-------|---|
| 08:30 | - Encontro com o Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados, com o Ministro José Gomes Temporão, Ministro de Estado da Saúde, com o Governador José Roberto Arruda, Governador do Distrito Federal, com o Secretário José Geraldo Maciel, Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal

Hospital das Forças Armadas - Cruzeiro Velho |
| 10:30 | - Visita do Presidente Rafael Correa Delgado , Presidente da República do Equador

Salão Nobre do Senado Federal |
| 13:00 | - Almoço oferecido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, ao Presidente Rafael Correa Delgado, Presidente da República do Equador

Sala Brasília, Palácio Itamaraty |
| 16:00 | - Ordem do Dia - Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal |



Martha Lívia Nascimento
Chefe de Gabinete
Presidência do Senado

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 360, DE 2007, ADOTADA EM 28 DE MARÇO DE 2007 E PUBLICADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2007, QUE "ALTERA A LEI Nº 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, QUE "ALTERA A LEI Nº 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS MINISTÉRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado FERNANDO CORUJA.....	004, 005.
Deputado FERNANDO DE FABINHO.....	006.
Deputado PAULO RENATO SOUZA.....	001, 003.
Deputado SOLANGE AMARAL.....	002.

TOTAL DE EMENDAS: 006

MPV - 360**00001****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 03.04.07	proposição	Medida Provisória nº 360, de 28.03.2007.		
autor DEP. PAULO RENATO SOUZA	nº do protocolo			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprime-se o inciso II do Art. 2º-B, da Lei n.º 10.683, de 2003, alterado pelo art. 1º da MP 360, de 2007

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória inseriu dispositivo criando a Secretaria de Comunicação Social dentro da estrutura da Presidência da República, bem como definiu as atribuições desse órgão.

No rol de atribuições desta Secretaria foi determinado que compete a ela assistir direta e imediatamente ao Presidente da República na "implantação de programas informativos".

Destaque-se que a redação do inciso é extremamente imprecisa e poderia dar margem a iniciativas que contraponham às práticas democráticas em nosso país.

Particularmente, essa atribuição deveria ser tratada juntamente com um eventual projeto de lei anunciado pelo governo, que disporia sobre a televisão pública, motivo pelo qual sugerimos a supressão do mencionado inciso, para que oportunamente este tema seja amplamente debatido por esta Casa.

PARLAMENTAR

MPV - 360**00002****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 03/04/2007	proposição Medida Provisória nº 360			
autor Deputada Solange Amaral				
Nº do prontuário				
1 XSupressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprime os Incisos V e VII d Art. 2º-B da Medida Provisória 360, de 28 de março de 2007, que “Altera a Lei No. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências”.

Art. 2º-B.

I – na formulação e implementação da política de comunicação e divulgação social do Governo;

II – na implantação de programas informativos;

III – na organização e desenvolvimento de sistemas de informação e difusão das políticas de governo;

IV – na convocação de rede obrigatórias de rádio e televisão.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível para uma empresa privada do ramo de comunicação social dispor de uma diretoria comercial que consiga captar anúncios, veiculações pagas, ineditoriais que garantam rentabilidade para a empresa, porque, se isso não acontecer, ela fatalmente sucumbirá.

Apesar dessa necessidade, é imprescindível também para uma empresa do ramo de comunicação social manter adequadamente apartados os interesses muito objetivos da direção editorial e da diretoria comercial, em nome do jornalismo independente, não contaminado por interesses conflitantes com o da notícia, da informação jornalística.

Grande empresas jornalísticas que ao cometerem o erro de convergir, de misturar esses dois interesses apequenaram-se, perderam credibilidade. E, com isso, seus consumidores. A História prova essa realidade.

O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, tudo indica, desconhece esse fato.

O que pode ser constatado ao ler-se o texto da Medida Provisória 360, de 28 de março de 2007, que altera a Lei No. 10.683, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dá outras providências.

Em seu Artigo 2º -B, a Medida Provisória comete o pecado, mais do que venial, de atribuir ao Secretário de Comunicação Social da Presidência da República a tarefa de representar o papel de regulador e distribuidor de publicidade e de patrocínio dos órgãos e das entidades da administração pública federal, direta e indireta, e de sociedades sob controle da União.

É óbvio que ao obrar nesse sentido, o governo investe no sentido de controlar, por intermédio da regulação da distribuição de verbas, a imprensa.

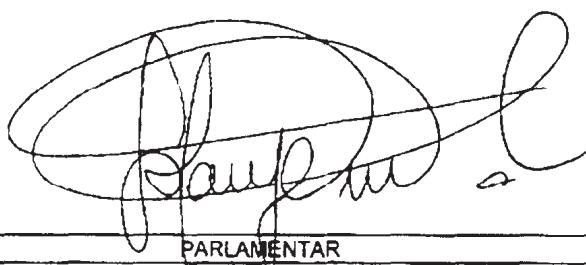
O governo do presidente Lula da Silva intentou, em passado recente, realizar o mesmo com a criação do Conselho Nacional de Jornalismo. Intenção repudiada pela sociedade.

Tentou fazer o mesmo com a Cultura, por intermédio da criação da Ancinave. Intenção igualmente repudiada.

Agora, por meio de outra tática, volta à carga. Com o idêntico propósito de controlar a imprensa, valendo-se do poder discricionário de veicular propaganda oficial, legal, nos meios de comunicação

Não bastasse esse fato, também investe o governo no sentido de implantar uma televisão oficial, estatal, para fazer, é a intenção óbvia, propaganda oficial. Modelo que caracteriza os governos autoritários, ditoriais.

Assim sendo, deprecamos o apoio de Nossos Pares para evitar a perpetração de uma iniciativa que em nada contribui para a sociedade, na medida que essas investidas do governo Lula da Silva conflitam com a democracia e os ideais republicanos.



A large, handwritten signature in black ink, appearing to read "Paulo Paim". Below the signature, the word "PARLAMENTAR" is printed in capital letters.

MPV - 360

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00003

data
03.04.07proposto
Medida Provisória nº 360, de 28.03.2007.autor
DEP. PAULO RENATO SOUZA

nº do prontuário

1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprime-se o inciso VII do Art. 2º-B, da Lei n.º 10.683, de 2003, alterado pelo art. 1º da MP 360, de 2007

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória inseriu dispositivo criando a Secretaria de Comunicação Social dentro da estrutura da Presidência da República, bem como definiu as atribuições desse órgão.

No rol de atribuições desta Secretaria foi determinado que compete a ela assistir direta e imediatamente ao Presidente da República na "coordenação e consolidação de implantação do sistema brasileiro de televisão pública".

A redação dada a esse inciso é imprecisa e poderia ser entendida como uma anuênciam e autorização do Legislativo à proposta de criação de uma rede de televisão do Executivo.

Na nossa visão, tal iniciativa teria um caráter autoritário incompatível com a democracia em nosso país e com o desenvolvimento de nosso sistema de comunicações público e privado.

Alternativamente, esse inciso poderia ser interpretado como uma autorização para que a Secretaria de Comunicação Social passasse a coordenar todo o sistema público de televisão em nosso país, aí incluídas as emissoras educativas e inclusive as mantidas pelo demais poderes da União e por instâncias das demais unidades federativas, o que seria um absurdo ainda maior do que o aventado na primeira alternativa.

Particularmente, essa atribuição deveria ser tratada juntamente com um eventual projeto de lei anunciado pelo governo, que disporia sobre a televisão pública, motivo pelo qual sugerimos a supressão do mencionado inciso, para que oportunamente este tema seja amplamente debatido por esta Casa.

PARLAMENTAR



MPV - 360

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 360,

00004

Altera a Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

EMENDA N.º

Suprime-se o inciso VII do art. 2º-B da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória n.º 360, de 28 de março de 2007.

JUSTIFICATIVA

A criação de uma TV pública do Executivo destinada a divulgar políticas do governo federal e coordenada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, por certo, diminuirá o grau de liberdade da nova emissora em relação às visões oficiais do próprio governo. Afinal, essa Secretaria faz parte, essencialmente, da Presidência da República e é responsável pela própria propaganda institucional do governo.

Acreditamos que a criação de um canal de TV com o objetivo exclusivo de divulgar informações sobre o governo, sem garantias de que a programação englobe também programas educativos e culturais, seria bastante contraproducente e desnecessário, frente aos elevados gastos com pessoal e equipamento exigidos para a manutenção de um canal de TV.

Sala da Comissão, em abril de 2007.


Deputado **FERNANDO CORUJA**
PPS/SC

MPV - 360

00005

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 360, I

Altera a Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

EMENDA N.º

Dê-se ao inciso VII do art. 2º-B da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória n.º 360, de 28 de março de 2007, a seguinte redação:

“VII – na coordenação e consolidação da implantação do sistema brasileiro de televisão pública, juntamente com o Ministério da Cultura e o Ministério das Comunicações.”

JUSTIFICATIVA

A possibilidade da criação de uma TV pública do Executivo destinada a divulgar políticas do governo federal é um assunto recorrente na mídia nos últimos dias. Ao lado disso, os Ministérios da Cultura e das Comunicações já vinham discutindo a criação de um TV pública destinada não só à divulgação dos trabalhos do governo, mas, principalmente, de conteúdo educativo e cultural de interesse da sociedade.

A implantação do sistema brasileiro de televisão pública a cargo somente de um órgão que faz parte, essencialmente, da Presidência da República e que, pela sua própria natureza, não é capaz de travar um diálogo amplo com representantes da sociedade, sem embargo, diminuirá o grau de liberdade da nova emissora em relação às visões oficiais do próprio governo. Como se não bastasse, essa Secretaria é responsável também pela propaganda institucional do governo.

Ademais, a criação de mais de um canal de TV estatal, sendo um para a divulgação de informações sobre o governo federal e outro para a difusão de programas educativos e culturais seria bastante contraproducente e desnecessário, frente aos elevados gastos com pessoal e equipamento exigidos para a manutenção de um canal de TV. Nesse sentido, o eventual canal de TV pública que vier a ser criado deverá englobar as funções já planejadas tanto pelos referidos ministérios, em especial o da Cultura, e a recém criada Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sem prejuízos ao erário e à isenção de opiniões emitidas pelo canal de TV.

Sala da Comissão, em abril de 2007.


Deputado **FERNANDO CORUJA**
PPS/SC

MPV - 360**00006****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

Proposição
Medida Provisória nº 360/07

autor

Deputado Fernando de Fabinho

Nº do prontuário

1 X Supressiva 2. substitutiva 3. X modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 7º da Medida Provisória nº 360, de 2007, o seguinte parágrafo único.

.....

Art. 7º

Parágrafo único. Os servidores de que trata o *caput* deste artigo poderão, a qualquer tempo, requerer o retorno ao seu órgão de origem, independentemente da anuência do órgão cessionário.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que os servidores tenham a oportunidade de retornar ao seu órgão de origem antes de findar o prazo da concessão, haja vista que, às vezes, não se adapta na nova lotação. Ademais, o *caput* do art. 7º da MP autoriza o Poder Executivo a manter os servidores em exercício nos órgãos que houverem absorvido as competências dos órgãos da Presidência da República extintos, sem a prévia manifestação do interessado, quer dizer, do servidor.

Publicado no Diário do Senado Federal, de 5/4/2007.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
(OS;11606/2007)

CONGRESSO NACIONAL

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 361, adotada no dia 28 de março de 2007 e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que “Institui o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP ou pela Fundação CAPES; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 11.458, de 19 de março de 2007; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS; cria, em caráter temporário, funções de confiança denominadas Funções Comissionadas dos Jogos Pan-Americanos - FCPAN; e dá outras providências.” :

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado Arnaldo Faria de Sá	014.
Senador Arthur Virgílio	002; 006; 007.
Deputado Fernando de Fabinho	009.
Senadora Marisa Serrano	001; 003; 011; 013.
Deputada Nilmar Ruiz	004; 005.
Deputado Otávio Leite	012.
Deputado Paulo Renato Souza	008.
Deputado Ribamar Alves	015.
Deputada Solange Amaral	010.
Deputado Vitor Penido	016.

Total de Emendas: 016

**APRESENTAÇÃO DE
EMENDAS**

**MPV - 361
00001**

Data
02/4/2007

proposição
Medida Provisória nº 361, de 28 de março de 2007.

autor

Senadora Marisa Serrano

nº do prontuário

1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se o parágrafo 2º, do artigo 4º da MP 361, de 2007.

“Art. 4º

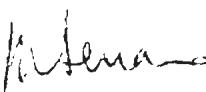
§ 2º Os valores do AAE devidos a cada atividade serão atualizados anualmente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.”

JUSTIFICATIVA

Presente emenda tem como finalidade determinar um índice permanente de reajuste para o Auxílio de Avaliação Educacional – AAE, no intuito de evitar a progressiva defasagem desses valores.

Pelo exposto, recomenda-se a aprovação da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2007.


Senadora Marisa Serrano

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 361
00002Data
02/4/2007proposição
Medida Provisória nº 361, de 28 de março de 2007.

autor

Senador Arthur Virgílio

nº do prontuário

1 Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutiva global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se o artigo 4º da MP 361, de 2007.

“Art. 4º O AAE será devido em função da realização das atividades de avaliação referidas nos arts. 1º e 2º, até o limite de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por atividade.”

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 361, de 2007, pretende instituir o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE, devido ao servidor que, em decorrência do exercício da docência ou pesquisa no ensino superior público ou privado, participe, em caráter eventual, de processo de avaliação educacional de instituições, cursos, projetos ou desempenho de estudantes realizados por iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP ou da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Presente emenda tem por objetivo aumentar o valor deste auxílio, tendo em vista valorização dos trabalhos prestados por estes servidores.

Pelo exposto, recomenda-se a aprovação da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2007.



Senador Arthur Virgílio

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV - 361
00003**data
2/4/2007

Proposição

Medida Provisória nº 361, de 2007Autor
Senadora Marisa Serrano

nº do prontuário

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprime-se o artigo 5º, da Medida Provisória 361, de 2007.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória n.º 361 de 28, de março de 2007, autoriza em seu art. 5º, o pagamento do Auxílio de Avaliação de Educação – AAE para pessoa que não seja integrante dos quadros de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A supressão sugerida faz-se necessária, pois o pagamento do referido auxílio deve ter por objetivo a valorização do trabalho dos servidores públicos quando designados para processos de avaliação educacional de instituições, cursos ou projetos. Atribuir esse auxílio à pessoa estranha do quadro de servidores é mecanismo ilegal de vinculação funcional não previsto na legislação administrativa pátria.

Pelo exposto, recomenda-se por meio da presente Emenda, a supressão do referido artigo.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2007.


Senadora Marisa Serrano

**MPV - 361
00004**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

**Proposição
Medida Provisória nº 361/07**

autor

Deputada Nilmar Ruiz

Nº do prontuário

1 X Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprime-se o art. 8º da Medida Provisória nº 361, de 2007, que altera os artigos 8º § 3º e 11 § 4º e § 5º da Lei nº 10.880 de 2004.

JUSTIFICATIVA

A descentralização é diretriz mestra para a garantia da efetivação das políticas públicas. Neste sentido, a concretização da visão do programa, acompanhamento e avaliação dos resultados é impossível de ser acompanhada pela União, de forma centralizada, num país de grande extensão territorial como o Brasil.

Portanto, o pagamento efetivado direto ao voluntário pela União prejudicará o Programa Brasil Alfabetizado. Toda a concepção da educação básica se efetiva através dos sistemas Estaduais e Municipais de Educação, federalizar as ações de alfabetização é desintegrá-la da realidade educacional brasileira.

Se mantida esta visão, mais uma vez o programa "Brasil Alfabetizado" será uma ação isolada da educação brasileira, da realidade social.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

**MPV - 361
00005**

data

Proposição

Medida Provisória nº 361/07

autor

Deputada Nilmar Ruiz

Nº do prontuário

1 X Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprime-se o art. 9º da Medida Provisória nº 361, de 2007, que altera os artigo 3º da Lei nº 11.273 de 2006.

JUSTIFICATIVA

A descentralização é diretriz mestra para a garantia da efetivação das políticas públicas. Neste sentido, a concretização da visão do programa, acompanhamento e avaliação dos resultados é impossível de ser acompanhada pela União, de forma centralizada, num país de grande extensão territorial como o Brasil.

Portanto, o pagamento das bolsas de estudo e pesquisa – formação inicial e continuada efetivados direto aos professores pela União prejudicará a execução do programa. Toda a concepção da educação básica se efetiva através dos sistemas Estaduais e Municipais de Educação, federalizar as ações de formação inicial e continuada será desintegrá-la da realidade educacional brasileira.

Se mantida esta visão, mais uma vez a formação de nossos professores será uma ação isolada da educação brasileira, da realidade educacional.

PARLAMENTAR

**MPV - 361
00006**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
02/4/2007

proposição
Medida Provisória nº 361, de 28 de março de 2007.

autor

Senador Arthur Virgílio

nº do prontuário

1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutiva global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se o artigo 11 da MP nº 361, de 2007, que propõe a alteração no art. 2º da Lei nº 11.458, de 19 de março de 2007.

“Art. 2º A contratação de que trata esta Lei será de, no máximo, duzentos e quarenta pessoas, com validade de dois anos, podendo ser prorrogada por igual período.”

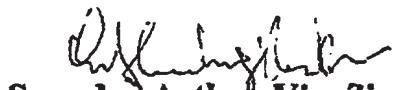
JUSTIFICATIVA

Presente emenda tem por objetivo aumentar o número de servidores a serem contratados temporariamente para os cargos referidos no caput art. 2º da Lei nº 11.458, de 19 de março de 2007. É importante salientar que o governo sancionou a Lei 11.458 em 19 de março e apenas dez dias depois já se viu obrigado a criar novas vagas para essa situação de emergência.

Deve-se deste modo, evitar uma nova carência de cargos para resolver o grave problema do “apagão aéreo”, fruto da irresponsabilidade e ineficiência administrativa do governo Lula.

Pelo exposto, recomenda-se a aprovação da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2007.



Senador Arthur Virgílio

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV - 361
00007**data
2/4/2007Proposição
Medida Provisória nº 361, de 2007Autor
Senador Arthur Virgílio

nº do prontuário

1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página Artigo Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o artigo 12, da Medida Provisória 361, de 2007.

JUSTIFICAÇÃO

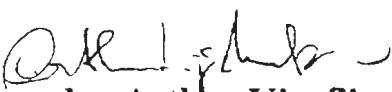
A Medida Provisória n.º 361, de 28 de março de 2007, autoriza, em seu art. 12, a criação de cargos destinados à Advocacia-Geral da União.

A supressão sugerida faz-se necessária, pois se trata da criação de cargos de confiança que serão livremente nomeados pelo Governo, em um órgão que já detém um amplo número de cargos comissionados disponíveis a atender a suas necessidades institucionais.

Registre-se que, por meio da Medida Provisória n.º 163, de 23 de janeiro de 2004, convertida na Lei 10.866, em 13.05.2004, foram criados aproximadamente 2.800 cargos que ficaram à disposição da Casa Civil para serem discricionariamente distribuídos nos 36 Ministérios criados pelo governo Lula.

Pelo exposto, recomenda-se por meio da presente Emenda, a supressão do referido artigo.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2007.


Senador Arthur Virgílio

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 361
00008data
03.04.07proposição
Medida Provisória nº 361, de 28.03.2007.autor
DEP. PAULO RENATO SOUZA

nº do prontuário

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprime-se o art. 12 da MP nº 361, de 2007.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória, em seu art. 12, criou 12 cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, sendo 9 no âmbito da Advocacia-Geral da União e 3 no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.

O Governo, mais uma vez, cria cargos comissionados de livre nomeação, aumentando ainda mais os gastos públicos.

Recentemente, o Poder Executivo encaminhou a esta Casa o Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2007, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para fixar regras de reajustes do servidor público, limitando ao IPCA do ano anterior acrescido de 1,5%. Ao se criar novos cargos por medida provisória, como vem ocorrendo freqüentemente, a Administração diminui a margem de recursos que poderia ser utilizada no aumento do servidores.

Por essas razões proponho a supressão do art. 12 da MP nº 361, de 2007.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV - 361
00009**

data

Proposição
Medida Provisória nº 361/07

autor

Deputado Fernando de Fabinho

Nº do prontuário

1 X Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprime-se o art. 12 da Medida Provisória nº 361, de 2007.

JUSTIFICATIVA

A criação de cargos no serviço público necessita ser motivada e justificada pelo Poder Executivo, deve-se compreender as razões que fundamentam à Advocacia Geral de União a criação dez cargos DAS – Grupo-Direção e Assessoramento Superiores. Tal criação, na Medida Provisória 361, causa estranheza, não comprehende-se o porquê da contratação. A criação de cargos não pode atender a motivos eleitorais.

Portanto, a presente emenda visa preservar a ética pública na utilização dos impostos do povo, necessitamos de controle das despesas públicas.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV - 361
00010**data
03/04/2007proposição
Medida Provisória nº 361

autor

Deputada Solange Amaral

Nº do prontuário

1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página**Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Modifica o Caput e o Parágrafo 2º do Artigo 13 da Medida Provisória No. 361, de 28 de março de 2007.

Art. 13. Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS: cinco DAS-4 e três DAS-3, a serem alocados temporariamente no Ministério do Esporte.

Parágrafo 1º

Parágrafo 2º Os cargos de que trata este artigo serão considerados automaticamente extintos sessenta dias após o encerramento dos Jogos Pan-Americanos.

JUSTIFICATIVA

O direito de hospedar os Jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro, conquistado em agosto de 2002, implicou, por parte da União, vultosos, ainda que necessários, investimentos na construção e/ou recuperação de infra-estrutura e de praças de prática esportiva para viabilizar a realização do evento.

Os impactos dos Jogos Pan-Americanos resultarão, sem sombra de dúvida, em benefícios vários para o Brasil, e não apenas para a cidade do Rio de Janeiro, na medida em que novos turistas do mercado doméstico e internacional demandarão o Rio para assistir às competições, injetando dinheiro novo na economia.

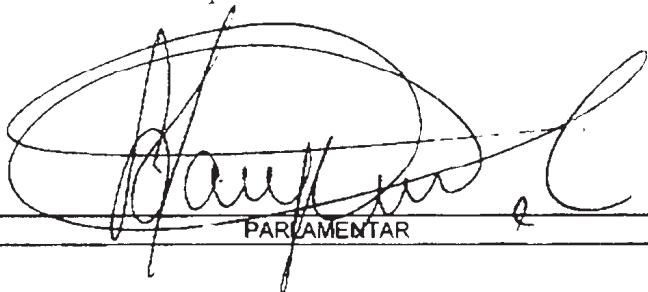
Apesar da importância do evento em termos de geração de emprego e renda garantindo, portanto, desenvolvimento econômico-social -, a União, o governo do Estado do Rio de Janeiro e a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro disponibilizaram, ao longo dos últimos, para a organização do evento, servidores públicos, que trabalham em sinergia com o CO-Rio.

Ao editar a MP361, o Governo Federal demonstrou a decisão de, por tempo determinado, criar 17 cargos em comissão – onze DAS-4 e seis DAS-3 - do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS, alocados temporariamente no Ministério do Esporte e a serem automaticamente extintos em 1º de janeiro de 2008.

Ao mesmo tempo, o Poder Executivo, obviamente preocupado com as questões de segurança, tomou a decisão de criar, em caráter temporário, funções de confiança, no total de 41, denominadas Funções Comissionadas dos Jogos Pan-Americanos – FCPAN. Funções que, reza a MP 361, serão extintas sessenta dias após o encerramento do evento.

Com o objetivo singular de racionalizar as despesas do Poder Executivo, a presente emenda investe no sentido de reduzir de 17 para oito a quantidade de cargos em comissão de Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, facultando, ainda assim, a criação de cinco DAS-4 e três DAS-3.

Ao mesmo tempo, a presente Emenda, para garantir tratamento igualitário aos servidores e funcionários que ocuparão tanto os cargos de Grupo-Direção e Assessoramento Superior quanto as funções de confiança denominadas Funções Comissionadas dos Jogos Pan-Americanos – FCPAN, prevê que ambas serão concomitante extintas sessenta dias após o encerramento do maior evento esportivo das Américas.



Jair Bolsonaro
PARLAMENTAR

**MPV - 361
00011**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 02/4/2007	proposição Medida Provisória nº 361, de 28 de março de 2007.			
autor Senadora Marisa Serrano	nº do protocolo			
1 Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
		TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

Modifica-se o parágrafo 2º do artigo 13, da MP 361, de 2007.

“Art. 13

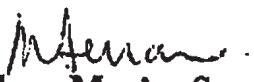
§ 2º Os cargos de que trata este artigo serão considerados automaticamente extintos em 31 de outubro de 2007.”

JUSTIFICATIVA

Presente emenda tem por objetivo alterar a data para extinção dos cargos referidos no caput do art. 13 da Medida Provisória 361, de 2007, tendo em vista que o prazo original é excessivamente longo para a existência desses cargos temporários.

Pelo exposto, recomenda-se a aprovação da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2007.


Senadora Marisa Serrano

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 361
00012data
03.04.07proposição
Medida Provisória nº 361, de 28.03.2007.autor
DEP. OTÁVIO LEITEnº do prontuário
316

1 <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Supressiva	substitutiva	modificativa		

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

O § 1º do art. 13 e o § 1º e caput do art. 14 da MP nº 361, de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13.

§ 1º Os cargos em comissão referidos no *caput* serão destinados à Secretaria-Executiva do Governo Federal para o Pan-Americano, do Ministério do Esporte, e utilizados no apoio ao gerenciamento das ações do Governo Federal para a realização dos Jogos Pan-Americanos e *Parapanamericanos* de 2007.

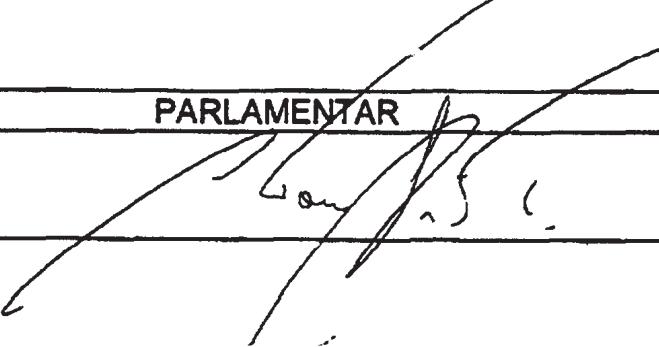
"Art. 14. Ficam criadas, em caráter temporário, funções de confiança denominadas Funções Comissionadas dos Jogos Pan-Americanos - FCPAN, privativas de servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, de qualquer esfera de governo, e de militares da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando destacados para o exercício de atividades de chefia e supervisão na área de segurança dos Jogos Pan-Americanos e *Parapanamericanos* de 2007 de 2007, na cidade do Rio de Janeiro, nos quantitativos, valores e níveis especificados no Anexo desta Medida Provisória.

§ 1º As FCPAN ficam alocadas no Ministério da Justiça, exclusivamente para atividades de chefia e supervisão na área de segurança vinculada aos Jogos Pan-Americanos e *Parapanamericanos* de 2007.

JUSTIFICAÇÃO

A Media Provisória, nos arts. 13 e 14, ao criar cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e Funções Comissionadas dos Jogos Pan-Americanos – FCJP, fez menção apenas aos Jogos Pan-Americanos e omitiu os Jogos Parapanamericanos, motivo pelo qual proponho emenda corrigindo a redação constante dos dispositivos mencionados

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV - 361
00013****data**
2/4/2007**Proposição**
Medida Provisória nº 361, de 2007**Autor**
Senadora Marisa Serrano**nº do prontuário****1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global**

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprime-se o artigo 17, da Medida Provisória 361, de 2007.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória n.º 361 de 28, de março de 2007, determina em seu art. 17, que serão aplicados aos atuais ocupantes dos cargos de Reitor e Vice-Reitor das Universidades Federais, para fins de inclusão na lista tríplice objetivando a recondução, a estrutura da carreira de Magistério Superior e os requisitos legais vigentes à época em que foram nomeados para o mandato em curso.

A redação proposta para o artigo constitui um retrocesso em relação à legislação vigente, bem como não contribui para o aperfeiçoamento do processo de escolha dos Reitores e Vice-Reitores das Universidades Federais.

Pelo exposto, recomenda-se por meio da presente Emenda, a supressão do referido artigo.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2007.


Senadora Marisa Serrano

Medida Provisória nº 361, de 26º, MPV - 361 00014

Institui o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP ou pela Fundação CAPES; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 11.458, de 19 de março de 2007; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS; cria, em caráter temporário, funções de confiança denominadas Funções Comissionadas dos Jogos Pan-Americanos - FCPAN; e dá outras providências.

Emenda Aditiva nº /07 (Do Sr. Arnaldo Faria de Sá)

A Lei 10.479, de 28 de junho de 2002 passa a vigorar acrescida de artigo com a seguinte redação:

(...)

“Art. 7-A Os integrantes de carreiras do Serviço Exterior Brasileiro portadores de títulos de Doutor, Mestre ou Certificado de Aperfeiçoamento ou Especialização com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula farão jus, a partir de 1º de janeiro de 2008, a um adicional de titulação sobre o vencimento básico, no percentual de 30 (trinta), 20 (vinte) e 10 (dez) por cento, respectivamente.

§ 1º Os cursos de Doutorado e Mestrado, para os fins previstos nesta Lei, serão considerados somente se credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Ministério da Educação, e, quando realizados no exterior, revalidados pelo órgão competente.

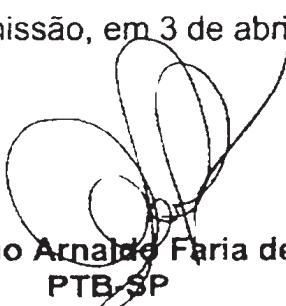
§ 2º A implementação do disposto neste artigo fica condicionada à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.”

JUSTIFICAÇÃO

A proposta visa conceder aos integrantes das carreiras do Serviço Exterior Brasileiro adicional de titulação semelhante ao concedido a servidores do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, Banco Central, entre outros órgãos públicos. Tem por finalidade a capacitação desses servidores e a sua valorização profissional, além de incentivar o aprofundamento do conhecimento teórico necessário para a gestão das atividades no âmbito das relações internacionais, o que refletirá em maior eficiência, eficácia e efetividade no serviço público.

Sala da Comissão, em 3 de abril de 2007

Deputado Arnaldo Faria de Sá
PTB-SP



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV - 361
00015****Data:****Proposição: Medida Provisória N.º 361/2007****Autor: Deputado Ribamar Alves****N.º Prontuário:**

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutiva/Global

Página: 1/2**Artigo: 18****Parágrafo:****Inciso:****Alinea:****TEXTO/ JUSTIFICATIVA**

Altera-se o art.18 da Medida Provisória 361/2007, renumerando-se o atual art.18, para art.19.

Art. 18. Inclui-se o art. 5º-A. na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com a seguinte redação:

"Art. 5º-A. Serão destinados ao financiamento 30% (trinta porcento), no mínimo, das receitas orçamentárias do Fundo cuja amortização será feita em até 80% (oitenta porcento) do seu valor mediante serviço comunitário de relevante interesse social, na forma do Regulamento, observada a seleção de estudantes carentes, bem como a definição de áreas prioritárias de formação.

§ 1º - O serviço comunitário de relevante interesse social que se refere o caput será prestado pelo estudante após a conclusão do curso financiado e gerido por entes públicos, de preferência universidades;

§ 2º - O estudante, graduado, prestará o serviço comunitário de relevante interesse social em um único turno e por período não superior a 12 (doze) meses;

§ 3º - O estudante que estiver prestando serviço comunitário de relevante interesse social perceberá, por parte do órgão a que for vinculado, uma ajuda de custo para transporte e alimentação nos casos em que a entidade não oferecer esses benefícios diretamente;

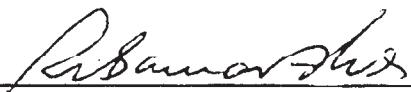
§ 4º - A ajuda de custo fornecida ao estudante que estiver prestando serviço comunitário de relevante interesse social não poderá ser superior a dois salários mínimos." (NR)

TEXTO/ JUSTIFICATIVA**JUSTIFICATIVA**

O Financiamento Estudantil (FIES) tem por objetivo incluir estudantes carentes em universidades, para que possam ser profissionais de suma importância para sociedade. A amortização desta dívida se dará através de serviços comunitários de relevante interesse social, para que o estudante possa, além de gerar conhecimento à sociedade, tornar-se um profissional de valor e mais humano.

Este programa também é uma grande porta de entrada para o mercado de trabalho desse profissional recém formado, onde é oferecida oportunidade de colocar na prática a profissão escolhida, tendo assim, através do financiamento estudantil, uma forma de crescimento de caráter profissional e o de inclusão social, proporcionando o desenvolvimento econômico e social.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação do que ora se propõe.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 361
00016

data

Proposição

Medida Provisória nº 361/07

autor

Deputado Vitor Penido

Nº do prontuário

1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. X aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. Fica criado o Programa de Capacitação de Gestores das Escolas de Educação Básica - PCGEEB.

I – Estende-se para a realização deste programa o auxílio financeiro destinado ao Auxílio de Avaliação Educacional – AAE, de que trata o art. 1º.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória institui auxílio financeiro para a realização de Auxílio de Avaliação Educacional, realizados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A avaliação é a última etapa de um processo educacional, se não nos preocuparmos com a gestão, com a visão norteadora, não teremos eficácia. Além da expansão dos recursos destinados às atividades meio da avaliação no âmbito da gestão pública educacional, nos níveis municipais, estaduais e federal, necessitamos da elaboração de um programa de capacitação destes gestores públicos, com foco na gestão estratégica da qualidade educacional, voltado para empregar uma política de resultados e comprometimento com a educação pública de qualidade.

Os dados mais recentes (Censo Escolar/2004) indicam que no Brasil a realidade da gestão escolar é bastante diversa no que se refere à formação dos dirigentes. Do total de dirigentes escolares, 29,32% possuem apenas formação em nível médio, sobretudo nos estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste. O percentual desses dirigentes com formação em nível superior é de 69,79%, enquanto apenas 22,96% possuem curso de pós-graduação lato sensu / especialização. Portanto, evidencia-se a urgência de se dinamizar e se efetivar programas, projetos e ações que alcancem maior número possível de gestores educacionais, tanto em nível da formação inicial quanto em nível da formação continuada. É preciso investir na capacitação

do gestor público para que sua gestão seja pautada em metas, planejamento estratégico da qualidade educacional.

PARLAMENTAR

Ata da 1^a Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 28 de março de 2007

Às dez horas e trinta minutos do dia 28 de março de dois mil e sete, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros, e com a presença dos Srs. Senadores Tião Viana, 1º Vice-Presidente, Efraim Moraes, 1º Secretário, Gerson Camata, 2º Secretário, César Borges, 3º Secretário e Magno Malta, 4º Secretário. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos membros da Mesa na seguinte ordem: 1) O Senador Tião Viana apresentou relatórios favoráveis aos **Requerimentos (de informações) nºs. 1142 e 1179, de 2006**, e **nºs. 53 e 72, de 2007**. A seguir, deu conhecimento, também, dos relatórios favoráveis, com nova redação, oferecido aos **Requerimentos (de informações) nºs. 1141 e 1183, de 2006**. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 2) O Senador Efraim Moraes apresentou relatórios favoráveis aos **Requerimentos (de informações) nºs. 95, 99 e 142, de 2007**. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas

providências. **3)** O Senador Gerson Camata apresentou relatório favorável ao **Requerimento (de informações) nº. 24, de 2007**. A seguir, deu conhecimento, também, do relatório favorável, com a exclusão dos itens 4 e 5, oferecido ao **Requerimento (de informações) nº 25, de 2007**; deu conhecimento, em seguida, do relatório favorável ao **Requerimento (de informações) nº 113, de 2007**; por último, deu conhecimento do relatório favorável, com nova redação, ao **Requerimento (de informações) nº 143, de 2007**. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **4)** O Senador César Borges apresentou relatório favorável aos **Requerimentos (de informações) nºs. 42 e 89, de 2007**. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **5)** O Senador Magno Malta apresentou relatório favorável aos **Requerimentos (de informações) nºs. 88 e 90, de 2007**. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **6)** O Sr. Presidente deu conhecimento aos presentes dos relatórios anteriormente apresentados à Mesa pelo Senador Alvaro Dias favoráveis aos **Requerimentos (de informações) nºs. 67, 68, 69 e 112, de 2007**. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos

termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, ao tempo em que determinou que eu,
Claudia Lyra Nascimento (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavrasse a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata foi lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião e assinou a presente Ata com os demais membros da Mesa.

Senado Federal, em 28 de março de 2007.

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente

Senador Efraim Moraes
1º Secretário

Senador Gerson Camata
2º Secretário

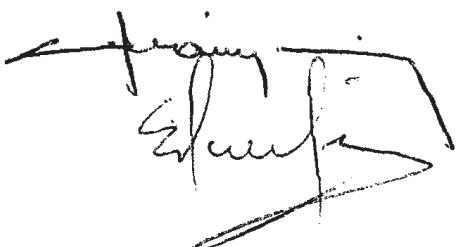
ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR
Grupo Brasileiro

**ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DO GRUPO BRASILEIRO DA ASSOCIAÇÃO
INTERPARLAMENTAR DE TURISMO, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO
DE 2007, PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO E DE SUA COMISSÃO
EXECUTIVA (2007-2011).**

Às dez horas e trinta minutos do dia 20 de março de dois mil e sete, na Primeira Secretaria do Senado Federal, Edifício Anexo I, 7º Andar, realizou-se, em segunda convocação, a Reunião Plenária do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, conforme convocação publicada no Diário do Senado Federal. Assinaram o Livro de Presenças 11 Senhores Parlamentares: Deputado JOSÉ ROCHA, Senador EFRAIM MORAIS, Deputado ALEXANDRE SANTOS, Senador HERÁCLITO FORTES, Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES, Deputado ÁTILA LINS, Deputado SIMÃO SESSIM, Deputada MARINHA RAUPP, Senador ROMEU TUMA, Deputado EFRAIM FILHO e Deputado ARNON BEZERRA. O Senhor Presidente, Senador Efraim Morais, ao abrir os trabalhos usou da palavra para, em nome da Comissão Executiva, agradecer a todos os colegas a confiança e o alto espírito de colaboração manifestados durante o período de sua gestão e agradeceu, ainda, a colaboração prestada pelo ex-Secretário-Geral do Grupo, Senhor Wellington Franco de Oliveira, que se desligou do Grupo em 29 de janeiro do corrente, e em seu lugar assumiu o Senhor Haroldo Feitosa Tajra. A Presidência comunicou aos presentes a situação financeira do Grupo nesta data: Banco do Brasil : conta no 412014-0 : Conta Corrente – R\$ 4.766,23 (quatro mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos); BB Renda Fixa R\$ 95.663,21 (noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e um centavos) e BB-CDB R\$ 96.278,67 (noventa e seis mil, duzentos e setenta e oito reais e sessenta sete centavos) O Senhor Presidente, declarando a finalidade da reunião, mandou que fossem lacradas as Urnas a fim de que, obedecendo ao item 1 da convocação, se procedesse à votação para o Conselho e Comissão Executiva, para o período de 2007 a 2011. Foi apresentada chapa única encabeçada pelo Senhor Deputado ÁTILA LINS. Procedida e encerrada a votação o Senhor Presidente Senador EFRAIM MORAIS convidou os Senhores Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES e o Senhor Senador HERÁCLITO FORTES para servirem como escrutinadores. Votaram 11 Membros. Aberta a urna foram encontradas 11 sobrecartas, número coincidente com o de votantes. A apuração dos votos para a composição do Conselho e Suplentes acusou o seguinte resultado: **MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO:** Com 11 votos foram eleitos os Senhores Senadores: CÉSAR BORGES, CÍCERO LUCENA, EDISON LOBÃO, EFRAIM MORAIS, HERÁCLITO FORTES, KÁTIA ABREU, MARISA SERRANO, e ROMEU TUMA, e os Senhores Deputados: ALEXANDRE SANTOS, ARNON BEZERRA, ÁTILA LINS, CARLOS WILSON, CIRO NOGUEIRA, EFRAIM FILHO, HENRIQUE EDUARDO ALVES, INOCÊNCIO OLIVEIRA, JOÃO ALMEIDA, JOFRAN FREJAT, JOSÉ CARLOS ALELUIA, JOSÉ MENDONÇA, JOSÉ ROCHA, MUSSA DEMES, RICARDO IZAR, SIMÃO SESSIM e VIC PIRES FRANCO. **MEMBROS SUPLENTES DO CONSELHO:** Também com 11 votos foram eleitos os Senhores Senadores: ALUÍZIO MERCADANTE, ANTONIO CARLOS VALADARES, DEMÓSTENES TORRES, GARIBALDI ALVES FILHO, GERSON CAMATA, JOSÉ

ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR
Grupo Brasileiro

ALMEIDA LIMA, MOZARILDO CAVALCANTE e SÉRGIO GUERRA, e os Senhores Deputados: ELCIONE BARBALHO, FELIPE MAIA, JOÃO LEÃO, JOSÉ CARLOS MACHADO, LÉO ALCÂNTARA, MARINHA RAUPP, MÁRIO NEGROMONTE, NICE LOBÃO, PAULO RODRIGUES, RONALDO CUNHA LIMA, e SARNEY FILHO. Foi aberta, a seguir, a segunda urna, tendo sido nela encontradas 11 sobrecartas, número coincidente com o de votantes. A eleição para a **COMISSÃO EXECUTIVA** acusou o seguinte resultado: **Presidente:** Deputado ÁTILA LINS – 1º Vice-presidente: Senador HERÁCLITO FORTES – 2º Vice-Presidente: Senador CÉSAR BORGES – 1º Secretário: Deputado SIMÃO SESSIM - 2º Secretário: Deputado CARLOS WILSON - Tesoureiro: Senador EFRAIM MORAIS – **Membros Permanentes do Conselho:** Senador EDISON LOBÃO, Deputado RONALDO CUNHA LIMA e Deputado EFRAIM FILHO. **Suplente dos Membros Permanentes do Conselho:** Deputado MUSSA DEMES. Após a apuração, o Senhor Presidente anunciou o resultado da eleição e declarou empossados os componentes do Conselho e da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo para o período 2007-2011. O Senhor Presidente, Senador EFRAIM MORAIS, convidou o Senhor Deputado ÁTILA LINS, eleito para a Presidência, para assumir a direção dos trabalhos. O Senhor Presidente eleito agradeceu a confiança de seus pares ao guindá-lo à direção do Grupo Brasileiro, manifestando, ainda, disposição para continuar envidando esforços para elevar o conceito da Entidade quer nacional, quer internacionalmente, solicitando, para tanto, o apoio de seus colegas eleitos. Por proposta da Presidência, aprovada por unanimidade, foi indicado para assinar com o Presidente, na ausência do Senhor Tesoureiro, o Senhor 1º Vice-Presidente do Grupo. O Senhor Presidente, Deputado ÁTILA LINS, suspendeu os trabalhos por 30 minutos para que se redigisse a Ata. Eu, *Haroldo Feitosa Tajra*, Haroldo Feitosa Tajra, Secretário, lavrei a presente Ata. Às 15.30 horas foi reaberta a reunião, tendo sido lida a Ata que, colocada em votação, foi aprovada sem restrições e, após assinada pelos Senhores Presidentes, o eleito, Deputado ÁTILA LINS, e o anterior Senador EFRAIM MORAIS, será enviada a publicação. Às 15.35 minutos foi encerrada a reunião.



ATO DO DIRETOR-GERAL*N.º 3082 , de 2007*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 014326/97-3,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão temporária concedida a PAULO ROBERTO BERTOLDO CORDEIRO, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para FRANCISCA ENILMA CORDEIRO, na condição de companheira, alterando a cota de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento) da pensão vitalícia, concedida pelo Título Concessório, às fls. 58, dos proventos que percebia o ex-servidor INÁCIO BERTOLDO SOBRINHO, matrícula 124403, a partir da data da maioridade, 29/10/2006.

Senado Federal, em 04 de abril de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.**

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT

Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho – PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaleó Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
José Nery	

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaleó Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
 Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
 Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
 E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

<u>1^a Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral:</u> 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral:</u> 27.06.2001	<u>6^a Eleição Geral:</u> 06.03.2007

Presidente:
Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Álvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral: 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003
3^o Designação Geral: 03.04.2007

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



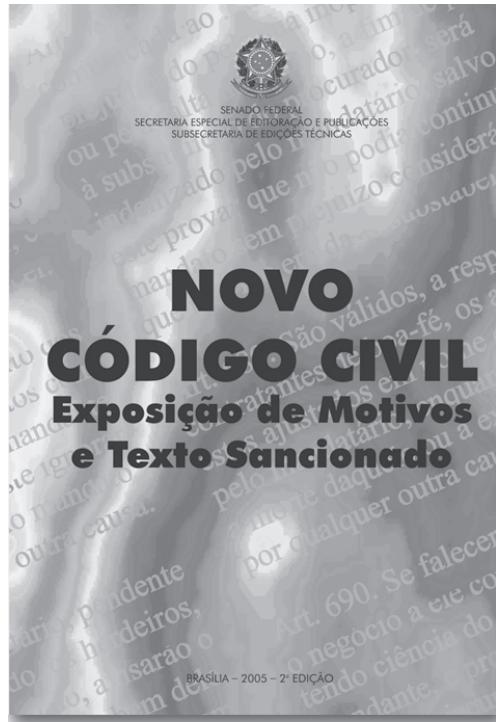
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 192 PÁGINAS